

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**HILDEBRANDO MACIEL ALVES**

**A FACE HISTORIADORA DE J. DE FIGUEIREDO FILHO E A  
CONSTRUÇÃO DO CARIRI CEARENSE**

PORTO ALEGRE

2017

HILDEBRANDO MACIEL ALVES

A FACE HISTORIADORA DE J. DE FIGUEIREDO FILHO E A CONSTRUÇÃO DO  
CARIRI CEARENSE

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul, como parte dos requisitos para  
obtenção do título de Mestre em História

Orientador: Prof. Dr. Arthur Lima de Avila.

PORTO ALEGRE

2017

### CIP - Catalogação na Publicação

Alves, Hildebrando Maciel

A face historiadora de J. de Figueiredo Filho e a construção do Cariri Cearense / Hildebrando Maciel Alves. -- 2017.

213 f.

Orientador: Arthur Lima de Avila.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. História. 2. Historiografia. 3. Regionalismo. 4. Intelectuais. 5. Cariri. I. Avila, Arthur Lima de, orient. II. Título.

HILDEBRANDO MACIEL ALVES

A FACE HISTORIADORA DE J. DE FIGUEIREDO FILHO E A CONSTRUÇÃO DO  
CARIRI CEARENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Arthur Lima de Avila (Orientador)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mara Cristina Rodrigues  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof. Dr. Fernando Nicolazzi  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dedico este trabalho aos meus pais, Manoel Lino Alves e Maria da Conceição Pessoa Alves, pela árdua batalha diária para proporcionar aos filhos uma criação digna, baseada na simplicidade, na fé e no respeito ao próximo. São exemplos de vida que procuro seguir.

## AGRADECIMENTOS

Chegar ao momento de conclusão de uma trajetória de mestrado não foi algo fácil. Inúmeros obstáculos apareceram, mas obtive o auxílio de diversas pessoas. A experiência de sair de casa e viver no outro lado do país, sem nunca ter planejado de maneira efetiva, fez dessa aventura a mais viva possível. Conheci muitas pessoas nesse cenário. Cada um ao seu modo deixou sua parcela de contribuição. Correndo o risco de esquecer alguns, realizo meus agradecimentos.

À minha família, por acreditar em mim quando mais precisei e por ser a minha base. Às minhas irmãs Marcela, Márcia e Cláudia, também ao meu irmão Ivo. À minha tia Lili (Conceição), por demonstrar a extensão do seu amor e cuidado, e ao meu sobrinho Ayan, por alegrar a nossa casa com suas brincadeiras e inquietude peculiar. Aos meus tios Diquinha e João, e à minha prima Luana, que torceram bastante por mim e me possibilitaram realizar as diversas viagens entre Fortaleza e Porto Alegre. São muitos os familiares que torceram por mim durante essa etapa. Deste modo, agradeço à todos, de forma geral.

À Deus, por ter me dado forças para superar os medos e ânimo para vivenciar novas experiências.

Às professoras e professores que tive durante a graduação na Universidade Federal do Ceará. Os que nomeio aqui me ensinaram para além da História, pois contribuíram de maneira efetiva para minha formação. Alguns, hoje, tornaram-se grandes amigos: Kênia, Ana Carla, Ana Karine e Meize foram fundamentais na construção de um olhar mais sensível enquanto historiador. Ana Rita me deu a oportunidade de ser seu bolsista durante um ano e construir uma amizade que me ensinou diversas coisas, além de, com ela, entender o valor de uma cajuína no “Pitombeira”, fez-me perceber a necessidade de ternura e resistência para sobreviver ao mundo da Universidade. Sou grato por ter convivido, mesmo que por pouco tempo, com Jailson, um professor de trajetória singular e com quem espero trabalhar em conjunto futuramente. Ao professor Francisco Régis Lopes Ramos, por ter me iniciado nas pesquisas em torno do Cariri. A leitura de O milagre em Joazeiro possibilitou diversos caminhos de pesquisa. A paciência e autonomia que me deste foram fundamentais na delimitação do objeto de pesquisa e da problemática que formaram este trabalho. A disciplina que cursei com você, a bolsa de iniciação científica, os debates em torno do meu projeto de mestrado e a leitura que realizei dos teus textos contribuíram para a minha formação enquanto historiador e para a conclusão do Mestrado. Agradeço por tudo!

Durante os quatro anos e meio da graduação convivi com diversas pessoas. Algumas delas, porém, tornaram-se especiais e até hoje cultivamos uma amizade que considero valorosa. Me deram o apoio necessário para enfrentar as dificuldades de um mestrado fora do Estado. Agradeço à Karol, ao Leonardo Loredo, ao Renan Magalhães, à Carol Abreu, ao Diego Estevam, ao Weber Porfírio, ao Felipe Oliveira, à Maiara Meneses, à Jormana, ao Renan Praciano, ao Pedro Paulo e ao Alexandre Vidal por terem sido grandes amigos que a vida me deu.

Ao “Zé de Mala”, Vagner Ramos. Uma parceria que se iniciou lá em 2010, na matrícula para o curso de História. A opção “036” mostrou a que veio. Obrigado por todos os momentos e pelas inúmeras vezes que me ajudaste quando eu mais precisei. Nos gestos mais simples e nas noites de festa mais agitadas, mostraste o quanto posso contar contigo para o que der e vier. Eduardo Galeano e o *Livro dos Abraços* definem nossa amizade. Valeu!

Ao amigo Daniel Alencar. Uma relação que se iniciou no começo da graduação. Quem diria que aquela bolsa de Iniciação Científica, com Régis, renderia frutos tão profícuos? Sem você essa dissertação não teria sido finalizada. Agradeço pela leitura atenta, pelas sugestões gramaticais, textuais e provocações que fizeram o texto ganhar forma.

Aos membros do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória (GEPPM): Karla Cristine, Renato Freire, Yazid, Josiane, Everaldo Dourado, André Aguiar, Daniel Lopes, Renato Rodolfo. A convivência, desde o início da graduação, com vocês fez-me ter a certeza de que é possível construir projetos e realizar ações na Universidade em coletivo e com forte inserção social. A pesquisa que gerou essa dissertação foi desenvolvida no âmbito do grupo. Agradeço pelas leituras, sugestões e críticas. Obrigado pelos momentos de estudos e confraternizações de final de ano.

Aos amigos do Cariri: Jane Semeão, Ítalo Bezerra, Carlos Rafael Dias, Otonite Cortez. Seja pelo contato com suas produções, ou pelas conversas realizadas, vocês foram fundamentais na execução desta dissertação. Agradeço por me mostrarem a complexidade que é o sul do Ceará.

Aos camaradas Matheus Figueiredo, Ranyelle Neves, Carlos Magno e Régis Wendell. A luta política e a amizade para nós é algo indissociável. Feliz por ter vocês aos meu lado.

À querida Aline Martins, uma mulher espirituosa que me ajudou imensamente com os mapas que usei. Muito obrigado. Que venham mais conversas e diversões para nós.

Aos brincantes do Reisado Nossa Senhora das Dores e do Boi Ceará. Foram vocês que me fizeram entrar na “magia da brincadeira”. O “Palhaço Mateus” e o “Capitão” estão presentes nesse trabalho. A curiosidade por saber mais sobre o Cariri e suas práticas partiu das experiências nesses espaços.

Aos professores e às profissionais da educação com quem tive contato durante minha formação. Aos meus professores de História: Dino e Kildery. À minha querida coordenadora Idel. Aos companheiros do Colégio Agnus: Jôsi, Alexandre, Fernando, Katyucia. Vocês me mostraram a força que a educação possui e a relevância que o professor de História tem. A persistência na caminhada parte do aprendizado que adquiri com vocês.

Aos companheiros Eudes Xavier e Ronivaldo Maia por serem minhas referências políticas e por me fazerem acreditar na capacidade de melhoria na vida do nosso povo tão sofrido!

À Jamille Bernardes, pelo amor incondicional e por ter feito minha vida mais leve. Sabes o quanto agradeço por teres aparecido na minha vida. Aquela noite de dezembro não sai da minha memória. Agradeço pela atenção, pelo carinho, cuidado e preocupação que tens tido comigo. Uma

companheira que me fez ressignificar muitas coisas na vida. Sabes bem o amor que sinto por ti e o tanto que eu te quero bem e feliz. Fizeste-me uma pessoa melhor. Amo tu, eu!

Agradeço aos que enfrentaram as turbulências e os momentos agradáveis durante as disciplinas na UFRGS. Uma das turmas mais badaladas do PPGH: Arturo, Paulo Sérgio, Guilherme Kichel, Malu, Rafael Burd, Mica, Gabriel Fleck, Rafael Filter, Felipe Praia, Grazielle, Alice Rubini, Cláudio Klippel, Maria Valdivia, André Anzolin, Clayton, Débora Graeff, Fábio, Tiago Aguiar, Rafael Policeno, Rhenan Santos, Kaiene Pereira, Erick Vargas.

Aos amigos Henrique de Aro, Rafael Balém e Lino Alan, por terem dividido o dia a dia comigo durante o período de estadia em Porto Alegre. A convivência harmoniosa e companheira fizeram a distância de casa diminuir.

À “gurizada” que encontrei nos corredores da UFRGS e me acompanharam nas noites fora da Cidade Baixa: Gabriel Gonzaga (Baiano), Carolina Niedermeier, Marcos Heckler, Roberta Morais, Eric Nelsis e Luana Santos. Aprendi muito com vocês. Tenho uma dívida de gratidão enorme que pretendo pagar recebendo todos vocês quando vierem ao Ceará. Nos tornamos grandes amigos e espero que o contato seja permanente.

À Mariana Sosnowski, uma grata surpresa em PoA. Uma gurua que foi importante demais para mim. Sabes o quanto nossos almoços e conversas me alegraram e me ajudaram a ver minha estadia no sul de outra forma. Uma amizade forte que deixou grandes recordações.

Aos companheiros da Democracia Socialista do Rio Grande do Sul, por me manterem na luta política e na busca por uma sociedade mais justa e igualitária: Eduardo Rossetto, Carlos Portela, Valda Neves, Aleff Fernando e Henrique Porto. Este último agradeço em especial pela acolhida em seu apartamento logo assim que cheguei.

Aos professores do PPGH, por terem aceitado participar do Exame de Qualificação deste trabalho: Mara Cristina e Temístocles Cezar. A leitura atenciosa e de qualidade apontou caminhos e possibilitou a conclusão do texto. Ao professor Temístocles também o agradecimento pelo aprendizado em suas disciplinas de Teoria da História e Historiografia. Aos professores com quem tive a oportunidade de expandir meus olhares, através das disciplinas: Céli Pinto, Alessandro Kerber, Carla Brandalise e Silvia Petersen.

Aos membros do GT de Teoria da ANPUH/RS: Renata Dal Sasso, Antenor Salvodi, Evandro Santos, Caio Zanin, Juliano Antonioli, Gabriela Correa, Pedro Silveira, Rafael Dall’ Agnol.

Aos colegas de Natal e do Ceará que dividiram comigo a experiência de estudar em outros territórios: Bruno Balbino, Caio Morais, Arthur Torquato. Nossas conversas e trocas de impressões sobre o novo lugar em que estávamos foram reconfortantes. Creio que a ajuda foi mútua.

Aos casais de gaúchos que se tornaram amigos inseparáveis. Foram pessoas muito queridas com quem tive a oportunidade de conviver e nutro um carinho inenarrável: Leonardo Botega e Márcia Cerdote, Pedro Silveira e Francieli Borges, Mário Marcello e Carolina Gonçalo. Cada um sabe o quanto auxiliou-me, nos mais diversos sentidos. Gratidão define o que sinto por vocês.

Aos membro do Centro de “Tradições Cearenses” (CTC): Adriano Caetano, Érika Menezes, Ricardo Gadelha, Valdiran, Francisco e Thais Vieira. Foram o meu porto seguro. Onde relembra os pequenos detalhes do meu Ceará e que tornaram o período longe de casa mais leve. Abençoados pela “Matriarca”, vivemos grandes momentos.

Aos professores Fernando Nicolazzi e Mara Cristina por ter aceito participar da Defesa de Dissertação. Agradeço pela disponibilidade e atenção.

Agradeço ao professor Antonio Gilberto Ramos Nogueira, por ter se disposto a participar da banca de Defesa de Dissertação. Mesmo a distância e o fuso horário não foram empecilhos para realizarmos um diálogo entusiasmado e comprometido acerca das questões que formam nossos interesses de pesquisa. Desejo votos de continuidade nessa relação que estabelecemos desde a graduação.

Ao Arthur Avila, por aceitar orientar este trabalho. Obrigado por ter tido paciência com este jovem e agoniado mestrando e por ter me auxiliado com suas leituras, sugestões, críticas e com o contato maior e mais qualificado das obras de Hayden White. Foi uma relação saudável e que gerou grandes aprendizados.

À CAPES pelo financiamento da pesquisa, que viabilizou minha estadia em Porto Alegre para cursar as disciplinas.

“[...] pensar a historiografia como um caminho importante neste momento de impasses frente aos desafios postos à história como disciplina.

(GUIMARÃES, 1998, p.10)

“[...] o historiador se posiciona entre passado e presente, mas a partir do próprio presente, a partir do nome próprio que ele lança ao iniciar sua tarefa e que lhe permite distinguir claramente entre ‘agora’ ou ‘no meu tempo’ e ‘antes’, ‘outrora’.” (HARTOG, 2013, p.58)

## RESUMO

A construção do passado do Cariri cearense, a partir da produção historiográfica de J. de Figueiredo Filho (1904-1973), é o objeto de investigação desta dissertação. Nascido na cidade do Crato, filho de um farmacêutico que fora referência na cidade, Figueiredo Filho seguiu a carreira do pai, cultivando o desejo de ver melhorias em sua terra. Imbuído do desejo de dar à sua terra natal um lugar digno perante as narrativas produzidas sobre o passado nacional, juntou-se a outros intelectuais da região e fundou o Instituto Cultural do Cariri (ICC). Com o objetivo de realizar a defesa intransigente da região sul do Ceará, esses sujeitos realizaram diversas ações para honrar o passado regional: solenidades, construção de calendários cívicos, panteão de heróis, fundação de um museu. Associando-se a diversas agremiações intelectuais, como a Academia Cearense de Letras (ACL), o Instituto do Ceará (IC), a Associação Nacional dos Professores Universitários de História (Anpuh), Figueiredo Filho foi construindo sua imagem de intelectual comprometido com a causa regional e legitimando sua vasta produção sobre o Cariri. Do romance ao folclore, passando por autobiografia, estudos econômicos e a própria escrita da história, seu projeto girava em torno do espaço em que nasceu e viveu boa parte de sua vida. Nesse sentido, este trabalho procura compreender de que forma a historiografia de Figueiredo Filho construiu um passado para o Cariri. As fontes utilizadas foram a revista *Itaytera*, as publicações da ACL, do IC e da Anpuh, e o principal foco de análise foram os escritos de história produzidos por Figueiredo Filho, ou seja, *História do Cariri* (4 volumes) e *Cidade do Crato*.

Palavras-chave: J. de Figueiredo Filho, Cariri, historiografia, intelectual, passado.

## ABSTRACT

The research subject of this thesis is the construction of the past of the Cariri region of Ceará from J. Figueiredo Filho's historiographical production (1904-1973). Born in Crato, in the state of Ceará, son of a pharmacist well known in the city, Figueiredo Filho followed his father's career, fostering the desire of seeing improvements in his land. Imbued by the desire of giving his fatherland its righteous place before the narratives produced about the national past, he joined other intellectuals from the region and founded the Instituto Cultural do Cariri (ICC). Aiming to achieve the uncompromising defence of the southern region of Ceará, these subjects performed several actions to honour the regional past: solemnities, the elaboration of civic calendars, a Heroes Pantheon, and the foundation of a museum. Partnering with several intellectual bodies, like the Academia Cearense de Letras (ACL), the Instituto do Ceará (IC), and the Associação Nacional dos Professores Universitários de História (Anpuh), Figueiredo Filho has built up his image as an intellectual committed with the regional cause and legitimising his own works on the Cariri region. From novel to folklore, to autobiography, to economic studies and his own writing of history, his project revolved around the space in which he was born and lived for the most part of his life. In this sense, this work aims to comprehend how Figueiredo Filho's historiography built a past for Cariri. The historical sources used were the periodical *Itaytera* and the publications of the following institutions: ACL, IC and Anpuh, and the main focus of analysis was the history writings produced by Figueiredo Filho, that is to say, *História do Cariri* (4 volumes) and *Cidade do Crato*.

Keywords: J. de Figueiredo Filho, Cariri, historiography, intellectual, past.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Mapa Geral do Estado do Ceará .....	209
Imagem 2 – Municípios do Estado do Ceará .....	210
Imagem 3 – Região Metropolitana do Cariri cearense .....	211
Imagem 4 – Logo do Instituto Cultural do Cariri .....	212
Imagem 5 – J. de Figueiredo Filho.....	212
Imagem 6 – Irineu Pinheiro.....	212
Imagem 7 – Padre Antônio Gomes de Araújo .....	212

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	16
1. Pressupostos teóricos.....	21
2. Fontes e divisão dos capítulos.....	23
3. Algumas considerações.....	26
<b>1. O Cariri cearense e o Brasil: Algumas considerações sobre a história da historiografia</b> .....	29
1.1. O Cariri Cearense e seu passado: uma relação a partir da narrativa.....	29
1.2. O Brasil e uma escrita para sua história.....	38
<b>2. “Fez da pena a sua arma, dos livros e jornais, a sua trincheira”: o intelectual e os seus lugares</b> .....	42
2.1. José Alves de Figueiredo Filho: o “filho do Crato” e sua “missão”.....	42
2.2. Apresentando o Cariri para o Brasil: a historicidade da “república das letras caririense”.....	76
<b>3. Quem constrói a História do Cariri? Instituições e lugar social</b> .....	89
3.1 O Instituto Cultural do Cariri (ICC).....	91
3.2 A Academia Cearense de Letras (ACL).....	98
3.3 O Instituto do Ceará (IC) e a Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH).....	109
<b>4. “Fez da pesquisa história a trajetória luminosa: Operando (com) o passado, tornando-se historiador</b> .....	119
4.1 Uma história para o Cariri: o papel do conhecimento histórico na construção de uma região.....	123
4.2 A operação historiográfica de J. de Figueiredo Filho: panorama de um ofício.....	126
4.2.1 Usos do passado.....	130
4.2.2 O documento e o fato.....	140
4.3 O fato e a narrativa: as obras historiográficas de J. de Figueiredo Filho.....	145
4.3.1 Cidade do Crato.....	148
4.3.2 Publicações nos Anais da ANPUH.....	154
<b>5. “Tudo isso para a grandeza do Crato e do Cariri”: o sul do Ceará sob os olhares de Clio</b> .....	165

5.1 Marcos da História do Cariri: A Revolução Pernambucana (1817) e a Confederação do Equador (1824).....	168
5.2 Heróis para uma grande região.....	179
<b>Considerações finais</b> .....	192
<b>Fontes</b> .....	197
<b>Bibliografia</b> .....	202
<b>Anexos</b> .....	209

## INTRODUÇÃO

Está o Vale Caririense encravado em pleno coração do Nordeste. Nesse trecho importante do Brasil, tão marcado pelo sofrimento coletivo, temos reservas inesgotáveis de energia que já influíram decisivamente para o fortalecimento da nacionalidade, em todos os setores. Foi o nordestino que nacionalizou a Amazônia demasiadamente influenciada pelo aborígene. E o filho da gleba, açoitado impiedosamente pelas sêcas, que está abrasileirando as regiões sulinas de S. Paulo e Paraná, tão dominados pelo elemento estrangeiro, em costumes e hábitos. Foi o romance nordestino que dominou, até há bem pouco, o cenário literário do País, em todos os quadrantes. E finalmente é o baião, nascido nas caatingas, serras e pés-de-serras do Nordeste, que está levando a todos os recantos, a nossa música, motivos e gírias sertanejas. (FIGUEIREDO FILHO, 1956, p.02).

O então presidente do Instituto Cultural do Cariri (ICC), José Alves de Figueiredo Filho, na abertura da segunda edição de *Itaytera*, publicação anual da agremiação intelectual que ele presidia, apresenta o vale caririense interligado ao Nordeste do Brasil. “Encravado em pleno coração” de uma região que contribuiu e influenciou no fortalecimento da nacionalidade, o Cariri<sup>1</sup> cearense compunha um movimento de vanguarda local. Não bastasse a construção de um discurso de defesa e legitimação do espaço regional, o trecho destacado aponta para a diversidade de campos pelos quais o nordestino está atuando: literatura, música, vocabulário, ocupação e desenvolvimento de áreas até então pouco habitadas e o “abrasileiramento” de alguns espaços amplamente dominados pelo setor estrangeiro.

A veiculação de um discurso dessa natureza, realizado em uma publicação pertencente a uma instituição legitimada socialmente para dar publicidade e materializar os pensamentos de uma espacialidade, acaba por contribuir para a inserção do sul do Ceará em uma dinâmica maior: é a região em diálogo com a nação. Deste modo, os discursos e a produção intelectual confluem para um processo caracterizado como *invenção* de uma determinada espacialidade<sup>2</sup>. Obviamente que projetos desta ordem não estão circunscritos a um determinado recorte temporal<sup>3</sup> e são frequentemente alvos de ressignificações pelos mais

---

<sup>1</sup> Localizado no sul do Estado do Ceará, o Cariri é formado, atualmente, por 28 municípios e faz fronteira com os Estados do Piauí, Paraíba e Pernambuco. As cidades consideradas mais desenvolvidas na região são Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. A denominação “Cariri” deriva de um dos grupos nativos da região anterior à colonização lusa, os Kariris. Durante o decorrer do texto, será cunhada a grafia “CARIRI” para referir-se ao que compreende à delimitação cearense do Cariri, tendo em vista que tal região se faz presente nos Estados fronteiriços com o Ceará.

<sup>2</sup> O uso da noção de *invenção*, utilizada nessa abordagem, refere-se, majoritariamente, ao estudo de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, *A invenção do Nordeste e outras artes*. Para mais informações, consultar: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

<sup>3</sup> Com o intuito de arregimentar mais elementos acerca das permanências de discursos produzidos em torno de um “Cariri mitificado/cristalizado”, destaca-se um trecho de Rosemberg Cariry, cineasta e escritor nascido na cidade do Crato, publicado em uma seção do periódico *Diário do Nordeste*: “A região do Cariri cearense é um

diversos grupos. É um campo de batalha dinâmico que envolve memória, passado e escrita da história.

O objetivo deste trabalho é compreender de que forma o Cariri é apresentado/construído por meio da historiografia de José Alves de Figueiredo Filho. Natural da cidade do Crato, assinava seus escritos como “J. de Figueiredo Filho”. Nasceu no dia 14 de julho de 1904 e faleceu em 29 de agosto de 1973<sup>4</sup>. Filho de Emília Viana de Figueiredo e José Alves de Figueiredo (o “Zuza da Botica”), passou parte de sua infância junto de seu pai no centro da cidade, onde iniciou seu contato com a vida no interior e as primeiras impressões sobre o mundo. Concluiu o Curso Superior de Farmácia, pela Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, em 19 de dezembro de 1925, com a noção de que o farmacêutico, na condição de profissional, deveria possuir qualidades que fossem para além do seu campo profissional: o caráter humano era moldado pela dignidade, compaixão para com o próximo, assistência aos menos favorecidos e pelo compromisso com a vida. Após receber o diploma de farmacêutico em Fortaleza, o filho de Zuza da Botica retornou à sua cidade, onde viveu grande parte de sua vida. Uma de suas grandes ações foi a fundação de uma agremiação intelectual chamada Instituto Cultural do Cariri. Inspirado na atuação e organização do Instituto do Ceará (1887), o ICC era composto por pesquisadores da região e tinha por finalidade, de acordo com seu estatuto de fundação, o estudo das ciências, letras e artes em geral, com enfoque maior para a História Política e Geografia do Cariri (REVISTA *ITAYTERA*, 1954, p.181). Diversas atividades eram realizadas: sessões solenes em homenagem a sujeitos e fatos marcantes para as cidades caririenses, realização de palestras, eventos e uma publicação anual, a revista *Itaytera*.

Sua atuação se deu em diversos espaços e instituições de valorização da terra natal: fundou e presidiu o Instituto Cultural do Cariri, exerceu cargo de Inspetor Regional de Educação, atuou na formação de professores da região, desenvolveu pesquisas sobre a história

---

oásis, o verde coração do semi-árido nordestino. Apesar de ser uma terra de farturas e de portentos, sua história revela a tragédia do processo civilizatório sertanejo no destino de um povo - os Cariri (Kariri ou Quiriri) - que se fundiu na carne e na alma dos seus inimigos: fazendeiros, criadores de gados, agricultores e vaqueiros oriundos de Sergipe, de Pernambuco e da Bahia. Ao Cariri cearense, centro geográfico com equidistância para as principais capitais do Nordeste, desde meados do século XVII até os dias de hoje, continuam a chegar multidões sertanejas, em um fluxo constante, atraídas pela fertilidade e pela sagração do território como espaço mítico”. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/caderno-3/cariri-a-nacao-das-utopias-1.503134>. Acesso em 11/09/2015.

<sup>4</sup> Realizar um estudo biográfico do autor não é o objetivo deste trabalho. Apesar de a historiografia ter realizado revisões fundamentais nos estudos desse gênero, optei por realizar uma apresentação mais singela de Figueiredo Filho, tendo em vista que outros elementos foram tratados de forma prioritária. Sobre os estudos biográficos, Cf. OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2011; SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. **Revista História**. São Paulo: 2014, v. 33, p. 124-144.

da região na posição de professor da Faculdade de Filosofia do Crato, onde ministrou a disciplina de História do Cariri, e estabeleceu contato com intelectuais de outras localidades do Estado. Além disso, ocupou a cadeira de nº34 na Academia Cearense de Letras, foi sócio correspondente do Instituto do Ceará (IC), membro da direção da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), membro da Comissão Cearense da Campanha da Defesa do Folclore, sócio da Associação Brasileira de Folclore, sócio da Academia Uruguaiana de Letras, do Instituto Histórico Uruguaiano, sócio efetivo do Instituto Arqueológico Histórico de Pernambuco, sócio da Academia Nacional de Farmácia, vice-presidente do Instituto do Ensino Superior do Cariri. Colaborou em jornais locais: *A Açã, A Região, O Bandeirante, O Crisol*, e em periódicos de outras cidades, por exemplo, *Gazeta de Farmácia, Revista Sul América e Revista Brasileira de Medicina*, do Rio de Janeiro, *Revista do Instituto do Ceará, Revista do Instituto de Arqueologia e História de Pernambuco, Revista de História*, de São Paulo, dentre outras (REVISTA ITAYTERA, 1974). Foi professor da cadeira de História do Ceará e do Cariri na Faculdade de Filosofia do Crato entre 1962 e 1973, ano de sua morte<sup>5</sup>.

J. De Figueiredo Filho pode ser considerado um autor de inúmeras faces. Sua produção não está restrita ao campo da história e sua trajetória perpassa diversos gêneros narrativos, que serão apresentados a seguir por ordem cronológica: iniciando suas publicações no formato de livro, temos o romance intitulado *Renovação* (1937), que trata sobre as dificuldades vividas pelos sertanejos devido à seca que assolava a região e seus costumes; sua autobiografia *Meu Mundo é uma farmácia* (1940); o estudo da agroindústria canavieira através do livro *Engenhos de Rapadura do Cariri* (1958), que estava vinculado ao Ministério da Agricultura, através do programa de Documentação da Vida Rural (1951)<sup>6</sup>; os estudos que retratavam a *cultura popular-noção*, voltada para o viés folclorista/antropológico, através das obras *O Folclore no Cariri* (1962), *Folgedos Infantis Caririenses* (1966) e os estudos

---

<sup>5</sup> Foi durante a experiência no Ensino Superior que Figueiredo Filho elaborou seus escritos historiográficos. Voltado para suas aulas, grande parte desses materiais constituíram sua obra de maior fôlego: *História do Cariri*. Nesse período, chegou a participar de encontros nacionais e regionais de História. A Faculdade de Filosofia do Crato foi transformada na Universidade Regional do Cariri, no ano de 1986. No processo de criação da universidade, a documentação referente ao curso de História do período em que Figueiredo Filho esteve presente foi perdida. Inicialmente, a ideia era inserir essa documentação nas discussões desse trabalho. Contudo, as buscas por essas fontes não foram exitosas. Deste modo, esse fato gerou uma lacuna no que se refere ao período em que Figueiredo Filho atuou ministrando aulas história do Ensino Superior.

<sup>6</sup> Programa destinado a apresentar a diversidade da vida rural brasileira, por meio das dinâmicas econômicas de produção que cada lugar possuía, de acordo com suas especificidades. Era necessário destacar os elementos expressivos e fundamentais para a composição desse setor da sociedade brasileira. A amplitude desse programa era visível nos fatores abordados nos escritos do projeto: para além dos estabelecimentos agropecuários (engenhos, fazendas, garimpos), desejava-se registrar os elementos que compunham o cotidiano dos habitantes do campo (manifestações folclóricas, danças, festas).

propriamente ditos de historiografia, notadamente *História do Cariri*, publicado em quinze capítulos, dividido em quatro volumes, entre os anos de 1964 e 1968, e *Cidade do Crato* (1953), publicado em coautoria com Irineu Pinheiro (1881–1954), em homenagem ao centenário de emancipação da Cidade do Crato. Seus posicionamentos políticos e sua perspectiva de mundo podem ser considerados conservadores. Em sua autobiografia, declara-se católico fervoroso. Em vários textos que foram encontrados durante a pesquisa, por exemplo, o cangaço era tomado como símbolo do atraso e criminalizado. Seus posicionamentos eram alinhados à formação que teve. O conservadorismo do autor, do ponto de vista da análise da sociedade, pode também ser percebido na forma que o romance de sua autoria é narrado. A elaboração de uma hierarquia dentro da sociedade, onde os pobres são considerados inferiores aos dotados de maior poder financeiro e conhecimento letrado, são aspectos que ajudam a compreender os posicionamentos do autor.

Sua formação profissional se deu a partir das experiências que teve junto de seu pai, que já havia sido prefeito do Crato. Zuza da Botica era dono da Farmácia Central do Cariri, lugar de reunião de inúmeros personagens políticos do Crato e local apresentado como de fundamental relevância na formação do seu filho. A trajetória que se inicia nos balcões farmacêuticos de uma pequena cidade do interior cearense é narrada na sua obra autobiográfica. Logo no início de seu relato de vida, ele apresenta o caráter amplo e central da botica de seu pai:

Não somente estabelecimento farmacêutico para atender doentes e despachar receitas médicas. Como quase todas as boticas do passado, ali era o ponto de reunião indispensável de certas pessoas graúdas de minha terra. Médicos, bacharéis, negociantes, funcionários públicos e caixeiros viajantes. Porém, predominavam na roda da Farmácia Central do Cariri os elementos políticos locais do partido acciolino. (FIGUEIREDO FILHO, 1996, p.09).

A Farmácia Central é, o centro da vida do autor e de grande parte dos membros da classe política local. Nesse espaço, diversas experiências foram vividas no campo pessoal, o que marcou significativamente suas escolhas de vida e atuação profissional. Logo no texto que apresenta sua autobiografia, ele aponta: “abri os olhos para o mundo dentro de uma farmácia. Meus primeiros brinquedos foram brindes oferecidos por antigas drogarias e laboratórios. [...]. Comecei a ver o mundo somente através das grades de um estabelecimento farmacêutico” (FIGUEIREDO FILHO, 1996, p.07). O título de sua obra merece destaque, já que a farmácia não é apenas o lugar de trabalho, mas um espaço que contribuiu na formação do autor.

A relação entre Figueiredo Filho e seu pai tem como elo central a profissão que ambos exerceram. Contudo, o diálogo não ocorria apenas na elaboração de receitas e medicamentos, existia um gosto pelo conhecimento e pelas tradições da região. Configura-se, nesse caso, uma espécie herança imaterial, algo que está para além do dinheiro, casa ou bens que comumente se deixam para os herdeiros após a morte. O legado que Zuza da Botica deixou para seu filho é o gosto pelo ambiente da farmácia e o desejo de ajudar sua terra. Em maio de 2011, o jornal *Diário do Nordeste* publicou uma matéria onde a neta de Figueiredo Filho apresenta alguns elementos que auxiliam a compreender o esforço do avô pela valorização da tradição e cultura de sua terra:

[...] desde cedo vovô convivia com o povo simples no ambiente da farmácia e andava nos pés de serra do Crato, onde o seu pai tinha um sítio. Ali teceu os laços de amizade e afeto que logo vieram a fecundar um sentimento de valorização pelas manifestações culturais desta gente, imortalizado, assim, nos seus livros.<sup>7</sup>

*Meu mundo é uma Farmácia* não está dentro dos escritos historiográficos do autor. Contudo, a partir desse livro, alguns aspectos podem ser identificados e utilizados para as análises centrais que o presente trabalho se propõe a realizar. Compreender o autor na condição de produtor de narrativas, suas intenções de escrita, as ferramentas de legitimação de sua produção são aspectos fundamentais a serem analisados. O caráter de legitimidade de seus escritos procura ser justificado nas experiências vividas por ele. Percebe-se o desejo de sempre afirmar que seu livro “não é baseado em invencionices nem no cabotinismo. Nada de artificialismo. Nasceu sem pretensões. Apenas um depoimento de vida simples e abnegada de um farmacêutico” (FIGUEIREDO FILHO, 1996, p.07). Pensando na produção dessa obra, surge uma problemática que auxilia na compreensão dos motivos que levaram o autor a escrever: a produção de uma autobiografia aos 36 anos não deve ser encarada apenas enquanto um desejo de ter suas memórias preservadas na escrita. O que se percebe é a utilização desse gênero como mais uma ferramenta para retratar os aspectos da vida cotidiana de sua cidade. A utilização da experiência própria para legitimar seus escritos é instrumentalizada nos dois campos: autor e objeto são pensados dentro de uma mesma ordem, o passado cratense. Na segunda edição dessa obra, a “orelha do livro” é escrita por Antônio Martins Filho, figura também oriunda do Crato, foi um dos grandes entusiastas para a instalação da Universidade do Ceará (posteriormente denominada Universidade Federal do Ceará), onde o mesmo afirma que Figueiredo Filho:

<sup>7</sup> A vida de J. de Figueiredo Filho. In: *Diário do Nordeste*, 05/05/2011. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=983147>. Acesso em: 03/02/2017.

[...] não fez um livro de ficção, como Monteiro Lobato ao descrever as cenas admiráveis de CIDADES MORTAS. Deu, sim, um depoimento autobiográfico, do qual se pode obter uma idéia exata do que é a vida em uma cidade sem jornais diários, sem rádios, com os seus hábitos e costumes tradicionais, suas figuras características, suas maneiras específicas de encarar os acontecimentos mais importantes de caráter nacional ou internacional. (MARTINS FILHO, 1996).

O contato com as fontes apontou para um projeto identitário do próprio autor: construir-se como um “homem simples do interior” que apenas escreve o que viu e vivenciou. Alguém que, por amar sua terra e desejar melhorias para o seu entorno, engaja-se no mundo letrado para honrar seu passado e construir bases sólidas para um futuro mais digno. Essa noção é aceita e corroborada por seus pares e críticos. Não obtive acesso a fontes que demonstrassem conflitos ou tensões. Uma homogeneidade na imagem do autor, que demonstra o intenso trabalho que ele teve para produzir uma memória de si. Um homem oriundo da elite local – seu pai fora prefeito da cidade –, com curso superior concluído, com ambições e vaidades que constituem o mundo das letras. Figueiredo Filho soube viver os espaços em que esteve ligado. Estabeleceu inúmeras relações e, junto com o esforço de suas pesquisas e livros, tornou-se referência na região.

## 1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.

As diversas reflexões que surgiram ao longo da pesquisa e escrita do texto foram norteadas a partir da seguinte problemática: como a historiografia, compreendendo-a como uma operação que trata de interpretações e usos do passado, atua diretamente na construção de uma espacialidade? Atribuo a escrita, estruturada em forma de narrativa, um papel central para compreender as relações entre os sujeitos e o tempo. A narrativa, neste caso, assume um papel relevante, pois trata-se de uma escrita que possui o tempo em sua estrutura. O historiador Francisco Régis Lopes Ramos (2012, p.13) nos alerta que “não há tempo sem ação, ou melhor, sem ação narrada: é no modo de encadear os fatos que o tempo ganha volume e sentido; é na maneira de ajeitar o mapa do verbo existir que se cria a ideia do tempo dividido entre passado, presente e futuro”.

A estrutura geral do trabalho é pensada dentro do campo de estudos da historiografia. Nesse caso, o historiador francês Michel de Certeau, através das suas contribuições formuladas no texto “A operação historiográfica”, realiza valorosas contribuições no sentido de pensar a construção e prática historiadora. Segundo o mesmo,

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. (CERTEAU, 2011, p.46.)

A escolha pelas questões abordadas por Certeau, para nortear as discussões aqui apresentadas, se deu pela maneira abrangente que ele lançou a questão da escrita da história. Inúmeros elementos movem reflexões dessa envergadura e muitos outros podem ser abordados por quem deseja mergulhar nesse “oceano desconhecido” que é a reflexão de caráter mais epistemológico acerca do nosso ofício. Contudo, o autor de *A escrita da história* enumera elementos que são muito conhecidos por estarem presentes de maneira nítida em todo o processo de formulação/construção/legitimação da narrativa historiográfica e que, paradoxalmente, são tomados de forma naturalizada e, portanto, não muito “dignos” de uma reflexão do próprio agente da ação. A proposta ao usar Michel de Certeau e a noção de “operação historiográfica” é compreender, com o maior número de informações possíveis, os trajetos percorridos por J. de Figueiredo Filho na construção de sua face e obra historiadora. Assim, atentar para os elementos que atravessam todas essas etapas é de fundamental importância para compreendermos a própria historicidade da escrita historiográfica e da prática historiadora.

Com o intuito de apresentar outros elementos que estão inseridos no “fazer história” e presentes na construção de uma espacialidade, a questão do *tempo* ganha uma notoriedade na forma de ferramenta para a construção das análises a serem realizadas e como um elemento a ser cuidadosamente analisado, partindo do pressuposto de que o tempo atua diretamente nas dinâmicas históricas e historiográficas. As reflexões em torno dessa categoria histórica são um grande desafio para a historiografia contemporânea, tendo em vista que:

Pensar sobre as maneiras com as quais os historiadores têm trabalhado com a categoria do tempo é, portanto, uma tarefa bastante inquietante e complexa. Abre um amplo leque de problematizações, que vão desde a investigação sobre as imagens temporais com que lidamos e as discussões sobre as representações do passado, aos modos pelos quais temos produzido o conhecimento histórico e definido, ou não, as bases políticas da História. (RAGO, 2005, p.26).

Como salienta Margareth Rago, a abertura de uma reflexão historiográfica, de certo modo, seguindo uma perspectiva epistemológica da história, com base nesse ponto específico, tende a ampliar as possibilidades de se pensar o ofício da história e compreender as diversas

formas pelas quais o passado é utilizado/representado/construído. Deste modo, pensar a construção de uma imagem para o Cariri pela historiografia, sendo esta uma escrita que tem no tempo um de seus nortes, traz inúmeras possibilidades de compreensão da historicidade desse processo.

Obviamente, alguns cuidados devem ser levados em consideração ao tratar do tempo no campo da história. Inicialmente, vale lembrar que, para Michel Serres (1998, p.62 *apud* RAGO, 2005, p.31), “o tempo tem paradas, rupturas, poços, chaminés de aceleração fulminante, rasgamentos, lacunas, tudo numa composição aleatória, numa espécie de desordem, ao menos visível”, o que nos leva a tomar, observando outras reflexões realizadas pelos historiadores, a heterogeneidade, as inconstâncias e as rupturas do tempo. Reflexões essas que reiteram a necessidade de inserir o tempo nas reflexões promovidas no campo da história. O historiador François Hartog (2013, p.26) nos alerta para a falta de atenção para os aspectos assinalados acima: “O tempo tornou-se a tal ponto habitual para o historiador que ele o naturalizou ou o instrumentalizou. O tempo é impensado, não porque seria impensável, mas porque não o pensamos ou, mais simplesmente, não pensamos nele”. Com base nas assertivas de Hartog, a proposta aqui é refletir sobre esse elemento naturalizado nos âmbitos da experiência histórica e historiográfica (vale ressaltar que ambas são intimamente interligadas, e no caso da escrita da história compactuam do mesmo espaço).

Uma das principais contribuições de uma pesquisa dessa envergadura é refletir de forma mais apurada sobre os percursos que compõem a escrita historiográfica como um dos possíveis usos do passado, em resposta às demandas do presente. Trata-se de estudar a formação do conhecimento histórico, sua problematização enquanto uma relação construída em uma determinada temporalidade e que suscita inúmeras relações (poder, pertencimento, legitimação, identidade, militância). Juntamente, a proposição é trazer um estudo que discuta de maneira mais sistemática as formas de construção/representação dos espaços, a partir da historiografia. Concebendo a escrita da história enquanto uma prática que possui o tempo na ação e constituição, tempo e espaço são postos em diálogo.

## 2. FONTES E DIVISÃO DOS CAPÍTULOS.

O recorte temporal foi delimitado a partir do início da produção bibliográfica de J. de Figueiredo Filho até seu ano de morte: as análises foram realizadas entre os anos de 1932 e 1973. As fontes escolhidas possuem relação com sua produção intelectual, como a revista *Itaytera*, onde foram selecionados artigos publicados por Figueiredo Filho. Destacamos textos

editoriais da revista, críticas e comentários sobre sua obra, notícias que envolvam a organização de eventos promovidos pelo ICC ou que tiveram a participação de seu então presidente etc. No que diz respeito às instituições que Figueiredo Filho participou, e que selecionamos para as análises, a documentação escolhida foi os discursos da solenidade de acolhida do intelectual cratense na Academia Cearense de Letras (ACL), os artigos publicados por ele na *Revista do Instituto do Ceará* e os artigos que foram oriundos de suas participações nos simpósios da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). As atas do ICC, da ACL e o estatuto da ANPUH também foram utilizados no processo de caracterização e reflexão acerca do processo organizativo desses espaços. O foco desta dissertação é a produção historiográfica do referido autor. Contudo, sua produção intelectual foi analisada como fonte, tendo em vista a necessidade de compreender a historicidade de sua formação de letrado que escreve sobre sua terra. Seus livros e artigos de história receberam uma atenção maior, mas sem realizar um deslocamento das demais escritas.

Através de sua produção historiográfica pode-se perceber os usos do passado e as relações estabelecidas com as categorias temporais (passado/presente/futuro). Nesta perspectiva, é fundamental colocar em primeiro plano as especificidades dessa forma de escrita, tratando-a como uma forma de elucidar o jogo de temporalidades construídas pelo autor para o lugar que ele se propõe a descrever. O passado é um dos elementos centrais da construção da escrita da história. Já antepostas ressalvas acerca da impossibilidade de se realizar a reflexão histórica apenas com essa categoria temporal, dada a efetiva força do presente e do futuro no ofício histórico, vale refletir acerca da concepção de passado que se procura empreender para tal finalidade. Nesse caso, “o passado não é simplesmente o que passou, e sim uma complexa composição subordinada aos interesses de quem aciona os jogos de memória” (RAMOS, 2012, p.13). De antemão, uma escolha já é assinalada: pensar os diversos elementos que estejam interligados ao campo de pesquisa proposto a partir da formação do autor de *Renovação*, não os tomando como algo dado e já pré-existente ao olhar reflexivo do profissional da história. O passado e a historiografia serão percebidos desde sua concepção epistemológica até sua operacionalização dentro da narrativa, elemento último que sintetiza as ideias que regem uma determinada pesquisa.

A escolha de tais fontes<sup>8</sup> foi realizada com o objetivo de compreender não somente a escrita em si, mas as impressões que seus estudos causaram entre os demais intelectuais. O que se pretende, nesse caso, é compreender, com o maior número de elementos, as

---

<sup>8</sup> Durante o decorrer do texto, vali-me de algumas notícias de jornais, bem como sites que continham biografias, com o objetivo de melhor situar as informações apresentadas.

representações que foram sendo construídas para o Cariri, por meio da escrita de J. de Figueiredo Filho.

A dissertação está dividida da seguinte forma: um texto inicial, quatro capítulos e as considerações finais. O texto inicial aborda o Cariri cearense e o Brasil, a partir de uma leitura da história da historiografia. Procurei situar as produções historiográficas realizadas no sul do Ceará em nível nacional. O estabelecimento desses parâmetros preliminares já situa melhor a leitura dos capítulos e a compreensão das análises realizadas nesse trabalho. Uma reflexão pautada na historicidade da escrita da história realizada pelos caririenses e pelos historiadores tidos como nacionais possibilita novos olhares sobre a formação de narrativas sobre o passado produzidas no país. O primeiro capítulo procurou identificar o movimento de legitimação de J. de Figueiredo Filho como um intelectual reconhecido para falar sobre sua terra. Realizando uma análise dos livros publicados por ele, fui identificando os lugares sociais a que ele estava vinculado, e as demandas sociais que fomentaram as escritas sobre o Cariri. Diversas escritas, diversos Cariris, diversas faces de Figueiredo Filho. Apesar da diversidade encontrada, a defesa de sua terra e a busca por legitimação no meio intelectual foram elementos constantes. O segundo capítulo procurou mapear e discutir a relação do historiador cratense com algumas instituições: foram selecionadas a Academia Cearense de Letras, o Instituto Cultural do Cariri, o Instituto do Ceará e a Associação Nacional dos Professores Universitários de História. O que se buscou com esse capítulo foi perceber de que forma foram estabelecidos os contatos entre o intelectual e as agremiações, seu processo de legitimação enquanto homem das letras a partir de sua inserção nesses espaços, assim como as dinâmicas que envolvem a construção de sua terra, a partir de lugares que possuem uma chancela simbólica de fala sobre o passado e a realidade brasileira. O terceiro capítulo analisou as noções de história desenvolvidas por Figueiredo Filho. A proposta foi realizar um debate mais apurado sobre os elementos que conformam o perfil para a obra histórica e seu operador, o que foi realizado levando em consideração a historicidade e a dinâmica dos elementos da “operação historiográfica” (CERTEAU, 2011). Questões que envolvem “os usos do passado” e “o documento e o fato” foram problematizadas a partir das obras historiográficas de Figueiredo Filho, dando destaque para *Cidade do Crato* e os artigos publicados nos anais dos simpósios da ANPUH. O terceiro capítulo, ainda, procurou debruçar-se em questões mais epistemológicas sobre o ofício do historiador, associando-as às publicações que são resultados de escolhas sobre que elementos constituem a prática historiográfica. O quarto capítulo teve foco na análise da construção narrativa realizada para o sul do Ceará. Analisando os fatos selecionados para compor o passado regional, a Revolução Pernambucana (1817) e a

Confederação do Equador (1824), bem como o panteão de heróis destacados em *História do Cariri*, a família Alencar, Pereira Filgueiras, Padre Ibiapina, o que se buscou foi compreender de que forma o passado caririense foi sendo construído para atender a demandas específicas do presente do autor.

### 3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.

O trabalho aqui desenvolvido propõe contribuir para os estudos de história da historiografia, partindo do pressuposto da necessidade de aprofundar pesquisas, questionamentos, problematizações em torno do fazer história, para além do século XIX e do eixo Sul-Sudeste do país. Pensar o desenvolvimento de uma cultura historiográfica na segunda metade do século XX e longe dos grandes eixos político-econômicos do país é um desafio que se apresenta na contemporaneidade e que deve ser encarado por quem deseje ampliar os horizontes de Clio.

Manoel Luiz Salgado Guimarães (1998, p.10) aponta que, diante das inúmeras “crises” que a história vem passando na contemporaneidade, existe “a possibilidade de pensar a historiografia como um caminho importante neste momento de impasses aos desafios impostos à história como disciplina”. Longe de propor saídas concretas, a intenção é, por meio da apresentação e análise do caso de J. de Figueiredo Filho, apresentar mais elementos acerca da atuação dos historiadores nos meios públicos, de revisitar as próprias tópicos tão consagradas que definem os limites do nosso ofício e de contribuir com o debate de questões que recebem pouca atenção pela historiografia brasileira, a exemplo da relação entre narrativa e tempo na escrita da história.

Partindo dessa justificativa de destaque temporal/espacial, salienta-se a preocupação em não endossar o discurso desenvolvido pela historiografia tradicional em rotular o que é produzido fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, salvo algumas exceções isoladas, como “história regional”. Compreender a formação de uma região e suas fronteiras é perceber que estas são frutos de um processo histórico e, conseqüentemente, possuem uma historicidade a ser abordada. Uma percepção histórica de um território regional pode ser construída partindo de três questões fundamentais: afirmar o caráter histórico e multiforme de sua criação, pensar as redes de relações que forjaram esse espaço e compreender que o espaço regional especializa, quer dizer, localiza de modo mais visível, as relações de poder que o constituem.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Para além dos elementos acima abordados, vale salientar que o regionalismo, na leitura de Durval Muniz, deve ser encarado para além da perspectiva de uma ideologia dominante. Esse fenômeno envolve inúmeras práticas,

Três pressupostos podem ser destacados, a partir de algumas considerações que Durval Muniz de Albuquerque Júnior nos traz, com o intuito de construir um debate de maneira mais qualificada e rica em elementos para análise. Primeiro, o tratamento natural e a absorção do termo *regional* vindo de quem produz o conhecimento histórico sobre e a partir de uma “região”. Inexiste, quando não o é realizado de maneira tímida, qualquer problematização acerca do que é realizar a escrita de uma história regional. Por conseguinte, apresentar a região de forma naturalizada evoca um caráter a-histórico para o espaço. É constituída uma ilusão de que se existe uma história ocorrida no espaço, mas não uma história do espaço; a historicidade das relações torna-se vazia, nesse caso. Por fim, pensar a produção dos espaços, de forma algo presente e influente na construção da imagem sobre determinadas áreas, é fundamental para os trabalhos historiográficos, tendo em vista a estreita relação entre a escrita da história no Brasil e as construções de “nação” e “região” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, pp.55-67). O que se reivindica, neste caso, é que:

[...] o historiador do regional questione permanentemente o próprio papel desempenhado pela historiografia, pelo seu discurso, por suas práticas, na reafirmação de uma dada identidade regional. É importante que ele problematize o papel que a elaboração de versões do passado, de memórias, de lugares de memória, que a invenção de tradições, que a elaboração de sujeitos e culturas regionais, tomando versões da história como base, tiveram e têm na formulação, veiculação, recepção, legitimação, justificação e introjeção de recortes regionais específicos. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p.66).

A problematização dos elementos que construíram o Cariri (a historiografia, os estudos produzidos pelos membros do ICC, as comemorações do centenário da cidade do Crato, os discursos e eventos produzidos pela intelectualidade local, as relações institucionais formadas ao longo de suas trajetórias) será uma prática constante ao longo deste estudo. Não tomando as questões apresentadas pelas fontes sob um viés de naturalização, abre-se um leque de possibilidades de compreender de que forma (interesses e elementos escolhidos) foi sendo forjada a imagem da terra dos reisados, da fé popular, das tradições centenárias, dos grandes feitos e fatos. É nesse ponto que se deve debruçar: a compreensão das práticas que construíram um tempo e um espaço caririense.

Uma das grandes motivações, se não a principal, para a realização desta pesquisa se deu por uma inquietude de cunho pessoal durante algumas visitas à própria região do Cariri,

---

sensibilidades e elementos discursivos que devem ser postas no bojo dos questionamentos de quem se propõem a pensar esses elementos. Pensando no caso específico deste trabalho, essas considerações são de extrema valia, pois ao dar relevo aos sentimentos, ideais, subjetividades e aos diversos modos de organização desses pontos (livros, artigos, comunicações, discursos, a própria pesquisa e escritura histórica), consegue-se alcançar um grau de percepção rico em informações sobre as dinâmicas internas da construção do Cariri.

antes mesmo da minha inserção no curso de graduação em História pela Universidade Federal do Ceará: os discursos inflamados de apresentação e defesa do sul do Ceará. Uma homogeneidade e consistência discursiva que despertou a minha curiosidade. Admitindo que uma das funções que o historiador deve possuir é de refletir acerca das construções elaboradas ao longo de uma trajetória temporal por um determinado grupo de sujeitos, vi-me com a inquietude de compreender de que modo discursos, práticas, subjetividades e o próprio conhecimento, com enfoque no campo da história especificamente, foram construindo essa “capa”, que mais parece, ao ser analisada com calma, uma “colcha de retalhos”, que contém variadas experiências, visões de mundo, interesses, projeções futuras etc.

## O CARIRI CEARENSE E O BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA.

### 1. O CARIRI CEARENSE E SEU PASSADO: UMA RELAÇÃO A PARTIR DA NARRATIVA.

A produção escrita sobre o Cariri é realizada das mais diversas formas: da historiografia aos estudos etnológicos, passando por romances, folclore e botânica, todas norteadas pelo ímpeto de reivindicar um espaço de legitimação para essa terra no cenário nacional. O que se deve ter nítido é que J. de Figueiredo Filho esteve inserido em um movimento que não se restringe a ele, por mais que, em determinados momentos, seja a principal referência. Outra questão, que deve desde já ser colocada, é a existência de uma historicidade desse movimento intelectual: antes mesmo dos intelectuais que fundaram o ICC e protagonizaram um movimento relevante que parte do Crato, outros sujeitos se lançaram a tomar o Cariri como objeto de estudo, inclusive em moldes historiográficos: João Brígido (1829-1921) é um dos casos mais emblemáticos por ter sido o primeiro a realizar um estudo sistematizado sobre a região sul do Ceará, ao lançar, em 1888, *Apontamentos para a História do Cariri*.<sup>1</sup>

João Brígido foi jornalista, membro do IHGB, publicou nas revistas do Instituto do Ceará e trabalhou como professor do Liceu do Ceará. Sua escrita, segundo Renato de Mesquita Rios (2013), perpassa dois momentos: a escrita científicista e a construção de uma memória. Brígido é considerado por muitos historiadores da região como um dos primeiros sujeitos a escrever sobre o passado do Ceará e do Cariri, a partir de uma ótica que valorizasse a história local como elemento compositor da história nacional. É dentro dessa “tradição historiográfica” que a intelectualidade caririense estabelece suas formas de narrar o seu passado. É formada uma base comum discursiva, onde a questão nacional (definição da identidade, das fronteiras e características do brasileiro) é pautada pela inserção e visibilidade de um discurso regional. A estratégia realizada por eles foi transformar fronteiras

---

<sup>1</sup> Para mais informações sobre a trajetória de Brígido ver: RIOS, Renato de Mesquita. **João Brígido e sua escrita de uma história para o Ceará: narrativa, identidade e estilo (1859-1919)**. Dissertação de Mestrado/UECE: Fortaleza, 2013. Focando nas narrativas historiográficas sobre o Ceará de João Brígido dos Santos, o autor desse estudo propõe perceber um estilo que evidenciasse a função social da narrativa e dos intelectuais do período em questão. A centralidade da figura de João Brígido na escrita de uma história para o Ceará, que toma o Cariri como um dos pontos centrais, credenciaram-no para tornar a proposta de estudo mais inteligível.

administrativas em fronteiras culturais, mas naturalizadas. Realizando diversos usos públicos do passado, a escrita forja uma ideia de espaço e tempo para o sul do Ceará. O Cariri, a partir de João Brígido, torna-se criador e criatura de uma temporalidade e de uma escrita, a historiográfica

Sua atuação no campo das letras se deu a partir dos jornais. Enquanto um sujeito da chamada cultura bacharelesca, a imprensa tinha dois usos práticos: como um lugar de fala e como uma ferramenta para imprimir questões pessoais ao coletivo. No contexto desse intelectual, “imprensa, academicismo e intelectualidade faziam parte de elementos tão próximos dentre esses jovens” (RIOS, 2013, p.33). A prática historiadora de João Brígido pode ser identificada por Rios (2013, p.68) da seguinte maneira:

[...] a utilização e análise de documentos oficiais, a escolha de temas e sujeitos relacionados a questões político-militares e a apresentação e discussão de seus resultados entre os pares: pelo menos três elementos que caracterizam o ato de produzir cientificamente textos historiográficos [...].

Por mais que algumas fontes utilizadas por ele sejam consideradas duvidosas por diversos críticos, que outros apontem equívocos na exatidão de datas e fatos ou em sua narração incompleta, João Brígido possui uma centralidade na produção historiográfica caririense. Seja por suas intensas articulações (jornais, agremiações, posicionamentos políticos) ou pelo próprio conteúdo de seus estudos, é um intelectual que deve estar sendo pensado como integrante de um conjunto de operações que visavam construir uma imagem para o Estado e para a região sul do mesmo, inserindo-os nas grandes narrativas.

O século XX, na região caririense, vai continuar o projeto já estabelecido pelas elites políticas e intelectuais que anteriormente iniciaram a construção de uma noção de civilidade e progresso, tendo o Crato um papel de vanguarda. Destaca-se, nesse momento, a pluralidade de ações que foram empreendidas para o alcance desse escopo: a escrita, a valorização da oralidade, a iconografia, a instituição de lugares, de datas comemorativas e a fundação de diversas agremiações e instituições que visavam a valorização do passado caririense por meio das letras.

O Instituto Cultural do Cariri não foi um “empreendimento intelectual” pioneiro, nesse caso. Anteriormente já se encontram outras experiências dessa natureza: no fim do século XIX, a criação do Clube Romeiros do Porvir,<sup>2</sup> da Academia dos Infantes (1922) e do

---

<sup>2</sup> O termo “romeiro” foi ressignificado pelos cratenses: o culto, para eles, o conhecimento deveria ser cultuado, e não as práticas de catolicismo popular desenvolvidas em Juazeiro do Norte. A ideia do porvir seria a construção de um futuro melhor através do domínio da cultura letrada na região. Realizando atividades no meio intelectual

Grêmio Literário e Cívico José de Alencar são alguns exemplos. Otonite Cortez (2000), todavia, atribui ao ICC um papel central na expansão e consolidação do projeto civilizador/letrado, dado à extensão temporal de sua existência (até os dias de hoje o ICC está em funcionamento), bem como à projeção que seus membros obtiveram com seus estudos e suas ações. Foram iniciativas que deram aos seus idealizadores um lugar na história local. Ao escreverem sobre suas cidades, esses sujeitos inscreviam seus nomes e suas obras na memória e na história dos seus contemporâneos e futuros conterrâneos. O desejo de defender e mostrar “os valores da terra” era equiparado ao desejo de “entrar para a história”.

A identificação da historicidade da produção intelectual da região perpassa pela identificação de alguns elementos que compuseram um quadro socioeconômico, que teve como epicentro a disputa entre Crato e Juazeiro do Norte. Na virada do século XIX para o XX, Juazeiro passa por uma explosão demográfica e política, tendo Pe. Cícero como figura central, causando o declínio político e econômico cratense e a perda de uma hegemonia antes consolidada<sup>3</sup>. Tomando o fenômeno religioso ocorrido em Juazeiro<sup>4</sup>, a elite política, que envolvia diretamente os “sujeitos das letras”, iniciou um intenso processo de diferenciação entre as duas cidades, tomando o Crato como “cidade da cultura”, do progresso e do desenvolvimento, enquanto Juazeiro seria a terra do fanatismo e do atraso. O discurso da existência de uma “herança civilizatória” dos cratenses e o contraste com os juazeirenses vai nortear a construção da referida imagem para a cidade do Crato. Essa disputa é central na estruturação das relações de poder do campo intelectual caririense: majoritariamente, a produção sobre o Cariri, que possui visibilidade no contexto de Figueiredo Filho, toma o Crato como ponto de partida, pois a região é apresentada sob o olhar cratense. A principal agremiação da região é fundada nas festividades do centenário do Crato e os principais nomes de sua direção declaram-se cratenses. Segundo Cortez (2000, p.96):

A construção do Crato como “cidade da cultura” foi presidida, em relação às condutas e aos espaços da cidade, pelos ideais de: condutas civilizadas e piedosas,

---

(manutenção de uma biblioteca) e social (participação e realização de atos cívicos), os *Romeiros do Porvir* construíram uma trajetória no passado intelectual cratense.

<sup>3</sup> Juazeiro era território pertencente ao Crato até 1911, quando realizou sua emancipação. Padre Cícero, juntamente com José Marrocos (jornalista local, fundador do periódico *O Rebate*) e Padre Alencar Peixoto, empreenderam essa luta política, conseguindo êxito em 22 de julho de 1911, por meio da lei nº1. 028.

<sup>4</sup> O chamado “milagre da hóstia” ocorreu quando a Beata Maria de Araújo, ao receber a comunhão de Padre Cícero Romão Batista, supostamente viu a hóstia transformar-se em sangue dentro de sua boca. A continuidade desse fenômeno por outras vezes e a rápida divulgação do mesmo proporcionou um repentino movimento de romarias para a cidade onde vivia o clérigo e, posteriormente, o desenvolvimento da mesma. Para mais informações acerca desse evento ver: DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

espaços físicos higienizados, cidade dotada de instituições de suporte [à] cultura letrada e, ainda, de uma cidade embelezada.

A tônica da modernidade, que é central no discurso vanguardista do Crato, é o segundo aspecto a ser levantado. Não restrito aos naturais da “Princesa do Cariri”, o desenvolvimento era parte integrante das práticas e dos discursos dos intelectuais das mais diversas cidades caririenses. Uma “cidade da cultura” é construída a partir de “condutas civilizadas e piedosas”, denotando uma população que possui consciência de quais devem ser os modos de comportamento nas mais diversas situações, de “espaços físicos higienizados”, o que é garantido pelo acesso aos mais recentes estudos acerca da higienização dos corpos e da cidade que a modernidade traz, e uma “cidade dotada de instituições de suporte para a cultura letrada”, trazendo para o ICC o papel central no processo de desenvolvimento do Crato. Esses intelectuais construíram uma ideia de modernidade, que nas palavras de Carlos Rafael Dias (2014, p.126), pode ser definida desta forma:

A ideia de modernidade pensada pelos historiadores do ICC está estritamente ligada aos valores de “civilização” cultivados e elevados como sustentáculos do epíteto de “Capital da Cultura” com os quais o Crato vinha sendo referenciado desde os meados do século XIX.

O passado é a base de sustentação de um novo tempo. O Cariri moderno e civilizado deveria ser construído por quem possuía uma tradição de vanguarda e desenvolvimento na região. Essa missão é atribuída à cidade do Crato, como forma de justificar a hegemonia cratense no ICC e corroborar com o discurso iniciado na metade do século anterior, quando a disputa entre Juazeiro do Norte e Crato se iniciou. Para Rafael Dias, o discurso e as práticas da agremiação caririense estabeleceram uma perspectiva de modernidade muito singular para aqueles homens, o que delineou a forma como a região foi sendo pensada e forjada pelas pesquisas e publicações posteriores.

Mesmo no passado, essa premissa já é identificada: a existência de homens e mulheres que lutaram pela liberdade no país (referindo-se aos movimentos de 1817, 1822 e a Confederação do Equador) e de algumas instituições que desde cedo já cultivavam as letras e o conhecimento (o Seminário São José, a tradição de diplomados nas faculdades de Recife, Rio de Janeiro, Fortaleza) são apontadas como indícios de uma trajetória de cidade que foi se forjando “vanguardista” e civilizada. Tomando as grandes cidades europeias como modelo de *urbe* a ser desenvolvida no interior cearense, esses sujeitos absorveram e irradiaram as noções que a chamada modernidade difundiu: conhecimento, progresso, desenvolvimento e a noção

de cidade urbana como modelo a ser copiado. Contudo, esse progresso passa pela valorização de elementos locais, visto que não se procurava extinguir as particularidades da região em prol de um “transplante total” de práticas externas. Existe, nesse caso, uma relação dupla com o passado, dois regimes de relação com o tempo pretérito que se chocam na construção de uma visão comum sobre o que se escreve:

Muitos daqueles acadêmicos vivem os tempos modernos de forma ambígua: são saudosos em relação a um passado no qual o Crato era uma cidadezinha bucólica, mas ao mesmo tempo vigilantes no sentido de capitalizar para o Crato os benefícios da modernidade. (DIAS, 2014, p.110).

Quais seriam os benefícios da modernidade? Qual o desejo dos habitantes de uma pequena cidade do interior do Ceará que estavam distantes da capital e do litoral, o que trazia para eles um atraso de tempo enorme no que diz respeito ao conhecimento das notícias sobre o desenvolvimento da política e da economia do país? Essa situação, colocava essa localidade em posição secundária nas tomadas de posição que, porventura, viessem a contribuir para o desenvolvimento e para a melhoria nas condições do país. Os caririenses ficavam a mercê de qualquer possibilidade de serem protagonistas da história do Brasil, o que era inconcebível para a elite intelectual local. Contudo, o progresso, de forma mais sistemática, possuía aspectos que eram mais singelos, o que não os torna de segunda ordem ou indignos de serem analisados. Nas palavras de Carlos Rafael Dias (2014, p.127):

[...] o progresso, na ótica da primeira geração do ICC, dizia respeito à consecução de uma infraestrutura indispensável à praticidade e ao conforto cotidiano das pessoas, mesmo que, associado a valores estéticos. O progresso deveria estar submetido à modernidade, que, por sua vez, tinha na tradição um imprescindível suporte. Portanto, um modelo conservador de modernidade.

A possibilidade de possuir energia elétrica em casa, a construção de uma linha de transporte férreo que ligasse as regiões mais importantes economicamente, a melhoria da infraestrutura para melhor escoamento da produção local e consequente desenvolvimento da economia, a construção de instituições de ensino que pudessem formar a população sem necessitar a partida de muitos filhos para outras cidades ou até Estados para a conclusão dos estudos, esses aspectos estavam intimamente ligados com a manutenção de um passado que justificasse a importância da região, para que esta recebesse essas melhorias. Ou seja, é no tempo pretérito que se encontra argumentos para a construção e a legitimação de um futuro promissor. Portanto, “o progresso ideal não advém de mudanças anunciadas pela ruptura de valores estabelecidos na tradição. Progresso ideal é a preservação desses valores, mesmo que

projetados em ‘novos ritmos’” (DIAS, 2014, p.117). Isso é realizado a partir de estratégias que procurem mostrar/provar a relevância do Cariri para o país como um todo. No artigo inicial do segundo número da publicação do ICC, *Itaytera*, Figueiredo Filho aponta algumas das diretrizes gerais que seus pares seguiam, no que diz respeito ao progresso:

Incontestavelmente está o progresso a penetrar pelo interior na carroceria dos caminhões. Encontram-se as distâncias com a recém penetração do avião pela interlândia. Já se pode ver em muitas cidades sertanejas, desfrutando-se muitas das vantagens da moderna civilização, o que não acontecia até há bem pouco. O Brasil continua, no entanto, a pulsar bem vivo no interior, a despeito de muitas mazelas que nos chegam com o progresso. Nos grandes centros litorâneos há muito de artificialismo que não pertence às verdadeiras raízes da nacionalidade. (FIGUEIREDO FILHO, 1956, p.02).

Existe, nesse caso, uma conotação positiva ao que vem juntamente com a modernidade. São experiências nunca antes vividas que melhoram a vida do morador do sertão e abrem novas possibilidades de ver o mundo. Já se percebe, de maneira inicial, a modernidade chegando ao lugar de fala dos membros da agremiação em questão. Contudo, seria papel desses sujeitos “remodelar” esse progresso à realidade local: o grande trunfo e a essência da nacionalidade residiria no sertão. A modernidade, ao não chegar em determinadas localidades de maneira imediata, pôde valer-se de alguns detalhes que “efetivamente representam o que é o brasileiro”. O lugar e a origem do Brasil estariam no sertão, visto que é neste espaço onde “pulsa o verdadeiro país”. É dentro desse contexto que o Cariri é chamado para “cumprir sua missão”, pois somente essa região pode “salvar o Brasil”. O progresso é visto como inevitável, a velocidade com que as transformações estruturais ocorrem, não somente no meio urbano, mas nas regiões interioranas, exige um posicionamento firme. As melhorias não são ocultadas ou tomadas como ineficazes para a melhoria de vida da população. Contudo, a descaracterização de elementos-chave para a identidade nacional é fruto direto desse processo que nas capitais e nas grandes metrópoles é apresentado e defendido como o melhor caminho a ser seguido. Uma posição política é tomada pelos que acreditam no poder e no valor do sertão e das localidades interioranas, enquanto modelos de cidade e sociedade que devem ser preservados e seguidos como modelos para um país com identidade definida. Vale ressaltar que as primeiras décadas do século XX no Brasil, sobretudo posterior aos anos 1920, vão presenciar uma modernização das relações do capitalismo no país. A criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (1945)<sup>5</sup>,

---

<sup>5</sup> Instituição fundada no período imperial, ainda sob a nomenclatura de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em 21 de outubro de 1909. Após longas reformulações, adquire o status de departamento ganhando maior musculatura nas suas atividades.

do Banco do Nordeste do Brasil (1952), da Universidade Federal do Ceará (1954), da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (1959), gerou uma ambiência de debates e formulação de projetos em torno da questão do desenvolvimento do país e de suas respectivas regiões. O interstício de 1930-1960 vai concentrar o maior número de ações governamentais que buscavam materializar esses debates. Os regimes ditatoriais que o país teve nesse período – Estado Novo e o Governo dos militares pós 64 – também devem ser levados em consideração para compreender o período em questão. Esses intelectuais estão pensando a região sul do estado e o país em meio à fervorosos debates em torno do progresso nacional e à uma conjuntura de instabilidade política, onde democracia e autoritarismo se alternam, dando poucas condições de estabilidade e fortalecimento das instituições públicas. São questões que, direta ou indiretamente, interferem na produção escrita dos caririenses dos demais pensadores daquele período. É nítido o uso político dos textos iniciais da revista *Itaytera* na demarcação de posições e de escolhas ideológicas que regiam os estudos dos intelectuais associados. Nesse momento, ciência e ideologia se fundem formando uma simbiose que não possuía defeitos, apenas um bem maior que regia a salvação da nação brasileira:

O interior, ainda com parte de suas virtudes intactas, tem de reagir para salvar o Brasil. O movimento de renovação que se processa na interlândia, embora ainda desordenado, não pode prosseguir só no sentido material. Tem de ser acompanhado por movimentos de ordem intelectual. Crato e o Cariri, pelas suas reservas acumuladas em duras pelepas cívicas e sacrifícios, estão bem aparelhados para tomar posição de vanguarda dessa luta para a valorização do interior. (FIGUEIREDO FILHO, 1956, p.02).

O que se destaca no trecho acima apresentado é a amplitude atribuída à chamada “renovação” que o país deve passar. Para além de questões materiais que, porventura, devam estar relacionadas com o aprofundamento do sistema urbano/capitalista e sua estrutura no país (fábricas, ordenamento da cidade, construção de malha viária/férrea, a chamada modernização dos lugares), o que também é apontado como mudança necessária é o papel do conhecimento. O culto às letras é uma das formas de “alavancar” a capacidade de os grupos sociais tornarem-se civilizados. O papel dos intelectuais é central por dois motivos: por sua capacidade de, através dos estudos, revelar a identidade nacional e por tornarem-se referências para o restante da população, enquanto modelos de vida a serem seguidos. A crença no poder das letras e do conhecimento erudito como modelo transformador de realidades é o que vai sedimentar a organização de diversas formas de empreendimentos intelectuais. As mudanças deveriam ocorrer também no meio simbólico, o que dá um novo caráter à concepção de modernidade desses sujeitos.

Diante da diversidade de sujeitos dispostos a construir “uma história para o Cariri”, a historiografia deveria se pautar a partir de um denominador comum: a valorização de um passado tido como glorioso. Com a necessidade de se construir “uma história para o Crato/Cariri”, a pesquisa e a produção histórica estavam a serviço da tradição. Entende-se, pela questão acima colocada, que “a sacralização do passado cratense como passado de glória, amor às letras e civilidade, se constituiu em regularidade discursiva do movimento de construção da ‘cidade da cultura’” (CORTEZ, 2000, p.122). Nesse intento, “os intelectuais procederam como memorialistas, ensaístas, cronistas e etnólogos. Adaptando a memória oral, assimilando-a, recriando-a, interpretando-a e, ainda, fazendo a pesquisa erudita das fontes escritas” (CORTEZ, 2000, p.122).

Em síntese, a escrita da história caririense desse período se constituía no esforço de sacralizar um dado passado tido como glorioso, valorizar os aspectos de civilidade e progresso que advinham com a cultura letrada, a crença no progresso cratense “rumo à civilização” e o destaque positivo aos elementos formadores do caráter do homem caririense. Mesmo que de modo sintético, vale apresentar dois historiadores desse período que, junto com J. de Figueiredo Filho, obtiveram destaque em sua trajetória intelectual: Irineu Pinheiro e Padre Antônio Gomes de Araújo, primeiros presidente e vice-presidente do ICC, respectivamente.

Irineu Pinheiro nasceu em 1881. Neto de Antonio Luiz Alves Pequeno<sup>6</sup>, tenente-coronel da Guarda Nacional, Pinheiro é considerado um dos maiores historiadores locais por suas obras de síntese. Como membro de uma família tradicional do Crato (filho de Manuel Rodrigues Nogueira Pinheiro e Irinéa Pinto Nogueira Pinheiro), estudou no Seminário São José e formou-se em medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1910. Exerceu diversas funções em sua terra natal, após o retorno realizado: Inspetor Federal do Colégio Diocesano, presidente do Banco do Cariri, professor, médico, um dos fundadores do ICC e do Rotary Club Crato.

Dos seus estudos sobre o passado, dois gêneros de suas obras podem ser destacados: as biografias (de José Pereira Filgueiras<sup>7</sup> e Joaquim Pinto Madeira<sup>8</sup>) e os compêndios de

---

<sup>6</sup> Oriundo das famílias que migraram da cidade de Icó para o Crato, Conorel Luis Alves Pequeno pertencia à família abastada da região e possuiu grande relevância na vida política do Crato. Foi presidente da Câmara Municipal cratense, e prefeito da cidade por mais de 10 anos. Seu casarão era um dos principais espaços de sociabilidade da elite local. Lá eram realizados grandes bailes e festas, onde os abastados da cidade se encontravam e confraternizavam.

<sup>7</sup> Nascido na Bahia, no ano de 1758, Pereira Filgueiras foi um militar combatente em diversos conflitos brasileiros; foi também capitão-mor da Vila Real do Crato. Durante a Revolução Pernambucana, conheceu José Martiniano de Alencar e não interferiu no processo revolucionário que chegava da província de Pernambuco.

história, *O Juazeiro do Padre Cícero e a revolução de 1914* (1938), *O Cariri: seu descobrimento, povoamento e costumes* (1950) e *Efemérides do Cariri* (escrita em 1954, mas publicada somente em 1962). Três características podem ser atribuídas ao primeiro presidente do ICC: a busca pelas origens, o cuidado na exatidão das informações pautada no uso de fontes comprobatórias e o enfoque em fatos (batalhas) que elevassem o Crato a um lugar de destaque (VIANA, 2011). Sua trajetória foi interrompida em 21 de maio de 1954, quando sofreu um ataque cardíaco e faleceu.

O padre Antônio Gomes de Araújo exerceu grande relevância nos estudos históricos caririenses. A ele é atribuída a característica de um incansável pesquisador de arquivos; sua cuidadosa prática de verificação de informações na documentação oficial existente o credenciou como um legítimo investigador dos fatos ocorridos. Nascido no início de 1900, Gomes de Araújo vinha de família cristã com trajetória eclesiástica: seu tio fora ex-seminarista e fundou o Colégio São José, lugar onde ocorrera sua alfabetização. Ordenado no final da década de 1920, o sacerdote iniciou sua atuação no Crato, onde ensinou História Eclesiástica, Filosofia, História do Brasil e Latim no Seminário Episcopal. No então Ginásio do Crato, exerceu a função de diretor e de professor de História da Civilização e do Brasil. Na Faculdade de Filosofia do Crato ministrou as disciplinas de História Antiga e História Medieval. Percebe-se que a sala de aula foi muito presente em sua vida. Ao contrário de Irineu Pinheiro que dedicou muito de seu tempo na escrita dos compêndios e das biografias, Gomes de Araújo dividiu seu tempo entre os arquivos e as salas de aula.

Junto com Irineu Pinheiro (eleito presidente) e José Alves de Figueiredo Filho (eleito secretário-geral), Padre Antônio Gomes de Araújo compôs a primeira diretoria do ICC, no cargo de vice-presidente. Com a morte do então presidente, assumiu interinamente a direção da instituição, mas retornou no ano seguinte ao cargo de vice-presidente, devido à eleição de Figueiredo Filho ao cargo maior.

Além da preocupação com a verdade histórica, materializada no incansável trabalho arquivístico, um dos maiores destaques de sua operação historiográfica se deu no campo da construção das genealogias das famílias da região. No intenso trabalho de compreensão acerca da formação do Cariri cearense, aos baianos foi dado grande peso no processo de ocupação e desenvolvimento da terra. Segundo Ítalo Viana (2011, p.74):

---

Junto com Tristão Gonçalves, participou da afamada “Expedição de Fidié”, conquistando prestígio por defender a nação e representar o Cariri nas grandes batalhas.

<sup>8</sup> Nascido em 1783, na cidade de Barbalha, Pinto Madeira foi um militar e chefe político da cidade de Jardim, que está localizada na região do Cariri cearense. Forte defensor da monarquia e do reinado de D. Pedro I, Madeira liderou uma rebelião monarquista após a abdicação do Imperador, em 1831. Sua tentativa foi frustrada, sendo ele condenado e fuzilado em novembro de 1834.

[...] uma das intenções de sua obra é destacar o caráter científico da história que produzia, porque assentada em procedimentos de pesquisa em arquivos e erudição bibliográfica. Exegese documental inspirada em Ranke, que buscava a autenticidade das fontes, sua crítica e interpretação.

Sua produção pode ser considerada pequena, em termos numéricos: *A Cidade de Frei Carlos* (1971), *Povoamento do Cariri* (1973) e *Um Civilizador do Cariri e outros estudos* (1980). Contudo, sua prática de pesquisa e a ação de ceder documentação para outros pares, como Irineu Pinheiro e Figueiredo Filho, colocaram-no sempre em crédito com a comunidade historiadora do período. A obra de Figueiredo Filho dialoga diretamente com esse contexto. Após seu falecimento, foi publicado uma edição de *Itaytera* que trouxe em sua grande parte homenagens ao historiador cratense. Nesse diálogo entre a ação intelectual e a “missão da brasilidade”, destaca-se a frase de capa da revista, na qual Gustavo Barroso, comentando a produção do ex-presidente do ICC, apontava:

Obra de brasilidade e de espiritualização, de ensinamento e de fé em dias melhores, merece ser lida pelos que amam o Brasil [...]. É brado de despertar de um brasileiro do interior, que sente, que sofre, como todos os brasileiros do interior, e comunga com seus irmãos do Brasil a mesma hóstia de dor. (REVISTA *ITAYTERA*, 1974).

Sua obra é caracterizada como uma ferramenta a serviço das melhorias pelas quais o país estava passar. O conhecimento é tomado como transformador de realidades e seu produtor ganha visibilidade. Suas obras devem ser lidas por aqueles que amam o país, ou seja, existe um público direcionado: o autor escreve para a nação e para os brasileiros, unindo o autor e o leitor. São características que ambos vivenciam (estilo de vida, sentimentos acerca do país, sofrimentos) e credenciam o autor como alguém que possui em sua obra uma pretensa “descrição real” da situação. Existe um diálogo direto, segundo Gustavo Barroso, entre autor/realidade/público alvo. É diante dessa tríade que Figueiredo Filho foi conquistando seu espaço enquanto um dos homens mais respeitados de sua região. A obra e o sujeito ganham notoriedade quando representam a nação e possuem uma relação de comprometimento com ela, e ele conseguiu atender a esses “pré-requisitos”.

## 2. O BRASIL E UMA ESCRITA PARA SUA HISTÓRIA.

A historiografia brasileira possui uma historicidade que não deve ser colocada em segundo plano, dada a proposta de pensar a escrita da história realizada no Cariri no século XX. A necessidade de historicizar a historiografia brasileira e pô-la em diálogo com a

caririense sugere que não se deve imaginar essas práticas de modo isolado temporal e geograficamente. A construção de um sentimento nacional acompanhou os escritores da história nacional do oitocentos até o século passado. É partindo desse aspecto que alguns diálogos entre o século XIX e o XX serão realizados.

Desde o Segundo Reinado, com o fortalecimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), passando pelas explorações da Comissão Científica e pela literatura indianista (destaque para a obra *Iracema*, de José de Alencar), os intelectuais tentaram criar uma unidade sentimental em torno do território. E um dos projetos que teve grande força nesse contexto diz respeito aos intelectuais e a cultura letrada. Dentro dessa sistemática, percebemos os desdobramentos de suas ações, onde:

Os intelectuais ocupados com a questão nacional, muito frequentemente, forneceram munição teórica que, em certos casos, foi retomada, modificada e apropriada pelas formas de enunciação política. [...] O discurso nacional tornou imprescindível a elaboração de narrativas históricas. A identificação de um passado comum foi um dos elementos constituintes de sentimento de irmandade em torno da nação. (AUGUSTO MOREIRA, 2006, p.19).

A experiência do IHGB é de fundamental importância para a compreensão desse projeto de identidade nacional. O historiador Manuel Luiz Salgado Guimarães realizou alguns estudos que nos servem para compreender a historicidade desse movimento. Em um de seus escritos, percebemos que o circuito intelectual em questão é tido como:

Herdeiro de uma tradição marcadamente iluminista e vivenciado como tal por seus membros, o instituto propõe-se a levar acabo um projeto dos novos tempos, cuja marca é a soberania do princípio nacional enquanto critério fundamental definidor de uma identidade social. (GUIMARÃES, 1998, pp.05-27).

Um projeto muito aproximado dos moldes do velho continente e que teve como palco inicial não a academia universitária, mas os círculos intelectuais de base iluminista que empreenderam esse movimento.

Com a chegada do Estado Novo, a questão nacional torna-se mais uma vez central, agora como uma das balizas ideológicas do governo varguista. O desejo de (re)pensar a nação e constituir um sentimento de unidade norteou as principais ações de Getúlio Vargas. Para tal fim, a reconstrução do passado brasileiro vai instituir um conjunto de ações que foram denominadas de políticas culturais. Cabe ressaltar que é nesse momento que os saberes históricos e a disciplina de História do Brasil foram constituídos de maneira sistemática, bem como assinalar a centralidade dessa questão, dado o diálogo entre esse contexto e a produção intelectual caririense.

A obra *História e historiadores*, de Ângela de Castro Gomes, apresenta valorosas contribuições para pensar a disciplina histórica e a concepção do que se considerava história e historiador a partir dos anos 1940, no Brasil. A partir desse estudo, algumas conexões podem ser realizadas entre a cultura historiográfica oitocentista e o conjunto de práticas desse campo que foram sendo desenvolvidos no pós-1930. A “simbiose” entre a historiografia e o Estado nacional é um elemento a ser destacado. A formação do IHGB se deu sob apoio de D. Pedro II, o que trouxe um contorno ideológico bastante definido para a referida instituição: a construção de uma escrita da história da nação que afirmasse o papel do Estado como o criador da nacionalidade. As políticas culturais varguistas foram de encontro ao antigo anseio que movia as ações da monarquia brasileira: definir a nação utilizando o passado e a escrita deste. Não se deve, portanto, conceber as iniciativas varguistas como inéditas, pois “não se tratava fundamentalmente de um esforço ‘pioneiro’ de definir um sentido para o Estado-nação e de traçar seus vínculos com a criação cultural em geral e com a escrita da história em particular” (GOMES, 1996, p.17).

A partir da análise de um suplemento do jornal *A manhã*, “Autores e Livros”, Ângela de Castro Gomes consegue identificar quais os sentidos que eram atribuídos ao trabalho historiográfico do período e as quais obras eram consideradas clássicas na história do Brasil. Os trabalhos do historiador, nesse caso, eram: a narrativa vinda após a pesquisa documental, o trabalho de tradução ou prefaciamento de livros estrangeiros, a localização e a edição de documentos e de ensaios históricos, bem como a produção de compêndios voltados para o público escolar. De modo geral, o trabalho do historiador era executado por um conjunto de sujeitos que não estavam restritos apenas à história: eram os chamados “homens das letras”. O IHGB, para a geração de 1930, não possuía tanta influência sobre a produção historiográfica. A Academia Brasileira de Letras (ABL), com seu discurso de afastamento do domínio político, também das tensões sociais, era alvo de desconfiança devido ao histórico “conservador” do instituto, o que fez surgir novos espaços de legitimação para a produção sobre o passado nacional. A relação entre intelectualidade e política, nesse período, entretanto, não será tão dissonante. Getúlio Vargas será imortalizado na Academia Brasileira de Letras. Seu forte projeto de inserção dos intelectuais no Estado trouxe outro modelo de relação com os grupos que estavam pensando a realidade do país.

As primeiras décadas do século XX ainda vão presenciar, no Brasil, a pouca definição acerca das fronteiras disciplinares. É a partir de um conjunto de reformas educacionais que, por exemplo, a história do Brasil será apresentada de forma separada, mas não desconexa, em relação à chamada história mundial. As próprias motivações para a

produção historiográfica ainda partem muito de questões pessoais. Gomes (1996, pp.66-67) nos fala que “muitas vezes os estudos históricos tinham uma estrita relação com a atividade profissional de se produtor, sendo elaborado com objetivos ‘práticos’ de municiar o exercício de sua atuação política no país [...], ou no exterior [...]”. O que se percebe é que as décadas que seguiram aos anos 1920 trouxeram um esforço de delimitação do campo histórico, onde se procurou estabelecer fronteiras com a ficção e os chamados estudos ou ensaios políticos sociais. Como fruto desse processo, para Gomes, surge a figura do “historiador moderno<sup>9</sup>”.

O trabalho de pesquisa em arquivos colocava a crença no afastamento dos ficcionistas, por parte dos historiadores, bem como servia de base para o “descobrimento da verdade histórica”. A escrita deveria convencer; nesse caso, a fonte não deveria ser meramente uma prova da teoria pré-estabelecida. Desse modo, a concepção moderna de história, é fundada na prova documental que esclarece os fatos e na garantia de se encontrar uma “verdade dos fatos” a partir da objetividade e neutralidade do historiador. Acerca desse contexto, duas questões merecem ser colocadas: a heterogeneidade das características presentes nas produções historiográficas do período, bem como a compreensão de que a ideia de neutralidade não implicava total desligamento do pesquisador em relação à sua própria realidade. Contudo seu posicionamento público, em relação a determinados assuntos, deveria ser pautado pelo método crítico.

O Brasil e o Cariri estão em disputa: a narrativa sobre o passado foi a principal arma desse campo conflituoso que é o tempo passado. Se objetivava a construção de uma inteligibilidade temporal e espacial. O espaço foi construído pela narrativa sobre o tempo, elementos que são postos em diálogos para a inserção de uma região interiorana na história nacional. J. de Figueiredo Filho e sua produção historiográfica são ótimos pontos de partida para uma reflexão mais apurada acerca do papel da escrita da história enquanto elemento que constrói espacialidades e dão à estas uma imagem naturalizada, que possui traços até hoje.

---

<sup>9</sup> A noção de “concepção moderna de história” e de “historiador moderno” está baseada nas proposições de Ângela de Castro Gomes que, ao analisar o desenvolvimento da historiografia brasileira a partir dos anos 1920, percebeu uma mudança epistemológica de como se pensava e se operacionalizava a história. A crítica documental, o compromisso com a verdade, a construção de uma narrativa que “convencesse” e a imparcialidade analítica caracterizavam o historiador moderno e a concepção moderna de história. Ver: GOMES, Ângela Maria de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

**“FEZ DA PENA A SUA ARMA, DOS LIVROS E JORNAIS, A SUA TRINCHEIRA”:  
O INTELLECTUAL E OS SEUS LUGARES**

2.1 JOSÉ ALVES DE FIGUEIREDO FILHO: O “FILHO DO CRATO” E SUA “MISSÃO”.

José de Figueiredo Filho trilhou o caminho da defesa do caráter desde sempre adiantado dos cratenses, emprestando à sua obra um sentido de divulgação da “fortuna cultural” que ele acreditava ser inerente ao povo do Cariri. (VIANA, 2011, p.83).

A produção intelectual de José Alves de Figueiredo Filho, de acordo com afirma Viana, foi construída a partir de uma premissa básica: tornar pública a existência de uma vanguarda de caráter civilizado que o povo cratense/caririense possuía. As práticas e os discursos apontavam para a existência de uma “essência” caririense, algo que já era próprio daqueles que eram oriundos dessa localidade. Forma-se, então, uma noção cristalizadora sobre o lugar e seus habitantes. A cristalização, nesse caso, vem junta com um processo homogeneizador. Presumir a existência de um “ser” que precede as relações sociais e a formação identitária leva a eleger um modelo de sujeito, ou seja, uma estrutura básica que é eleita na condição de oficial. Um Cariri, um caririense, um passado, uma história.

A forma de divulgação do seu ideal eram seus estudos e suas atividades no meio intelectual (palestras, discursos, livros, artigos de jornais, construção de um museu, relações institucionais). Foi um empreendimento que permeou sua vida por completo e guiou seus passos (instrumentalização de sua profissão, diálogos políticos, pesquisas, escritos, organização nos círculos intelectuais). Partindo desta premissa, uma significação maior é dada à sua produção: propagar um ideal que, por inúmeros motivos, não possui o devido reconhecimento por parte dos seus pares e da sociedade, de modo geral. A história, nesse caso, adquire um caráter de “prestadora de contas” dos feitos passados que forjaram um povo guerreiro, de caráter civilizado. Com o intuito de compreender como o referido autor estrutura esse conjunto de noções, surge a necessidade de analisar os meandros de sua atividade intelectual. Este conjunto de elementos coloca em relevo a historicidade do autor enquanto um sujeito que dispõe de questões específicas de seu tempo e que, na medida em que seu caminho intelectual vai sendo trilhado, demandas serão apresentadas e irão direcionando suas escolhas no mundo das letras. É uma ótica de análise que sugere pensar os diversos elementos de uma temporalidade: o autor, a obra, os lugares institucionais, as demandas pela produção, e

as demandas sociais. A temporalidade em questão pode ser compreendida através da análise dos aspectos acima citados, postos em diálogo entre si.

Procura-se, neste capítulo, de modo geral, apresentar o movimento de institucionalização e legitimação do intelectual Figueiredo Filho. O trabalho a ser realizado, neste momento, é de compreensão do lugar de fala (institucionalizado) como um fator preponderante na delimitação de um ideário sobre o que se fala. Cabe alertar que não se adota uma perspectiva fatalista ou determinista da relação entre o autor e a instituição. Não se percebe o intelectual como um mero “fantoche” que irá reproduzir cegamente o que pensa a instituição na qual ele está filiado. Dois motivos alimentam essa posição: o papel protagonista que o autor de *Renovação* teve nos espaços que ele frequentou, sendo, inclusive, agente atuante na construção das perspectivas ideológicas que forjaram uma identidade para o movimento intelectual caririense, e a percepção de que os sujeitos históricos não são determinados pelas estruturas e meios externos. Defende-se um posicionamento dialógico entre sujeito e instituição. Para tal fim, duas discussões serão de fundamental importância: a figura do intelectual e a noção de lugar social, pautada, majoritariamente, pela leitura de Michel de Certeau (2011).

Como já assinalado na introdução deste trabalho, não se enseja realizar um trabalho biográfico acerca do autor de *História do Cariri*. Apesar de reconhecer os avanços que a releitura do gênero biográfico na historiografia realizou, juntamente com a breve apresentação realizada anteriormente, o que se optou por realizar foi a execução de um olhar panorâmico que seguirá três vertentes: as obras produzidas, os lugares e as sociabilidades configuradas. Deste modo, se objetiva alcançar uma percepção que leve em consideração as múltiplas faces do sujeito e as diversas temporalidades de escrita nas quais ele está imerso, considerando a operação historiográfica como parte desse processo.

Uma escrita militante: essa é uma das inúmeras formas de significar a atividade dos intelectuais que procuraram, por meio de seus esforços, conformar uma ideia de Cariri e um significado para esta região. A identificação entre o sujeito e o objeto de fala tinha a função de elemento legitimador, algo muito próximo da cultura historiográfica oitocentista. Segundo Turin (2009, p.14), “Pode-se mesmo dizer que a própria possibilidade de se escrever a história da nação passava pelo estabelecimento prévio de uma relação entre a pessoa que escreve, o lugar que lhe é próprio e o projeto que defende”. A escrita da história do Cariri deve ser compreendida por meio do diálogo entre o autor, o espaço e a atividade intelectual. Durante a apresentação da obra *História do Cariri*, esse diálogo do historiador com a causa e o espaço sobre o qual ele escreve está nítido: “Dois historiadores por paixão, que, se não trocaram os

instrumentos de suas profissões, fizeram do ofício da História uma profissão de fé na possibilidade de compreender o passado, o presente e preparar o futuro” (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, s./p.). Utilizando a paixão como elemento legitimador de Figueiredo Filho e Irineu Pinheiro, na condição de historiadores, esse excerto aponta para uma permanência desse nesse diálogo que oriunda do século XIX. A militância e os sentimentos eram características positivas que garantiam a legitimidade dos estudos históricos, pois amar a terra e querer o seu desenvolvimento garante afincado e esmero em grande quantidade na pesquisa, na escrita e na divulgação dos estudos. Ângela de Castro Gomes (1996, p.81) já alertava para a continuidade do desse sentimento na formulação de uma cultura historiográfica no século XX: “O trabalho historiográfico é apresentado como indissociável de um esforço coletivo, pois essa é a forma de afirmar uma ‘concepção particular do desenvolvimento pátrio’”. Para ela, a coletividade e o sentimento pátrio referendavam o ofício do historiador, algo que os colaboradores da revista *Itaytera* faziam, ao seu modo. Ainda referenciando aos parâmetros historiográficos que o século XIX instituiu (TURIN, 2009), podemos identificar, mesmo no século posterior, o domínio dos aspectos técnicos e científicos, o sentimento pátrio e a relevância do estudo para uma finalidade específica, como premissas de construção da legitimidade de um determinado estudo historiográfico.

Dada a diversidade da produção de Figueiredo Filho, tratá-lo a partir da categoria de “intelectual” impede restrições que possam limitar não somente sua produção, mas também sua constituição enquanto sujeito que está ativamente refletindo sobre o espaço no qual ele vive. Tomamos a figura do intelectual como alguém que atua “sobre as mentes pela produção e transformação de ideias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra” (BOBBIO, 1997, p.11). Duas características complementares dos intelectuais podem ser destacadas: a produção de bens simbólicos e o envolvimento na arena política (GOMES, 1996). A inserção nos diversos campos sociais (política, economia, subjetividades, construção de identidades, institucionalidade) como uma figura que possui uma palavra que carrega orientação para os demais, caracteriza o intelectual. É o sujeito chamado a proferir a palavra que trará elementos desconhecidos para a sociedade. É nessa missão que Figueiredo Filho acreditava.

O conjunto dos sócios que atuaram no ICC e nas demais instituições do período analisado possui uma característica em comum: a diversidade de seus estudos, a despeito de sua formação universitária inicial. São os chamados “polígrafos”, personagens já conhecidas no mundo das letras oitocentistas. É devido também a esse aspecto que a ideia do “intelectual” vem a ser operacionalizada nesta pesquisa.

Fortemente apontado por Bobbio, a figura do intelectual está intrinsecamente relacionada com as disputas e constituições de poderes que a sociedade possui. De cunho ideológico, o trabalho do intelectual é amplamente utilizado para legitimar o poder político e econômico. A relação entre esses campos deve ser observada no estudo sobre as ações intelectuais. Com isso, já podemos levantar que a produção dos caririenses foi pautada por um cenário já amplamente debatido pela historiografia: o descompasso econômico entre o litoral e o interior, e o desequilíbrio político e econômico entre o Sudeste e o Sul em relação ao Nordeste brasileiro. Basicamente, escreve-se sobre o sul do Ceará para comprovar sua relevância e seu pertencimento na definição do passado e dos rumos do país. Um desejo impetuoso das elites políticas do interior cearense que encontra na prática das pesquisas e estudos dos intelectuais um aliado de grande porte.

Se ampliarmos a escala de observação das primeiras décadas do século XX para o emergente Nordeste brasileiro, um cenário irá apresentar-se: a decadência das elites ligadas às atividades rurais, em especial a elite açucareira, frente ao desenvolvimento industrial que dará ao Sudeste do país o novo posto espacial de elite da nação. A pesquisadora Moema Selma D'Andrea (2010) relaciona o movimento de tentativa de resgate de um passado glorioso que o norte do país viveu durante o período colonial à decadência da aristocracia rural nordestina e à ascensão da elite industrial paulista.

Esse diálogo entre a prática de pesquisa e as disputas políticas já existem, no caso brasileiro, desde os primeiros anos do país enquanto nação. Estamos nos referindo aos projetos de construção da identidade nacional presentes desde o século XIX, que estão diretamente relacionados com o desejo de legitimar o *status* político vigente. Retomando as proposições do historiador Rodrigo Turin (2009, p.14), vemos que: “Essencialmente político, a escrita da história nacional reclamava por parte de seu autor a reflexão sobre esse vínculo visceral”. O recuo temporal aqui realizado procura empreender uma compreensão das permanências no processo de construção do ofício do historiador, assim como as reflexões que pautavam as escolhas acerca dos métodos dos profissionais da história. A escrita da história, no século XIX, era encarada como um ato político, quer dizer, uma experiência social de escrita que exigia do autor uma identificação direta com o objeto de escrita. Essa ligação legitimava não somente o estudo, mas também o autor. Um breve retrospecto acerca da constituição da história enquanto campo do conhecimento no território brasileiro já aponta para as inúmeras relações estabelecidas entre o poder ideológico, o político e o econômico: a Monarquia construiu o espaço de legitimação do discurso histórico. A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), enquanto espaço que objetivava organizar uma

história nacional pautada na unidade territorial e política, deve ser compreendida como parte do projeto imperial<sup>1</sup>. É a “gênese” da historiografia brasileira institucionalizada, que procurou delinear o perfil da nação brasileira.

Trazendo esse diálogo, nem sempre amistoso, entre as práticas intelectuais, os interesses políticos e as demandas sociais, as obras de qualquer escritor se tornam mais inteligíveis, pois não se deve isolar a atividade intelectual da conjuntura na qual o autor está vivendo. Em suma, é esta conjuntura que constitui as condições necessárias para o desenvolvimento daquela obra. E o caso do Cariri cearense e de suas atividades no campo das letras aponta para esse caminho: são as demandas políticas/simbólicas que dão a tônica das pesquisas, dos livros e dos artigos. É o desejo de tornar o torrão natal mais conhecido que move as narrativas dos intelectuais do sul do Ceará.

Em 1937 foi lançado o romance *Renovação* pela Livraria Odeon, de São Paulo. Primeira obra de Figueiredo Filho, o romance trata da situação dos sertanejos durante os períodos de seca. A literatura também foi uma das formas encontradas pela intelectualidade brasileira para conhecer a nação e indicar novos caminhos. José de Alencar, Euclides da Cunha, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, foram alguns dos nomes que produziram obras que, ao lado de estudos historiográficos, de geografia, de sociologia, imprimiram uma ideia de Brasil<sup>2</sup>. Para Michel de Certeau (2012, p.48), “a ficção – sob suas modalidades míticas, literárias, científicas ou metafóricas – é um discurso que dá forma [*informe*] ao real, sem qualquer pretensão de representá-lo ou de ser credenciado por ele”. O real construído pelo gênero ficcional possui um peso na trajetória intelectual que procura imprimir uma imagem para sua terra. A escolha desse gênero narrativo pode ter sido realizada por diversos motivos. Contudo, iniciar suas primeiras palavras impressas em forma de livro através da literatura é um aspecto a ser destacado, tendo em vista as errôneas assertivas que se proferem acerca desta forma de se narrar. Uma das primeiras questões que o Figueiredo Filho levanta, diz respeito ao caráter de sua obra. Para ele, era de fundamental importância delimitar bem em que campo político estava se inserindo ao lançar uma obra literária:

Neste desprezioso apanhado não estou pregando doutrinas subversivas, baseadas no materialismo histórico, conforme a moda generalizada na presente época. Antes me encaminho por estradas opostas. [...] Dentro de nossas próprias forças e com a

<sup>1</sup> Segundo TURIN (2009, p.15): “Sob os auspícios do imperador, a tarefa da escrita da história era encarada como uma *tarefa social* e a obra realizada como um *bem nacional*”.

<sup>2</sup> Dos autores destacados, podemos citar as obras: ALENCAR, José de. **Iracema**. Rio de Janeiro: Typ. de Viana & Filhos, 1865; CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal, 1902; QUEIROZ, Rachel de. **O quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1930; RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

prática do nacionalismo construtor, orientado por um governo mais forte, poderemos encontrar um remédio seguro para a cura dos nossos males, agravados ultimamente com mais intensidade. (FIGUEREDO FILHO, 1937, s/p.).

Para além de uma atitude de repúdio ao materialismo histórico, existe uma demarcação nítida acerca dos rumos que o país deveria tomar. Segundo Ítalo Viana, o posicionamento contrário à perspectiva marxista de história foi um mecanismo de defesa por conta da forte perseguição do Estado Novo aos chamados “subversivos”. Seu pai, o Zuza da Botica, havia sido preso após escrever um artigo de jornal sobre o Beato José Lourenço e o Caldeirão<sup>3</sup>. A produção dessa obra procurou corroborar com as perspectivas nacionalistas empregadas por Vargas em meio ao Estado Novo. Um governo forte, com um nacionalismo que alavancasse o desenvolvimento do país, seria a “cura para os males” da sociedade brasileira, para Figueiredo Filho. Esse livro cumpre um papel na trajetória intelectual do autor: além de ser o primeiro de sua carreira, delimita bem quais são os seus posicionamentos políticos e morais, elementos que incidirão diretamente na construção de suas reflexões sobre sua terra natal.

Já no início de seu romance, alguns aspectos de sua prática intelectual podem ser identificados. Não somente no primeiro livro, mas durante toda sua carreira de pesquisador e escritor, tais características estarão presentes, o que demonstra que ele instituiu para si uma “ética profissional” que deveria ser rigorosamente obedecida:

Talvez não possua outro mérito a não ser o da sinceridade. Nem mentira e nem exageros. Tudo o que escrevi foi o produto da observação exata, através das grades de uma farmácia. Nesses estabelecimentos, principalmente no interior, temos o contato direto com as diversas camadas da população. Os farmacêuticos, somos considerados pelo povo como verdadeiros amigos e conselheiros. Não somente em casos de doenças. Muitas vezes, ouvimos queixas amargas e espontaneas de homens simples e sofredores que habitam os campos. A alma sertaneja abre-se para nós, como se pudessemos oferecer outros balsamos consoladores, além dos que curam ou minoram os sofrimentos corporais. Por isso não me foi difícil auscultar os sentimentos de grande parte da população rural do Nordeste. (FIGUEIREDO FILHO, 1937, s/p.).

O compromisso com a verdade é algo que estará presente, em primeiro plano, em *Renovação*. Se o seu maior desejo era “revelar” ao restante do país a grandiosidade de sujeitos e fatos que o Cariri possuía, o compromisso em retratar as coisas de forma sincera se tornava um imperativo, o que poderia ser identificado pela proximidade real com o que estava sendo escrito. Era a construção do real a partir de uma escrita literária. Um diálogo entre ficção e

---

<sup>3</sup> O Museu do Ceará, por meio da coleção “Outras histórias”, fez uma reedição da obra. Cf. FIGUEIREDO, José Alves de. **O Beato José Lourenço e sua ação no Cariri**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

realidade que tornava a obra legítima por seu compromisso com a construção de uma imagem sobre o povo sertanejo<sup>4</sup>. Nota-se, portanto, a procura por identificar o sertanejo no seu íntimo, algo que somente a vivência pode permitir. Gustavo Barroso<sup>5</sup>, ao prefaciар a obra, assinala o caráter positivo do contato direto com a realidade para a confecção de uma obra que possui relevância no meio:

Este livro é um livro de observação direta, o que equivale a dizer que é um livro vivido. Seu estilo singelo e puro denuncia no autor um espírito claro que sabe vê e sabe contar o que viu. No convívio do povo sertanejo êle soube surpreender os aspéto de sua existência e de sofrimento. [...] Obra de brasilidade e espiritualização, de ensinamento e fé em dias melhores para a Pátria, merece ser lido pelos que amam e servem ao Brasil no grave momento atual de sua história. É o brado de um despertar dum brasileiro do interior, que sente, que sofre como todos os brasileiros do interior, e comunga com seus irmãos do Brasil inteiro a mesma hostia de dôr. (BARROSO, 1937, s/p).

Compreendendo o prefácio como um espaço que procura legitimar a obra lançada, alguns aspectos serão postos em evidência para apresentar a obra de Figueiredo Filho como necessária para a compreensão dos males que assolam o país. Um livro fruto de vivências. Barroso destaca a simbiose entre autor e obra. O peso de um escrito que nasceu nos lugares que este livro retrata. Figueiredo Filho é um autor que merece respeito da comunidade por ter escrito o que viveu. Essa experiência é a garantia de que a verdade é o seu compromisso, seu método e a forma metodológica de seu ofício. Sua escrita é real e verdadeira, pois se apresenta desta forma. O testemunho de quem esteve presente e procurou transformar essa experiência em algo escrito constrói um peso de legitimidade, como afirma Certeau (2012, p.49):

---

<sup>4</sup> Na “orelha do livro”, E. Dantas apresenta elementos que corroboram esse diálogo entre a ficção e o real: “Jornalista de longo tirocínio e cultor apaixonado de tudo que concerne à grandeza do Brasil, mais sociólogo que romancista, quis de modo ameno: em obra de ficção, baseada, porém, em fatos, descrever este aspecto, às vezes contristador do malsinado Nordeste, constantemente assolado pelas secas, abrindo os olhos aos céuticos, que se não preocupam com a magnitude dos problemas nacionais”. Juntamente com esse caráter dialógico entre dois gêneros narrativos, é destacada a temática escolhida para a realização da obra: a seca. Tomada como um problema nacional, a seca deve ser denunciada. A utilização do romance para tal fim, segundo Dantas, é um dos méritos que o livro possui.

<sup>5</sup> Nascido em 29 de dezembro de 1888, na cidade de Fortaleza, Gustavo Adolfo Luíz Guilherme Dodt da Cunha Barroso foi um intelectual de grande notoriedade no Ceará e no Brasil. Formado na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, Barroso atuou como professor, museólogo, folclorista e escritor. Teve forte atuação na divulgação do Integralismo no Brasil. Gustavo Barroso foi Diretor do Museu Histórico Nacional, diretor da revista *Fon-Fon*, Deputado Federal pelo Ceará, dentre outros cargos. Foi membro da Academia Portuguesa de História, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia das Ciências de Lisboa e de inúmeras agremiações intelectuais no Brasil. Para mais informações sobre Barroso Cf. AUGUSTO MOREIRA, Afonsina Maria. **No norte da saudade**: memória e esquecimento em Gustavo Barroso. Tese de Doutorado em História Social (PUC-SP). São Paulo, 2006.

[...] qualquer narrativa que relate “o-que-se-passa” (ou o que se passou) institui algo de real, na medida em que se considera como a representação de uma realidade (do passado). Ela baseia sua autoridade no fato de se fazer passar pela testemunha do que é, ou do que foi; ela seduz e se impõe através dos acontecimentos dos quais pretende ser a intérprete [...].

O ato de defesa da obra e do autor enquanto nacional é um forte elemento identificado na escrita de Barroso. Uma das formas de dar à obra um *status* de importância dentre os diversos trabalhos publicados nesse período é atribuir a ela uma relevância que vai para além de questões provincianas ou locais, de forma que o nacionalismo, perspectiva amplamente defendida pelo então governo varguista, é evocado como cerne das preocupações e da essência de Figueiredo Filho. A defesa do nacionalismo construtor, apontando para uma perspectiva unitária e coletivista do espaço regional, desde suas primeiras publicações, pode ser apontado como elemento de desconstrução de interpretações que visavam classificar o regionalismo caririense como segregador.

Sua autobiografia, *Meu mundo é uma farmácia*, pode ser considerado o escrito que mais possibilita apreender informações acerca da personalidade de José Alves de Figueiredo Filho. Por tratar-se de um escrito que objetivava a construção de uma narrativa acerca de sua trajetória pessoal, inúmeros elementos aparecem, explicitamente ou não, auxiliando na construção do perfil do autor em questão. Antônio Martins Filho<sup>6</sup>, ao escrever a “orelha do livro”, que fora lançado pela Casa José de Alencar, em parceria com a Universidade Federal do Ceará, defende que:

Este é um livro que merece lugar de destaque na obra bastante extensa de Figueiredo Filho, pela fidelidade com que foi retratada a vida pacata de uma cidade do interior, nos seus mais variados aspectos. O título, de uma felicidade admirável, traduz a situação a que se vê reduzido alguém que, em um burgo sertanejo, tem de ficar jungido à rotina de uma vida com horizontes limitados. [...] A farmácia, nas cidades do sertão, é o ponto de convergência das figuras mais representativas da terra. Os homens letrados, o chefe político, o fazendeiro abastado, e o Doutor que veio da Capital e nunca se adaptou ao meio em que vive – todas essas personalidades diariamente se reúnem com cadeiras nas calçadas, para discutirem a respeito das ocorrências locais ou, principalmente, sobre as Cidades Grandes e o Mundo. A farmácia é, assim, o ponto de convergência das emoções locais. [...] Cada pessoa vê o mundo através dos próprios sentimentos. Para o farmacêutico do interior, o mundo é a sua farmácia. (MARTINS FILHO, 1996).

<sup>6</sup> Nascido na cidade do Crato, em 1904, Antônio Martins Filho tornou-se um dos grandes nomes do Ensino Superior no Estado. Durante a juventude, trabalhou como caixeiro viajante e no jornal *Gazeta Cariry*. Em sua passagem pelo Maranhão, criou o periódico *Voz do Povo*. Formado em Direito, participou de diversas agremiações intelectuais cearenses: Academia Cearense de Letras, Instituto do Ceará, Rotary Club de Fortaleza. Atuou como professor do Liceu do Ceará e tornou-se Professor Catedrático da Faculdade de Direito do Ceará, em 1945. Fundou a Universidade Federal do Ceará em 1954, a Universidade Estadual do Ceará, em 1977, e a Universidade Regional do Cariri em 1986. Para mais informações sobre Antônio Martins Filho e sua relação com o Ensino Superior no Ceará, Cf. RODOLFO, Renato Mesquita. **A Universidade (Federal) do Ceará entre o Benfica e a Gentilândia**: espaços, lugares e memórias (1956-1967). Dissertação de Mestrado (UFC), 2015.

Sendo ambos oriundos do Cariri e com uma perspectiva da atuação intelectual que era convergente, não é difícil compreender a intimidade com que o empreendedor do Ensino Superior no Estado do Ceará trata o farmacêutico conterrâneo. O trato fidedigno com a realidade não é algo somente defendido pelo autor, mas também colocado como um dos grandes trunfos de seu trabalho. Pensar o compromisso com a verdade como um objetivo a ser exaustivamente trabalhado e, das mais diversas formas possíveis, retratar sua terra natal, são questões presentes nessa obra e nos demais escritos analisados. A partir desse livro, o que se pode aferir é a relevância da faceta farmacêutica na constituição do homem que presidiu o ICC. Não somente a formação acadêmica, mas a vivência no estabelecimento de seu pai, bem como as inúmeras situações que a profissão o impusera, foram experiências e características aglutinadoras que o projetaram como um sujeito legitimado no meio das letras.

Dois aspectos presentes na autobiografia merecem destaque: a trajetória do jovem na escolha da profissão e a formação na Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará. Por mais que a obra passe uma noção messiânica e fatalista acerca do destino do filho do dono da Farmácia Central, o que é apresentado é um início nada comprometedor com a profissão: a indiferença com os estudos e uma juventude repleta de “frivolidades” vai tornando o caminho de Figueiredo Filho não muito “reto”, como se pode supor:

Em 1927, entrei no Liceu do Ceará. Pouco estudava. Apenas freqüentava o estabelecimento para não perder o ponto. Perdi quase por completo o gosto pelo estudo. A Capital cearense com seus cinemas, retratas no Passeio Público e Praça Marquês de Herval, namoradas e outros atrativos, matara meu gosto pelos livros. [...] Com a conclusão dos preparatórios deveria eu matricular-me na Faculdade de Farmácia. Estava definitivamente delineada a minha carreira. O diabo era meu indiferentismo pelo estudo! Também aquela profissão não me atraía. Tinha a triste fama de sepultar homens vivos no interior do estabelecimento, sem atrativos. (FIGUEIREDO FILHO, 1996, p.61).

Inicialmente, o jovem estudante cratense não vislumbrava passar o resto de sua vida dando prosseguimento à profissão de seu pai. Contudo, a narrativa autobiográfica construída pelo autor possui um caráter evolutivo: o amadurecimento e as experiências vividas vão dando a ele a compreensão de que os estudos são o caminho para o progresso espiritual e material. O desejo de minimizar os males de seu povo, de contribuir efetivamente com a melhoria da qualidade de vida da população, vão construindo o desejo de seguir os passos do dono da Farmácia Central.

O relato de sua trajetória acadêmica vai delineando o profissional que estava se formando a partir do campo farmacêutico. O empenho em exercer a função para qual estava se qualificando é presente em toda a narrativa, afinal sua obra visa justamente apresentar essa

relação íntima com o estabelecimento e a profissão do farmacêutico. No dia de sua formatura, a incerteza gerada por um ciclo concluído e outro por iniciar não abatia José de Figueiredo Filho. Ele afirma que:

Eu, especialmente, não iria enfrentar a incerteza. Já estava determinado o meu campo de ação. A noite parecia-me propícia. Fora escolhido orador pelos meus colegas. Obtivera as primeiras notas e tinha direito a receber gratuitamente o diploma. Em minha terra já me esperava farmácia antiga e acreditada. Não um mar de rosas. Conhecia bem as dificuldades da vida de meu pai. (FIGUEIREDO FILHO, 1996, p.81).

A certeza da profissão escolhida e a familiaridade adquirida pelo contato que obtivera na Farmácia Central, de propriedade de seu pai, eram colocadas como estruturas de segurança para o jovem profissional que naquela noite iniciara sua jornada. Escolhido como orador da turma, sua visão de mundo naquele momento foi explicitada por meio do discurso proferido para os presentes na solenidade, realizada no dia 19 de dezembro de 1925, na rua Barão do Rio Branco, nova sede da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará. Ao dirigir-se aos formandos, familiares e autoridades, o orador dos recém-formados no curso de Farmácia já apresenta uma das principais convicções que percorrerá toda sua vida: a superioridade do conhecimento científico em relação às demais atividades humanas. Estruturando hierarquicamente a sociedade em duas grandes classes, os que possuem o conhecimento e os que não possuem, o que se nota é a atribuição aos primeiros de uma responsabilidade de dirigir o país rumo ao progresso e ao desenvolvimento:

É que também foi e é uma elite a fatora por excelência do grau da civilização a que atingimos modernamente e é de uma verdade irrefutável esta frase do ilustre argentino José Ingenieros – “O progresso é obra de minorias ilustradas e atrevidas.” [...] O segredo dessa superioridade é por demais inacessível aos fracos, incapazes, portanto, de um ideal elevado [...]. O nosso organismo, campo vastíssimo de lutas, está sobremaneira dependente de uma inteligência que o domina [...] o mais inteligente está na escala superior, sobretudo em época em que a força física perdeu a supremacia de outrora. [...] A vitória estará com os fortes e os inteligentes como sói acontecer em todos os ramos da atividade humana. (FIGUEIREDO FILHO, 1996, pp.82-83).

Os sujeitos que possuem na ciência a base de sua formação são considerados membros de uma elite civilizada. A esses sujeitos é dado o compromisso de realizar a grande obra social: o progresso de sua sociedade. Nesse caso, o que se gera é uma relação de dependência dos membros da elite para os que não estão inseridos nessa classe, afinal os rumos que devem ser seguidos dependem dos “faróis da civilização”.

A figura do intelectual como o sujeito que apontará os rumos da nação esteve presente nesse período. Nos anos 1920, a necessidade de se estabelecer a identidade nacional e uma leitura convincente acerca da realidade brasileira pautou as ações de diversos agrupamentos de escritores e pesquisadores que se consideravam aptos a interpretar o Brasil. A construção de um sentimento de unidade nacional era um dos grandes objetivos dos intelectuais da primeira metade do século XX. Diante desse imperativo, dois “males” foram identificados: o estrangeirismo e o pouco contato com a realidade social brasileira. São aspectos que se retroalimentam num círculo vicioso, considerados a causa do subdesenvolvimento brasileiro. O desconhecimento da realidade brasileira podia ser visto como efeito de olhares voltados apenas para o que ocorria no continente europeu. Ao fixarem seus anseios apenas sob padrões do velho mundo, os brasileiros acabavam por não conhecer a sua própria realidade, o que gerava o impedimento de leituras corretas sobre os problemas pelos quais eles passavam e quais seriam os melhores caminhos a serem tomados. A falta de coesão dos sentimentos nacionais impedia a formação de uma nacionalidade brasileira. O Estado brasileiro deveria ser construído pela égide do interesse geral, o que presumiria a integração da nação.

É com base nessa premissa, altamente dialogada com uma perspectiva iluminista de ciência e conhecimento, que os estudantes da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará das primeiras décadas do século XX basearão suas futuras atividades. Ainda no desenvolvimento de seu discurso, o jovem farmacêutico cratense apresenta suas impressões acerca do cenário nacional, identificando os possíveis motivos para as problemáticas apresentadas e alertando para quais devem ser as atitudes tomadas pelos novos farmacêuticos para o soerguimento da nação, dado que eles, enquanto sujeitos que cultivam as letras e as ciências, fazem parte dessa “elite social”, possuindo parcela de responsabilidade na reversão do quadro, de certo modo pessimista, apresentado na noite de gala na capital do Ceará. Segundo Figueiredo Filho,

No Brasil, a crise do trabalho inteligente tem trazido conseqüências funestas à sua vitalidade. Nós, os brasileiros, por uma rara tara da raça, ou por efeito do clima, falta de instrução, etc. vivemos na quase completa inércia, que por vezes fazemos acreditar na veracidade das opiniões pessimistas que giram em torno do nosso povo. Parece que não somos predispostos à iniciativa e vivemos de imitações grotescas que já nos caracterizam. Alguns dizem, de maneira aliás acertada, que a nossa atual inferioridade é explicada pelo péssimo estado sanitário do País e, enquanto deveríamos nos apresentar aptos ao trabalho produtivo, o nosso organismo extenua-se, debatendo-se com as mais terríveis doenças. [...] Ao farmacêutico cabe papel importante na solução dessa medida patriótica, porque de suas oficinas saem os diversos combatentes capazes de por um dique aos nossos misteriosos e terríveis inimigos. (FIGUEIREDO FILHO, 1996, p.84).

O subdesenvolvimento que o país atravessava, em comparação com as nações europeias, é tido como fruto da falta de um grupo qualificado pelas letras e pelas ciências para gerir e mover “as inúmeras peças da grande engrenagem nacional”. Se não existia a constituição de uma elite governante extremamente qualificada, obviamente que a massa popular não teria a quem seguir e, por consequência, seguiria os rumos da barbárie. É latente o apelo realizado, trazendo diversas referências do meio científico laboratorial: o país está doente; está se alastrando um mal que deve ser combatido. A situação sanitária do país é alçada a um lugar de destaque na procura por explicações visíveis para o cenário de atraso pelo qual o maior país do sul da América passa. O amor à pátria deve ser a base das ações que visem reverter esse cenário negativo. Coloca-se nos farmacêuticos grande papel pelas características inerentes ao seu labor: cuidado, zelo, responsabilidade, compromisso. No final do discurso foi realizada uma conclamação geral aos formandos e aos presentes: o sentimento de pertencimento à nação é fundamental para o progresso. A união em torno da causa nacional não deve ser apenas uma causa dos intelectuais, por mais que estes devam estar dando as coordenadas dessa empreitada, pois todos os cidadãos devem zelar por seu país:

O nosso alevantamento será o fator primordial do equilíbrio bioquímico do organismo social. O antídoto da incapacidade que nos intoxica está nas mãos do povo, principalmente nas da mocidade porque é ela a única que poderá ter o vigor suficiente para a realização da regeneração pátria, sem a qual veremos o desabar da nossa nacionalidade. O momento que atravessa atualmente o Brasil é a hora da concentração de nossas forças, da arregimentação de todos os leucócitos asseguradores da estabilidade vital da raça para a expulsão dos diversos males que nos depauperam. A nós, farmacêuticos, está destinada também uma cooperação segura para o soerguimento nacional, especialmente para a reabilitação da classe, tão digna entre nós, de ter uma medicação eficiente que fortifique a sua vitalidade. Que cada um de nós se esforce para a realização do alevantamento da farmácia brasileira, libertando-a do jugo estrangeiro, nacionalizando, portanto, este importante ramo da atividade humana. (FIGUEIREDO FILHO, 1996, p.86).

O discurso de Figueiredo Filho é permeado de referências explícitas e implícitas. Logo após reproduzir integralmente sua fala na noite de formatura, ele apresenta alguns de seus referenciais de leitura: “Pensamento filho de Rosseau. Ou do super-individualismo de Nietzsche. Os dois pensadores anticristãos, cujas idéias mais tarde se chocariam, fazendo verter da pobre humanidade sangue em borbotões...” (FIGUEIREDO FILHO, 1996, p.87). A já mencionada aproximação com o ideal iluminista de ciência e conhecimento torna inteligível a compreensão da sociedade como um espaço que alcança a plenitude de seu desenvolvimento a partir de sujeitos iluminados pelo conhecimento adquirido pela experimentação e pelo estudos. Para um sujeito que tem no laboratório e na produção de

fórmulas o sustentáculo de sua atividade profissional, essa ótica é muito conveniente. O ato de reerguer a nação também pode ser colocado como um renascimento da classe farmacêutica: analisando o trecho acima destacado, o que se pode inferir é o desejo de construir uma noção de vanguarda para a classe profissional do orador, bem como mobilizar os farmacêuticos para contribuir com o desenvolvimento do país.

O desenvolvimento da nação, portanto, passa por diversos processos: desde a mobilização nacional, passando pela tomada de consciência dos cidadãos de seu papel, a estruturação de uma elite letrada para dirigir os rumos do progresso, a expurgação dos males vindos de fora e o fortalecimento dos grupos que são imprescindíveis para a manutenção da ordem, como os farmacêuticos, que, segundo o discurso, encaixam-se nessa assertiva.

Em 1958 foi lançado *Engenhos de Rapadura do Cariri*. É uma obra realizada sob encomenda, mas que serviu para corroborar com o projeto da intelectualidade da região: demonstrar, por meio de estudos, o valor de sua terra como um lugar diferenciado dos demais rincões do país. O Governo Federal, por meio do Ministério da Agricultura, realizou um esforço para delimitar as principais atividades econômicas de cada Estado, procurando, nesses estudos, integrar a economia com o cotidiano. Foram obras que apresentavam aos leitores as minúcias de cada cultura, bem como os diálogos estabelecidos nos lugares em que estas eram desenvolvidas. A orelha do livro, que fazia referência a cana-de-açúcar, atividade escolhida para representar o estado do Ceará, aponta os detalhes desse projeto:

Destina-se êste plano à elaboração de amplo documentário da vida rural brasileira, no que ela tenha de expressivo e fundamental, abrangendo não somente aspectos gerais de estabelecimentos agropecuários – engenhos, fazendas, garimpos, estâncias, sítios, etc. – como também aspectos peculiares de atividades do meio rural – feiras, meios de transporte, habitações, trabalho etc. – destacando-se, ainda, as manifestações folclóricas ligadas aos respectivos ambientes, tais como danças, festas, cantos de trabalho etc. (FIGUEIREDO FILHO, 1958, s./p.).

O espaço rural é privilegiado nesse estudo. A escolha de atividades realizadas majoritariamente no campo não é impensada: uma vertente dos estudos no país vai identificar que no sertão, tomando este lugar como oposição às grandes metrópoles urbanas e ao litoral, é que se encontra a “essência” do país. O progresso e o desenvolvimento industrial minimizaram características próprias do país, em detrimento do contato intenso e contínuo com a cultura estrangeira. Voltar-se para o interior do país, classificando este como o possuidor de um conjunto de elementos considerados essenciais para a identidade nacional, foi o imperativo de boa parte das décadas de 30,40 e 50 do século XX.

Considerar essa obra como apenas de economia seria um equívoco. O projeto da coletânea já demonstra que os estudos devem ser realizados de forma conjunta, já que o desejo é de “descortinar” cada região do Brasil, apresentando aos leitores cada detalhe de uma diversidade que constitui a base da nação. Economia, cotidiano, crenças, subjetividades, manifestações culturais são aspectos apontados como interligados por dois entes maiores: a região e o país. Entender o projeto ideológico que está por trás do processo de pesquisa, organização e publicação de *Engenhos de Rapadura do Cariri* é um exercício necessário, no sentido de identificar as demandas e a conjuntura que favoreceu a construção de mais um espaço para Figueiredo Filho dissertar e defender sua ideia de Cariri. São projetos que se entrecruzam em um momento de (re)definição e uma imagem para o sul cearense, por meio de uma obra que visa desenvolver reflexões a partir de um elemento chave: os engenhos de rapadura.

Um aspecto que já pode ser apresentado, no que tange ao uso da obra para propagar o ideário dos membros da elite intelectual caririense, é a centralidade dada ao Crato, algo muito recorrente nas falas de quem hegemonizava a produção escrita do local. A apresentação da obra é realizada por José Anastácio Vieira, diretor do S.I.A (Serviço de Informação Agrícola), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, que estava patrocinando e incentivando as obras regionais. Para ele,

Crato é o coração do belíssimo e fértil vale que se estende sob os carinhos da opulenta Serra do Araripe. A cidade marcou papel importante na história do Ceará, possuidora, que é, de magníficos estabelecimentos de ensino, os quais levam a luz da instrução a grande trecho da hinterlândia daquele Estado, do Piauí, Pernambuco e Paraíba. O comércio é intenso e sua zona de influência estende-se a quase todo o interior nordestino. Apesar de ser cidade estreitamente ligada ao passado, cada dia se apresenta com aspecto mais bonito e mais moderno. (VIEIRA, 1958, p.07).

As demais cidades que compõem o Cariri cearense também são apresentadas, contudo sem a mesma intensidade que a cidade sede do ICC. Como o estudo tem um objeto específico, a cultura canavieira, outra cidade ganha destaque, por efetivamente desenvolver essa atividade: “Barbalha, que é dos recantos mais encantadores do Cariri, é a verdadeira capital da rapadura. Seus filhos são animados de viva inteligência e possuem educação esmerada” (VIEIRA, 1958, p.07). Nota-se que a educação é um aspecto destacado pelo membro do Governo Federal. São perspectivas de mundo que se convergem, onde o mundo das letras e do conhecimento científico é colocado em um patamar mais elevado na hierarquia dos saberes. É por meio destes saberes que se consegue identificar as características do país e apresentar a

região, sob uma forma adequada, nos moldes da ciência, ao restante dos brasileiros. Conhecer o país é conhecer a si mesmo, nessa visão.

Os estabelecimentos de ensino são tidos como irradiadores do conhecimento não somente no Ceará, mas em diversos outros estados (Piauí, Pernambuco e Paraíba). O Crato é apresentado não somente como ponto aglutinador de uma das práticas mais tradicionais e características da produção econômica do Estado, mas como o centro difusor de ideais de civilidade e progresso no sertão brasileiro. A ligação da cidade com o passado glorioso (grandes feitos como a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador) não impede os cratenses de olharem para o futuro e serem adeptos do desenvolvimento e do progresso. É no comércio que o desenvolvimento material vai ser realizando. Por mais que a produção dos derivados da cana-de-açúcar não seja lucrativa, ela move diversas outras atividades e uma rede de relações que vai desenvolvendo tecnologia agrícola até então inexistente naquelas localidades.

O quarto número de *Itaytera* traz o depoimento de Teles de Carvalho acerca do lançamento de mais um escrito do presidente do ICC. Ele afirma que o estudo de Figueiredo Filho contribui consideravelmente para o campo da sociologia. A tônica laudatória e elogiosa do referido estudo é fruto de um esforço do autor de *Meu mundo é uma farmácia* em trazer vários campos do conhecimento para diálogo, bem como das relações que ele estabeleceu com intelectuais diversos.

O livro de José de Figueiredo Filho, porém, não se impõe, apenas pela sua esmerada apresentação artística, mas pelo seu conteúdo, que se constitui inestimável contribuição ao conhecimento da sociologia brasileira, como acentua o seu prefaciador, José Anastácio Vieira, Diretor do S.I.A. Com efeito, nos nove capítulos em que está dividida a obra, o autor desenvolveu o tema à base de conhecimentos adquiridos em escolhida bibliografia e, sobretudo, através de sua própria observação pessoal, demonstrando, de modo insofismável, o papel preponderante do engenheiro de rapadura na formação sócio-econômica do Cariri. (CARVALHO, 1958, s./p.).

O diretor do S.I.A, finalizando o texto de apresentação da obra de Figueiredo Filho, apresenta um argumento muito utilizado pelos críticos, comentadores e prefaciadores das obras do intelectual cratense: a aptidão e legitimidade para a escrita está alicerçada no fato de conviver com a realidade sobre a qual se estuda e em fortes imersões nas metodologias e caminhos que o mundo das ciências pedem, ou seja, rigor científico, leituras e análises.

Natural do Crato, e aí vivendo, não é, pois um estranho ao assunto. Aliás, desde há muito que escreve na imprensa nordestina sobre o tema desta monografia e assuntos afins, além de obras diversas que tem publicado. Concatenando trabalhos anteriores, refundiu-os e com subsídios colhidos em seleta bibliografia, JOSÉ DE

FIGUEIREDO FILHO apresenta êste ENGENHOS DE RAPADURA DO CARIRI, onde não só descreve moagens e plantios de cana, mas focaliza, também aspectos da vida na região, para mostrar a civilização que foi criada naqueles rincões, por elementos genuinamente brasileiros, nascidos e educados ao abrigo da velha indústria da rapadura. (VIEIRA, 1958, p.08).

J. de Figueiredo Filho chega a ser apresentado como um intérprete da realidade brasileira, alguém que conseguiu, por meio de um estudo de caso, apresentar com exatidão e detalhes a realidade social presente em boa parte do sertão brasileiro. A localidade da produção dos engenhos de cana-de-açúcar não invalida a perspectiva sobre o homem sertanejo defendida aqui. Em alguns momentos, nota-se claramente a tônica pessoal do autor dando contornos à obra. A experiência de ter vivido em ambientes análogos ao analisado, torna-o uma autoridade. As técnicas de pesquisa, as leituras de obras referenciadas no meio intelectual são somadas ao que havia de grande valia para o homem do sertão: a vivência direta com a natureza e a realidade. Memórias, são evocadas e postas em diálogo com termos, pareceres, dados e informações técnicas sobre a terra, os produtos e os meios de produção:

Em minha meninice, porém, todos eram movimentados a juntas de bois mansos. Vi o primeiro motor no sítio do Cel. João Gomes, nos brejos. Foi em Bebida-Nova, recanto belíssimo dos pés de serra de Crato, e que pertenceu ao meu pai, onde passei os melhores dias de minha vida de criança. Ali foi que vi bem de perto, todo o trabalho de plantio e replantio de cana-de-açúcar, quando socas e ressocas quase nada tinham mais a dar. Também enterrei toros, em covas e leiras, com essa inata atividade de menino. Fui tangedor de bois, porque tôda criança mais taluda tem que montar nas almanjarras ou no boi mais manso da junta traseira. De qualquer dessas posições espicaçava os animais da frente com a vara de ferrão, ou os açoitava, sem piedade, com o chicote de couro cru. (FIGUEIREDO FILHO, 1958, p.47).

Não somente os estudos de folclore, mas toda a produção intelectual de Figueiredo Filho teve, em maior ou menor grau, fundamentação no contato direto que o autor teve com a realidade. É um dos argumentos de autoridade e legitimação do seu papel de sujeito apto a falar sobre o Cariri cearense. Falar sobre o que vivenciou constrói um cenário seguro para o leitor. A possibilidade de erros, mentiras ou informações imprecisas, nesse caso, é considerada mínima.

A leitura e análise desse livro trouxeram algumas surpresas. A maior delas foi perceber que existiu um esforço, principalmente nos dois primeiros capítulos (“Alguns dados históricos” e “A região, o homem”), em construir uma narrativa historiográfica. Inicialmente, o autor procurou estabelecer, por meio da pesquisa e da narrativa histórica, os primeiros passos de diálogo para, posteriormente, desenvolver seu raciocínio acerca dos aspectos mais peculiares dos engenhos de rapadura. A procura por delimitar marcos, origens,

caracterizações é algo presente logo nas primeiras linhas. Afinal, identificar a produção econômica local pressupõe demonstrar conhecimento fundamentado sob o espaço que se deseja refletir. Fica nítida a demarcação intelectual que Figueiredo Filho busca realizar: conhecedor profundo da região, não foge às necessárias tomadas de posição, nem arrisca a conceber posicionamentos sem fundamentação teórica ou documental. Sua escrita é permeada por uso de autores e documentações fartas para justificar suas assertivas, como visto abaixo:

Há bem pouco tempo, havia incerteza quando ao aldeamento de Miranda ter sido obra dos missionários capuchinos ou carmelitas. Hoje não há a menor dúvida que foram os barbadinhos, filhos espirituais de São Francisco, os primeiros a disseminar a luz do Evangelho na terra onde se originou das mais importantes cidades do Ceará. Duas citações do artigo *A Cidade de Frei Carlos*, de autoria do inteligente e incansável pesquisador da história caririense – PE. ANTÔNIO GOMES DE ARAÚJO, no número (dois) da *Província*, de Crato, esclarecem bem o assunto [...]. (FIGUEIREDO FILHO, 1958, p.09).

O início do povoamento da região do Cariri, que teve como primeiro núcleo espacial o que veio a tornar-se a cidade do Crato, foi um debate presente durante muitos anos entre os intelectuais do ICC. O Padre Antônio Gomes de Araújo, exímio pesquisador nos arquivos locais, segundo Figueiredo Filho, conseguiu resolver essa contenda. O livro *A Cidade de Frei Carlos* é tomado para atribuir aos frades capuchinos, caracterizados por Figueiredo Filho como “barbadinhos”, a autoria das primeiras investidas no sentido de construir povoados aos moldes europeus, ou pelo menos norteado pelos habitantes do Velho Continente. Nota-se, também, uma avaliação positiva da ação colonizadora na região. Críticas aos aldeamentos ou à imposição de culturas externas não são identificadas nesse excerto. Segundo Figueiredo Filho, assumindo caráter assertivo em relação às contendas historiográficas: “Frei Carlos de Ferrara, missionário capuchino, foi o verdadeiro fundador da Missão de Miranda que, depois, ao passar à vila, tomou o nome de sua homônima de Portugal” (FIGUEIREDO FILHO, 1958, p.09).

O caráter de atribuição de valor a um determinado passado é utilizado como estratégia para construir uma linha de inteligibilidade e significação entre passado e presente na sua narrativa. O sucesso e a relevância da atividade canavieira relatada, para o autor, possuem diretas conexões com o caráter bravio e guerreiro dos caririenses do passado e com suas grandes lutas de emancipação. Demonstrar que existiu uma temporalidade de grandes nomes, que realizaram feitos inscritos na história e na memória local, é um fator primordial para a compreensão da naturalidade que a região possuía em prosperar, nessa visão.

A importância do Cariri, entretanto, tem como alicerce principal e desde os tempos coloniais, o cultivo da cana e seus engenhos. Crato, que é sua metrópole natural, foi o teatro principal das lutas de independência política do Brasil, em terras cearenses. A 3 de maio de 1817, o diácono José Martiniano de Alencar proclamou, na Igreja Matriz, o ato de adesão de Crato ao movimento libertador soprado de Pernambuco. Foi o único município do Ceará que teve tal gesto de heroísmo e sacrifício. [...] Em 1823, foi da Vila do Crato que partiu a expedição contra Fidié, em Caxias do Maranhão e que iria libertar definitivamente o norte do domínio lusitano. (FIGUEIREDO FILHO, 1958, pp.21-22).

Pensar a produção de significados do tempo pretérito para grande parte dos intelectuais do ICC é identificar na Revolução de 1817, na participação do Crato nas lutas pela independência política do Brasil e na Confederação do Equador marcos que inserem a região nas grandes narrativas históricas. Deste modo, grande parte dos assuntos a serem abordados será relacionada com esses momentos tidos como fundadores de uma identidade e uma temporalidade caririense. Realizando o diálogo com a temática do livro, vemos que:

Todos aqueles heróis e também os chefes locais que sufocaram seus anseios de liberdade, foram criados à sombra acolhedora dos engenhos do Cariri. D. Bárbara, a primeira mulher republicana do Brasil, em ordem cronológica, mãe de Tristão e de José Martiniano de Alencar, era proprietária de engenhos e de muitas fazendas de criar, em Pernambuco, de onde era originária, e no Piauí, onde faleceu. (FIGUEIREDO FILHO, 1958, p.22).

Bárbara de Alencar, considerada o pilar da família de maior prestígio do Cariri, os “Alencar”, Tristão de Alencar e José Martiniano de Alencar são apresentados como parte do grande panteão de heróis regionais. Os três possuem algo em comum, além dos laços de sangue: terem convivido com os engenhos de cana-de-açúcar. Uma relação de retroalimentação. Criadores e criaturas. O homem e a natureza. A técnica e o sentimento forjando um tempo e um espaço.

No entanto, a abordagem não é exclusiva aos nomes que compõem o panteão dos heróis. O cotidiano e o chamado “homem comum” são retratados, pois essas são as bases da realidade dos engenhos de cana-de-açúcar. A interação entre os senhores dos engenhos e a população pobre que trabalhava na atividade açucareira é exemplificada no relato sobre as festas ocorridas nesse espaço:

Havia festas na casa do senhor de engenho. Novenário, casamentos e batizados. O foguetório troava nos ares e a banda cabaçal exibia seu repertório de baião e marchas. A comedoria era de faltar. Perus assados e galinhas cheias. A galinha de mólho-pardo, servida com farofa e arroz, era de botar água na boca do maior dispéptico. Naquele dia de festa, não se assava carne-sêca. Eram os cozidos e os assados servidos em profusão. O vinho que dominava na casa do senhor de engenho não era o de mesa e sim o Moscatel. O povo bebia a cachaça e a meladilha feita com aguardente, e, mel de abelha. Fruta quase à vontade do corpo. Os doces eram compotas de banana, caju, côco, buriti e o doce de leite, carocado, ligado ou mole.

Havia bolos de massa-puba, sequilhos e raiva. À noitinha, a harmônica troava para a festa na sala e mais adiante, em latada de palha, com piso de terra batida, o morado rodopiava no samba, até o alvorecer. Não faltava manué, aluá, broa, ou cachaça, à vontade do corpo. (FIGUEIREDO FILHO, 1958, p.25).

Uma história do cotidiano é forjada a partir do momento em que se elege práticas de sociabilidade entre senhores de engenho e trabalhadores como prisma de reflexão acerca da sociedade caririense do período. Reitera-se, nesse momento, o caráter amplo que *Engenhos de rapadura do Cariri* possui, podendo ser alargada do campo da economia, até aos estudos sociológicos. Os detalhes elencados nesse trecho permitem identificar não somente as práticas e os costumes do período, bem como o perfil de produção e consumo existente nesse contexto, o que demonstra um cuidado, por parte do autor, em não realizar uma narrativa que permita uma visão isolada dos aspectos que constituem uma determinada sociedade. A forma como os capítulos foram ordenados e os dados colhidos (seja por meio de estudos bibliográficos ou de experiências pessoais) apresentados, possibilita pensar as inúmeras interseções possíveis entre cotidiano, economia, política, subjetividades e cultura. O primeiro capítulo aborda os dados históricos de formação da região. O segundo e o terceiro capítulos tratam da relação entre o homem e a natureza, estabelecendo relações entre as características naturais e as formas de apropriação da terra. O quarto capítulo é um dos maiores, pois trata de forma detalhada da vida nos engenhos de rapadura, dando destaque para o cotidiano e para as práticas tecnológicas que vão sendo desenvolvidas em torno da produção local. O quinto e o sexto capítulos abordam alguns engenhos locais e sua importância para o desenvolvimento da economia. O sétimo e o oitavo capítulos têm uma centralidade maior nas questões culturais da rapadura: trabalha questões como alimentação e folclore nos sítios caririenses. O nono, e último capítulo, tem por objetivo situar os engenhos existentes na região.

Pensar os aspectos que estão para além da materialidade das relações econômicas, das cifras, dos aspectos majoritariamente tecnológicos da moagem da cana-de-açúcar é um esforço realizado e amplamente percebido durante a leitura da obra. O homem do campo ganha um papel de destaque em dois aspectos, pelo menos, na análise de Figueiredo Filho: a mudança de relação com o patrão e a saudade da terra, durante exílio.

O homem também é assim. Quando sai do Cariri não pode esquecer o engenho. Do meado do ano em diante, começa a inquietar-se. Pode estar no asfalto do Rio, na fazenda paulista ou no seringal amazonense. O cheirinho do mel e da garapa entra-lhe pelo olfato, em sua imaginação. Relembra a terra longínqua. O engenho a cantar. O catimbeiro a galopar como louco. O gôsto bom da batida, do alfenim e da raspa da gamela. – Ora meu Deus, que estou fazendo nessa terra? E compra a passagem de volta ao Crato, ou quando não pode, sua alma fica a sangrar de nostalgia e saudades, daquelas paragens distantes da terrinha encantadora e boa. Que importa que o torrão

natal o chicoteie e meta-lhes as esporas? O engenho não é só de seu proprietário. Tem alguma coisa que pertence a todos nós. O alfenim, a rapadura quente, o caldo de cana e a beleza estonteante de sua paisagem. (FIGUEIREDO FILHO, 1958, pp.39-40).

A narrativa acima destacada aponta para uma simbiose entre o homem e o meio dos engenhos de rapadura. Os elementos evocados, no sentido de construir um argumento sólido em relação aos reais motivos que ligam o sertanejo à sua terra, tem origem nos canaviais e na estrutura de corte e transformação da cana-de-açúcar nos seus derivados. Um sentimento de saudade construído no íntimo do homem do campo, nos espaços onde sociabilidades foram estabelecidas, identidades foram forjadas, no lugar onde ele se sente pertencente, sujeito que constrói e é construído. O conhecido drama do exílio e da saudade, pelo qual milhões de nordestinos passaram e ainda passam, ganha um aspecto singular da região do Cariri: o engenho de rapadura. É um dos lugares de memória<sup>7</sup> da região.

No que tange às mudanças causadas na sociedade brasileira no decorrer do tempo, o que se percebe, no autor, é a nostalgia presente em alguns aspectos, no que diz respeito ao modo de vida construído nas pequenas cidades sertanejas. Uma das principais rupturas diz respeito ao estabelecimento (ou não) de relações para além do trabalho entre patrão e empregado. Segundo o autor:

Os laços que ligavam os patrões aos moradores, cada vez mais se vão rompendo, não por espírito de revolta. A causa principal está na falta de braços em consequência da imigração para o sul. [...] O patrão já não é o protetor de outros tempos. É o primeiro a entregar o cabra à polícia quando êste se mete na carraspana e acabador de sambas. O trabalhador já resmunga contra o patrão e, desde há muito, deixou de ser o capanga para o que desse e viesse. Reclama o salário e por qualquer coisa arruma os possuídos e muda-se para outro lugar. O patrão queixa-se da negligência do morador na faina agrícola e chega até a desejar uma secota para melhor discipliná-lo. Mas, quando esta açoita sem piedade, desarticulando a vida econômica da região, ricos e pobres irmanam-se para a luta comum contra o secular flagelo. (FIGUEIREDO FILHO, 1958, p.42).

Um cenário que cria possibilidades de ascensão econômica/social ou manutenção desta faz com que o trabalhador não possua o grau de dependência que tinha anteriormente,

---

<sup>7</sup> O conceito de “lugares de memória” tornou-se difundido a partir dos estudos de Pierre Nora. Em 1984, ele coordenou uma publicação intitulada *Les Lieux de Mémoire*, que deu origem ao termo. Para Nora, a sociedade ocidental vive um período de “aceleração do tempo”, uma conjuntura identificada com a perda de referências do passado. Com a crise oriunda do século XX, após as grandes catástrofes, perdeu-se a capacidade de ter referências, nessa visão. Por consequência dessa necessidade de orientação, o passado fora utilizado como “lugar de segurança e identificação”. Os lugares de memória possuem essa função: cristalizar uma memória e perpetuar uma perspectiva que crie sentimentos de identificação entre os sujeitos de uma determinada nação ou grupo. Diante desse cenário, o autor identificou uma “febre de memória”, onde tudo se quer guardar e arquivar. Perder esses vestígios do passado é impossibilitar a memória de existir. Para mais informações sobre o conceito de “lugar de memória”, Cf. NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**, São Paulo, nº 10, 1993, pp. 71-92.

com seu patrão. O desenvolvimento tecnológico, a criação de novas fazendas, uma lógica que cada vez menos demanda trabalho humano, a urbanização das pequenas cidades e, conseqüentemente, o surgimento de novos postos de trabalho na recém-formada *urbe* são elencados na construção desse panorama nada favorável ao modelo anterior, em que o paternalismo possibilitava a sobrevivência dos empregados e de suas famílias, contudo, mantendo-os sob total controle. É o “catastrófico diagnóstico” da emancipação do trabalhador. Contudo, não se deve realizar uma interpretação enviesada desse posicionamento. O que o autor procurou colocar, e isso fica nítido nas últimas linhas do excerto acima levantado, é a necessidade de união entre os habitantes do meio não litorâneo para o seu desenvolvimento. A seca, principal entrave para o desenvolvimento e o progresso regional, é o momento que une todos em busca de um objetivo comum: a sobrevivência e posterior melhoria da qualidade de vida. Portanto, a manutenção de uma relação que possibilite a união de todos é fundamental, na leitura de Figueiredo Filho, para que o Cariri possa vir a conhecer tempos mais áureos, sem deixar-se abater pelos efeitos negativos que os fenômenos climáticos, porventura, venham a causar.

A década de 1960 marcou a imersão de J. de Figueiredo Filho no campo dos estudos de folclore. A publicação de duas obras, *O Folclore no Cariri* e *Folguedos Infantis Caririenses*, pode ser considerada a materialização de um esforço realizado institucionalmente na Comissão Nacional do Folclore<sup>8</sup> e na fundação da Comissão Estadual do Folclore/Seção Ceará. Sua atuação enquanto membro de instituições ligadas ao campo do folclore contribuiu para um maior alcance de sua atividade intelectual. As viagens realizadas para congressos e atividades (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul) alargaram as possibilidades de diálogo do representante cearense no movimento folclórico brasileiro com outros intelectuais, bem como de divulgar sua obra e seu esforço pessoal na proteção das tradições populares de sua terra natal.

A análise dos estudos folcloristas é de grande valia para os objetivos desta dissertação: pensar como o Cariri é construído e apresentado pela historiografia exige compreender que outras formas de se representar um espaço, por meio de seu passado, existem. Segundo David Lowenthal, existem três grandes fontes de conhecimento sobre o passado: a memória, a história e os fragmentos. Para ele, o passado é algo que surge como tal

---

<sup>8</sup> Organizada em 7 de novembro de 1947, a Comissão Nacional do Folclore tem como objetivo “incentivar os estudos e pesquisas folclóricas e a representar, como entidade nacional, as instituições folclóricas e os folcloristas brasileiros nas suas relações com personalidades e grupos estrangeiros interessados no assunto”. Disponível em: <http://comissaonacionaldefolclore.org.br/introducao-historica/>. Acesso em 01/02/17, 17h00. Dentre os principais nomes organizadores dessa instituição, podemos citar Renato Almeida (Secretário Geral), Gustavo Barroso, Gilberto Freyre, Heitor Vila Lobos e Luís da Câmara Cascudo.

a partir do momento em que o identificamos deste modo. Portanto, o tempo pretérito é uma construção presente, realizada por meio de ferramentas que constroem esse “corte” entre o que se viveu e o que se está vivendo (LOWENTHAL, 1998). A relação entre memória e história é conflituosa, dado os pontos de convergência e divergência existentes entre ambas. Não é o objetivo, neste caso, realizar um inventário de diferenças entre as duas formas de representar o passado acima citadas. Contudo, algumas especificidades são postas em relevo quando se opera com escritas de cunho distinto, como o folclore e a história.

A memória pode ser vista como a base da consciência sobre o passado, pois “através das lembranças recuperamos consciência de acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje, e confirmamos que já vivemos um passado” (LOWENTHAL, 1998, p.75). Existe uma demanda por localização e identificação que a rememoração parece atender. Em cenários de desestabilidade política (crises de governo, mudanças de regime político, grandes escândalos que envolvem figuras até então consideradas imaculadas), o que se percebe é o desejo de encontrar um ponto de apoio. É nesse contexto que, em diversos casos, a memória é chamada a cumprir um papel “salvador”. Todavia, não é saudável apreender esta como natural e a-histórica. A memória é seletiva e dinâmica. Inúmeros aspectos (posição social, contexto em que se deseja evocar o passado, medos, interesses, disputas, esquecimento, dúvida etc.) são preponderantes na construção de uma narrativa sobre o passado, por meio do ato de lembrar: “A necessidade de se utilizar e reutilizar o conhecimento da memória, e de esquecer assim como recordar, força-nos a selecionar, destilar, distorcer e transformar o passado, acomodando as lembranças às necessidades do presente” (LOWENTHAL, 1998, p.77). É a partir do presente que a memória é evocada. Na história ocorre de maneira semelhante, os caminhos utilizados e as ferramentas é que diferem. Autores como Pierre Nora, Jacques Le Goff, Ulpiano Bezerra de Menezes, Beatriz Sarlo e Elizabeth Jelin trouxeram numerosas contribuições para essa temática.<sup>9</sup>

Uma das características comuns nos livros de Figueiredo Filho é a seção “Explicando”. Nela percebemos uma espécie de editorial, uma linha explicativa que delinea a concepção ideológica, o método de pesquisa e a escrita da obra. Na seção de *O Folclore no*

---

<sup>9</sup> Para obter mais informações acerca desse debate Cf. LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990; JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid y Buenos Aires: Siglo XXI Editores. 2002; MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, nº34, 1992, pp.9-24; NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**, São Paulo, nº 10, 1993, pp. 71-92; SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras/Belo Horizonte: UFMG, 2007.

*Cariri*, existe uma delimitação dos estudos folclóricos caririenses. Uma data e uma instituição aparecem como construtoras desse campo de estudos, na região:

Desde outubro de 1953, por ocasião das empolgantes festividades, em comemoração ao centenário de elevação do Crato à categoria de cidade, que o folclore caririense apareceu, com tóda a sua pujança. Para figurar naqueles festejos, foi preciso muito esforço do grupo intelectual, que depois fundou o Instituto Cultural do Cariri. Ainda existia certo ranço de prevenção contra os folguedos que nasceram da vida anônima do povo simples, dos brejos e pés-de-serra. Mas, tudo foi contornado e vencido pela gente que lia e escrevia, na tradicional e progressista cidade do Crato. (FIGUEIREDO FILHO, 1960, p.07).

Os sujeitos que, posteriormente, fundariam o Instituto Cultural do Cariri foram elencados como atores fundamentais no desenvolvimento das práticas de preservação e promoção do folclore local. As festividades que envolveram o centenário da cidade do Crato foram o momento oportuno para a legitimação desse grupo como o *locus* de produção e fala oficial sobre a região. É notória a construção de uma narrativa heróica para a “gente que lia e escrevia”, como os salvadores das manifestações populares. Após o esforço inicial, “o folclore regional assim criou alento e não ficou mais escondido nos sítios caririenses” (FIGUEIREDO FILHO, 1960, p.07). Foi justamente o empenho realizado para construir as efemérides da cidade que deu novo fôlego para os brincantes de reisado, maneiro pau, bandas cabaçais, bumba meu boi<sup>10</sup>. A instituição já nascia com um dos seus objetivos sendo alcançados: a defesa intransigente dos valores da região e a promoção de atividades que buscassem o desenvolvimento e a manutenção das mesmas. É nesse cenário que duas vertentes de atividades do folclore serão desenvolvidas: a promoção de apresentações dos grupos folclóricos, e a efetiva produção intelectual de estudos que, alimentados pelo folclore, buscaram identificar o folclore da região em suas peculiaridades.

Este segundo conjunto de atividades, para o então presidente do ICC, merecia uma atenção maior, pois, segundo ele:

---

<sup>10</sup> Consideradas partes do folclore da região, essas manifestações dão o ritmo e a dinâmica das manifestações populares no sul do Ceará. O reisado é um folguedo de ciclo natalino que louva o nascimento de Jesus, a partir da ida do três Reis Magos até o presépio. Dentre os personagens do reisado, podemos destacar o Mestre, o Embaixador, o Rei, a Rainha, o Palhaço Mateus e o Boi. O maneiro-pau é uma dança coreografada que se utiliza de bastões de madeira para realizar danças e coreografias em dupla ou em grupo. A dança ocorre em uma roda, onde músicas são entoadas e instrumentos como o violão e o pandeiro dão o ritmo. As bandas cabaçais são conjuntos musicais que constituídos por cinco pessoas: uma no zabumba, duas no pífano, uma na caixa e uma nos pratos. A zabumba é um tambor feito de couro de boi, bode ou vaca, amarrado com cordas à uma estrutura de madeira cunhada manualmente. A caixa é semelhante a zabumba, sendo esta menor e com três faixas de uma espécie de arame que emite um som ruidoso. Os pífanos são espécies de flautas transversais que são feitos de madeira ou cano e possuem afinação própria, baseada na distância entre os orifícios. Não existe partitura para a execução das músicas no pífano. Geralmente, aprende-se a tocar as músicas na prática. Os pratos são uma inserção posterior na banda. Industrializados, eles vêm da tradição das bandas marciais e foram incorporados com o tempo.

Pouco, no entanto, se tem escrito sobre o folclore caririense. Apenas alguns artigos esparsos, em jornais e revistas do Ceará e de fora. Impunha-se, portanto, um trabalho de concatenação de tantos motivos que enchem a região e que nos vieram de um passado bem remoto. E isso me propus a fazer, embora me faltem qualidades essenciais, com muito excesso de boa vontade. (FIGUEIREDO FILHO, 1960, p.08).

Existia, ou foi construída, uma demanda por estudos de folclore. Um passado remoto, repleto de detalhes e de informações, dispostos de maneira desordenada nos poucos estudos existentes, que necessita ser decifrado e publicizado diante de um projeto maior: o encontro do país consigo mesmo. O tempo pretérito possuía um peso elevado nesse momento, pois é através deste se chegaria ao objetivo principal dos folcloristas, que durante muito tempo não foi alcançado pelos demais intelectuais: encontrar a essência do povo brasileiro no homem simples do campo e nas suas mais variadas formas de ver, sentir e viver o chão natal. Uma função honrosa como essa exigia qualificação, algo que, para o nosso intelectual, seria compensado com boa vontade e esforço. Figueiredo Filho não reivindicava para si nenhuma alcunha, a não ser a de farmacêutico, por sua formação universitária. Entretanto, em diversos momentos, o que se percebe é a justificativa de seus variados estudos pautada no desejo de demonstrar o valor e as características de sua terra: “‘O Folclore no Cariri’ é a modesta contribuição de um observador interiorano, para a ciência folclórica, hoje integrada à cultura geral, e é, também, produto da feliz e dinâmica atuação da Universidade do Ceará no meio caririense” (FIGUEIREDO FILHO, 1960, p.08). Um observador que, influenciado pela ciência e pelos projetos que o Ensino Superior, materializados na fundação da Universidade do Ceará, na década de 1950, trouxeram para o Estado, daria sua parcela de contribuição para o esclarecimento sobre o que seria o Cariri cearense.

Pensar uma obra que retrate as manifestações folclóricas da região trouxe para Figueiredo Filho um desafio: inserir-se em um novo campo de estudos para, de uma nova forma, corroborar com um discurso em amplo desenvolvimento, quer dizer, a relevância e particularidade de sua região para o estado e para o país. Nas suas palavras:

Nesta monografia procuro, outrossim, desenvolver e comprovar a tese de que a colonização do Cariri, de acordo com o seu folclore, se procedeu de maneira diversa do restante do Ceará. Também não descreverei minuciosamente todos os motivos existentes na região, pois muitos deles têm caráter nacional e até internacional, já estando sobejamente debatidos em livros, revistas e jornais. [...] Não me limitei a servir-me unicamente da prata de casa. Citei mestres do folclore nacional e internacional. Mas, quando os fatos locais, observados lealmente por mim, me permitiam discordar de abalizadas opiniões, não tive medo de contrariá-los, sem qualquer pretensão exibicionista. (FIGUEIREDO FILHO, 1960, p.08).

O uso da ciência, ou do método científico, como prova de uma tese é notória nesse momento. O estudo realizado possui duas faces que dialogam entre si: a intenção de mostrar que o Cariri cearense possuiu uma colonização e um desenvolvimento particulares, em relação ao restante do Ceará, através dos estudos folclóricos, mostrando a diversidade de campos do conhecimento que corroboram com essa tese, e a materialização de um movimento de profissionalização que ocorreu nesse período com os estudos folcloristas. Ao trazer essas discussões ao público, foram realizados diálogos com outros estudos que abordaram, pela via do folclore, a formação de povos e sociedades. É a construção de uma lógica que pauta esse campo de estudos, que então reivindicava o *status* de ciência, como capaz de realizar diagnósticos precisos e completos sobre as mais diversas realidades sociais existentes. A capacidade de utilizar autores locais, nacionais e internacionais nos dá pistas da tentativa de corroborar com esse cenário e de realização de uma prática de legitimação, tornando público seu arcabouço de leituras.

O primeiro capítulo, intitulado “A riqueza de motivos folclóricos do Cariri”, merece uma análise mais cuidadosa. É nesse momento que se evidencia, de maneira sistematizada, a concepção de folclore e de Cariri para o autor. Alguns aspectos foram destacados e serão analisados, procurando delinear como o folclore foi utilizado para apresentar um Cariri ainda pouco explorado pelos intelectuais. O primeiro aspecto diz respeito ao caráter de resistência das manifestações populares frente aos novos tempos e à rejeição de outros grupos:

Mesmo com o progresso que começou a penetrar no Cariri, e após longo período de menosprêzo pelas elites, por tudo quando era genuinamente nosso, o folclore dêste pedaço importante da terra cearense continua bem vivo, sendo até mesmo dos mais característicos do Nordeste brasileiro. Pelo milagre da pertinácia do caboclo dos pés-de-serra, brejos e bairros citadinos, conservaram-se, mais ou menos puras, muitas das tradições que o tempo não conseguiu destruir. (FIGUEIREDO FILHO, 1960, p.10).

À que se deve a manutenção de práticas tidas como seculares no sertão cearense? Inicialmente, é apontado o “milagre da pertinácia do caboclo”. O sujeito que vive nos “pés-de-serra, brejos e bairros citadinos” foi o responsável por manter intacta determinadas tradições que encontraram diversos empecilhos. Dentre esses, o menosprezo das elites, por consideram essas tradições uma “cultura baixa”, e o progresso, que transformou as relações existentes nas cidades interioranas e, conseqüentemente, “destruiu a essência” do homem do campo. A relação entre modernidade e tradição aqui é encarada como uma disputa. Velhas concepções, já sedimentadas por gerações anteriores e por uma tradição oral, sendo postas a

prova diante de variadas inovações que o avanço do capitalismo industrial trouxe para os mais distantes rincões:

A luta se travou, em nome da civilização que penetrava no vale, contra as velharias que nos prendiam ao passado. O zabumba tinha de desaparecer, para que o forasteiro litorâneo não o surpreendesse a tocar em instrumentos tão bisonhos e primitivos, em pleno centro citadino de Crato, que começava a instalar colégios, iluminar-se à eletricidade, ter jornais e cinemas. (FIGUEIREDO FILHO, 1960, p.12).

A necessidade das cidades interioranas se adaptarem aos novos tempos fez com que inúmeras questões fossem colocadas a prova, no que diz respeito aos costumes e às tradições que eram até então praticados sem nenhuma, ou pouca, resistência. Rememorando esse tempo, Figueiredo Filho narra que, durante a gestão de seu pai frente ao poder executivo municipal, houve, por parte de seu progenitor, a ação de inibir as bandas cabaçais, por considerar esse tipo de prática arcaica. Segundo ele, “combatia-o em nome das coisas novas. Proibiu a exibição das cabaçais em dias comuns, e até nas férias, a desfilarem pelas ruas. Os progressistas de então o aplaudiram [...]” (FIGUEIREDO FILHO, 1960, p.13). O filho, tentando justificar uma atitude passada e legitimar-se, afirma: “Se aprovei depois, já rapazinho, o ato proibitivo de meu pai, foi exclusivamente por amor ao progresso, em luta para desalojar de Crato um arcaísmo que já estava na época de ser eliminado do cenário citadino” (FIGUEIREDO FILHO, 1960, p.13). O desejo de querer uma cidade mais desenvolvida entrou em choque com o apego e a valorização de aspectos que, até então, eram tidos como corriqueiros e pertencentes à identidade regional.

Com o intuito de provar, por meio dos estudos de folclore, a distinção na colonização e no povoamento do Cariri, o autor se detém por algumas páginas a discorrer sobre as influências externas que a região sofreu. Essas podem ser encontradas nas manifestações culturais realizadas na capital e nas cidades do interior, e comprovadas por estudos de pesquisadores realizados nos arquivos:

O folclore do Cariri, conservado quase puro ainda, apesar dos abrolhos surgidos em seu caminho, ainda é outra grande prova de que a colonização do vale foi realizada por elementos que não procederam do norte cearense. Em Fortaleza e arredores não se conhece o zambumba-de-couro. É quase desconhecido ali o maneiro-pau. Nunca se dançou o milindô nas praias cearenses e circunvizinhança. Todos os folguedos difundidos no sul do Ceará, encontram, no entanto, similares em Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Bahia, e isso com raízes multisseculares. É mais uma prova da versão vitoriosa, defendida pelo historiador pe. Antônio Gomes de Araújo, que demonstrou matematicamente tal influência, com a presença, no Cariri, de mais de quatrocentas famílias de origem baiana e duzentas e tantas sergipanas. (FIGUEIREDO FILHO, 1960, p.15).

A prática folclorista sustentava a existência de uma “pureza” no povo. Essa característica reiterava que não existiram processos de mistura entre culturas ou absorção, forjando, assim, identidades. O folclore caririense, nesse caso, é mostrado como ainda intacto, o que permitiu ao autor realizar afirmações certas sobre quais os povos que fundaram a identidade sul cearense. Baianos, alagoanos, sergipanos e pernambucanos são tomados como os primeiros povos a construírem, nesse espaço, práticas que foram delineando imagens comuns. A inexistência desses elementos na capital cearense, localizada no litoral, e a semelhança entre os folguedos caririenses e os existentes nesses outros Estados, trouxe a noção de que a colonização e o povoamento da região foram realizados por sujeitos oriundos de outras localidades. A utilização dos estudos cartoriais do padre Antônio Gomes de Araújo, considerado, entre os membros da intelectualidade cearense, um dos maiores pesquisadores de arquivo, sedimentava essa tese. Este último, na verdade, já havia sustentado a ascendência baiana na região. Ou seja, a obra de folclore aqui apontada, apenas reiterou uma tese já aventada, agora por outros meios.

As manifestações populares aqui são apresentadas não somente como práticas de diversão ou fruto do ócio. O olhar do folclorista classifica esses tipos de fenômenos como partes integrantes do processo de construção de uma identidade coletiva e de formas de viver, expressar, construir e significar o mundo em que esses sujeitos vivem. É atribuída a esse campo de estudos uma relevância que é justificada por sua capacidade de apreender a realidade social nos seus pormenores: “É o termômetro de aptidões diversas de um grupo e a prova da inteligência criadora de povos, tidos até por inferiores, conforme a errônea afirmação das chamadas raças que se proclamam superiores ao comum dos mortais” (FIGUEIREDO FILHO, 1960, p.19).

Em *Folguedos Infantis Caririenses*, a memória é posta em lugar de destaque na construção da obra. É realizado um apelo à memória dos tempos de criança do autor, dando ao escrito um tom sentimental que procura se sustentar na lógica do testemunho. Ter vivido “na pele” determinadas situações, deu-lhe legitimidade para falar sobre sua terra, bem como creditar confiança nos elementos que foram descritos na obra. Percebamos que, tanto na sua autobiografia, como nos estudos folclóricos, a questão testemunhal foi um dos pilares de sustentação de sua obra. Compreende-se, dessa forma, a tentativa de elaborar mecanismos que dialoguem com o desejo de verdade que imperava em seus trabalhos. Um bom intelectual é aquele comprometido com a verdade, acreditava. Vivenciar a verdade narrada é algo que o distingue dos demais. Um trabalho de folclore, que procura resgatar tradições que estão em

perigo de desaparecimento, tem nas memórias pessoais do autor um argumento de autoridade:

A êste ensaio dei quase caráter de memória. É o que o mundo infantil, que melhor conheci, foi o que girou em torno de minha pessoa, justamente quando os motivos locais estavam, mais ou menos, puros, sem mescla de folguedos importados como acontece hoje. (FIGUEIREDO FILHO, 2010e, s./p).

A obra em questão procurou retratar os folguedos populares vivenciados durante a infância nas cidades interioranas. A criança torna-se um sujeito ativo na construção do saber científico sobre a realidade brasileira. O método de utilizar experiências pessoais, quando era novo, trouxe para Figueiredo Filho uma identificação com a causa do movimento folclórico, bem como com a defesa intransigente da região do Cariri, como detentora dos elementos mais básicos na formação da identidade brasileira. A memória, nesse caso, torna-se um recurso identitário, pois “relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. [...]; recordar experiências passadas nos liga a nossos *selves* anteriores, por mais diferente que tenhamos nos tornado” (LOWENTHAL, 1998, p.83).

Na seção de apresentação do estudo, o autor faz uma defesa do uso de memórias pessoais em estudos dessa natureza. Nesse momento, o que se percebe é a construção de um argumento que legitimasse a escolha de um caminho de pesquisa distinto do que pregavam as perspectivas científicas apregoadas de forma hegemônica nos centros de estudos. A busca por “desvendar” o passado da forma mais real possível é utilizada como justificativa para o uso das memórias. “Beber na fonte de origem” é uma forma de chegar ao passado da forma mais “pura” possível, segundo o autor.

Para a busca mais real do passado, enveredei-me pelo caminho memorialista. É melhor a gente descrever o que viu e sentiu, do que, simplesmente, ouviu dizer. A narrativa toma assim melhor seqüência com a descrição só do motivo limpo, seco e sacudido. [...] O depoimento que escrevi tem a vantagem única de ser leal e bebido na fonte de origem. O passado teria de vir à tona, mais cedo ou mais tarde, pela contribuição espontânea de testemunhas ou da tradição oral. Tentei trazer meu depoimento para documentário dos folguedos de crianças de minha terra. (FIGUEIREDO FILHO, 2010e, p.83).

Diante de uma trajetória já consolidada, os estudos de folclore aqui apresentados consolidam o então presidente do ICC como a maior figura da região, do ponto de vista de promoção de ações que visem a defesa e valorização das letras e, por consequência, do objeto de estudo desses homens: o Cariri cearense. É notória a atração que o passado exercia sobre os membros da agremiação caririense. O desejo de trazer o que realmente ocorreu em tempos

outros vai dinamizar as relações construídas em torno de uma instituição que, logo no seu estatuto de fundação, tornou pública a sua militância em torno da região em que eles viviam. Para atingir esse objetivo, os esforços não foram medidos: pensar em possibilidades de apreender e representar o Cariri da forma mais “real” foi algo que perseguiu as páginas que escritas em *Itaytera* e nas demais publicações correlatas. Um dos caminhos metodológicos trilhados foi o contato direto com a realidade que se deseja estudar. A noção de que “bebendo direto da fonte de origem” se tem um estudo autêntico e real esteve presente nas obras de cunho antropológico e folclórico. Ocorreu, com essas escolhas, a valorização do popular, do cotidiano, das práticas que não possuíam grandes desdobramentos nas estruturas políticas, o olhar mais apurado sobre sujeitos que até então eram tidos como “plano de fundo” ou “personagens secundários” na construção da grande narrativa épica do sul cearense.

Os estudos folclóricos desenvolvidos nesse espaço promoveram um olhar mais profundo para o espaço regional defendido. Ao pensar que nos pequenos diálogos, nas rimas feitas nas feiras livres, nas brincadeiras realizadas no chão de terra, no reconhecimento do poder medicinal de frutas, plantas e componentes da natureza está a “essência” da identidade regional e, talvez, nacional, outros olhares sobre outras temporalidades existentes no Cariri vão surgindo. É o tempo do mítico, do imaginário, um tempo que não é medido pela tônica do relógio. O imaginário, a natureza, as subjetividades e os conhecimentos alternativos constroem uma terra que, até então, era conhecida por guerras e grandes líderes políticos.

A passagem do tempo foi um dos motes para a escrita folclórica aqui apresentada. Uma das diretrizes apontadas para um estudo etnográfico que visava registrar costumes e práticas de grupos até então renegados pelas ciências humanas, parte do pressuposto de que estes possuem valor na construção identitária, de uma sociedade ou até mesmo de uma nação, e que, por questões diversas, mas sobretudo na modernidade, estavam desaparecendo e correndo o risco de sumir. A seção “Explicando” da obra que aborda os folguedos infantis já traz esse debate:

Não quero lastimar o fato. Os tempos mudaram. O Cariri cearense está em contacto com o Brasil inteiro e, conseqüentemente, com o mundo, por via férrea, linha de aviões, ônibus e caminhões, com viagens regulares, através de rotas que o ligam continuamente com o Norte e Sul do País. Perdemos o isolacionismo de outrora. (FIGUEIREDO FILHO, 2010e, p.07).

O que se nota é uma postura não agressiva, em relação a mudança dos tempos, algo não muito costumeiro entre os defensores da tradição e dos estudos folclóricos. Posicionamentos inflamados na defesa do passado, entendido como base da construção social,

e a acusação das mudanças oriundas das novas tecnologias, que trouxeram consigo a “degradação dos valores morais”, estão bem presentes no trecho acima, caso fosse realizada uma análise mais aprofundada. Já Figueiredo Filho adotou uma postura mais conciliatória e até conformista. As mudanças pelas quais o país estava passando eram inegáveis; se o autor queria ser reconhecido como um intérprete da realidade local, ou até nacional, seria, no mínimo, estranho, ele negar o que estava se passando nas metrópoles e, em escala menor, nas cidades interioranas.

Interessante notar que esse contexto é operacionalizado positivamente para o Cariri. O foco não são as questões já bastante apontadas pelos folcloristas e defensores da tradição: descaracterização, moral e costumes perdidos, importação de valores estrangeiros, falta de uma identidade nacional e coesão social. A facilidade com que as informações chegam e saem de boa parte do país, fizeram com que vozes que até então nunca ouvidas passassem a ecoar pelos quatro cantos do planeta, uma possibilidade até então não apontada por nenhuma outra circunstância histórica.

O Cariri derramou-se por outros recantos. Já é conhecido por aí afora. Jornais, revistas e livros editados em Crato difundem-no nos ambientes eruditos. Centenas e centenas de carros, com placas de suas cidades percorrem o Brasil cotidianamente, em todos os quadrantes. A música popular, em parte nascida no Vale Caririense e circunvizinhança, levou para além-fronteiras sua gíria e modo peculiar de falar e cantar, como aconteceu com o baião, difundido pelos exuenses, das biqueiras de Crato – Luís Gonzaga e seu irmão José Gonzaga e Humberto Teixeira, de Iguatu. (FIGUEIREDO FILHO, 2010e, p.08).

O Cariri está por todos os cantos. São diversos “Cariris”, presentes nas mais variadas formas de se construírem e de se apresentarem para os “de fora”. O trecho acima destacado possibilita perceber a diversidade existente na produção, percepção e significação da região sul do Ceará. A ordem das representações elencadas possibilita visualizar uma escala de importância do autor ao que se refere à sua terra natal. Os meios escritos são apontados como os veículos de maior relevância na expansão do conhecimento sobre a terra que abriga grandes nomes, feitos e atributos naturais. A defesa do meio letrado como principal porta-voz e ponto de legitimação social e política é feita de modo sutil, porém sem deixar interpretações duvidosas. Os carros, materialização da tecnologia e do desenvolvimento do país, são apresentados como a extensão das fronteiras regionais. Não se afirma, nesse caso, a extinção de uma delimitação clara do que venha a ser concebido enquanto Cariri cearense. Contudo, esse novo momento realizou um processo de expansão do raio de ação dos nativos e, por consequência, “se leva o Cariri para todos os cantos, no carro ou na boleia do caminhão”. A

maior facilidade de realizar viagens e transportar produtos também contribuía no traslado de costumes, gírias, modos de pensar e agir, manifestações e tradições.

Por fim, a música é tomada como uma das grandes propagadoras do ideário e da identidade caririense. O afamado sanfoneiro Luiz Gonzaga, oriundo da cidade pernambucana de Exu, acaba sendo pautado como caririense, por ter nascido em cidade com grande proximidade do sul cearense. Não se nota, nesse caso, uma afirmação nítida e incisiva sobre a “identidade regional” do “Rei do Baião”. Todavia, ao trazer um dos maiores ícones nordestinos para justificar a expansão de atividades e conhecimentos do restante do país sobre aquela localidade, o autor procurou trazer argumentos de autoridade para justificar e legitimar sua tese: a mudança dos tempos contribuiu para a expansão de informações e maior esclarecimento do país sobre os benefícios que o Cariri deu ao Brasil.

A escrita folclorista trouxe à tona um debate que, nesse momento, era considerado essencial: a construção de uma identidade nacional. Delinear o que constituía a brasilidade passava por escolher o que não a constitui; os elementos externos foram tomados como estrangeirismos e, em alguns discursos, jogados no ostracismo, tidos como maléficos ao país, ou simplesmente ignorados, pois esse seria o momento de situar o país diante dos demais. Foi justamente nessa perspectiva que Figueiredo Filho construiu sua narrativa:

O Brasil não pode conservar-se fechado a influências estranhas. Cotidianamente, recebemos imigrantes e costumes de todos os continentes. Fomos forjados por raças que não primavam pela pureza, dominadas pela mescla acentuada de sangue. [...] Por isso tudo, não podemos rejeitar o que vem de fora. Apenas devemos selecionar o que é melhor, separando, portanto, o joio do trigo, neste conceito salutar da Bíblia. (FIGUEIREDO FILHO, 2010e, pp.140-141).

A formação social brasileira, para o autor, já denunciava a incapacidade de formular uma postura isolacionista por parte dos intelectuais que desejam defender uma ideia de nação. A diversidade de grupos, etnias e culturas que passaram pela terra do pau-brasil é fator explicativo para a então circunstância vivida, de acordo com Figueiredo Filho. Não se deve pensar a maior nação da América do Sul isolada das demais, visto que a numerosa atividade migratória existente e a formação inicial do povo brasileiro justificavam um olhar mais democrático e plural em relação aos entes que compunham o Brasil. Contudo, a relação com o que não é considerado nacional é bem delimitada: o acolhimento de qualquer cultura não é válido. Deve existir uma seleção, um processo de reflexão e absorção do que seja considerado melhor para o desenvolvimento e progresso nacional, o que implica refletir sobre as hierarquias culturais estabelecidas pelo autor. Para ele, existiam culturas que possuíam

características positivas e devem ser bem acolhidas, pois transformam para melhor a realidade. Também existiam culturas que não possuíam qualquer possibilidade de adicionar nada de positivo aos brasileiros e, portanto, deveriam ser excluídas e negadas como parte de uma cultura nacional. A dinâmica na construção da identidade nacional existe, mas deve ser seletiva e cuidadosa. Nota-se, portanto, que Figueiredo Filho não assumiu uma postura de negação da existência de uma diversidade cultural, mas este situa como essa relação deve ser dada nos diversos rincões de seu país:

No campo, ainda há resistência contra o que vem de fora, apesar de o caminhão e o rádio unificarem o País de norte a sul. Há ali a predominância ainda dos motivos afro-ameríndios, mesclados com a irresistível influência lusa antiga, nos folguedos infantis e no folclore de adulto. Na essência, porém, tudo é Brasil e Brasil imperecível. (FIGUEIREDO FILHO, 2010e, p.141).

O Brasil é um país diverso. A modernidade e o avanço de algumas tecnologias são a prova desse cenário, por mais que os brasileiros mais antigos ou acostumados com um modelo de vida mais “autêntico” não considerem. O elemento estrangeiro já fazia parte do cotidiano de diversos grupos, o que gerava tensões na definição do que fazia parte da identidade do seu país e o que não fazia. A saída tomada diante dessa problemática foi, no mínimo, diplomática: a exaltação do país acima de todas as diferenças e adversidades que os novos tempos trouxeram. Por mais que novos elementos estejam sendo adicionados (caminhões, rádios, eletricidade, jornais, novas leituras) e que produtos importados comecem a fazer parte, com mais força, da vida dos moradores do sertão, tudo está no território nacional e fazendo parte da dinâmica do país. Logo, é brasileiro. O Brasil estaria acima de todas essas questões, que, se colocadas em uma reflexão mais aprofundada, para o autor, tornam-se mínimas diante da grandiosidade que essa mistura de subjetividades proporcionava.

Diante da produção folclorista de J. de Figueiredo Filho, duas questões são defendidas por ele: o Cariri como uma fonte de estudos inesgotáveis e o folclore como um campo de pesquisa que merecia ser legitimado enquanto capaz de realizar uma leitura coerente acerca da realidade social brasileira e identificar os traços que construiriam a identidade nacional. Em relação ao primeiro aspecto, ele aponta que: “O Cariri é fonte inesgotável de estudos. Seu folclore é dos mais ricos do Nordeste e continua ainda palpitante, na tradição popular. Ainda há muita coisa a pesquisar e apenas abri o caminho para outros estudos” (FIGUEIREDO FILHO, 1960, p.109). Seu papel consistiu apenas em iniciar a produção e pesquisa; diante da grandiosidade do folclore da região, fazia-se necessário que outros intelectuais se somassem a ele para dar o devido reconhecimento aos costumes e às

práticas dos chamados “homens comuns”, pois, consoante com as ideias do português Dr. João de Castro Osório<sup>11</sup>, “fazer conhecido o folclore, nascido no anonimato do povo humilde, não é obra de diletantismo literário e sim, contribuição segura para o enriquecimento da própria cultura superior” (FIGUEIREDO FILHO, 1960, p.112). Diante de inúmeros questionamentos levantados contra a prática folclorista, era necessário reafirmar o seu caráter científico e pertencente ao mundo da ciência e das letras. A chamada “cultura superior” seria, também, beneficiada com estudos que não tivessem como foco grandes nomes da política ou das instituições, grandes guerras ou revoluções.

A breve, passagem pela produção bibliográfica de José Alves de Figueiredo Filho já aponta para alguns posicionamentos mais assertivos acerca de sua construção enquanto intelectual legitimado a falar sobre sua terra e sobre a forma como o Cariri foi sendo forjado por sua narrativa. Um autor de diversos gêneros narrativos foi sendo considerado como intelectual polígrafo; nesse momento, interessa perceber os motivos que levaram esse sujeito a empreender essa jornada que, aparentemente, seguiu caminhos diversos. Existia um projeto que, antes de ser puramente intelectual, era significado como militante. Não se deve, porém, dissociar essas duas categorias ou colocá-las como integrantes de uma linha do tempo. São elementos complementares que forjaram uma ideia e uma imagem do Cariri cearense nos mais diversos meios de divulgação (palestras, artigos, livros, eventos etc.). Inserir-se nesse circuito exigia um esforço do tamanho das ambições. E os membros do ICC não eram modestos, nesse quesito: imperava uma noção enciclopédica e total acerca do conhecimento humano e da forma de apresentá-lo ao público leitor. Tornar-se referência nesse meio era uma tarefa árdua: estabelecer inúmeras relações institucionais e pessoais, credenciar-se enquanto um exímio leitor das mais diversas áreas do conhecimento e arriscar escrever sobre a região das mais variadas formas possíveis. Isso, claro, dentro do crivo e dos padrões desenvolvidos pelo cânone da intelectualidade europeia do século XIX.

Romance, autobiografia, economia, sociologia, folclore e história são formas distintas de representar uma determinada espacialidade. São diversos regimes de escrita que vão construindo diversas temporalidades para o Cariri cearense. Figueiredo Filho, ao propor escrever sobre sua região nas mais variadas linguagens, foi construindo diversos tempos para o mesmo espaço ou diversos significados e olhares para um dado até então aparentemente

---

11 Filho de Ana de Castro Osório e Paulino Oliveira, João de Castro Osório foi poeta, dramaturgo, historiador, literato e ensaísta. Entre suas obras, pode-se destacar *A Tetralogia do Príncipe Imaginário* (1940-1941), *Florilégios das poesias portuguesas escritas em castelhano e restituídas à língua nacional* (1942) e *O Testemunho de Garcia de Resende* (1963). Disponível em: [http://acpc.bnportugal.pt/espolicos\\_autores/e43\\_osorio\\_joao\\_castro.html](http://acpc.bnportugal.pt/espolicos_autores/e43_osorio_joao_castro.html). Acesso em 15/06/2017.

único. O discurso regional, de maneira genérica, tende a minimizar ou até eliminar as diferentes camadas existentes dentro do que se procura compreender enquanto região. Porém, ao realizar esse esforço de leitura de um autor que dialoga com um número considerável de formas distintas de interpretar e apresentar o mundo, surge um novo Cariri, na verdade novos Cariris vão sendo apresentados com suas especificidades, seus destaques, seus ocultamentos.

É nesse esforço que procuramos compreender o autor através do qual se realiza esta reflexão. Um sujeito que, para se inserir em um meio de escrita já estabelecido, viu a necessidade de desenvolver diversas aptidões que o diploma universitário de farmacêutico não lhe proporcionava. Mas essa trajetória não deve ser vista apenas como uma imposição das instituições ou da lógica do mundo das letras. O projeto militante/intelectual de levar o sul do Ceará ao devido patamar e o de publicizar suas contribuições para o desenvolvimento da nação também devem ser levados em consideração para compreender tamanha produção, em quantidade e diversidade.

É na escrita que o intelectual é forjado. Apresentar suas ideias em forma de livro possuía um peso, pois “publicar um livro não é somente fazer uso de um meio de comunicação e sim criar um acontecimento no chamado ‘mundo das letras’, criando um poderoso objeto para erguer memórias” (AUGUSTO MOREIRA, 2006, p.18). Autor e obra foram forjados na publicação/publicização dos estudos. É uma relação de “mão dupla”: a construção de um deu-se pelo outro; criador e criatura construíram-se numa lógica que não pode ser vista a partir de um ponto de vista teleológico ou linear. Figueiredo Filho, seus livros e o Cariri: uma tríade construída e constantemente transformada a cada linha escrita, a cada palavra proferida, a cada pensamento formulado, a cada leitura realizada, a cada livro lançado.

Perceber José Alves de Figueiredo Filho enquanto historiador ou alguém que possuía respaldo sobre o assunto exige um exercício de reflexão acerca dos meios de legitimação de um intelectual. Michel de Certeau, propondo uma reflexão que está para além da proposta acima, aponta para a necessidade de analisar o lugar social do historiador<sup>12</sup>. A investigação que toma o “lugar social” como um dos elementos a serem analisados, tratando-se de um trabalho de história da historiografia, possibilita novos olhares sobre a escrita da história e do historiador. Pois, “é em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma

---

<sup>12</sup> A proposta de Certeau (2011, p.45) é de cunho epistemológico: “O que fabrica o historiador quando ‘faz história’? Para quem trabalha? Que produz?”. O ato de debruçar-se acerca do lugar social do historiador é fruto de uma inquietação que questiona diretamente o seu ofício. É um caminho que foi apontado como pertinente na busca por uma compreensão mais profunda acerca dos meandros do que fora denominado de “operação historiográfica”. A centralidade de *A escrita na história*, neste trabalho, justifica-se pelo zelo intelectual e profundidade reflexiva apresentados nessa obra, que auxiliou nas reflexões que foram sendo elaboradas no estudo sobre a historiografia cariense e seus produtores.

topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam” (CERTEAU, 2011, p.47).

### 1.1. APRESENTANDO O CARIRI PARA O BRASIL: A HISTORICIDADE DA “REPÚBLICA DAS LETRAS CARIRIENSE”.

Segundo Cortez (2000), a constituição de uma elite intelectual organizada no sul do Ceará passou por uma necessidade básica instituída no final do século XIX: o desejo de impedir o declínio político e econômico que a cidade do Crato estava passando. É a partir dos cratenses que o Cariri sendo construído a partir de uma tradição de pensamento intelectual. Essas ponderações devem ser analisadas com bastante cautela: não se deseja, nesse caso, reduzir a instituição de um movimento intelectual abrangente apenas aos desejos cratenses. Por outro lado, não se pode renegar o forte peso exercido por estes na instituição de uma cultura intelectual na região. Essa etapa da pesquisa exigiu a escolha de um caminho que pudesse sanar algumas lacunas existentes durante a leitura das fontes escolhidas: o que era pautado como fundamental nos escritos sobre o Cariri, além dos discursos produzidos neste espaço? Quais os objetivos que esses intelectuais possuíam ao organizar uma rede de produção e organização interna? De que modo esses sujeitos dialogavam com questões estaduais e nacionais? Como Figueiredo Filho estava situado nesse contexto?

Um trabalho que pretende ter o esforço de ser caracterizado como de análise historiográfica não pode se furtar de um exercício fundamental: historicizar o autor, dentro de um cenário maior, que envolva o mundo das leituras e ideias presentes nos espaços que este frequentava. Entender as motivações existentes no período é contextualizar a produção local, tornando-a mais inteligível. A articulação entre a produção (a narrativa) e o lugar (realidade social da escrita) torna o estatuto do texto histórico visível e estruturado.

O conjunto de atividades de pesquisa e escrita realizadas no sul do Ceará, a partir do século XX, possuía como centro de convergência o Instituto Cultural do Cariri. Essa agremiação, que tem como momento de fundação as comemorações do centenário de elevação do Crato à condição de cidade, carrega consigo um desejo que os cratenses forjaram no processo de acirramento das disputas com Juazeiro do Norte: a construção de uma representação para a antiga Missão do Miranda<sup>13</sup>, como uma localidade diferenciada das demais pela existência de uma vanguarda fundamentada no cultivo das letras e do

---

<sup>13</sup> A Missão do Miranda é o nome do aldeamento que deu origem à cidade do Crato.

conhecimento, ou seja, a ideia de uma “cidade da cultura”. Segundo Otonite Cortez (2000, p.105):

[...] o I.C.C foi um *locus* privilegiado do movimento de construção da “cidade da cultura” e, os seus acadêmicos, se constituíram em vanguarda desse movimento. O Instituto reuniu, assim, em sua diretoria e em suas comissões, os mais arazoados dentre os “especialistas da produção cultural”.

Como resultado das inúmeras ações realizadas por esse grupo de “especialistas”, podemos identificar uma estratégia de ação: a instituição de símbolos que afirmassem a distinção da região em relação às demais. Vale ressaltar que internamente existia um movimento semelhante: ao mesmo tempo em que se desejava diferenciar o Cariri do restante do Estado e do país, existia um intento de caracterizar o Crato como portador de elementos distintos das demais cidades caririenses. A eleição de datas, a construção de bandeiras, de monumentos, a nomeação de ruas e praças e as festas cívicas tinham como objetivo sacralizar um passado repleto de civilidade, heroísmo e progresso, pautado pelas ações dos grandes nomes da região. No documento de fundação do grupo caririense, destacam-se algumas atividades com esse objetivo:

Art. 2º - Para preencher os seus fins o Instituto manterá e promoverá: a) intercâmbio cultural com instituições congêneres, científicas e literárias, nacionais e estrangeiras; b) uma Revista, em que se publiquem trabalhos dos sócios e colaborações de estranhos; c) uma biblioteca e arquivo em que se guardem e relacionem os papéis, livros, documentos, cartas geográficas, autógrafos, etc., obtidos pela Sociedade ou a ela oferecidos; d) um museu regional; e) o culto, por meio de comemorações adequadas, dos feitos de nossa história, principalmente do Cariri; f) a restauração e a conservação de arquivos públicos e particulares, de símbolos e monumentos de qualquer natureza ligados à história, existentes no Cariri e o estudo dos antigos usos, costumes e tradições regionais. (REVISTA *ITAYTERA*, 1955, p.181).

A análise dos discursos oriundos do ICC, por meio de sua principal publicação, a Revista *Itaytera*, apresenta o regionalismo como a principal tônica ideológica presente, fato esse que serviu para gerar desdobramentos na construção e afirmação do discurso da intelectualidade caririense e da imagem da região que estava sendo (re)construída. O regionalismo deve ter sua historicidade discutida. Enquanto movimento que possuiu diversas vertentes e variados núcleos por todo o país, o exercício a ser realizado é identificar as especificidades do regionalismo concebido e defendido por Figueiredo Filho e seus pares. O regionalismo, antes de tudo, é uma forma discursiva. Um movimento que, por meio de manifestos e declarações públicas, delineia sua plataforma de reivindicações e perspectivas sobre a relação com a nação:

O discurso regionalista é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer conhecer a região assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto reconhecida e legítima, que a ignora. (BOURDIEU, 2005, p.116).

Segundo Durval Muniz, “Os discursos regionalistas surgem na segunda metade do século XIX, à medida que se dava a construção da nação e que a centralização política do Império ia conseguindo se impor sobre a dispersão inteira” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2000, p.60). Ainda durante o período oitocentista, a perspectiva regionalista ganhou outro contorno, oposta aos separatismos tão temidos por conta das revoltas ocorridas em diversos cantos do país. Para a intelectualidade brasileira do período o “particular era fundamental. Era de cada singular que saía a matéria-prima. Sem singular, não seria possível dar vida a uma escrita que pretendia fornecer aos brasileiros uma explicação sobre a complexidade de um país com dimensão para além do normal” (RAMOS, 2012, p.15). Um país de tamanho continental deveria ser interpretado e compreendido levando em consideração as diversas especificidades das províncias. Tentar impor um modelo único para a nação poderia gerar mais tensões, sobretudo no campo das ideias. A formação de uma identidade nacional passava por compreender qual seria o papel das províncias na construção de uma grande narrativa, já que o grande desafio da época era construir uma “teia narrativa” que ligasse as diferenças por um elemento comum.

O Ceará não estava alheio a essas discussões. Em relação aos pensadores cearenses, afirma o historiador Régis Lopes: “Eles não viam o Ceará como unidade isolada. Nada disso, porque o que eles queriam fazer era o jogo entre a parte e o todo, mostrando que a parte-Ceará tem mérito e destaque no todo-Brasil” (RAMOS, 2012, p.24). O caso do ICC traz outros elementos para reflexão: para além do lugar comum de fala nesses embates, as grandes academias e os círculos letrados instalados nas capitais litorâneas, temos agora um movimento identificado com o interior sertanejo do Ceará, que reivindicava discutir a relação da parte com o todo, a partir de uma hierarquia menor. Se existe o embate entre a narrativa nacional e as narrativas locais, internamente as regiões do Estado disputam lugar nas narrativas hegemônicas pelos centros citadinos que abrigam a administração política e econômica.

A revista do ICC fora o principal instrumento de sistematização do regionalismo desenvolvido pelos caririenses. A tônica era pautada na denúncia do esquecimento que o litoral exercia sobre as cidades do sertão, seguido de um posicionamento firme acerca do regionalismo como algo construtor, não separatista. O papel de sujeitos transformadores dessa realidade estava posto para os pesquisadores locais; essa seria a sua missão comum, reverter

uma situação desfavorável de esquecimento e negação dos aspectos positivos que a região e o regionalismo possuem para o desenvolvimento nacional:

“Itaytera” quer seu lugar ao sol. Já passou da época da preponderância absoluta do litoral em todos os setores da vida. No interior e na região é onde pulsa o verdadeiro coração do Brasil. [...]. Não podemos viver mais em regiões estanques, sem contato com o Estado, o país e a própria humanidade. (FIGUEIREDO FILHO, 1955, p.01).

É o apêgo ao berço natal que dá um sentido de permanência e de alegria à existência, por isso não merece censura nem condenação. Graças a êle é que progridem as aldeias, transformadas em cidades e que ilustram e emgrandecem as nações. Trabalhar pela terra natal é concorrer para o bem geral e elevar bem alto o nome da pátria. Esse regionalismo é construtor, êsse bairrismo é sagrado. E a prova disso temos, por exemplo, nêsse grupo de homens desinteressados e eficientes que compõem o Instituto Cultural do Cariri, realizando na graciosa cidade do Crato, uma obra de realizações no terreno do espírito, digna de todos os aplausos. (L. S., 1958, p.183).

Em períodos de redefinição de projetos identitários para a nação, a busca incessante por uma “essência” traz o sertão para o centro das atenções de quem procurar compreender o Brasil e o brasileiro. Por não ter sido “infectado” pela modernidade e pelos “estrangeirismos”, o interior ainda reserva o “verdadeiro coração do Brasil”. O isolamento realizado pelo litoral impediria o desenvolvimento das cidades e localidades menores e mais distantes. Assim, diante desse cenário, a denúncia objetivava mudar essa realidade. A mudança pode vir “de dentro para fora”: o regionalismo construtor é apontado como uma saída. O apego e amor pela terra natal proporcionariam o seu desenvolvimento. Esse modelo de pensar o regional é benéfico, segundo o trecho acima destacado. A união de forças em torno de melhorias para a região proporcionaria um cenário positivo que, repetindo-se em outras localidades, poderia gerar bons resultados, tendo por resultado final um país onde os habitantes se reconheceriam enquanto brasileiros e cidades que preservariam suas identidades e teriam acesso aos benefícios das novidades que o mundo moderno trouxe.

Em um artigo intitulado “Contribuição do Cariri à Historiografia do Nordeste”<sup>14</sup>, José Newton Alves de Sousa trouxe algumas das diretrizes caririenses acerca do que vinha sendo concebido enquanto “região”. Debruçar-se sobre essas premissas é um exercício de primeira ordem, tendo em vista a estratégia de instituir um lugar e um significado por meio das narrativas. Antes de apresentar os historiadores que ele considerava fundamental para a historiografia local (Irineu Pinheiro, José Alves de Figueiredo Filho), o autor desenvolveu algumas considerações sobre o lugar de fala e sobre os objetos de pesquisa em questão:

---

<sup>14</sup> Estudo originalmente apresentado no II Simpósio de História do Nordeste, realizado na Universidade Federal da Paraíba.

Cada região geográfica repousa, primariamente, numa base física. Só depois é que se humaniza. Nem toda região se humaniza plenamente. Talvez a nenhuma seja possível a humanização absoluta. A base física é o âmbito espacial onde opera o homem em termos culturais. Por isso mesmo, a cultura do homem, se é cumulativa na ordem cronológica, é especializada na sua operatividade expansiva. A região molda a cultura pela fixidez dos limites e pelo inevitável relacionamento homem-meio. O homem, porém, responde a essas influências pela dominância da natureza específica, a que, por outro lado, modela, quando pode, a região. No dia-a-dia dêse comércio, realiza-se a história, que não comporta matéria apenas temporal. Os acontecimentos ocorrem sempre num determinado espaço e num determinado tempo. Suas repercussões é que podem ultrapassar, e ultrapassam, essas fronteiras. (SOUSA, 1971, p.165).

Era necessário justificar o empreendimento intelectual que estava sendo realizado. Não somente legitimar um grupo ou um conjunto de ideias, mas, ao fazer uso público do passado, tomar os feitos e sujeitos que viveram antes do processo de pesquisa, análise e escrita como pertencentes de uma lógica que justifica e caracteriza o tempo presente. A classificação da região como sendo de base física, tendo alterações ou não da ação humana, revela a forte influência dos ideais do século XIX, que consideravam a relação raça x meio como a principal fonte de compreensão das sociedades. A dinâmica entre os grupos sociais e o espaço que eles habitam revela as características e qualidades que foram sendo desenvolvidas, assim como a valorização dos aspectos naturais existentes no entorno. Para o autor, espaço e tempo são as bases para a ação humana. A história seria construída na relação entre esses elementos.

A região, nesse caso, é construída a partir da ação humana no tempo e no espaço. Mesmo que “afetada” ou “condicionada” pelo tempo e espaço, o sujeito histórico não é visto como fruto do meio, apenas. A agência história é colocada em um duplo sentido: as ações extrapolam as barreiras e os estudos sobre estas também realizam essa quebra de paradigmas. A história ganha duplo significado, com um elemento comum: o ocorrido e o narrado estão interligados pela possibilidade de alcançar outros tempos e espaços por sua “natureza”:

E por causa de sua fixação na ordem do tempo e na do espaço, fixação que não significa imobilismo, êle se conecta com o passado e com o futuro, do mesmo modo que transcende os limites politicamente demarcatórios, para inserir-se em círculos sociais mais amplos, traduzíveis em países, continentes, hemisférios, mundo. (SOUSA, 1971, p.166).

Diante dessas ponderações, Sousa apresenta a relevância da ideia de região na construção de uma imagem sobre um lugar geograficamente delimitado, com características físicas, culturais, econômicas e sociais fortemente estabelecidas. Sua visão é mais ampla do

que as já desenvolvidas no período, já que, abrindo precedente para a heterogeneidade em um discurso que visava criar parâmetros para a lógica regional, seu estudo demonstra a capacidade de diálogo e divergência de ideias existentes quando o assunto era construir uma imagem para o Cariri:

É na região, todavia, que se configura, mais nitidamente, a fisionomia de cada povo, como expressão cultural e histórica do meio. As regiões são unidades territoriais geográficamente delimitadas, mas não inteiramente homogêneas, como se constituídas de um único tipo de cultura, ou como se seu espaço fôsse um todo substancialmente igual. (SOUSA, 1971, p.166).

A defesa desse modelo de região é realizada a partir de uma visão integrada do espaço e dos sujeitos que o constroem. Não somente as questões naturais, mas administrativas e não institucionais, como as tradições e os costumes, compõem o todo que é o espaço regional. Compreendendo dessa forma, a intelectualidade do ICC possuía um plano teórico/prático de perspectivas que os guiaram. A defesa do seu movimento enquanto “regionalista” não é inocente. Existe uma forte ligação com ideais que estavam sendo desenvolvidos em outros espaços, mas que dialogam fortemente com o sul do Ceará. O regionalismo, no Nordeste brasileiro, possuía uma grande relação com a obra de Gilberto Freyre (1900-1987). Este, na década de 1920, lançou, com outros intelectuais, o *Manifesto Regionalista*. Apresentado pela primeira vez em 1926, durante o I Congresso Brasileiro de Regionalismo, o manifesto, encabeçado pelo autor de *Casa Grande e Senzala*, visava delimitar os parâmetros de uma visão regionalista para o país. Realizando a leitura desse documento, surgem pontos de convergência entre o ideário do Instituto Cultural do Cariri e o *Manifesto*. As aproximações entre os dois movimentos não foram identificadas de forma direta. Para além de citações ou fontes que comprovassem um diálogo direto e pessoal entre os correspondentes dos dois movimentos, o que se procurou foi identificar perspectivas que justificassem um posicionamento de forte diálogo de ideias entre Recife e o Cariri Cearense. O diálogo com a perspectiva nacional é um elemento presente, pois o que estava sendo proposto não era apenas a construção de um regionalismo nordestino, mas a possibilidade do país se reinventar a partir das valorizações regionais: “Os animadores desta nova espécie de regionalismo desejam ver se desenvolverem no país outros regionalismos que se juntem ao do Nordeste, dando ao movimento o sentido organicamente brasileiro e, até, americano, quando não mais amplo, que êle deve ter” (FREYRE, 1967, p.30). A construção de um novo modelo de organização e percepção espacial do território passava pela demarcação entre o novo e o já existente regionalismo:

A maior injustiça que se poderia fazer a um regionalismo como o nosso seria confundí-lo com separatismo ou com bairrismo [...]. Ele é tão contrário a qualquer espécie de separatismo que, mais unionista, que o atual e precário unionismo brasileiro, visa a superação do estadualismo, lamentavelmente aqui desenvolvido pela República – êste sim, separatista – para substituí-lo por nôvo e flexível sistema em que as regiões, mais importantes que os Estados, se completem e se integrem ativa e criadoramente numa verdadeira organização nacional. (FREYRE, 1967, p.30).

Em *Itaytera* é forte a presença do discurso acima destacado. O desejo de desconstruir uma visão tida como equivocada em torno do regionalismo proposto pelos nordestinos daquele período, bem como a relação de proximidade com a causa nacional e o argumento de contribuição com o país são percebido no artigo “Regionalismo Construtor”. De autoria de L.S, autor não identificado, por existir apenas referência a ele por esse artigo, o referido texto realiza um intenso diálogo com a demarcação utilizada pelos regionalistas-tradicionistas do manifesto. O período de construção da nação brasileira foi caracterizado por movimentos que eram pautados por demandas locais e um enfrentamento direto do governo central. A esses foi dada a pecha de regionalistas. O separatismo, nesse caso, torna-se sinônimo pejorativo dos que procuravam defender sua região, o que gera um posicionamento firme, de início, para delimitar a diferença entre regionalismo e separatismo. Para os adeptos do documento lançado em 1926, a República e o modelo federalista/estadualista eram tomadas como separatistas, pois pensar o país a partir de Estados, e não por regiões, proporcionava um cenário de exclusão e isolamento de determinados sujeitos. É contra essa perspectiva excludente que o artigo em *Itaytera* se apresenta:

Nossa revista começou vitoriosa, sendo recebida com os maiores aplausos nos centros mais cultos do país. Seus números posteriores não nos fizeram vergonha. Penetraram no exterior até por pedidos diretos de grandes bibliotecas e de universidades, incluindo as principais dos Estados Unidos da América. O intercâmbio com as entidades culturais do Brasil assume proporções avultadas e através de nossas páginas, trazemos transcrições que nos enaltecem, como podemos ver frequentemente. (FIGUEIREDO FILHO, 1971, p.03).

Os 15 anos de atividade da maior envergadura da agremiação sul cearense foi comemorado a partir de uma égide de integração: a inserção de *Itaytera* em diversos espaços nacionais e internacionais não somente apontava para sua força simbólica no mundo das letras, mas também atestava o esforço realizado por seus membros para construir um contínuo diálogo entre as diversas regiões, o que caracterizava um “regionalismo construtor”, como defendiam seus associados. A defesa da região, portanto, é apresentada como benéfica e até

necessária para o país: o seu desenvolvimento, o estabelecimento de relações com outros países e a construção de uma identidade do povo com seu lugar, passava pela defesa do recorte espacial/cultural proposto pelos regionalistas.

Segundo Moema Selma D’Andrea (2010), três aspectos estão presentes no regionalismo nordestino: a vertente freyriana, a matriz ideológica tradicionalista e a defesa do *status quo* do Nordeste rural. A identidade nacional, nos anos que seguem a década de 1920, foi sendo debatida em um contexto: o declínio do sistema canavieiro, que possuía o Nordeste como centro, e o avanço da lógica industrial, que tem em São Paulo sua atividade concentrada. O movimento regionalista emergiu em um contexto de crise e como expressão das oligarquias açucareiras. O embate entre o passado patriarcal e as novas forças produtivas do país, localizada no centro-sul, fizeram com que diversos intelectuais almejassem resgatar o viés ideológico que construiu o Nordeste, sem desfigurar a arte representativa do mesmo. No diagnóstico realizado por Freyre (1967, p.60): “Toda essa tradição está em declínio ou, pelo menos, em crise, no Nordeste”.

Contudo, a relação estabelecida entre esses sujeitos com uma nova conjuntura não foi de todo modo antagônica, pois tradição e modernidade, no Nordeste, estavam mais próximos do que grande parte das pessoas acredita. Freyre possuía uma perspectiva que D’Andrea conceitua “Regionalismo-tradicionalista, a seu modo, modernista”. Essa tentativa consensual de relacionar modernidade e tradição “[...] é a marca do ‘Regionalismo-tradicionalista e, a seu modo, modernista’ de Gilberto Freyre – dividido entre a fidelidade à tradição e o convívio cada vez mais freqüente com a presença dos signos e símbolos modernos” (D’ANDREA, 2010, p.25). Esse contexto se apresenta de forma semelhante no Cariri cearense: os membros da elite local passam a construir um discurso que procurava aproximá-los das grandes metrópoles e suas visões de mundo, sem que perdessem os elementos que os constituíam como pertencentes de uma determinada região. A própria delimitação do espaço regional foi uma estratégia para se inserir nas macrodiscussões. A relação entre passado e presente nos escritos freyrianos possuía uma relação com a perspectiva temporal identificada nos intelectuais do ICC. Segundo a historiadora Otonite Cortez (2000, p.110):

Muitos daqueles acadêmicos vivem os tempos modernos de forma ambígua: são saudosos em relação a um passado no qual o Crato era uma cidadezinha bucólica, mas ao mesmo tempo vigilantes no sentido de capitalizar para o Crato os benefícios da modernidade.

No caso de Figueiredo Filho, percebemos esse diálogo a partir dos dois maiores empreendimentos intelectuais que ele realizou: a atuação nas comissões nacional e estadual de Folclore e sua produção historiográfica, que foi pautada por muitos pressupostos científicistas. O desejo de “manter as tradições vivas”, através do registro folclorista, e a procura por uma escrita historiográfica pautada na lógica do progresso e da valorização da ciência histórica podem ser consideradas experiências temporais distintas para o autor. Pode-se dizer, a partir de François Hartog, que esses sujeitos vivenciavam uma “brecha do tempo”<sup>15</sup>.

Essas experiências de tempo podem caracterizar, nas palavras do historiador francês acima citado, um “regime de historicidade”. Nas palavras de Hartog (2013, p.11): “um regime de historicidade é apenas uma maneira de engrenar presente, passado e futuro ou de compor um misto das três categorias”. Para o historiador francês, essa é uma categoria construída para melhor analisar as relações dos grupos em um dado espaço de tempo. É uma forma de tornar inteligível as relações que são estabelecidas com as temporalidades, tomando cuidado com as especificidades de cada lugar. Parafraseando Hartog (2013, p.12), “o termo expressa a forma de condição histórica, a maneira como um indivíduo ou uma coletividade se instaura e se desenvolve no tempo”.

Não é desnecessário destacar, do ponto de vista teórico-metodológico, as possibilidades que a reflexão acerca da relação entre modernidade e tradição na sociedade brasileira do século XX, nos propõem. A comunidade historiadora necessita aprofundar-se acerca do tempo como um objeto de pesquisa próprio da história, para, com isso, se realizar um ato de desnaturalização das categorias temporais e das relações que estabelecemos com elas. A noção de “regime” nos auxilia nessa questão: pensar a diversidade de elementos que possam conviver sob uma mesma ordem, seja ela provisória ou instável, dá ao presente, ao passado e ao futuro, numa perspectiva dialógica, a dinamicidade necessária para o historiador pensar que essas categorias temporais são constructos sociais e não meras divisões naturais.

O diálogo entre passado e presente no contexto do regionalismo nordestino esteve diretamente ligado às concepções de tradição e modernidade vigentes na época. Se antes um *status quo* vigorava e pautava o pretérito e o agora, nesse novo cenário, a modernidade foi chamada enquanto categoria que organiza as demais experiências temporais. “Ambos, passado e presente, existem como elementos de mutação. Distendem-se para além da tradição,

---

<sup>15</sup> A utilização desse conceito parte do diálogo entre François Hartog e Hannah Arendt. Em sua obra *Regimes de historicidade*, o primeiro utiliza o conceito da segunda para caracterizar um “estranho entremeio no tempo histórico, onde se toma consciência de um intervalo no tempo inteiramente determinado por coisas que não são mais e coisas que não são ainda”. (ARENDR, 1972, p.19 *apud* HARTOG, 2013, p.22).

para além do previsível, para além da região. Entram no circuito também *improvável* da modernidade” (D’ANDREA, 2010, p.38).

Os intelectuais que foram influenciados, de alguma forma, pelo autor de *Sobrados e Mocambos* não tinham o mesmo pensamento do seu idealizador, mas algumas características estão presentes e baseiam fortemente o regionalismo cariense, nesse caso. Em *História do Cariri*, por exemplo, existe trechos que podem ser identificados com a relação amistosa que Freyre estabeleceu com os lusitanos, no que diz respeito ao processo colonizador:

Leis duras assim, apesar da colonização inteligente de Portugal, que criou a nacionalidade com características próprias e sem qualquer resquício de discriminação racial, de pouco a pouco foram formando no brasileiro o espírito de independência que eclodiria mais tarde. (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.37).

As cortes lisboesas precipitaram a emancipação nacional com a vantagem de facilitarem a união nacional. A independência se firmaria sob a direção de D. Pedro, o príncipe regente, que aglutinaria toda a aspiração de liberdade do brasileiro. (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.12).

Percebe-se, nos excertos acima destacados, uma postura de benevolência para com os lusitanos, com o objetivo de construir uma ideia de “relação construtiva” entre as “raças” que compuseram a nação. Figueiredo Filho e Freyre tentaram fundamentar a nação a partir de pressupostos que instituíam à nação brasileira um passado de glórias e união. Antepostos os comentários do regionalismo como algo separatista, que era veementemente exortado pelos membros do ICC, era de fundamental importância gerar uma narrativa de caráter integrador e pacífico. Partindo das questões e do contexto acima apresentado, o início do regionalismo nordestino, pode ser caracterizado como:

[...] uma ideologia que justifique a coesão regional. Essa coesão tem no aspecto homogeneizador da região seu mais forte trunfo, sua mais forte representação ideológica, seu mais forte argumento funcional. A partir de uma pretensa identidade espacial, sob o predomínio do Nordeste açucareiro, foi construída a defesa da região. (D’ANDREA, 2010, p.66).

Identificando o caráter regionalista presente nos membros do ICC, dois elementos devem ser postos em reflexão: a historicidade do movimento regionalista, atentando para suas características, e a construção das práticas e dos discursos que instituem uma imagem sobre a região, sem esquecer-se das contradições e disputas existentes. Colocando o discurso regionalista enquanto performativo, encaramos esse movimento enquanto dinâmico e repleto de práticas simbólicas que vão conformando discursos sobre a referida espacialidade. A definição de fronteiras, por exemplo, atravessa os cânones geográficos ou administrativos, por

mais que estes sejam utilizados em variadas instâncias. Vale ressaltar que a instituição do espaço já é sua afirmação enquanto elemento existente, o que nos leva a compreender que o processo de reconhecimento de uma região é central nessa discussão.

Um dos aspectos apontados de maneira exaustiva pelos membros da agremiação cariense foi o modo como a região era tratada em relação às demais localidades. Colocava-se incessantemente uma desvalorização histórica que não reconhecia as potencialidades e contribuições que sempre foram dadas para o desenvolvimento e progresso da nação. Os grandes centros político-administrativos ocupavam boa parte dos interesses e favorecimentos, o que gerava a oposição binária centro  $\times$  periferia. Diante desse cenário, percebe-se que “a reivindicação regionalista, por muito longínqua que pareça deste nacionalismo sem território, é também uma resposta à estigmatização que produz o território de que, aparentemente, ela é produto” (BOURDIEU, 2005, p.126).

O ideário regionalista que Figueiredo Filho compartilhava deve ser situado, com vistas a não serem cometidos equívocos. Movimentos como esse não devem ser tratados de maneira homogênea, por mais que os mesmos, em diversas ocasiões, desejassem passar essa imagem. Entre os séculos XIX e XX, segundo Durval Muniz, dois tipos de regionalismo foram sendo constituídos pela intelectualidade brasileira. Segundo ele:

Assistimos, na década de vinte, à emergência de um novo regionalismo, não mais aquele difuso e provinciano do século XIX e início do século XX, mas um regionalismo que reflete as diferentes formas de se perceber e representar o espaço nas diversas áreas do país. [...] Buscam nas partes a compreensão do todo, já que se vê a nação como um organismo composto por diversas partes, que deviam ser individualizadas e identificadas. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, pp.52-53).

Uma nova forma de relacionar-se com os espaços e as delimitações (regional e nacional) foi traçando as questões levantadas pelo círculo de pesquisadores no sul do Ceará. Não estava sendo procurado, segundo eles, instituir um discurso ou uma prática bairrista/separatista. O que estava sendo colocado em questão era a necessidade de o resto do país reconhecer o passado glorioso e as grandes contribuições do Cariri para o Estado do Ceará e para o país. Como forma de atingir esse escopo, diversas obras foram publicadas. Tanto no âmbito individual, como coletivo (a revista *Itaytera* e a obra *Cidade do Crato* são exemplos), houve, entre os escritores caririenses, a intenção de conceber e defender um novo tipo de regionalismo. Tomando as profícuas relações estabelecidas com membros de instituições de outros Estados e a proposta de tornar o mais abrangente possível os estudos realizados por eles, podemos identificar um caráter regionalista delimitado, porém distinto das iniciativas desenvolvidas até então:

Mas o que chama mais atenção na simpática publicação é o sentido eminentemente regionalista que a orienta. Não se trata, na verdade, de regionalismo com a condenável finalidade de separar, mas do sadio regionalismo visando definir as características de uma das zonas mais típicas de todo o Nordeste. [...] - JOSUÉ DE BRITO. - (<<Unitário>>, 7-5-55). (REVISTA *ITAYTERA*, 1956).

O movimento realizado no sul do Ceará é um caso repleto de elementos para quem deseja compreender as dinâmicas envolvidas durante o processo de (re)construção de uma região. Tratando-se de espacialidades e representações, é necessário compreender que esse processo não possui uma data de finalidade, já que existem momentos de significação e ressignificação em torno dos espaços e cada momento é tomado por questões específicas que devem ser historicizadas. A heterogeneidade é uma característica latente nessa conjuntura, por mais que criar espaços pressuponha homogeneizar, e é nesse momento de construção que as disputas são realizadas, que projetos vencem e outros são ocultados, que perspectivas são colocadas em evidência e outras apagadas, que sujeitos são alçados a condição de heróis e outros postos no ostracismo. É a dinâmica das territorialidades em constante movimento. Os historiadores que busquem compreender esses casos devem realizar:

[...] um exaustivo levantamento da natureza, bem como da história econômica e social da área ao lado de todo um esforço de elaboração de uma memória social, cultural e artística que pudesse servir de base para sua instituição como região. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.80).

Estamos diante de uma problemática que tem como centralidade os discursos, as narrativas e as disputas simbólicas em torno de um espaço. A análise historiográfica possibilita ampliar o grau de inteligibilidade acerca dessas temporalidades distintas. Quando se trata de embates que envolvem representações, constantemente o passado é evocado com distintos objetivos e variadas expectativas são postas em jogo. As categorias temporais, que o olhar historiográfico consegue apreender, dão a tônica desses momentos de tensão. Ainda pouco enfrentado pelos historiadores, o espaço deve ser refletido para além da análise dos eventos ocorridos em seu interior, mas sim debruçar-se sobre a própria construção desses lugares muitas vezes encarados como plano de fundo dos “fatos históricos”. Existe uma historicidade nas regiões que pode ser posta enquanto objeto de análise, pois ela é:

[...] um dado recorte espacial é sustentado, explicado, justificado, legitimado por dadas formas de saber, que se materializam em ações e discursos, [...]. A região é, em grande medida, fruto dos saberes, dos discursos que a constituíram e que a sustentam. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, pp.58-59).

A escolha metodológica realizada é pensar a região como um objeto instituído a partir de disputas que compõem um campo de legitimidade sobre quem deve falar e delimitar o que venha a ser esse recorte. Considerado um espaço de poder, são constantes as disputas em sua formação, caracterização e consolidação enquanto um centro de referência ideológica e identitária. Para realizar uma construção que possua legitimidade e extensão territorial e temporal, o uso da escrita será imprescindível. Mas, dentre os diversos gêneros narrativos existentes, alguns terão destaque e força: o folclore e a historiografia. Escrever a história de um lugar é inseri-lo em um jogo temporal que traz experiências, projetos e expectativas. A escrita da história foi tomada como ferramenta sacralizadora de um passado glorioso, de um lugar de fala oficial e de novos tempos para o sul do Ceará.

O que foi pensado pelos “arquitetos do passado” fora justamente o estabelecimento de um lugar para o passado. Contudo, o passado deveria estar muito bem localizado diante de diversos outros elementos, pois este seria a sustentação de uma determinada imagem sobre o Cariri. A construção de uma narrativa para o tempo pretérito está imersa em projetos de poder, disputas ideológicas, vaidades e anseios. Os sujeitos que operam essa escrita estão sustentados por um lugar. Que lugar é esse? Qual o seu papel?

## QUEM CONSTRÓI A HISTÓRIA DO CARIRI? INSTITUIÇÕES E LUGAR SOCIAL

Esta instituição se inscreve num complexo que lhe *permite* apenas um tipo de produção e lhe *proíbe* outros. Tal é a dupla função do lugar. Ela *torna possíveis* certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras *impossíveis*. [...], a pesquisa está circunscrita pelo lugar que define uma conexão do possível e do impossível. (CERTEAU, 2011, p.63).

Michel de Certeau, em *A operação historiográfica*, reserva um espaço para pensar a influência do lugar social do historiador na sua produção. Fazendo parte da tríade “lugar social/procedimentos/produção do texto”, a compreensão da historicidade dos lugares de fala dos intelectuais que se propõem a refletir sobre o tempo pretérito torna-se um imperativo na construção de uma inteligibilidade acerca das tessituras que compõem o conhecimento histórico. Essa escolha traz para os historiadores um fato: sua pesquisa e, conseqüentemente, sua escrita, não estão isoladas do tempo no qual estão sendo realizadas. Certeau defende a necessidade de estudos que envolvam a produção do discurso historiográfico, ou melhor, não somente esse, mas todos os discursos que, porventura, não explicitem quais os elementos que constituem a sua dinâmica de legitimação. Portanto, “o discurso ‘científico’ que não fala de sua relação com o corpo social é, precisamente, objeto da história. Não se poderia tratar dela sem questionar o próprio discurso historiográfico” (CERTEAU, 2011, p.55). Existem elementos externos à pesquisa que interferem na operação historiográfica, e estes devem ser incluídos no processo de análise de uma narrativa produzida no campo da história. A “permissão” e “proibição” de abordagens, posicionamentos, definições, permite visualizar a escrita da história como um processo que contém inúmeras disputas. Não somente a memória é um campo de disputas, mas a história também o é: desde a confecção de suas narrativas até os processos de resignificação, exaltação, esquecimento, consentimento dos sentidos atribuídos ao passado pelos leitores e sujeitos que entram em contato, de alguma forma, com o discurso histórico.

É irresponsável pensar que a narrativa produzida pelos historiadores acerca do passado está desvinculada de qualquer espaço institucional. Existem diversos espaços onde o conhecimento histórico é elaborado e delimitado por suas especificidades: universidades, escolas, centros de pesquisa, arquivos, institutos históricos, academias de letrados, associações, o Estado. Deste modo, a historiografia está “submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade” (CERTEAU, 2011, p.47). Em grande medida, agremiações literárias, círculos intelectuais, projetos de institucionalização do saber científico são pensadas e forjadas para defender um projeto de sociedade e uma visão de mundo. Com

reforçados e contundentes discursos de valorização do conhecimento humano, da diversidade dos grupos sociais e do culto às letras, esses grupos representam a tentativa de hegemonizar os espaços que ocupam e os objetos de estudo, bem como instituir um discurso oficial sobre determinado assunto. A escolha dos membros que irão compor esses projetos é realizada de acordo com a comunhão de interesses, bem como a possibilidade de agregar mais valor simbólico ao projeto estabelecido pelos intelectuais.

A escrita, de modo geral, é o posicionamento do sujeito no meio em que vive. Ao preencher uma folha de papel em branco, o autor inscreve um novo mundo dentro do que já existe. São esperados confrontos, a partir de então. Forjar uma nova inteligibilidade para estruturas já consolidadas, propor alterações em cânones, posicionar-se diante de uma profusão de ideias sobre um determinado tema. É criar novas formas de encarar o mundo ou criar novos mundos, pois este já não supera as expectativas e demandas (pessoais ou coletivas). A historiografia é posta nesse cenário, antes como uma ferramenta explicativa e de compreensão do mundo, outrora como aporte de afirmação identitária e legitimação de determinados *status quo*. O que se procurou realizar, com o levantamento dessas questões, foi um alerta para a necessidade de compreender as alterações e as permanências que a prática historiadora, como antes de tudo uma atividade narrativa, possui na sociedade contemporânea ocidental. Para além de estabelecer uma caracterização de um regime historiográfico pertencente a um determinado período, ou identificar as permanências e as rupturas existentes nas mais diversas formas de se pensar e realizar a operação histórica ao longo do tempo, a proposta é pensar a História em constante transformação e suscetível aos mais variados fatores da sociedade.

A produção da história, enquanto análise/narrativa dos fatos ocorridos, deve ser percebida como uma prática. Como tal, é realizada por sujeitos que possuem projetos, interesses, embates, expectativas, experiências. Os trabalhos de história da historiografia realizam a identificação desses aspectos que, aparentemente, estão localizados nas entrelinhas, mas que delineiam as fronteiras e estruturas desse ato.

Como aponta o excerto que abre essa discussão, a instituição proporciona a possibilidade ou não de determinadas pesquisas. Como o objetivo deste trabalho é compreender a (re)construção de uma imagem para o Cariri cearense por meio da escrita da história de J. de Figueiredo Filho, o percurso metodológico delimitado consistiu em identificar quais as instituições que este estabeleceu relações, diálogos, produções, e perceber como o Cariri é apresentado nesses espaços, pois compreende-se que é “impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função da qual ele se organiza

silenciosamente” (CERTEAU, 2011, p.55). Este foi um trabalho que exigiu um esforço considerável, devido à trajetória individual de cada lugar e da diversidade de fontes encontradas para cada relação estabelecida. Destacamos, nesse caso, o Instituto Cultural do Cariri, a Academia Cearense de Letras, o Instituto do Ceará e a Associação dos Professores Universitários de História.

O intuito deste capítulo é compreender como as instituições nas quais J. de Figueiredo Filho manteve contato contribuíram no processo de legitimação deste enquanto um sujeito capaz de falar sobre sua terra, bem como essas relações foram conformando uma ideia de Cariri, a partir dos contextos específicos de cada agremiação

### 3.1. O INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI (ICC).

O Instituto Cultural do Cariri pode ser considerado o principal lugar de atuação de J. de Figueiredo Filho. Essa assertiva fundamenta-se no grau de imersão deste sobre a instituição caririense: entre os anos de 1954 e 1973, ocupou a cadeira de presidente. Apenas a sua morte interrompeu uma gestão de quase 20 anos a frente do maior lugar de fala instituído, até então, acerca do sul do Estado. Os principais nomes do ICC eram Irineu Pinheiro, Padre Antônio Gomes de Araújo e o próprio J. de Figueiredo Filho. Importante compreender a relevância de cada um, dentro dessa composição intelectual.

O primeiro era o mais velho dos três. Sua extensa atividade enquanto homem das letras, anterior aos demais, o credenciava como o principal nome do grupo. Entretanto, Pinheiro falece pouco tempo depois de tomar posse como primeiro presidente, em 1953, deixando Gomes de Araújo interinamente no cargo até uma nova eleição. O padre Antônio Gomes de Araújo era considerado um dos maiores conhecedores dos arquivos da região. Não é difícil encontrar referências ou agradecimentos a ele nos mais diversos estudos, como vemos em Figueiredo Filho (2010c, p.96):

De onde lhe vem a designação de Santos, substituindo Barbosa, da fundadora do núcleo? Pe. Alboino, cratense, que foi vigário daquela terra, diz acertadamente que isso teve origem no sobrenome de família localizada ali. Iremos comprovar tal asserção, baseado na autoridade segura do historiador Padre Antônio Gomes de Araújo, ilustre filho daquela terra [...].

Figueiredo Filho, em *História do Cariri*, realiza diversas referências ao clérigo como um grande pesquisador de arquivos. Como uma das bases da historiografia desses sujeitos era a busca pela verdade, a exatidão da naturalidade de determinamos sujeitos, de datas e de

nomes de fundadores de cidades era fundamental para uma prática historiadora responsável e legítima. Padre Antônio Gomes de Araújo, por ser conhecedor dos arquivos, sempre era utilizado para resolver essas contendas. Durante uma discussão acerca da naturalidade das famílias que habitaram o Cariri, vemos outra menção: “É mais uma prova da versão vitoriosa, defendida pelo historiador Pe. Antônio Gomes de Araújo, que demonstrou matematicamente, tal influência, com a presença, no Cariri, de mais de quatrocentas famílias de origem baiana e duzentas e tantas sergipanas” (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.23). Para J. de Figueiredo Filho, os dois intelectuais acima citados são suas bases de formação enquanto historiador. Durante o texto de apresentação de sua obra historiográfica, referencia os dois colegas de pesquisa e amigos pessoais: “Bebi ensinamentos em muitas fontes puras, entre as quais, as dos pesquisadores eméritos – Irineu Pinheiro, já falecido e o Padre Antônio Gomes de Araújo, incansável e inteligente investigador de nosso passado” (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, s./p.).

J. de Figueiredo Filho representou a instituição que presidiu por diversos anos. As grandes relações que estabeleceu durante os quase vinte anos em que esteve à frente do Instituto, que primava pela valorização da região e defesa de um olhar mais digno sobre ela, o credenciaram junto com sua produção. Vale ressaltar que o ICC fora criado como um espaço destinado à preservação do passado e da memória caririense. O retorno ao passado tinha como objetivo traçar a identidade do habitante local e reivindicar uma posição renegada pelas instituições políticas e intelectuais centrais.

A produção escrita do Instituto procurou fundar tradições, estabelecer leituras sobre um determinado passado, construir identidades, responder a demandas do presente, estabelecer lugares de fala e de legitimidade. Compreende-se, portanto, que as posições defendidas pelo ICC foram frutos de demandas presentes. A compreensão da escrita desses sujeitos históricos passa por um processo de desnaturalização dos discursos proferidos por eles. Um exemplo simples a ser apresentado é o discurso de pioneirismo cratense. Tomado como algo natural, cabe compreender como este foi construído, acionando elementos do pretérito em um espaço de culto à memória e aos procedimentos tidos como científicos.

A publicação de sua revista, *Itaytera*, torna-se fonte primordial nessa etapa da reflexão. Veiculada como órgão oficial dos intelectuais do ICC, os diversos números que foram lançados ano após ano tiveram como objetivo criar esse cenário de culto à memória e às letras, de legitimação e de naturalização de um dado discurso oficial que instituíra lugares de fala e poder para determinados grupos sociais.

Para Jane Semeão (2014, p.1), “*Itaytera* se firmou como um *lócus* primordial para a (re)invenção identitária do Cariri cearense e sua visibilidade política, cultural e histórica para

além de seus limites geográficos”. O desejo de fundar uma revista que tivesse uma periodicidade revela o projeto em longo prazo existente. Por meio dessa ferramenta foi sendo construído um lugar de fala no meio intelectual caririense, uma espécie de veículo de propaganda do ICC e mais um mecanismo de valorização do Cariri. Os textos de apresentação, a cada novo número, eram feitos pelo presidente, que deixava, nesse momento, de maneira mais explícita, os desejos que o grupo possuía com aquela atividade:

O segundo número de <<ITAYTERA>> ainda possui maior quantidade de páginas do que o inicial e sua colaboração está firmada por valores reais do Cariri, não só residente nesta privilegiada região, como por muitos que se mudaram para outras terras, mas que conservam intacto o amor acendrado à gleba natal. Um dos pontos principais do programa de ação do Instituto Cultural do Cariri é o contacto com os intelectuais caririenses, disseminados por este Brasil afora. É a voz da terra que conclama a todos para trabalharem por seu engrandecimento. (FIGUEIREDO FILHO, 1956, p.01).

*Itaytera*, portanto, torna-se um espaço privilegiado para quem deseja afirmar-se enquanto estudioso da terra e alguém que ama o lugar que dá forma aos seus estudos. Era por meio desse espaço que seria feito o intransigente ato de defesa da região, diante do esquecimento que o litoral exercia. Juntamente, era necessário demarcar espaços na disputa com as formas de organização e sociabilidade existentes nas áreas metropolitanas. Por consequência, tornava-se um espaço de sociabilidade entre a elite letrada local, que dialogava entre si nos artigos propostos, aceitos e publicados a cada ano:

*Itaytera* nasceu para defender as coisas e costumes do Cariri. Não tem pretensões a emparelhar-se com as publicações opulentas do opulento litoral brasileiro. Mas luta e quer vencer, para a região impôr-se, como força de renovação da interlândia. Para isso conta com o apoio do INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI e de corpo vantajoso de colaboradores que tudo farão pelo triunfo de seus ideais. (FIGUEIREDO FILHO, 1956, p.02).

Ao publicar o segundo número do projeto, os editores dedicaram uma seção para publicizar as impressões que os leitores tiveram de uma nova iniciativa, até então. A leitura de alguns trechos já abre inúmeras possibilidades de análise acerca da inserção e peso que atividades como essa vão ganhando no meio social:

Considero <<Itaytera>> uma nova estrela que haverá de brilhar concentrando todos os fatos e aspirações do Cariri. Será para todos uma fonte de genuína cultura, destinada a correr, não entre as pedras da indiferença, mas sobre o coração dos que amam verdadeiramente a sua terra, a prosperidade do Ceará e grandeza de sua gente. – F. Alves de Andrade, em <<O Estado>> - 1955. (REVISTA *ITAYTERA*, 1956, p.265).

Mergulhando-se o pensamento através das 188 páginas de <<Itaytera>> - revista que na expressão feliz de Carlyli Martins, poderá honrar qualquer meio adiantado do

país – respira-se sadia atmosfera de luta acessa em prol das legítimas reivindicações da grande e bela região caririense. É a luta mais bela e a mais bela das armas alí se encontram em franca atividade. A luta do campo cultural, a arma da pena em punho no mais belo exemplo de elevada compreensão cívica. <<Itaytera>> é, pois, bem uma clarinada em defesa dos reais anseios de libertação do grande e bravo povo caririense. Fernando Leite. (<<O Estado>> - 29-5-55). (REVISTA *ITAYTERA*, 1956, p.265).

Esse artigo, em verdade apenas uma peça que visava gerar uma espécie de publicidade para a revista, congregou 18 depoimentos que tinham um ponto em comum: diversos sujeitos, falando de locais diferenciados, apontando para o êxito do projeto executado e reiterando a relevância que este possuía para o desenvolvimento da região. A convergência dos posicionamentos desta seção não é aleatória. Um movimento de enquadramento de opiniões fora realizado para beneficiar a publicação. É a defesa de um mecanismo de divulgação e de defesa dos interesses daqueles que desejavam ver o sul do Estado com o devido reconhecimento e em pleno desenvolvimento material e científico. Destaca-se o caráter seletivo dos depoimentos existentes. A partir de uma seleção de correspondências, os editores da revista procuraram sedimentar um olhar positivo sobre a iniciativa do recém-criado ICC, objetivando criar uma atmosfera de legitimidade para tal iniciativa. Em grande medida, as falas foram retiradas de outras publicações, como, por exemplo, o jornal *O Estado*, o que pode ser compreendido como mais uma forma de justificar um caráter de “sucesso” para a revista. Bastaram boas intenções e o início das atividades para se notar o valor existente ali.

<<Itaytera>> é, realmente, uma prova exuberante de que a mais fértil zona do nosso Estado se quer afirmar definitivamente no campo do pensamento e da cultura. E o faz com uma superioridade mental digna dos movimentos libertários de que foi berço, entre os primeiros clarões de independência daquelas <<ante-manhãs sangrentas da República>>, como disse no poema que dediquei à memória do meu trisavô José Pereira Filgueiras, o maior caudilho do Cariri no começo do século XIX. Filgueiras Lima, em <<Correio do Ceará>> - Junho – 1955. (REVISTA *ITAYTERA*, 1956, p.265).

O 1º número de *ITAYTERA* constitui prova exuberante do potencial intelectual da princesa do Cariri. Na verdade, Crato já congrega um número crescido de intelectuais que estão dando o maior brilho às letras cearenses. Incontestavelmente, *ITAYTERA* assinala um ponto alto no desenvolvimento cultural do Crato. A heróica cidade sul cearense reafirma a sua capacidade de liderança através do vigor mental de seus filhos. – <<Correio do Ceará>>. (31-5-55). (REVISTA *ITAYTERA*, 1956, p.265).

Três aspectos podem ser destacados, a partir dos comentários realizados em referência ao primeiro número de *Itaytera*: a força política/simbólica que esta possui, a qualidade dos trabalhos apresentados e o *status* que o Cariri e, em especial, a cidade do Crato

passam a ter após a publicação da revista. Alves de Andrade, no primeiro trecho, aponta para uma singularidade: a concentração de todos os fatos ocorridos. Percebe-se, deste modo, o caráter legitimador que esse material possui enquanto veículo oficial sobre o passado caririense. Se o leitor atribuiu ao “órgão oficial do ICC” a tarefa de condensar todos os fatos, o que não for publicado nesse local não estará inscrito na memória oficial. O segundo e terceiro comentários apontam para a relevância simbólica que *Itaytera* possui: diante das diversas formas de expressão existentes no país, ela se destaca por ser feita por pessoas que amam sua terra e que procuram reivindicar um espaço de legitimidade e autonomia diante das demais. A luta, o sentimento de amor são aspectos que, somados aos procedimentos científicos de cada estudo, conformam o sucesso do projeto. Já o último comentário destacado apresenta uma menção voltada especificamente para a cidade do Crato. Existe, nesse caso, uma redução de méritos, tendo em vista que outras localidades compõem o ICC. Contudo, os cratenses hegemonizavam as ações do Instituto e davam um olhar próprio para a região: era o Cariri visto pela ótica do Crato. Para Viana, houve uma tentativa de “cratizar o Cariri”, dando ao Crato o papel de condução no progresso da região<sup>1</sup>.

A seção “Depoimentos” sobre a primeira edição de *Itaytera* procurou criar uma imagem de grande alcance da revista, tomando por base a diversidade de localidades de onde vieram os comentários (jornais *O Estado*, *O Nordeste*, *Correio do Ceará*, *Unitário* e *O Povo*), com destaque para as cartas trocadas entre os leitores e J. de Figueiredo Filho. Esse é um espaço onde as redes de sociabilidade intelectual se tornam visíveis: é na troca de comentários, referências, elogios que se pode visualizar com mais nitidez as relações que o ICC foi estabelecendo com sujeitos das mais diversas matrizes. O retorno destes se dá em forma de reconhecimento público, pois além de publicarem suas impressões nos jornais de suas respectivas cidades, presenciam a construção de um espaço dedicado a eles, enquanto sujeitos que possuem legitimidade para emitirem pareceres acerca de qualquer projeto. Figueiredo Filho possuía grande destaque nesse circuito de ideias, e é esse bom trânsito que contribuiu para a legitimidade de *Itaytera*. Um importante elemento a ser ressaltado é que

---

<sup>1</sup> Ver o tópico “1.2 – A revista *Itaytera* e a ‘tendência ardorosa de cratizar o Cariri’” da dissertação de Ítalo Bezerra Viana. O autor vai evidenciar de que forma a cidade do Crato vai sendo apresentada nas narrativas acerca do passado caririense. O desejo dos intelectuais do ICC era evidenciar os grandes feitos e as grandes personagens cratenses como centrais na trajetória da região. Tal esforço procurava imprimir uma ideia de vanguarda da cidade sede do ICC sobre as demais. Grandes nomes, acontecimentos relevantes e a índole do cratense eram apontados como fundamentais para a liderança dessa cidade sobre as demais. Alcinhas como “Princesa do Cariri” vão sendo forjadas com esse intuito. Ver: VIANA, José Ítalo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: memória, escrita da história e representações da cidade.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História/UFC. Fortaleza: 2011.

Figueiredo Filho era o presidente da comissão especial que tinha como responsabilidade garantir a edição, a publicação e a distribuição da revista, o que denota o esforço empreendido por ele para garantir que as ações que estavam propostas no estatuto de fundação da agremiação fossem cumpridas.

O autor de *Folgedos Infantis Caririenses* esteve presente em quase todos os números da revista. Duas são as formas: escritos propriamente realizados por ele ou matérias que analisem suas obras ou noticiem suas atividades em outras cidades. Em 1955, ele publicou um artigo em defesa das bandas cabaçais do Cariri. Nesse texto já se percebe a tônica militante dos seus escritos:

Não é prova de matutice e de atraso. É o Brasil do interior que precisa ser conhecido, com o seu rico folclore, forjado nesse caldeante de três raças diversas, cada qual com seus costumes e hábitos que aqui se fundiram tão harmonicamente. A Banda Cabaçal é expressão da arte do povo. Mostra que a nossa gente tem sua música, que nasceu, desde os primórdios da colonização. A banda de couro também é trabalho em equipe. O indivíduo se dilue naquele conjunto, comprovando que o sertanejo tem o espírito inato de cooperação. A Cabaçal precisa ser conhecida e estudada, principalmente por algum musicista que queira pesquisar as verdadeiras raízes de nossa música popular. (FIGUEIREDO FILHO, 1955, pp.111-112).

O lançamento de *Itaytera* buscou demarcar, logo de início, o caráter militante das escritas que seriam realizadas naquele espaço. Com o presidente da agremiação, que também coordenava os trabalhos do “órgão oficial”, não seria diferente: é a partir das bandas cabaçais que Figueiredo Filho irá iniciar uma série de defesas em torno das práticas cotidianas e das manifestações culturais existentes no Crato e nas cidades circunvizinhas. Para ele, a valorização desses elementos significava o reconhecimento do valor e da índole do povo caririense. Já nesse escrito, é presente o caráter de denúncia sobre os olhares preconceituosos em torno do sertão e de suas características. É a produção de um posicionamento político: o sertão merece ser valorizado pelo que possui; são os homens sertanejos, com seus costumes e tradições, que mantêm viva a “essência do povo brasileiro”. É dentro dessa perspectiva que ele aponta a necessidade de transformar o cotidiano em objeto de estudo das ciências. A face historiadora do autor irá se misturar com o folclorista, o romancista, o intelectual, de maneira geral. São diversos modos de escrever, caracterizar e defender o Cariri cearense.

Os lançamentos de suas obras também eram noticiados, como pode ser observado abaixo, corroborando com a ideia de que *Itaytera* e, conseqüentemente, o ICC, contribuíram para a legitimação de Figueiredo Filho enquanto um intelectual, respaldado pela publicação central da região, que possuía trabalhos de grande envergadura:

Foi um prazer pouco vulgar o que experimentei ao receber a monografia “Cidade do Crato”, da lavra de José Figueiredo Filho e Irineu Pinheiro, com alguns bons colaboradores e imprensa sob deligências de um grupo de esclarecidos patriotas, entre os quais e, talvez com primazia, figura o meu brilhante e patricio parente. O livro constitui fonte de subsídios muito importante, não só para a característica do “núcleo ou pólo de iniciativas liberais no Nordeste, que cabe ao Crato, na Nação brasileira”, como para a história dos Alencares – tão ligados a essas marcantes iniciativas. (MATOS, 1958, s./p.).

A publicação de cartas, postais, comunicações internas entre os membros da elite intelectual caririense era algo muito comum nesse veículo de informações. É uma prática que revela a capacidade do ICC em congregar uma força simbólica, de trazer para si a responsabilidade de agregar diversas relações que envolvam sujeitos que tenham como objetivo de profissão divulgar as belezas de sua região e lutar por seu reconhecimento, diante de tantas injustiças realizadas pelos membros dos governos centrais e moradores das grandes metrópoles litorâneas. O processo de escolha de quais vozes estarão ecoando nas páginas de *Itaytera* também deve ser levando em consideração para perceber quais as relações estabelecidas, bem como o caráter de norteamento das imagens e das perspectivas que se buscavam dar para a instituição. Ter o nome citado em *Itaytera* pode ser considerado uma espécie de “chancela” da maior instituição que primava pelo desenvolvimento e pela preservação local; é se inserir em um grupo seletivo, uma elite intelectual.

A publicação de uma revista pode ser considerada como uma das estratégias realizadas pelos associados para construir uma imagem positiva acerca da intelectualidade local. Tradicionalmente, as agremiações e instituições dedicadas ao culto às letras possuem um espaço oficial de fala. *Itaytera* cumpre essa função: divulgar os estudos realizados no vale caririense, bem como legitimar seus autores enquanto pertencentes a uma elite intelectual que está inserida em redes de sociabilidade. As ações não devem ser apenas realizadas internamente, pois, para além de buscar caminhos para a preservação da memória entre os moradores (como criação de museus, organização de festividades em efemérides aos aspectos locais, instituição de calendários festivos e de um panteão de heróis), era necessário, conforme Figueiredo Filho,

[...] também exportar idéias, sem que o homem seja forçado a arrear o pé do meio em que vive. O interior não pode mais ficar à margem do Brasil, que progrediu exclusivamente em sua fachada. Para o país crescer, e avançar, de verdade, necessita da mobilização de toda a interlândia. [...] Assim, sem ostentação, mostramos que no interior também se vive, se pensa, e faz-se alguma coisa para o soerguimento cultural do Brasil com repercussão natural noutros setores da vida humana. (FIGUEIREDO FILHO, 1958, p.123).

Todas as atividades promovidas na instituição foram encaradas como fundamentais e imprescindíveis para o progresso e desenvolvimento cultural da região e, conseqüentemente, do país. A leitura do seu estatuto aponta para a seriedade que foi dada a essas atividades, pois comissões foram criadas para dar maior agilidade e garantir a periodicidade dos projetos. Dentre as diversas comissões existentes, destacamos a “Comissão de Organização da Revista”, que tinha como objetivos “a) organizar e publicar a Revista do Instituto; b) catalogar todos os documentos manuscritos pertencentes à Revista, cujos originais serão arquivados na Biblioteca do Instituto” (REVISTA *ITAYTERA*, 1955, p.185). O ICC, deste modo, vai consolidando um programa que visa construir imagens e representações delimitadas sobre o Cariri, suas peculiaridades, seu passado e sua identidade.

### 3.2. A ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS (ACL).

Fundada em 15 de agosto de 1894, com a nomenclatura Academia Cearense (AC), a atual Academia Cearense de Letras é considerada a primeira academia de letras do Brasil. Sua criação precedeu a Academia Brasileira de Letras, que teve suas primeiras atividades datadas a partir de 20 de julho de 1897. O advogado e membro da ACL, Manoel Albano Amora, assim definiu as características de uma academia de letras:

Nos dias correntes, a *academia*, de modo específico, é um sodalício de homens de letras. E, para assim ser considerada, é mister que conte com um número regular de poltronas, patrocinadas por nomes de eminentes escritores, e tenha como fundamento uma simbólica imortalidade, prometida a seus membros, em conseqüência do veredicto, como ocorre na Casa de Richelieu. (AMORA, 1957, p.19).

Para ele, existe uma conexão entre as iniciativas dessa ordem em todo o país. A questão nacional, para o autor, é o que interliga membros do país inteiro: “As academias é que são os elos da cadeia imensa, ligando todos os brasileiros, para que se conheçam, se amem e tomem parte do grandioso trabalho de coesão nacional” (AMORA, 1957, pp.15-16). A unidade nacional e o sentimento pátrio são fundamentados por meio do conhecimento sobre as belezas e características do país, devendo ser realizadas leituras de obras produzidas por escritores comprometidos com esse sentimento. Questões separatistas ou divergentes à união devem ser postas de lado. Conviver com o diferente deve ser um exercício diário, mas sem esquecer que o objetivo maior é a construção do bem comum.

Tendo Guilherme Studart, posteriormente condecorado enquanto Barão de Studart, atuado como principal motivador para a formação de um espaço que congregasse escritores

cearenses, a primeira reunião foi realizada no salão de honra do prédio Fênix Caixeiral, situado na Rua Major Facundo, nº2. Participaram desse momento Guilherme Studart, Justiniano de Serpa, Farias Brito, Drumond da Costa, José Fontenele, Álvaro de Alencar, Benedito Sidou, Franco Rabelo, Antônio Augusto de Vasconcelos, Pedro de Queirós, Alves Lima, Waldemiro Cavalcante e Antônio Fontenele. A primeira diretoria foi eleita na seguinte composição: Presidente – Tomás Pompeu, Vice-Presidente – Pedro de Queirós, Vice-Presidente – Virgílio de Moraes, 1º secretário – Waldemiro Cavalcante, 2º secretário – Raimundo de Arruda, Orador – Justiniano de Serpa, Tesoureiro – Álvaro Mendes. De acordo com a ata da fundação, as finalidades da Academia Cearense eram:

- a) Examinar e emitir parecer sobre theorias, problemas e questões da actualidade;
- b) acompanhar o movimento intelectual dos povos cultos, adaptando ao nosso meio as idéias, que parecerem mais uteis ao seu melhoramento e ao engrandecimento do espírito humano;
- c) estabelecer palestras e conferencias;
- d) trabalhar pelo levantamento da instrução, maximé do ensino profissional. (ATA DA SESSÃO DE FUNDAÇÃO DA ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS *apud* AMORA, 1957, pp.29-30).

Compreende-se, portanto, a construção de um lugar de referência na província. Os acadêmicos atuavam efetivamente no desenvolvimento intelectual dos cearenses, seja na produção de obras que “engrandeçam o espírito” e retratem fielmente a realidade local, objetivando a construção de um espírito de reconhecimento, ou atuando enquanto mediadores do ensino local. O acompanhamento das teorias e dos estudos realizados em outros locais, nomeados como “povos cultos”, retrata o trabalho contínuo de atualização de ideias realizado pela ACL. Esta se via na responsabilidade de oferecer à sociedade o mais atual pensamento moderno, o que possibilitaria o desenvolvimento e melhores condições de vida.

Procurando estabelecer um lugar de fala legitimado no pensamento social cearense, em 1896 é fundada a *Revista da Academia Cearense*, uma ferramenta para publicação de estudos, ensaios, divulgação de notícias referentes ao mundo das letras e ao desenvolvimento da ciência. Ao formular esse espaço, Guilherme Studart procurou fomentar em torno dos associados práticas de legitimidade e reconhecimento intelectual, pois esses sujeitos, além de emitir pareceres acerca das questões do seu tempo, deveriam propor novas alternativas e ideias para os problemas identificados. É constituído, deste modo, um espaço de sociabilidade entre os escritores e um discurso oficial do mundo letrado.

A preocupação com o desenvolvimento da província e com a expansão da prática letrada é latente nos primeiros escritos da AC. Para além de absorver ideias vindas de fora que contribuam com a realidade local, era fundamental para esses sujeitos estabelecerem um

discurso identitário. Exemplo desse projeto identitário, que não está restrito aos acadêmicos letristas, foi a comemoração do Tricentenário da chegada dos portugueses ao Ceará, realizada em conjunto com o Instituto do Ceará e o Centro Literário, em 1903. Um projeto intelectual de defesa intransigente da região congregou esses sujeitos para a defesa das tradições de um passado que traga referências sociais e valores como o nacionalismo, a fortaleza, a coragem e a obediência:

Realmente, a nossa Academia, com a noção dos seus deveres para com a inteligência e a dignidade da profissão literária, representa um papel de suma relevância na existência espiritual da nossa gleba como guardião das nossas mais caras tradições – tesouro daquilo que, como dizia Carlyle, melhor sentimos em nós como índice do valor da personalidade para lutar com a morte. (AMORA, 1957, p.15).

Essa instituição possuía um projeto de inserção social forte. A construção de um patamar discursivo que se colocasse como oficial e elevado, do ponto de vista do refinamento das reflexões ali realizadas, era a tentativa de forjar um espaço de distinção intelectual, forjar uma elite intelectual a partir da prática letrada.

Pensando a relação entre Figueiredo Filho e a Academia Cearense de Letras, realizamos um recorte a partir dos discursos realizados na cerimônia de posse do então presidente do ICC, na cadeira nº34 da Academia. As fontes encontradas nessa instituição são escassas. A troca de correspondências e referências entre os membros, elementos aos quais não tive acesso, podem ter maior volume de informações sobre sua atuação nesse período. Devido às dificuldades de contato com esse tipo de documentação, bem como ao tempo limitado de pesquisa, o material encontrado na instituição foi o conjunto de suas obras, a coleção de revistas *Itaytera* e o livro *Falas Acadêmicas*, sistematizado por Raimundo Girão<sup>2</sup> em 1976. Para o organizador do compêndio, “Valem tais orações como documento inequívoco da trajetória de triunfos da Ilustre Companhia e prova evidente de suas inerentes forças de sobrevivência e da capacidade de belas vitórias durante mais de oitenta anos” (GIRÃO, 1976, p.05). A publicação de um livro dessa natureza veio reforçar o projeto dos escritores cearenses, qual seja, construir um lugar de fala oficial para a produção literária e intelectual do Estado. A extensa trajetória da referida instituição, bem como a diversidade dos

---

<sup>2</sup> Nascido na cidade de Morada Nova/CE, no ano de 1900, Raimundo Girão teve grande destaque na produção historiográfica cearense. Atuou na política local, sendo prefeito de Fortaleza, ministro do Tribunal de Contas do Estado, Secretário Estadual de Educação e Secretário Municipal de Obras. Presidente da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará, Girão foi também o primeiro Secretário Estadual de Cultura, no ano de 1966. Faleceu em julho de 1988. Disponível em: <http://edicoesdemocritorocha.com.br/autores/raimundo-girao/>. Acesso em 05/05/2016.

nomes que já passaram por ela, conferem um peso simbólico que não deve ser posto em dúvidas:

Indiscutivelmente, é a Academia Cearense de Letras valioso patrimônio da Inteligência cearense. O seu elenco de sócios honra essa Inteligência, como belas expressões de valor cultural, desde os pioneiros que a imaginaram e a fizeram uma realidade, até os de hoje, nela ingressos, todos, através do cadinho apurador das exigências do mérito. (GIRÃO, 1976, p.06).

Raimundo Girão defende a legitimidade das Academias enquanto lugares que ainda possuem tradição e relevância na produção intelectual das grandes cidades. Presume-se que a construção das primeiras instituições de Ensino Superior veio a quebrar a hegemonia dos Institutos Históricos e demais organizações que visavam construir um conhecimento tido como oficial e útil. O desenvolvimento de novos padrões para a construção do discurso científico abandona a tradição e forja novas possibilidades de se pensar a sociedade, o que traz aos remanescentes de outras temporalidades de escrita receios e necessidade de reagir:

Bem sabemos que não passou a época das Academias, afirmação cética dos desalentados ou dos que não observam bem, filha da supervalorização de um atordoante pragmatismo científico-tecnológico, querendo fazer do homem simples assunto de laboratório. Esquecem-se estes de que as energias e possibilidades do Espírito são muito mais eternas do que os valores materiais. O Espírito é o Homem; o corpo e o resto fenecem com a morte. (GIRÃO, 1976, p.06).

A base de sustentação de um grupo que está em vias de tornar-se centenário é pautada por sua perspectiva social: a forma de ver o mundo e de relacionar-se com ele, atuando de modo incisivo na elaboração de opiniões fortemente embasadas, dialogando de forma prática e simples é o que, segundo Girão, possibilita a extensão de vida da ACL. É uma das questões que, segundo o autor, estão sempre na ordem primária de suas reflexões: o desenvolvimento espiritual do povo se dá através do acesso ao conhecimento produzido em sintonia com este. O diálogo entre intelectual, obra e povo é a base de legitimação das academias letristas e a forma de conseguir chegar ao objetivo destas:

De modo particular, preocupa-nos a difusão do trabalho acadêmico, traduzido na decisão de tornar a Academia, sempre e sempre, um foco de Cultura acendendo idéias da elevação mental na alma do povo. Parlamentar com o povo, falar com ele a linguagem das suas aspirações intelectuais e superiores. (GIRÃO, 1976, p.07).

O *horizonte de expectativas* e o *espaço de experiências* (KOSELLECK, 2006) de um grupo social devem servir de norte para compreender os membros das academias<sup>3</sup>. É no contato direto entre passado do povo, o presente vivido e as possibilidades de outras realidades que as ações dos letrados devem ser realizadas. O equilíbrio entre a manutenção dos elementos tradicionais básicos, que constituem as identidades, e o desejo de avançar, de progredir, é defendido pelos acadêmicos da ACL, observado nas palavras do autor de *Falas Acadêmicas*:

Não são as Academias de Letras – nunca devem ser – um mero agrupamento de iniciados, imbuídos das vaidades de torres de marfim; pelo contrário, agora, muito mais que outrora, significam aberta e feliz combinação do Passado com o Presente, amalgamados ambos no sentido único da evolução para o Futuro. Sentimos que não devemos parar e que não devemos de ficar presos a concepções vencidas. Renovar sem destruir, eis o que nos aponta o dever estatutário. (GIRÃO, 1976, p.06-07).

O posicionamento de Girão procura legitimar a agremiação como um espaço de forte atuação nas transformações da sociedade. Um membro da ACL, segundo o trecho acima, é alguém que olha para os tempos passados a partir de preocupações presentes. É alguém que possui inquietações com a realidade em que vive e deseja transformá-la. O conhecimento deveria ser transformador. A evolução dos grupos sociais depende dessa atitude. Contudo, a evolução não deve estar estruturada a partir de uma lógica que apague os elementos passados, visto que a preservação de aspectos que caracterizem a formação do povo deve ser realizada. São características que podem ser direcionadas tanto à ACL quanto ao ICC, como vimos acima.

Durante as sessões de posse de novos membros, eram realizados dois discursos: o primeiro, de um membro da casa que dava boas-vindas, chamado de “Recipiêndo”, e o segundo, do recém-aprovado para assumir o cargo, denominado “Recipiendário”. Nesse caso, o primeiro foi Antônio Martins Filho e o segundo, Figueiredo Filho. O discurso inicial já aponta para o tom laudatório que será realizado até o final deste, o que caracteriza não apenas a formalidade existente no mundo das letras, mas uma relação pessoal entre os dois protagonistas desse momento. Importante ressaltar que a cidade do Crato é o elo entre esses:

---

<sup>3</sup> Para Reinhart Koselleck (2006, pp.306-308): “Trata-se de categorias do conhecimento capazes de fundamentar a possibilidade de uma história. Em outras palavras: todas as histórias foram construídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem. [...] Expectativa e experiência são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas nos momentos social e político”.

nascimento, primeiros contatos com o meio intelectual e experiências em conjunto marcaram a trajetória de ambos:

A chegada de José de Figueiredo Filho a esta Casa tem para mim, particularmente, um sentido especial de alegria, pois que me traz o ensejo de fazer um rápido mergulho no passado, me proporciona um compulsório retorno à juventude e me devolve, por alguns momentos, a velhos dias de antiga, inteligente e sadia convivência. (MARTINS FILHO, 1976, p.448).

Martins Filho foi um dos entusiastas da candidatura de Figueiredo Filho à cadeira de número 34. Segundo o estatuto da entidade, não existiria convite caso ocorresse vacância nos quadros, mas sim um processo de eleição, mediante apresentação de desejo de candidatura, era o caminho a ser trilhado para entrar no grupo originalmente idealizado por Studart<sup>4</sup>. O passado conjunto no sopé da chapada do Araripe e as diversas experiências divididas são evocados antes mesmo de se listar os atributos intelectuais do farmacêutico cratense. Para além das costumeiras práticas de jovens que vivem nas cidades interioranas, o discurso de recepção apresenta já os primeiros indícios do prazer pelas letras e pelo conhecimento. É algo que foi realizado em conjunto: práticas de sociabilidade que foram sendo construídas aos poucos e durante um longo período. Mesmo com as inúmeras dificuldades de comunicação existentes entre o litoral e o sertão, a curiosidade e o amor pelo conhecimento uniam os jovens caririenses:

Lembro dos tempos em que lá, na leal e decantada cidade do Crato, num esforço comovente e constante, através de jornais e de revistas, de almanaques e de livros – procurávamos acompanhar a marcha da civilização, tentávamos conhecer e seguir, na medida do possível, o que se lia, o que se inventava, o que se construía por este mundo afora, notadamente no domínio das letras e das artes. (MARTINS FILHO, 1976, p.449).

O apreço pelas artes, pelas letras e pelo conhecimento é o primeiro elemento apontado por Martins Filho que justifica a entrada de Figueiredo Filho no círculo intelectual letrista. Também oriundo do sul cearense, este compreende o intenso embate que os membros da elite local travavam na busca de reconhecimento e por melhorias para sua localidade. A defesa intransigente do torrão natal, realizada com paixão e conhecimento de causa, é apontada como uma das positivities presentes em Figueiredo Filho. Um homem simples do

<sup>4</sup> Durante as últimas palavras de sua intervenção na posse de Figueiredo Filho, Martins Filho (1976, p.458) aponta que: “Sempre que em nós surgia um claro, o nome de Figueiredo Filho era lembrado; mas a modéstia do escritor impedia a concretização do desejo dos que aqui se encontram, de fazê-lo ocupar uma das poltronas da Casa de Thomaz Pompeu. Só agora, por insistência de amigos, dispôs-se Figueiredo Filho a bater às portas desta Casa que, por direito, já era sua, dados os méritos que revestem sua obra. E a unanimidade de sua eleição é uma prova real de que os que fazem hoje a Academia Cearense de Letras, de braços abertos, recebem o representante do sertão, que é, mais que isso, uma das figuras preeminentes das letras do Ceará”.

sertão, que conheceu os problemas do povo mais humilde, e não possuiu as mesmas possibilidades em relação aos moradores das grandes cidades litorâneas, de acesso ao conhecimento dos povos desenvolvidos, mas que fez do amor pela terra o combustível para aprender sozinho o que fosse necessário para construir alternativas ao modelo que ali estava instalado. O que destaca o filho de Zuza da Botica “é este apego consciente, nunca desmentido, ao seu chão de origem, é a atitude coerente de permanência na terra do seu berço, a desambição pessoal no trato das questões que dizem respeito à sua região nativa [...]” (MARTINS FILHO, 1976, p.450). O passado e o presente entram em constante diálogo, a partir de então. O retorno às memórias da juventude possibilita visualizar o esforço existente na compreensão de um lugar esquecido pelos governantes e na atuação em diversos meios, a busca por dias melhores:

E o pensamento me leva de volta ao Cariri, de que nosso ilustre recipiendário é, certamente, a imagem humana mais fiel. Pois nenhum homem daquela região, ao que eu saiba, se preocupou mais com os problemas do seu povo, da sua terra, desde aqueles tempos a que me referi, em que o patrimônio da cultura se fazia com tão grande sacrifício de autodidatas; ninguém se preocupou mais com os problemas da sua gente e da sua área geográfica, ninguém se ocupou tão obstinada e pacientemente dos assuntos que falavam mais de perto aos interesses de sua terra e do seu povo, ninguém os estudou com mais afeição, com mais conhecimento, com mais devotado e permanente amor. (MARTINS FILHO, 1976, p.450).

O intelectual, partindo do discurso de Martins Filho, deve ter uma relação próxima com o seu objeto de estudo. Pensar uma produção escrita sobre determinado assunto é antes de tudo ser devotado a ele, visto que possui uma identificação e fidelidade com o que se deseja escrever. Uma postura que concilie os métodos exigidos para a construção do estudo científico, mas que utiliza o sentimento, a subjetividade, as experiências pessoais em favor dessa causa. Para o recipiendário:

José de Figueiredo Filho viu sempre, é certo, as maravilhas que o cercavam, viu, admirou, louvou, encantou-se, mas ao mesmo tempo, conheceu, sentiu, estudou judiciosamente a problemática que aos olhos da maioria se ocultava na inegável beleza do vale. Porque, verdade seja dita, o bom senso, a capacidade de análise e de crítica foram sempre as linhas de força da sua personalidade de tão altos e variados ricos aspectos. (MARTINS FILHO, 1976, pp.450-451).

O sujeito que fora tão bem apresentado por seu conterrâneo, e um dos maiores nomes do Ensino Superior no Estado, segue a tônica laudatória de seu predecessor. Compreendendo a solenidade de entrada de novos membros nas agremiações intelectuais, a estrutura e o conteúdo dos discursos seguem uma lógica: a justificativa e a legitimação dos membros

daquela instituição. São constantes os afagos e trocas de elogios, o que constitui práticas de sociabilidade entre os intelectuais. A instituição e o predecessor, Dolor Barreira, são os grandes homenageados no discurso de Figueiredo Filho. Sua postura foi de cautela e justificativa de sua trajetória. A construção de uma imagem para si, enquanto um homem do sertão que vivenciou, desde a infância, as práticas e os costumes que o povo simples viveu, que passou por dificuldades e alegrias comuns aos viventes das terras longínquas dos grandes centros citadinos, e que, mesmo diante de tantas intempéries, utilizou o amor por sua cidade, por sua região, como “combustível” para fomentar uma série de posturas que procuravam melhorias para os seus conterrâneos. Vejamos como a narrativa é apresentada:

Não sou filho de nenhum grande centro citadino, nem tampouco fui transplantado, com raízes e tudo, para a orla do oceano. Nasci e cresci ouvindo a canção nostálgica dos tangedores de bois, montados nas almanjarras dos engenhos de rapadura, diverti-me com o matraquear dos cacetes, no *Maneiro-pau* e puxei alfinim junto à bagaceira. Só não fiz foi beber cachaça, ao pé dos alambiques caririenses, com aquele aljofre fechado, tão ao gosto dos cabras e de certa gente mais graúda de minha terra. Tomei banhos em nascentes e no Poço da Escada, de Crato. Sou impregnado das coisas do Cariri. Mas, sou cearense da cabeça aos pés, e orgulho-me disso. A limitada cultura intelectual que possuo, é bebida nesse Ceará que amo tanto. (FIGUEIREDO FILHO, 1976, p.459).

Uma das plataformas de ação da intelectualidade caririense é a militância em prol da sua região. Ao ser inserido em uma das instituições de maior tradição e respaldo simbólico do Estado – juntamente com o Instituto do Ceará, a Academia Cearense de Letras ainda possuía um *status* de congregar os maiores nomes da produção escrita do Estado –, Figueiredo Filho vê nova oportunidade de fortalecer o discurso forjado nos meandros de 1950, na cidade do Crato. Após situar-se enquanto um intelectual do interior, ele afirma: “Dediquei-me também ao magistério e ao jornalismo, exclusivamente em defesa dessa zona. Não amealhei fortuna. Trabalhei tanto pela gleba, como para mim próprio e para minha família. [...] meu programa se baseava todo na luta pela valorização do interior” (FIGUEIREDO FILHO, 1976, pp.459-461). É nítida a demarcação realizada nas primeiras falas do intelectual cratense. A hegemonia que o litoral exercia sobre o sertão e as cidades interioranas deve ser revista; mesmo tendo uma estrutura distinta, existem grupos e sujeitos preocupados em lutar pelo reconhecimento de suas cidades, e seria uma luta válida. Nomes de grande envergadura podem sair das menores localidades e trabalhos bem fundamentados e com rigor científico não podem ser considerados exclusividades das metrópoles. O amor pela terra e o desejo de afirmar seu valor são características que possibilitam a existência de uma riqueza cultural no interior. As relações anteriormente estabelecidas entre intelectuais caririenses e membros de

instituições de outras cidades e Estados são utilizadas para comprovar a legitimidade das iniciativas já realizadas. Figueiredo Filho afirma, de modo sutil, que não está ocupando o cargo para o qual fora eleito por amizade ou boas relações pessoais que porventura possuísse com os membros da ACL. Sua trajetória e inserção em diversos outros espaços o credenciava, bem como sua produção e desejo de tornar o Cariri cearense uma região conhecida por seus valores e sua história. Sua filiação junto à Associação dos Professores Universitários de História, atual Associação Nacional de História (ANPUH), é citada com duas intenções: demonstrar sua larga atuação no país e alertar para um novo cenário de interesses pelos assuntos referentes a cidades não litorâneas ou metrópoles.

Estamos vivendo a época, quando o interior começa a despertar a atenção de todos. Tomei parte do IV Simpósio dos Professores Universitários de História de Porto Alegre, de setembro do ano transato. Ao ler minha comunicação – “Sobrevivência Portuguesa no Cariri Cearense”, pude constatar que o tema, de caráter regional, despertara a atenção de muitos. A mesa, em que fazia refeições, no restaurante universitário, passou a ser freqüentada por vários simposistas, à cata de informações do Cariri. Fui incluído na chapa e eleito membro do Conselho Consultivo da Associação dos Professores Universitários de História. Todas as publicações que levava de Crato foram disputadas, daí por diante, com verdadeiro interesse. (FIGUEIREDO FILHO, 1976, p.461).

A menção a esse episódio fora realizada de maneira muito articulada. O discurso de Figueiredo Filho segue uma linha de raciocínio bastante delimitada. Sua intenção é demarcar o lugar do Cariri na produção cearense, demonstrar que mesmo distante dos grandes centros de produção existe intelectualidade forte e organizada, bem como propagar a relevância do seu lugar de origem para o restante do país. A comunicação realizada em Porto Alegre demonstrou, segundo o historiador, interesse a tal ponto de lhe incluírem na chapa que estava concorrendo para a direção da associação representativa dos historiadores da época. Sua posição no meio historiográfico, a partir de então, ganha uma nova proporção. O contato com historiadores de diversas partes do país, bem como sua ida a Estados até então distantes (geográfica e simbolicamente) são frutos de sua jornada de difusão e defesa de sua região. Em meio a essa exposição, ele cita também seu diálogo com a Academia Pernambucana de Letras, entidade na qual atua como sócio-correspondente. São estratégias discursivo-narrativas utilizadas para se legitimar diante de um grupo de sujeitos já pertencentes a uma instituição considerada relevante na construção do pensamento social cearense e produtora de um discurso oficial sobre o Estado.

A relação entre o Cariri e a capital, do ponto de vista intelectual, também é abordada no discurso do recipiendário. Para este, o isolamento existente não é tão somente

responsabilidade dos fortalezenses. Existe, segundo ele, uma postura de isolamento por parte dos caririenses, o que gerou prejuízos de ordem material, principalmente, pois o progresso regional dependia desse diálogo com o governo central.

O Brasil, há bem pouco, girava inteiramente em torno de suas capitais. A gente do Cariri, por culpa própria, vivia encastelada em seu rincão, debaixo de árvores frondosas, contemplando suas fontes a jorrarem, delas tirando o proveito para os extensos canaviais e fruteiras. Esquecia os problemas da terra, não vendo nem a pobreza em redor de si. Embevecia-se com o cantar dolente dos tangedores de bois. A majestosa chapada do Araripe, com que lhe limitava a visão de horizontes mais amplos. Quando alguém fugia desse sortilégio, para o litoral, ou para o legendário encantamento da Amazônia, não voltava mais. Só a politicagem desenfreada ligava o Cariri à metrópole, através de chefes partidários, cada qual mais egoísta e prepotente. (FIGUEIREDO FILHO, 1976, p.472).

O sentimento de satisfação com as belezas naturais e os benefícios já existentes fez com que não fosse realizado nenhum esforço por melhorias em diversas áreas que necessitavam (educação, transporte, comunicação). Quer dizer, o que por um lado fora sempre considerado motivo de orgulho (as belezas naturais, calma, singularidade em relação ao restante das regiões), promoveu uma postura que impossibilitou o diálogo com outras possibilidades de melhoria de vida. Por mais que existisse uma centralidade de informações, investimentos, circulação de novidades e ideias nas capitais dos Estados, as cidades interioranas que possuíam uma estrutura e características semelhantes não realizavam essa prática de procurar manter relações com outras localidades. Porém, o progresso foi adentrando os sertões e chegando ao sul cearense, trazendo novos olhares e possibilitando ao Cariri ser visto por diversos atores:

CHESF, educandários, via férrea, rodovias, rádios-emissoras, avião arrancaram o Vale Caririense desse natural insulamento. E o importante trecho do Nordeste, encravado justamente em seu centro geográfico, começou a aparecer, tão pujante em inteligência, quanto pujante é sua primorosa natureza. (FIGUEIREDO FILHO, 1976, p.473).

O progresso material e a tecnologia são apontados, nesse excerto, como os responsáveis pela mudança do *status* do vale. Ao serem instalados investimentos como companhias de energia, de transporte férreo e viário, estações de comunicação (rádio), os aspectos mais subjetivos (como a produção e circulação de ideias) vão tendo possibilidade de serem notados e reconhecidos como relevantes para o restante do país. Para finalizar seu discurso, Figueiredo Filho delinea sua personalidade pessoal e profissional: um homem simples do interior, que não tem muito a ensinar, mais sim a aprender com a vida. Alguém que respeita os preceitos das instituições (Estado e Igreja) e prima pela ordem e a obediência.

Nesta hora solene, em momento de confusionismo universal, quero consignar minha fidelidade à Igreja e ao Brasil, ambos atingidos, em cheio, pela terrível crise presente. Deles sou apenas simples praça de pré, respondendo exclusivamente pelos próprios atos. Católicos, mesmo da hierarquia brasileira, mesmo da alta administração, que fujam ao dever, não influem em meus princípios. Sou tolerante, por natureza, com convicções alicerçadas nos anos, herança também da pureza cristã de minha mãe e do liberalismo de meu pai. (FIGUEIREDO FILHO, 1976, p.479).

O discurso foi realizado durante a década de 1960, período no qual o país atravessava um governo, que ascendera ao poder através de um golpe civil-militar, no ano de 1964. Muito se poderia inferir a partir dessa informação. Contudo, esse não é um dado suficiente para afirmar que o recém-empossado apoiou o regime militar de forma veemente. Figueiredo Filho possuía características conservadoras, no que tange a sua visão de sociedade, contudo não fora encontrado nenhuma documentação que comprovasse seu posicionamento favorável aos militares. O excerto acima mais apresenta seu desejo em defender o país e a Igreja Católica, a qual ele era extremamente devoto, de qualquer perigo. É comum para o autor não se posicionar publicamente acerca dos governos pelos quais seu país fora governado. Caso semelhante ocorreu durante a escrita de *Renovação*, onde ele apontou que:

Neste desprezioso apanhado não estou pregando doutrinas subversivas, baseadas no materialismo histórico, conforme a moda generalizada na presente época. Antes me encaminho por estradas opostas. [...]. Não me embrenho em pormenores ofensivos aos sãos princípios da moral. O meu livro não macula o lar brasileiro, ainda não contaminado pelo desregramento dos costumes. (FIGUEIREDO FILHO, 1997, p.06).

Para o historiador Ítalo Viana, esse posicionamento pode ser compreendido como receio de possuir o mesmo destino que o pai: José Alves de Figueiredo, ao escrever *O beato José Lourenço e sua ação no Cariri*, foi acusado de apologia ao movimento do Caldeirão. O Estado Novo, período de autoritarismo do governo de Getúlio Vargas, decretou a prisão do autor do livro sobre José Lourenço. Procurando resguardar-se de maiores represálias, o filho atacou logo a perspectiva que poderia ser interpretada como oposicionista ao governo vigente: o materialismo histórico e o marxismo (VIANA, 2011). Para além de um trauma familiar, os posicionamentos e a formação conservadora do autor, pautadas no catolicismo e em uma perspectiva iluminista do conhecimento, são elementos que não podem ser deslocados para compreender sua atitude adversa aos modelos de reflexão mais estruturados em uma perspectiva contestatória do *status quo* da sociedade. Sua proposta era construir uma imagem de si que fosse pautada na humildade, no esforço e na boa vontade para o desenvolvimento

das ciências e da sociedade, de modo geral. O seu lugar de fala, interior cariense, foi utilizado para mensurar sua própria posição no meio intelectual:

Sou portador apenas de cultura restrita, bebida no interior, em contato com a gente de zona das mais típicas do Nordeste brasileiro. Não venho espargir luzes, neste salutar ambiente, impregnado de focos irradiantes da inteligência. Venho, ao contrário, beber ensinamentos de mestres consagrados das letras e das ciências, em suas múltiplas modalidades. (FIGUEIREDO FILHO, 1976, pp. 478-479).

José Alves de Figueiredo Filho, ao entrar para os quadros da Academia Cearense de Letras, já com uma extensa trajetória profissional, constrói mais um laço de sociabilidade e instala-se em outro espaço de legitimação intelectual. Sendo recepcionado por Antônio Martins Filho, um cratense que construiu sua trajetória em prol do desenvolvimento das primeiras Universidades no Estado e que fora considerado pioneiro na área educacional, a imagem de Figueiredo Filho dentro das hierarquias de poder do mundo dos intelectuais estava muito bem forjada. Pautando-se dentro de um misto de humildade e demarcação de seu lugar de fala, seu discurso é síntese de sua trajetória, das perspectivas que defendia e do modelo de pensador social que apregoava: “No mundo há lugar para todos, menos para os intolerantes religiosos, raciais, políticos ou de casta, plantas artificiais inadaptáveis a qualquer época, ou a qualquer clima” (FIGUEIREDO FILHO, 1976, p.479).

O que se percebe, nesse momento, é uma construção realizada em dois sentidos, onde a Academia Cearense de Letras e Figueiredo Filho são os atores. Ambos se ressignificam ao estabelecerem uma relação que não possui fronteiras. Um diálogo que reforçava e dava novos contornos a região da serra do Araripe, do Padre Cícero, de Bárbara de Alencar, dos Reisados de Congo e do ICC.

### 3.3. O INSTITUTO DO CEARÁ (IC) E A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA (ANPUH).

Durante o mapeamento das instituições que J. de Figueiredo Filho fez parte ou manteve relações, dois lugares foram identificados como produtores e delineadores de um discurso especificamente historiográfico: o Instituto do Ceará (IC) e a Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). Devido ao número limitado de documentação encontrada, a escolha foi realizar uma discussão da trajetória dessas instituições que tiveram a função de estabelecer um discurso oficial acerca do que viria a ser história, também como esta deveria ser escrita, apontando para alguns diálogos realizados

com o intelectual cratense. Procurou-se, além disso, perceber como o Cariri foi sendo inserido nesses espaços e quais os desdobramentos dessas inserções para a legitimação do intelectual aqui tratado enquanto um historiador. Em suma, neste tópico, a trajetória dos estudos históricos no Brasil, e em destaque no Ceará, será um dos temas a serem abordados. Procurou-se destacar como foi se dando a legitimação dessas instituições enquanto locais de fala oficial do saber histórico no país e as implicações que a produção historiográfica do período foi tendo para a construção de um discurso oficial.

Segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães (1988), a história realizou seu processo de disciplinarização na Europa durante o século XIX. A conquista de Clio do espaço institucional se deu com a inserção desta nas universidades, onde o historiador passa a ter o caráter de pesquisador, o que implica uma série de mudanças epistemológicas no que vinha sendo compreendido e realizado enquanto “história”. Guimarães aponta também para o diálogo intenso realizado entre a questão nacional e a escrita do historiador, sendo este um defensor da causa dos Estados Nacionais, que estavam em processo de formação e sedimentação. O passado é chamado para legitimar um modelo político; a história, portanto, estava a serviço da política.

Já no Brasil, a institucionalização do conhecimento histórico vai ser dar por outro caminho, o que deve ser levado em consideração para compreender as especificidades do “fazer história nos trópicos”. A questão nacional permanece como um elo entre as terras separadas pelo Atlântico. Contudo, a universidade não será o *locus* de pesquisa e produção historiográfica sobre o passado nacional:

[...] mas o espaço da academia de escolhidos e eleitos a partir de relações sociais, nos moldes das academias ilustradas que conheceram seu auge na Europa nos fins do século XVII e no século XVIII. O lugar privilegiado da produção historiográfica no Brasil permanecerá até um período bastante avançado do século XIX vincado por uma profunda marca elitista, herdeira muito próxima de uma tradição iluminista. (GUIMARÃES, 1988, p.05).

Fundado em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) tinha como objetivo “o delineamento de um perfil para a ‘Nação brasileira’, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX” (GUIMARÃES, 1988, p.06). Os associados deveriam construir uma narrativa sobre a gênese do país, tendo em vista um passado marcado de forma muito forte pela diversidade, pela existência de grandes problemas, como a escravização de africanos, e pelos diversos movimentos que ameaçavam a unidade e a

formação de uma identidade nacional. O caráter iluminista dos magistrados reforçava o culto às letras e à ciência como única forma de desenvolvimento humano, sendo capaz de clarear a sociedade sobre o que seria o Brasil e o brasileiro. Essa perspectiva, já acompanhava a intelectualidade brasileira desde o século XIX. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro possuía estreitas relações, na construção do seu modo de pensar e agir, com a corrente de pensamento em questão. Para Manoel Luiz Salgado Guimarães, os modelos de agremiações letradas forjados no Brasil detinham esse caráter, o que ajuda a compreender sua formação e referências teóricas (GUIMARÃES, 1988).

Portanto, a história era vista como legitimadora do presente, tomando o historiador como um “esclarecido” que deveria indicar qual o caminho a ser seguido, mediante análise do passado, que possuía um caráter pedagógico para a nação. O uso de biografias, o projeto identitário, o sentido teleológico do tempo, a primazia de estudos políticos e ligados a personagens do Estado pautavam os estudos históricos desse período.

A então província do Ceará teve sua participação na trajetória das instituições historiográficas brasileiras. Fundado em 4 de março de 1887, na Biblioteca Pública da Província, o Instituto do Ceará (IC) “marcou a definição de um *metiér* (campo profissional e intelectual) que regulamentaria os caminhos da singularização da trajetória cearense” (OLIVEIRA, 2001, p.12). No que tange ao contexto de fundação desta agremiação, alguns pontos merecem ser destacados, como já bem alertou o historiador Almir Leal de Oliveira. No final do século XIX era realizado um amplo debate em torno do significado real da palavra “Ceará”. Versões de José de Alencar, Tomás Pompeu, Joaquim Catunda e Capistrano de Abreu foram desenvolvidas com o escopo de formular um significado e uma identidade para a província. Juntamente com a contenda da origem do nome, existia uma imprecisão entre os pesquisadores acerca do período de gênese da localidade. Ambas as questões corroboravam para um sentimento de necessidade de construção de um passado que fosse considerado confiável. Em meio a um contexto social em que as metrópoles procuravam se pautar sob a égide da modernidade e da civilidade, a delimitação identitária era um imperativo. Para tal fim, o passado não deveria ser nebuloso nem impreciso, e a busca pela verdade era fundamental para o desenvolvimento social.

Procurando atender a essas demandas, o IC desenvolveu em suas primeiras ações estudos que envolvessem temas da história local, voltados para o período de colonização e fundação das primeiras vilas e cidades, definição de datas de origem dos povoamentos, delimitação das fronteiras geográficas e culturais, internas e externas, estabelecimento de cronologias e cartografias, além de caracterizar “os tipos” cearenses. Interligando todos esses

assuntos, a ideia de produzir um discurso de pioneirismo para a província foi o grande mote dos associados do Instituto. Segundo Almir Leal de Oliveira (2001, p.25):

A produção de uma história do Ceará pelos membros desse instituto subsidiou a formação de uma imagem do Ceará, definiu a trajetória no tempo e elaborou uma síntese de representações identitárias que vigorou por muitos anos e que foi responsável pela inserção do Ceará na nacionalidade.

Dissertando sobre as origens coloniais, os movimentos liberais na província, a questão racial, o trato com o indígena, a construção dos limites internos da paisagem cearense e os estudos cronológicos e políticos, os membros do IC foram elaborando uma imagem homogênea para um lugar tão diverso. Diferentes profissionais foram arregimentados em torno de um projeto de inserção do Ceará na História do Brasil: juristas, farmacêuticos, engenheiros, jornalistas, sendo estes das mais diversas posições políticas existentes, republicanos, monarquistas, militaristas. O que mantinha em comum tamanha diversidade era o ideal de civilização e progresso que estava sendo desenvolvido no país, principalmente a partir da influência de Auguste Comte. A relação entre a parte (as províncias) e o todo (a nação) era estruturada da seguinte forma: “aos institutos históricos regionais, ou provinciais coube a definição das especificidades locais e de uma hegemonia cultural, associadas evidentemente às elaborações do IHGB e às condições sociais de cada província” (OLIVEIRA, 2001, p.36). O Ceará estava presenciando um período de grandes mudanças, que foram utilizadas na historiografia para garantir o lugar da província na grande narrativa nacional. O abolicionismo pode ser posto em destaque, devido ao momento de construção de uma perspectiva que valorizasse a sociedade plurirracial, bem como o estabelecimento de uma nova ética do trabalho. Existiam atrasos que deveriam ser superados, e o progresso, o evolucionismo e o modelo eurocentrista de sociedade eram utilizados como parâmetros para a construção de um novo país, bem como para a maneira de analisar esse lugar.

De fato, existia uma ligação ideológica entre o IHGB e o IC. “O projeto de nacionalidade desenvolvido pelo Instituto Histórico do Ceará pode ser compreendido como uma transposição das diretrizes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (OLIVEIRA, 2001, p.83). Contudo, a distinção dos cearenses dos habitantes das demais províncias era realizada a partir de duas matrizes: a tematização de sua história, com a consequente compreensão da especificidade dos fatos históricos ocorridos, e a busca pela definição de suas origens. A escrita da história foi utilizada, nesse momento, para cumprir uma função: dar inteligibilidade ao passado cearense. Desse modo, a demanda por uma identidade local contribuiu para a delimitação do campo historiográfico. Características próprias de um ofício foram sendo forjadas com a finalidade de legitimar um saber específico:

[...] a definição do campo da disciplina histórica supôs uma distinção entre os intelectuais, destacando aqueles mais letrados, mais eruditos e capacitados para a

criação de uma linguagem que oferecesse uma decodificação de um passado confuso e desconhecido. (OLIVEIRA, 2001, p.129).

Os historiadores associados ao Instituto deviam atingir determinadas prerrogativas para que seus escritos entrassem no rol do que estava sendo classificado, naquele período, como uma obra de cunho historiográfico. Contudo, o saber do campo disciplinar que estava sendo forjado não foi pensado de maneira isolada. Para os intelectuais da época, o diálogo com outras áreas do conhecimento humano e social deveria estar presente, mostrando a capacidade de arregimentação, em torno da história, do maior número de conhecimentos possíveis para a identificação da província. Uma cultura historiográfica na qual:

Os historiadores do Instituto Histórico do Ceará imprimiram uma nova distinção em seus textos: a capacidade de, através do discurso histórico, associar um conhecimento de outras áreas do saber como filosofia, etnografia, estudos folclóricos, lingüística, geografia, dentre outras, além da história. (OLIVEIRA, 2001, p.131).

O conhecimento científico era considerado um fator de progresso, nesse contexto. A crença na ciência e no conhecimento histórico transformava os historiadores em “guias do progresso”, pois realizavam uma atividade árdua e limitada àqueles que possuíam o conhecimento, a técnica e o sentimento de valorização pátria. Foi com base nessa perspectiva, além de orientados pelas academias e pelos grupos letrados europeus, que os sócio-fundadores dessa instituição optaram por criar um organograma que tornasse o IC um lugar de poucos:

[...] o número de membros reduzido conferia distinção aos que fizessem parte do grupo, garantiria a elitização das questões tratadas e ainda uma determinada homogeneidade social e política, poupando o grupo de maiores desvios com relação às suas propostas. (OLIVEIRA, 2001, p.137).

O intelectual, nesse sentido, deveria ser um sujeito ilustrado, capaz de compreender a situação que sua terra estava vivendo e, através de estudos das mais diversas ordens, promover o diagnóstico dos problemas e a capacidade de elaborar alternativas para as angústias do povo. Sua principal “arma” seria o conhecimento, as letras. Era uma tarefa difícil, pois eram raros os capazes de desenvolver as prerrogativas de um “homem das letras”, tornando este sujeito central no processo de desenvolvimento do país. Para além de políticos e heróis, uma grande nação necessitava de intelectuais engajados na missão de levar a civilização e o progresso aos mais longínquos rincões do país.

A produção desses sujeitos extrapola os espaços letrados. Sendo membros da elite intelectual, política e econômica da província, não era aconselhável que eles tivessem divergências de posicionamentos, pois estavam em um espaço destinado a ser a “voz oficial”

dos intelectuais provincianos<sup>5</sup>. A seletividade na escolha dos membros das instituições e locis de produção de um discurso oficial, perpassa pelo cuidado em não deixar visível as possíveis contradições existentes entre seus membros. Conclui-se, deste modo, que “O *metiér*, definido na sua prática historiográfica, extrapolava assim a própria questão científica, e se fazia presente na sociedade cearense seja para produzir as relações dessa sociedade com o passado ou para legitimar os poderes estabelecidos” (OLIVEIRA, 2001, p.173).

Figueiredo Filho foi sócio-correspondente dessa agremiação. Segundo o artigo 7º do estatuto: “Para ser eleito sócio correspondente é mister que o candidato não resida em Fortaleza, possua reconhecido merecimento em pelo menos três das ciências mencionadas no art.1, e seja apresentado por três sócios efetivos” (ESTATUTO DO INSTITUTO DO CEARÁ *apud* Revista do Instituto do Ceará, 1973). Apesar de ter uma grande inserção local e nacional, pouco foi encontrado sobre o então presidente do ICC. Dois artigos publicados nos dão a tônica de sua participação nas publicações da *Revista do Instituto do Ceará*. Em 1970 foi publicado um artigo, lançado no mesmo ano no jornal *Unitário*, intitulado “História do Ensino no Ceará”. Realizando uma breve análise acerca da publicação, dois posicionamentos são destacados: o primeiro é a clássica postura elogiosa realizada entre os sócios. Nas palavras do correspondente: “A coleção Instituto do Ceará lançou série de livros sobre a História do Ceará, que é das maiores contribuições para a elucidação das verdadeiras fontes de nossas origens. É firmada pelos vultos de maior destaque da pesquisa histórica da nossa terra cearense” (FIGUEIREDO FILHO, 1970, p.238). Tendo como autor o então governador do Estado, Plácido Aderaldo Castelo, a obra foi considerada pelo autor uma ferramenta no processo de compreensão das origens do Estado. Um espaço de sociabilidade entre os intelectuais é identificado nas páginas aqui analisadas. A legitimação de um determinado sujeito enquanto “homem das letras” também passa pela leitura e análise das obras dos seus pares, e a crítica, quando realizada de forma amena, também o elogio, muitas vezes exacerbado, fazem parte das práticas e costumes cultivados entre esses personagens.

Não residindo em Fortaleza, o que lhe impossibilitava ocupar o cargo de sócio efetivo, o que restou ao farmacêutico cratense foi realizar, por meio desses “registros bibliográficos”, como aponta a classificação da revista, sua integração ao que estava sendo produzido e pensado pela intelectualidade cearense. São as diversas formas de inserção e

---

<sup>5</sup> Objetivando diminuir as possibilidades de uma heterogeneidade entre os membros, o estatuto do IC aponta que: “Para ser eleito sócio efetivo é necessário que o candidato tenha domicílio em Fortaleza, cultive uma das ciências mencionadas no art. 1º e possua merecimento comprovado por trabalho publicado de real valor, assim reconhecido pelo Instituto”. ESTATUTO DO INSTITUTO DO CEARÁ. In: *Revista do Instituto do Ceará*, Ano LXXXVII. Fortaleza, 1973. A restrição aos moradores da capital do Estado já demonstra o desejo de estabelecer um perfil de egresso e, conseqüentemente, das visões que este venha a ter e posições que tomará.

diálogo existentes nesse campo. O segundo posicionamento diz respeito à condição de “homem do sertão” diante dos “cosmopolitas litorâneos”. Como anteriormente salientado, a pauta central levantada pelos caririenses era a defesa intransigente de sua região frente ao descaso político e intelectual oriundo da capital e da região litorânea. Com base nesse diagnóstico, a estratégia era utilizar os espaços públicos para defender uma escrita e prática letrada que voltasse os olhos para o sertão e as cidades interioranas. Procurava-se, com essa postura, uma valorização e o reconhecimento da existência de sujeitos, características e fatos que foram importantes na trajetória do Estado e do país. Na análise da obra do governador, essa prática continua presente:

Naturalmente há falhas de pequena monta, comuns a todos aqueles que escrevem sem contar com abundância de dados a tempo e hora. Ainda perdura o velho costume de acumular-se tudo nas capitais, olvidando, não por má fé, o papel do interior em movimentos marcantes na vida nacional. (FIGUEIREDO FILHO, 1970, p.238).

Respeitando a maior autoridade política do Estado, Figueiredo Filho realiza esse alerta aos leitores e associados: “Pugnando sempre pela valorização do interior, através da imprensa, gosto de fazer reparos em certas injustiças que aparecem procurando esquecê-lo” (FIGUEIREDO FILHO, 1970, p.239). Classificando como “injustiça” a abordagem recorrente nas diversas produções do período, a crítica foi realizada de forma contundente, porém dentro da postura exigida pela circunstância. O esquecimento de uma localidade que tanto fez para o progresso e desenvolvimento do país parece existir: foi com base nessa premissa que o destaque é realizado.

Dois anos antes, em 1968, na sessão “Notas e transcrições”, foi publicada uma nota em referência ao falecimento de Renato Braga, vice-reitor da Universidade Federal do Ceará. A autoria é do mesmo autor de “História do ensino do Ceará”. Novamente o espaço foi utilizado para práticas de elogio e referências positivas entre dois intelectuais. A morte de uma figura pública, administrador da maior instituição educacional de Ensino Superior do Estado, foi lamentada. As características positivas de Braga, bem como seu zelo e empenho pelo desenvolvimento do conhecimento científico, são destacadas. A escassez de documentação e de informações mais detalhadas sobre a atuação do autor de *Renovação* no Instituto do Ceará não impossibilita a compreensão das relações estabelecidas enquanto sócio correspondente, e seu processo de legitimação diante da comunidade intelectual do Estado. Por uma questão estatutária, sua posição dentro do Instituto do Ceará estava reduzida, porém

esse elemento não deve ser considerado empecilho para visualizar sua inserção na elite letrada local.

Fundada em 19 de outubro de 1961, a Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) estava inserida em um contexto de desenvolvimento dos cursos superiores de História, indicativos da profissionalização do ensino e da pesquisa, diante de uma cultura historiográfica maior, composta por historiadores sem formação própria, que realizavam o ofício de forma autodidata. Diante do contexto de ampliação do Ensino Superior no país, os espaços já existentes (academias e institutos) começaram a enfrentar duras batalhas para sustentar o *status* de “lugar oficial de fala da produção científica”. A disciplina histórica, agora com uma associação nacional apenas para professores universitários, continuava elitizada e excludente, mas não pautada nos moldes europeus iluministas. A abertura da entidade a outros profissionais da área (pesquisadores, professores da rede básica, estudantes de graduação e pós-graduação), demonstrou uma revisão sobre o papel das instituições na legitimação de um ofício e a necessidade dos pares legitimarem a instituição como capaz de atender as demandas desse processo. Se os cursos universitários estão em amplo processo de difusão e o número de estudantes e professores habilitados crescem, sem contar com os programas de pós-graduação e os respectivos mestres e doutores, o elevado número de membros do campo não poderia deixar de ser notado e incluído na legitimação da ANPUH como o lugar de fala dos historiadores brasileiros. Acerca dos associados, o estatuto da ANPUH aponta que:

Serão admitidas como associadas as pessoas físicas que (i) sejam graduadas em cursos de História, devidamente aprovados pelo Ministério da Educação; (ii) sejam pós graduadas ou estejam cursando a pós graduação em História ou em cursos que tenham área de concentração em História, devidamente aprovados pelo Ministério da Educação; (iii) tenham publicado trabalhos em qualquer ramo da História, ou que atuem em áreas afins a ela, desde que recomendadas por uma Seção Estadual e referendadas pela Diretoria Nacional da Associação.<sup>6</sup>

Três prerrogativas são apresentadas para a filiação: a graduação em um curso de História, pós-graduação em cursos da disciplina ou atuação na área, mediante intermédio das seções estaduais. J. de Figueiredo Filho não possuía formação na área, e era tido como pertencente à cultura historiográfica oitocentista: um intelectual polígrafo e autodidata. Contudo, sua trajetória e suas publicações o credenciaram para estar filiado à ANPUH e a

---

<sup>6</sup> ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH). Disponível em: <http://anpuh.org/estatuto>. Acesso em 02/03/17, 13h22min.

concorrer para o Conselho Consultivo<sup>7</sup> da instituição. Entre 1967 e 1973, período que compreende três gestões, foi o representante cearense a nível nacional.

O representante cearense participou de três edições do Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História: em 1967, na cidade de Porto Alegre/RS; em 1969, realizado em Campinas/SP; e em 1971, com sede em Goiânia. Em cada um dos encontros, houve sua participação nos simpósios de discussão sobre temáticas variadas: a primeira participação foi com o artigo “Sobrevivência portuguesa no Cariri cearense”; no segundo evento apresentou um estudo intitulado “Influência civilizadora do São Francisco no Cariri Cearense”; por fim, debateu a temática da escravidão a partir do texto intitulado “O Ceará antecipa-se à abolição no país. A seca ainda faz escravos no Nordeste”. A região do Cariri fora o centro de suas apresentações, o que, segundo o historiador, foi um dos motivos que auxiliaram na sua candidatura para a diretoria nacional da instituição, como apontado anteriormente. O alcance de suas palavras agora estava em nível nacional: poder apresentar o sul cearense para pesquisadores e professores de diversas partes do país, consolidava o projeto iniciado em 1953 com Irineu Pinheiro e os membros do ICC. Além da apresentação oral, nas sessões coordenadas ocorriam debates (no modelo de perguntas e respostas), o que proporcionava um momento de ampla troca de experiências, bem como de estabelecimento de impressões, por parte dos ouvintes, acerca dos textos apresentados. Em um desses momentos, no ano de 1969, a professora Cecília Maria Westphalen, da Universidade Federal do Paraná, destacou que:

O estudo das rotas fluviais no Brasil é de suma importância e está praticamente todo por ser realizado. Neste Simpósio sobre rotas, portos e comércio, não poderia, de fato, faltar um trabalho sobre as rotas fluviais. A lacuna foi, assim, preenchida pelo representante que de mais longo aqui compareceu. (WESTPHALEN *apud* FIGUEIREDO FILHO, 1969, p.447).

No primeiro ano de participação, ao apresentar suas pesquisas sobre a cultura portuguesa na região, a professora Alice Piffer Canabrava, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, realiza elogios a Figueiredo Filho, atribuindo a ele valorosa

[...] contribuição sobre a história da região do Cariri, da qual é mestre consagrado. Com esse seu modo desprezencioso e com a generosidade do autêntico narrador, o

---

<sup>7</sup> Segundo o estatuto, o Conselho Consultivo é constituído pelos diretores das seções estaduais ou por membros indicados por estas. Dentre suas funções, cabe convocar a Assembleia Geral Extraordinária e opinar sobre assuntos de interesse do coletivo de historiadores. Ver: ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH). Disponível em: <http://anpuh.org/estatuto>. Acesso em 02/03/17, 13h22min.

Prof. Figueiredo Filho trouxe na messe de fatos, um documentário vivo, só possível a quem como êle, tem vivência de sua inteira vivência (tá escrito assim) na região, animado sempre por uma curiosidade que se mantém aberta até hoje. Para o pesquisador atento, vai recolhendo as pérolas que o ilustre investigador do Crato distribui às mãos cheias. (CANABRAVA *apud* FIGUEIREDO FILHO, 1967, p.341).

Ambas as intervenções foram realizadas por professores da região sul e sudeste do país. A distância geográfica que separava estes do expositor fora encurtada com a realização do simpósio, mediante a apresentação oral de Figueiredo Filho. A este são atribuídas diversas qualificações: a capacidade de preencher lacunas existentes em determinadas temáticas, ser um “mestre consagrado” da história de sua terra, a experiência vivida que auxilia na compreensão dos fatos que ele aborda e a curiosidade em pesquisar e refletir. Um pesquisador atento, que possui vivência na localidade da qual ele fala e que tem a capacidade de perceber questões ainda não notadas por outros historiadores. O historiador J. de Figueiredo Filho é assim reconhecido por seus pares: sua participação nos encontros, a intransigente defesa do torrão natal, por meio das apresentações orais realizadas, o contato com diversos professores e pesquisadores do país, sua eleição para a diretoria da associação representativa do campo e a experiência vivida, o legitimaram historiador e representante de seu Estado, a nível nacional. O diálogo estabelecido com seus pares deve ser visto de modo a refletir sobre o alcance de suas pesquisas, mediante intensas articulações. Para além da perspectiva simplista e problemática de que Figueiredo Filho seria um “amador” e os historiadores das regiões sul-sudeste seriam “críticos”, o que se torna relevante destacar, nesse caso, são as ferramentas utilizadas e caminhos traçados no processo de legitimação do cratense enquanto um historiador reconhecido para além de suas fronteiras. As duas instituições aqui mencionadas, o Instituto do Ceará e a ANPUH, representam a institucionalização e disciplinarização da história no Estado do Ceará e no Brasil. Tendo mantido relações e ocupado cargos em ambas, o filho de Zuza da Botica apropria-se da égide dos historiadores e faz-se historiador para continuar sua jornada: defender o Cariri.

## **“FEZ DA PESQUISA HISTÓRICA A TRAJETÓROIA LUMINOSA”: OPERANDO (COM) O PASSADO, TORNANDO-SE HISTORIADOR**

Finalmente, o que é uma “obra de valor” em história? Aquela que é reconhecida como tal pelos pares. Aquela que pode ser situada num conjunto operatório. (CERTEAU, 2011, p.57).

A epígrafe de Michel de Certeau abre precedentes para refletir acerca de dois aspectos fundamentais no campo da historiografia: a legitimação de um campo de estudos que pertencente às discussões da história, bem como a identificação do sujeito que escreve sob os procedimentos do trabalho historiográfico<sup>1</sup>. O reconhecimento dos pares acerca do valor da obra histórica é pautado na inscrição desta em uma determinada área do conhecimento, e a utilização de um aparato teórico e procedimentos metodológicos adequados para a proposta de pesquisa. O historiador, no seu processo de construção e (auto)afirmação, estabelece códigos de verificação na episteme e no campo metodológico.

O presente capítulo visa aprofundar o debate acerca dos elementos que caracterizam um *perfil* para o autor e a obra histórica, levando em conta sua historicidade e a dinamicidade dos elementos que os estruturam. Vale ressaltar que tal modelo de reflexão está intimamente ligado com questões que vão de encontro à prática de pesquisa e reflexão epistemológica acerca do conhecimento histórico: o *lugar* (CERTEAU, 2011) social do sujeito (abordado no capítulo anterior), a intencionalidade da escrita, o contexto específico de produção da obra e a historicidade do acontecimento relatado, devem ser postos em diálogo para um diagnóstico mais preciso acerca da percepção historiográfica que se procura trabalhar.

A escrita da história deve ser pensada como plural e diversa; é uma prática social que possui sua própria historicidade e elucida relações entre o sujeito e a obra, assim como entre o sujeito e seu lugar social. As questões levantadas por Certeau colocam o ofício do historiador como objeto de pesquisa e reflexão. Nesse sentido, a dimensão textual (que é a forma última de todo o processo) dos estudos históricos ganha um caráter central<sup>2</sup>. A narrativa, nesse

---

<sup>1</sup> Acrescenta-se a esse aspecto a posição do historiador enquanto um sujeito que possui o poder de escrever sobre o passado com base na crença que sua escrita, por ser pautada em um aparato teórico, uma metodologia definida e o compromisso com a verdade, possui valor de verdade acerca do que se fala.

<sup>2</sup> Hayden White (1992) realiza algumas proposições no sentido de provocar reflexões até então pouco encaradas pela historiografia, de modo geral. O conteúdo de alguns dos estudos realizados por este autor gira em torno do problema da representação nas ciências humanas, além de questões que envolvem o campo da historiografia e problemas da teoria narrativa; vale ressaltar que esses dois últimos elementos são pensados por White em diálogo. Pensar as possibilidades e os limites que envolvem a narrativa enquanto forma última e majoritária do texto histórico contemporâneo leva a sair da zona de conforto criada pelo *status* de ciência que a história

momento, começa a ser pensada a partir de outro ângulo, pois, de acordo com Hayden White (1992, p.11):

[...] la narrativa no es meramente una forma discursiva neutra que pueda o no utilizarse para representar los acontecimientos reales en su calidad de procesos de desarrollo; es más bien una forma discursiva que supone determinadas opciones ontológicas y epistemológicas con implicaciones ideológicas e incluso específicamente políticas.

A forma como o texto histórico é pensado, por meio da narrativa, está para além de uma representação simples e direta de acontecimentos reais. A incapacidade de se construir uma neutralidade no discurso aponta para a inserção e composição de questões epistemológicas, ideológicas e políticas na construção do texto. A narração dos tempos pretéritos, nessa perspectiva, não é vista como um espelho do “real”, mas como uma escritura que está subordinada aos movimentos de composição textual, bem como às determinações epistemológicas. Por mais que esse seja o *status quo* delimitado pelo senso comum e pela “vulgata historiográfica”, a reflexão de ordem da história da historiografia deve pensar a inserção e a dinâmica dos elementos apontados por White; este localiza a prática da escrita desse gênero em um contexto que retira a escrita realizada pelos historiadores de um lugar alheio ao meio social no qual estes estão inseridos. O último exercício da operação proposta por Certeau está submerso e influenciado, em grande medida, pelos aspectos contextuais, epistemológicos, ontológicos e subjetivos do seu tempo.

As análises realizadas a partir dos textos produzidos na fase historiadora de Figueiredo Filho trazem um número maior de informações que mesclam as concepções teóricas do autor e a forma como ele operacionalizou metodologicamente o ofício, trazendo à tona as especificidades do seu objeto de estudos. Uma das características marcantes de sua escrita é o regionalismo/construção de regiões. Nessa perspectiva, Figueiredo Filho vai abordar sua terra natal pelos olhares de Clio. A prática escriturária é norteadada pela construção de um recorte espacial; um espaço que necessita de um passado para existir. Sem o tempo, o espaço não possui história, ou seja, não recai sobre ele um valor simbólico que o legitima na forma de uma categoria que orienta e identifica os mais variados grupos sociais. O Cariri necessitava de um passado para ser construído. Recorrer ao estudo sobre a *A invenção do Nordeste e outras artes* nos alerta para o cuidado de pensar que:

---

construiu para si ao longo do século XIX, além de trazer inúmeras incertezas e possibilidades de diálogos até então tidos como “ultrapassados” – vide a literatura.

Definir a região é pensá-la como um conjunto de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade, presente na natureza. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.35).

Durval Muniz propõe um olhar diferenciado para esse recorte espacial. Enquanto os empreendimentos discursivos (literatura, cinema, pinturas, notícias de jornais) propõem construir espaços a partir de um discurso homogeneizador que elimina as diferenças e produz uma versão oficial, bem como um passado comum e um modelo de vida existente, os estudos históricos devem interpelar essa prática. Perceber como a categoria “região” foi construída é descortinar esses discursos e situá-los historicamente como parte de um projeto de interesses político/material/simbólico que se utiliza de regularidades discursivas e imagéticas para instituir uma representação única. O sul do Ceará é vivido e construído por diversos sujeitos e com as mais variadas experiências; as próprias construções narrativas sobre esse lugar também são diversas. Salienta-se, a partir de tais questões, que a produção do ICC e a historiografia de Figueiredo Filho, em destaque, ocultam outras narrativas que também instituíram significados e representações para a sua região.

O Cariri, neste caso, não deve ser pensado estritamente a partir da historiografia. Quer dizer: os sujeitos que se propuseram a escrever sobre o sul cearense com base na operação historiográfica não detêm o domínio sobre o passado. O passado, no caso, será tomado como uma tipificação idealizada, que não está dissociada dos pontos de vista ou das ideologias concretas (WHITE, 2012, pp.19-39). O posicionamento de não mitificar a história como a única maneira legítima de tratar sobre os fatos ocorridos em um determinado local gera dois resultados, no mínimo: um olhar historicizante sobre a própria história, e também a compreensão de processos que não são heterogêneos. Durval Muniz já nos alerta acerca da complexidade que é pensar a construção de uma região, visto não se tratar apenas de um processo histórico, mas da mesma forma de um movimento heterogêneo e dinâmico. O espaço, de modo geral, deve ser tratado “como produção cultural e como representação espacial, intimamente interligado ao poder e à política, configurando horizontes de expectativas na definição de territórios” (NEVES, 2008, p.14).

Comumente percebido de modo naturalizado, o espaço é dotado de características como a perenidade, a estabilidade, a fixidez, muitas vezes associado diretamente à natureza, o que gera uma percepção inversa sobre o tempo, já que tratado como algo fugaz, veloz e de fluxo contínuo. A partir das proposições colocadas pelos estudos contemporâneos de história dos espaços (com centralidade nos estudos de Durval Muniz), surge a necessidade de pensar a temporalidade como interna aos espaços, e estes como frutos de interesses e anseios que estão

datados historicamente. Uma “história dos espaços” que procura não compreender o “plano de fundo” dos fatos históricos, mas o processo de formação espacial como necessário para a manutenção de um poder político e construção identitária dos grupos vencedores dessa disputa de representações e narrativas. Trata-se, aqui, de se pensar a temporalidade como uma ideia que está intimamente ligada à percepção/ação humana. A temporalidade está relacionada com a imaginação e com as vivências do sentido humano sobre o tempo. Agindo deste modo, ampliam-se as possibilidades de pesquisa e de percepções históricas, exigindo do historiador que se propõe a trabalhar com espaços de uma maneira historicizante:

[...] pensar o histórico, a temporalidade, como fazendo parte dos espaços, dando a eles plasticidade, tornando-os móveis, pensando-os como fluxos multidirecionais, dotando-os de equivocidade, pensando-os como um conjunto de posições móveis, alternáveis, substituíveis, negociáveis, nascidas de lutas, conflitos e confrontos. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p.85).

Espaço e tempo são colocados em um patamar dialógico. Antes vistos como elementos singulares dentro de suas respectivas funcionalidades, agora surgem como partes de um movimento maior: a construção da inteligibilidade das ações humanas. O destaque é realizado pelas múltiplas temporalidades e espacialidades presentes na análise e na construção dos textos: o jogo de lugares entre a fala e o falado, a relação não linear, mas coerente, entre o tempo da escrita e o tempo do que está sendo escrito. São possibilidades de compreensão que a historiografia dos espaços possibilita.

São propostas três questões dentro desse conjunto maior: primeiro, pensar acerca da atuação do conhecimento histórico na construção/delimitação de espaços, mais especificamente de regiões. Preocupação de tal envergadura que se deu a partir da leitura de alguns trabalhos – com destaque para *A invenção do Nordeste e outras artes*, de Durval Muniz de Albuquerque Júnior e *O fato e a fábula: o Ceará na escrita da história*, de autoria de Francisco Régis Lopes Ramos – que pensaram as interseções possíveis entre a produção intelectual e a instituição de demarcações espaciais. Os dois historiadores acima citados contribuíram de forma substancial para pensar a relação entre conhecimento histórico e a constituição de espaços.

Segundo, tornando mais nítidas algumas reflexões de cunho mais teóricas, serão realizadas discussões acerca do ofício do historiador *per se*, dando ênfase aos elementos que serão atribuídos como pertencentes ao operador do(s) tempo(s), e das concepções teóricas que construirão a disciplina histórica. Neste momento, será realizada a construção de um panorama mais detalhado dos elementos mais recorrentes na escrita de Figueiredo Filho sobre a história do Cariri, já que se procura perceber como essas tópicas (os usos do passado, o

documento e o fato, do mesmo modo a relação entre a tradição e o progresso) são percebidas pelo autor e inseridas na estruturação da sua escrita.

Terceiro, as três ordens de escrita que fomentaram a historiografia de Figueiredo Filho serão discutidas (isto é, a coletânea de quatro volumes, o livro de efemérides ao centenário da Cidade do Crato, as publicações em anais de encontro) objetivando perceber como a ideia de história é apresentada no seu estágio final, quer dizer, a forma pública da operação historiográfica acerca do passado cariense. Trazer à tona a historicidade dessas obras/publicações torna-se um imperativo para a obtenção de êxito na proposta que este capítulo traz. Ao procurar discutir o ofício do historiador como intimamente atrelado aos seus posicionamentos teóricos, escolhas metodológicas, trabalho com documentos/fontes e a construção de uma narrativa, cabe inserir esses elementos a uma série de relações que são fundamentais para a efetivação da pesquisa histórica. A produção historiográfica não está isolada do meio na qual ela procura retratar: são inúmeras as questões que influenciam a escrita da história (elementos políticos, culturais, econômicos etc.), e estas devem ser apresentadas de modo a dar inteligibilidade ao escrito.

O que se procura, neste capítulo, é traçar, com um grau mais apurado de informações, o perfil historiador de José Alves de Figueiredo Filho ao analisar como o tipo de conhecimento que ele produziu atuou na constituição de sua região, estabelecendo de maneira mais sistemática suas concepções teóricas sobre o ofício, também como essas mesmas concepções auxiliaram na prática e apresentando o “produto final” de sua operação. Assim podemos visualizar de maneira mais nítida a face historiadora do filho de Zuza da Botica, percebendo como sua escrita o legitimou como um sujeito apto a falar da terra em que nasceu e cria uma imagem sobre ela que vai perdurar durante muito tempo.

#### 4.1. UMA HISTÓRIA PARA O CARIRI: O PAPEL DO CONHECIMENTO HISTÓRICO NA CONSTRUÇÃO DE UMA REGIÃO.

[...] o historiador age essencialmente como um sujeito político na elaboração de seus enredos e na construção de significados. (AVILA, 2010, p.140).

Fazer história, no sentido operatório como nos propõe Certeau (2011), não deve ser encarado como um ato essencialmente neutro ou isolado da realidade pela qual se está vivendo e da que se pesquisa. A escrita da história é realizada por sujeitos que possuem um grau de participação consubstancial no seu andamento e não deve ser encarada como uma

prática que, por seguir determinados padrões de existência ou estruturação, é considerada completa e isenta de questionamentos. Trata-se, aqui, de refutar a noção de neutralidade científica tão defendida no século XIX, quando se desejava instituir um grau de legitimidade à história, aproximando-a das ciências naturais, tornando-a uma ciência que não permitia a interferência do pesquisador ao longo do processo de investigação.

Pensando a escrita da história como uma prática social, e tendo como parâmetro de escolha ou definição do que venha a ser um potencial objeto de estudo para a história, que seria justamente as práticas e relações estabelecidas pelos sujeitos ao longo do tempo, compreende-se a plausibilidade de pensar o ofício do historiador como objeto de estudo para a própria história, chegando ao que vem convencionalmente denominando de *história da historiografia*, ou *história da história*. Vale salientar que tal escolha corrobora o ensejo de aprofundar questionamentos de caráter epistemológico na história que durante muito tempo não foram realizados.

Deste modo, é salutar identificar na figura de quem realiza a pesquisa histórica uma peça fundamental na construção de um dado conhecimento sobre relações estabelecidas anteriormente. Pensar esse sujeito como político é atribuir a este um grau de autonomia e responsabilidade sobre a elaboração dos significados que sua escrita produzirá, igualmente localizá-lo em meio a uma série de outras relações de poder que são imprescindíveis para a concretude de suas percepções em forma de uma narrativa que visa representar os processos ocorridos no passado. Assim sendo, atribui-se à narrativa, enquanto forma de apresentação da historiografia, um papel central, podendo ser adjetivado de *poder moralizante*. O poder de moralização da narrativa, nesse caso, dá-se pela compreensão de que esta possui uma finalidade de formação do caráter humano, para além da compreensão do passado em si. O *status* pedagógico do tempo passado conforma o cidadão e sua percepção acerca do papel que deve exercer na sociedade. Apresentado a considerável presença da narrativa histórica, projeta-se a possibilidade de uma maior compreensão acerca da relevância dada aos historiadores e suas práticas (AVILA, 2010, p.141).

Tratando de J. de Figueiredo Filho e sua escrita sobre o passado do Cariri, surge a necessidade de compreender o papel desse gênero de escrita nas dinâmicas que constroem/inventam/estruturam/imaginam espaços e suas mais variadas classificações – dentre elas damos destaque à *região*. Pensando inicialmente no espaço dentro do conhecimento histórico, algumas questões devem ser colocadas em discussão. Inicialmente como “todo conceito, e a noção de espaço mais ainda, serve para realizar demarcações, separações, classificações, estabelecer relações, propor uma ordem para as coisas, uma ordem

para o sublunar” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p.67). Ao pensar o Cariri, tomando o objeto da escrita de Figueiredo Filho, é nítido o ímpeto dele e de seus pares em delimitar o Cariri enquanto uma região diferenciada e com um papel fundamental no desenvolvimento do Estado e da nação. A construção do “espaço-Cariri” atua como uma ferramenta de instituição e afirmação de poder por parte dos sujeitos que ali vivem, mas, sobretudo, dos que escrevem sobre. Com a tônica discursiva de uma histórica exclusão por parte dos governos central e do litoral, eis que é apresentado um dos “reais motores do progresso da nação”: o povo e a natureza da região. É visível a intenção em mostrar que seus escritos atuam como “reveladores de uma realidade oculta”, o que confere a essas informações um caráter mais forte de legitimidade. Os intelectuais caririenses procuram inserir-se em uma rede de poder intelectual no qual eles são periféricos e, para isso, o seu espaço de atuação necessita da mesma inserção. É um jogo de poder/conhecimento que se utiliza dos espaços, onde:

[...] os espaços servem para localizar, em seu duplo sentido, de fixar ou delimitar ou mesmo inteirar-se do paradeiro de um dado objeto ou sujeito e no sentido de que essa localização atribui um valor ou descreve um lugar numa determinada hierarquia de poder. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p.68).

Ao não possuir espaço nos grandes centros de produção intelectual sobre o passado/presente/futuro das terras que compõem o território brasileiro, os “cearenses do sul” realizam o recorte regional e, conseqüentemente, criam determinado discurso regionalista, como estratégia de inserção nos debates sobre o país. A partir desse momento, constroem um lugar político (com poder) de fala e começam por estabelecer o que constitui o Cariri. O movimento realizado pelos associados do ICC segue dois caminhos: primeiro, a construção da ideia de uma região caririense. Com tal propósito, como mencionado anteriormente, comungam um desejo de inserção dos caririenses no meio intelectual que delimitava as grandes narrativas (o eixo São Paulo-Rio de Janeiro). Segundo, o caminho interno é fruto das necessidades impostas para seguir o externo, quer dizer, definir o que compõe uma região é selecionar elementos e excluir outros. Cabe assinalar que as tensões dentro do próprio movimento intelectual regional são constantes e visíveis, e instituem, nesse recontro, a invisibilidade das cidades que não possuem força política, a hegemonia de Crato nas tomadas de decisão e ocupação dos espaços institucionais de fala, a escolha dos fatos históricos que iriam figurar nas páginas da história local, a formação de um panteão de heróis regionais e sua cidade de origem.

A proposta elaborada por Durval Muniz procura, ao tornar o espaço um elemento de discussão para o campo da história, desnaturalizar esse elemento, compreendendo-o como

fruto de relações que possuem sua própria historicidade. É atribuída a categoria espacial uma agência no processo histórico, antes renegada. A possibilidade de pensar esse elemento como delimitador de diversas relações traz um ganho significativo nas reflexões em torno das disputas de poder e seus locais de atuação. A delimitação do Cariri enquanto região está para além de elementos meramente burocráticos ou institucionais *per se*; então, deve-se perceber as disputas e os jogos de poder instituídos no momento de criação desses espaços e compreender os caminhos e as ferramentas usadas para tal. Essa perspectiva está em diálogo com o geógrafo Mateus Servilha (2015, p.12), onde o mesmo nos apresenta que:

A região é pensada a partir dos interesses sociais em que está incorporada. Ela é vista não simplesmente como uma categoria de análise do pesquisador, como comumente ocorre, mas também como categoria da prática, acionada pelos grupos sociais em muitas de suas práticas cotidianas, e ainda como categoria normativa, no sentido sociopolítico de um instrumento possível de ser mobilizado a partir de determinados interesses políticos.

Considera-se, a partir do excerto acima, que “o ato de regionalizar é sempre um ato político, profundamente imbricado com os sujeitos aí envolvidos” (SERVILHA, 2015, p.13). Essa proposta toma o espaço não como algo dado ou natural, mas fruto de uma historicidade que envolve disputas, construção de representações e narrativas. A região deixa de ser apenas o palco das ações na qual o historiador vai se debruçar e passa a ser o próprio objeto de pesquisa desse profissional. Pensando além do que ocorre dentro da região, a historiografia recente dos espaços propõe compreender a formação das próprias espacialidades.

#### 4.2. A OPERAÇÃO HISTORIOGÁFICA DE J. DE FIGUEIREDO FILHO: PANORAMA DE UM OFÍCIO.

José Alves de Figueiredo Filho possuía uma relação direta com seus objetos de estudo. Escrever sobre os costumes, práticas, fatos de sua cidade natal e de sua região fez parte de sua trajetória enquanto figura pública caririense. Sua autobiografia, *Meu mundo é uma farmácia*, já apresenta a principal característica de sua ação intelectual: tendo como principal objeto de estudo e escrita o Cariri cearense (seus costumes, características, grandes momentos e sujeitos), ele vai delineando dentre os mais diversos gêneros literários uma pretensa homogênea imagem para o espaço no qual viveu grande parte de sua vida. As escritas sobre sua região podem ser consideradas um pouco escritas sobre si, já que, em cada oportunidade que o autor possuía para falar da terra que “fez história na História nacional”, se

percebe um pouco de sua trajetória pessoal, de seus anseios, escolhas de leituras, experiências vividas ali ou na capital e nas cidades visitadas.

Deste modo, a ligação direta do autor com o objeto é um elemento a ser colocado em evidência para compreender a legitimação dos mais diversos gêneros escritos por ele. Como já evidenciado, as diversas facetas do Cariri apresentadas pelo filho do proprietário da Farmácia Central precisam ser compreendidas dentro de suas historicidades específicas, visto que cada escrita parte de uma demanda específica, demanda essa que precisa ser compreendida de maneira interligada com as relações mais estruturais do período. Assim, alerta-nos Régis Lopes:

[...] o fundamental será a identificação da demanda. Um autor terá sua realização na identificação de uma falta. Não qualquer ausência, mas exatamente o ausente que gera carência. Isso, vale insistir, não vem apenas de vontades individuais, como se houvesse o fundador do desejo de passado ou iluminados que pudessem, de modo privilegiado, iluminar a passagem do tempo. (RAMOS, 2012, p.64).

Partindo desse pressuposto, vale ressaltar que os regimes de escrita propostos pelo presidente do ICC não se constituem de maneira nenhuma uma exclusividade sua: os estudos acerca do passado caririense possuem uma historicidade que vão além de suas obras, diversos pesquisadores predecessores e contemporâneos realizaram intentos para descrever e inscrever os feitos do sul do Ceará no passado nacional. Cada regime de escrita irá enfatizar um “Cariri específico”. Contudo, não se deve esquecer que “os Cariris” estão interligados por uma questão maior, qual seja, o reconhecimento do seu valor e sua inserção nas grandes narrativas.

Do ponto de vista dos escritos historiográficos, alguns aspectos mais gerais precisam ser apontados, desde já, com o intuito de abrir espaço para uma melhor compreensão do que era concebido enquanto história pelo autor em questão e como essa disciplina fora forjada no seu sentido prático (sua funcionalidade para suprir tais demandas). Reiterando o ideário construído pelos intelectuais que compuseram o Instituto Cultural do Cariri, Figueiredo Filho detinha como norte de sua ação intelectual o ensejo de demonstrar que o Crato/Cariri fez parte da História do Brasil. Isso quer dizer que grandes eventos ocorreram e homens passaram ou nasceram pelo sul do Ceará, e que esses pontos influenciaram diretamente em dinâmicas que mudaram ou construíram os rumos da nação brasileira.

Existia uma tônica de afirmação e reivindicação de um lugar de destaque para o Cariri. Porém, não esqueçamos que o mesmo lugar que as narrativas representam é o lugar de fala desses sujeitos. Surge então uma convergência que fortalece a prática desses intelectuais: o Cariri heróico e histórico é o Cariri intelectual, e ambos devem ser reconhecidos pelo

presente, por meio dos escritos sobre o passado. A escrita da história, para esses sujeitos, não concebe apenas um passado, mas sedimenta um presente e constrói as bases para um futuro. O passado, ao ser identificado e tendo comprovado sua existência, é apresentado pela obra historiográfica servindo como um vetor de identificação para os moradores da região, como prática de reconhecimento de seu valor por parte de quem até então não havia tomado conhecimento da existência de cidades como Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Milagres, dentre outras, sendo pensado, deste modo, como combustível para as lutas presentes. O presente é fomentado pelo “Crato intelectual”, nesse período onde os “heróis das letras” reconhecem no passado um valor inestimável e utilizam-se do seu amor à terra e das práticas científicas por eles obtidas para construir uma luta incansável pela valorização da terra natal. O momento, então, era de construção de bases para um futuro promissor, pois o progresso não possui apenas o caráter material, tendo em vista que a construção de uma forte identidade regional e o processo de “civilizar os costumes e o pensamento” têm no reconhecimento do passado glorioso um grande aliado.

A produção, de modo geral, dos membros do ICC valorizava os aspectos que fortalecessem essa noção de vanguarda, fortaleza, coragem e caráter do caririense. Pensar na concepção de história desses sujeitos é fundamental para conceber os traços pelos quais o passado dessa região vai sendo pensado. Percebemos, assim, a natureza de uma escrita histórica que “é repleta de lições de moral, privilegia a ação política, enfatiza o papel de grandes personagens” (VIANA, 2011, p.87).

Partindo dessas informações, o que se percebe é que a historiografia de Figueiredo Filho detinha uma função muito delimitada, que, por sua vez, era pautada por um ideário que não era de seu exclusivo domínio. Uma das questões que esse trabalho procura salientar é que, por meio de uma análise da historicidade da produção historiográfica sobre o passado caririense realizada pelo então presidente do ICC, não se pode pensar a escrita da história de modo isolado, apenas em um autor. Dificilmente um sujeito realiza uma operação de tal especificidade partindo apenas de questões individuais. Suas inovações, questionamentos, proposições, devem ser inseridas em uma lógica maior, principalmente quando tratamos de um sujeito que estava imerso em uma agremiação intelectual e fazia de sua prática de “homem de letras” um constante diálogo com outros pesquisadores e, principalmente, com instituições. Percebe-se, assim, uma construção coletiva (nordeada por um projeto maior) que fazia com que:

[...] a função da *História do Cariri* produzida por ele era fornecer grandes exemplos de moral e patriotismo, na tentativa de estabelecer uma continuidade histórica com as aspirações do passado. Por fim, seu objetivo era mostrar “como” e “porque” a história legou ao Crato o espírito de pioneirismo no decorrer dos tempos. (VIANA, 2011, p.88).

Sua obra de maior destaque, nos moldes historiográficos, foi *História do Cariri*. Posteriormente será dado o devido espaço à análise aprofundada acerca dessa coletânea, construída em quatro volumes e quinze capítulos. Contudo, vale ressaltar que esta representa a perspectiva adotada pelo autor do que pensava sobre o conhecimento e a história. O historiador Figueiredo Filho atuou incansavelmente para a profusão de uma historiografia caririense, tendo na organização e participação de diversos encontros, como os simpósios da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), o I e o II Simpósio de História do Nordeste, o grande momento de seus esforços em apresentar o passado da terra da nação Kariri, sob a égide de Clio. O historiador Ítalo Bezerra nos apresenta uma síntese de seu empreendimento historiográfico:

Figueiredo Filho participou de dois simpósios promovidos pela ANPUH, um no Rio Grande do Sul, em 1967, outro em Campinas, em 1969. Na Faculdade de Filosofia do Crato, ele organizou o I Simpósio de História do Nordeste, em Junho de 1969. No ano seguinte, o Simpósio foi realizado em João Pessoa, na Paraíba, onde Figueiredo Filho apresentou o trabalho *Onde e quando morreu Bárbara de Alencar*. O estudo se propunha a corrigir versões recorrentes na historiografia cearense sobre as datas e locais “exatos” do nascimento e da morte de Bárbara de Alencar. (VIANA, 2011, p.89).

Após um breve apontamento de elementos inerentes à face historiadora de J. de Figueiredo Filho, a análise: prosseguirá por uma ótica que visa identificar alguns *topos*<sup>3</sup> presentes em sua escrita. Procura-se, com tal intento, perceber como ele pensa tais recorrências no campo da história e como essas organizam sua forma de operar com as temporalidades. Vale ressaltar que a visibilidade notória dessas noções de história não é algo dado, pois algumas aparecem com mais facilidade e outras estão imersas de modo geral na estruturação da narrativa, organização dos fatos e concepção geral de sua obra.

---

<sup>3</sup> O conceito de *topos* vem do historiador Valdeci Lopes de Araújo. Para o autor, o *topos* é um espaço onde as experiências são articuladas. Nesse caso, estamos nos referindo às experiências em torno dos elementos que constituem a prática historiadora. As concepções em torno da história são tomadas como experiências, pois constituem frutos de reflexões e práticas. Cf. ARAÚJO, Valdeci Lopes de. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: ARAÚJO, Valdeci L. de; MOLLO, Helena Miranda; NICOLAZZI, Fernando (Orgs.). **Aprender com a História?** O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2011.

#### 4.2.1 Usos do passado.

Inicialmente, antes de adentrar na análise propriamente dita, faz-se necessário explicitar de maneira mais nítida o sentido que está sendo apreendido quando se utiliza o conceito de *topos* neste trabalho. Essa noção partiu da leitura do artigo de Valdeci Lopes de Araújo intitulado “Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro”. Para o historiador, “o *topos* é um espaço, um lugar predefinido onde podemos articular a experiência” (ARAÚJO, 2011, pp.133-134), ou seja, partindo das reflexões propostas por Reinhart Koselleck acerca do enfraquecimento do *topos* da *magistra vitae*<sup>4</sup> no século XIX, Araújo vai desenvolver um conjunto de reflexões que abarcam desde a permanência dessa forma de se relacionar com o passado (com diferentes estruturas) até a reflexão em si sobre o sentido de *topos*. No caso de Figueiredo Filho, duas propostas que partiram do estudo acima elencado serão utilizadas, embora sejam realizadas as devidas adaptações: de modo geral, iremos pensar a permanência de diversos aspectos historiográficos do século XIX (que tomaremos como *topos*) na escrita sobre o Cariri (que foi realizada no século XX).

Pensando o *topos* como um lugar que articula experiências, podemos abordar as características de uma escrita da história como fruto de um conjunto de relações sociais inseridas em um determinado período, dando a esta uma historicidade. As experiências vivenciadas nos tempos anteriores ao de Figueiredo Filho e seus pares são diversas, porém trata-se de uma amplitude que deve ser ordenada e apresentada de maneira uniforme, diante do desejo de construção de uma região a partir dos moldes historiográficos. O vivido se deu de formas múltiplas, bem com as formas de apresentar esses momentos. Contudo, o que se tenta sintetizar é uma imagem específica para a região. Mesmo após a mudança do sentido dessas experiências, o léxico continua, o que nos coloca diante da necessidade de pensar os processos que envolvem a historiografia também sob a égide das permanências e das rupturas, trabalhando-a a partir de sua dinamicidade e características específicas. Esse capítulo também procura analisar a historiografia como um processo histórico.

---

<sup>4</sup> Segundo Reinhart Koselleck (2006, p.42), na *historia magistra vitae*, “[...] a história seria um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico.” Na definição acima apresentada, o historiador alemão apresenta a história sob o ponto de vista da heterogeneidade de experiências e sua utilidade. Pensar que as relações, práticas, ações realizadas pelas sociedades em outros tempos possuem um determinado grau de funcionalidade e, conseqüentemente, relação direta com o presente, aponta para uma perspectiva de análise que prime pelo diálogo entre passado, presente e futuro. No caso desta última categoria temporal, o conceito de *horizonte de expectativa* é apresentado para interligar essa discussão. Para mais informações sobre a relação entre passado e futuro em Koselleck ver: KOSELLECK, Reinhart. “*Espaço de experiência*” e “*horizonte de expectativa*”: duas categorias históricas. In: \_\_\_\_\_. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-RIO, 2006.

Segundo Araújo, duas formas de compreender a *magistra vitae* foram identificadas: a primeira tem como principal característica o ensinamento pelo uso de exemplos e imitações (uma definição mais restrita) e a segunda seria uma forma mais dilatada, onde exista a intenção de ensinar e moralizar, mesmo que não necessariamente pelo uso dos artifícios utilizados na primeira forma. Deste modo, conseguimos compreender que os sentidos que compunham a escrita de Figueiredo Filho sobre o passado do Cariri, mesmo em moldes não historiográficos, detinha um caráter moralizante e de ensino. Para ele, o conhecimento possuía um papel fundamental no desenvolvimento e progresso das regiões menos favorecidas, o que torna o intelectual um sujeito central nesse momento.

Esse *topos* identificado nos seus escritos deve ser analisado da maneira mais abrangente possível, pois é uma perspectiva de relação com o passado que não está explicitamente grafado nas páginas de suas obras. Trata-se mais de uma concepção epistemológica do papel da história em relação ao tempo pretérito – os usos que serão feitos do passado, ressaltando o objetivo – e a função do historiador nesse momento. Ao iniciar o primeiro volume de *História do Cariri*, o autor vai justificar a produção de uma obra de tal envergadura da seguinte maneira:

A Faculdade de Filosofia do Crato, através de sua coleção ESTUDOS E PESQUISAS, resolveu editar os cinco primeiros capítulos de minha despretensiosa “HISTÓRIA DO CARIRI”. É obra relativamente arrojada que encetei por motivo de falta de compêndio apropriado para a cadeira que dirijo, naquele estabelecimento que tantos benefícios tem trazido à cultura intelectual da região, sob a competente direção do Prof. José Newton Alves de Sousa. (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, s. p.).

Dois aspectos merecem destaque, diante da leitura do trecho acima: a legitimidade atribuída à escrita, por meio da instituição responsável pela publicação da obra, e a função primária da obra produzida. Os quatro volumes que narram o desenvolvimento da região sul do Ceará foram materializados por meio da Faculdade de Filosofia do Crato, instituição a qual Figueiredo Filho estava ligado, onde ministrava a disciplina de História do Ceará e do Cariri (o projeto inicial visava dez volumes, mas somente quatro foram concluídos e editados). Existe, no caso, uma relação dupla entre autor e instituição: dívida e reconhecimento. A partir do momento que uma instituição de ensino superior nutre a produção intelectual sobre um determinado assunto, o mesmo ganha uma relevância no meio social que não deve ser ignorada. Assim, é estabelecida uma espécie de “gratidão” pelos esforços geridos e a necessidade de pautar a instituição não somente como financiadora, mas como agente legitimador do que se está trabalhando. Ademais, tem-se a justificativa dada para a

formulação da obra: o ensino da história do Cariri para alunos da graduação na Faculdade de Filosofia do Crato.

O adjetivo “despretensioso” esconde a tentativa de construir um lugar para o autor. Diante de outras publicações sobre a história do Cariri (vindas de João Brígido, Irineu Pinheiro, Padre Antônio Gomes de Araújo, os colegas do ICC e intelectuais oriundos de Fortaleza), Figueiredo Filho sente a necessidade de estabelecer onde sua obra e seu nome estariam situados. Pode-se afirmar que sua legitimação também foi fruto de seus próprios esforços em ocupar os espaços institucionais e divulgar os estudos e leituras que vinha realizando. O caráter enciclopédico que *História do Cariri* reitera esse posicionamento: uma obra que busca servir de formação para os futuros professores de história, propagadores de um passado pretensamente glorioso e digno de lembrança, e que procura abordar dos primórdios da colonização ao momento atual, deve ser encarada como parte de um processo de legitimação intelectual. Estabelecer diálogo com diversos autores e posicionamentos, reunindo-os em uma única obra, traz para seu idealizador o caráter de conhecedor do debate realizado, bem como alguém preocupado em demonstrar o rigor metodológico estabelecido no percurso de elaboração de um roteiro de estudos sobre a região. Afirmar que “não existe um compêndio apropriado” para aprender sobre o passado da região é sugerir que existe uma lacuna, e que esta deve ser preenchida. Ao construir uma demanda, seu próprio criador a atende.

Pautando da maneira mais genérica possível as noções em torno do tempo pretérito e sua funcionalidade dentro da história, para Figueiredo Filho o cenário que se apresentava era de uma função magisterial da história, quer dizer, os usos públicos do passado para as gerações presentes. A história ganha um sentido e um valor para o escritor caririense, bem como uma missão não somente do criador, mas da criatura: “É nessa missão pedagógica que o valor da história escrita será parte importante da transformação dos ‘selvagens’ em ‘civilizados’” (RAMOS, 2012, p.26). Ao conhecimento, de modo geral, foi atribuído um papel civilizador e progressista. O acesso e a compreensão do passado, para Figueiredo Filho, levariam ao desenvolvimento regional e seu reconhecimento pelas demais partes do país. O progresso estabelecer-se-ia por duas vias: material (a construção de novas estruturas tecnológicas que estavam sendo realizadas pelo “mundo moderno” – Companhia de Energia de Paulo Afonso, as estradas de ferro, o rádio e a melhoria nas comunicações entre as localidades litorâneas e o continente europeu) e imaterial (a “civilização” da sociedade e o engrandecimento da região, após a compreensão do seu passado e de seus valores). A escrita da história acaba por assumir uma função formadora não somente pelo seu conteúdo, mas

principalmente pelas circunstâncias de escrita e os trâmites pelos quais a mesma tende a passar. Contribuindo de maneira considerável, Michel de Certeau (2011, p.91) já nos alertava que:

De fato, a escrita histórica – ou historiadora – permanece controlada pelas práticas das quais resulta; bem mais do que isso, ela própria é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço de referências simbólicas e impondo, assim, uma lição: ela é didática e magisterial.

O autor citado delimita, assim, o caráter histórico e processual da operação realizada pelos historiadores. Longe de ser fruto de técnicas e perspectivas isoladas do meio social, a historiografia é fruto das tensões que essas próprias questões levantam, assim como sua constituição não é realizada de forma harmônica. Estudar o ofício dos historiadores é aprender não somente sobre o passado, mas a forma como este é fabricado. O passado, diante dessas questões, não é dado como algo natural, pois, além de uma categoria temporal, é um constructo social que possui diversos elementos que interpelam sua construção e as mais variadas formas de interpretação que são realizadas. Os historiadores possuem como “matéria prima” de seu trabalho o tempo (leia-se as categorias temporais existentes: presente, passado e futuro), por isso a disciplina histórica não deve ser resumida ao passado, ou aos seus feitos. O texto produzido possui aspectos que não estão presentes de forma latente e sequer podem ser vistos “a olho nu”. Certeau os denomina de “não-dito”. Compreendendo a existência de sistemas de referência e escolhas subjetivas, o operatório historiográfico é pautado por estruturas sociais, tensões políticas, interesses, lugares de fala etc. Para além de uma abordagem que se debruce apenas no escrito, estamos diante de

[...] una postura epistemológica que, si bien reconoce la importancia del lenguaje, como configurador de realidad y de sentidos sobre dicha realidad, no limita el conocimiento al ámbito exclusivamente discursivo, sino que sostiene la existencia de una realidad extra-textual, referencia última del discurso. (ZEITLER, 2015, p.68).

Apontando, antecipadamente, algumas das características gerais da obra de Figueiredo Filho, conseguiremos compreender melhor os usos feitos do passado e a disposição da *magistra vitae* nesse intento: a obra em si possui um caráter de adjetivação positiva do pretérito cariense, com o objetivo de mostrar os grandes feitos da região para o país. Essa tônica carrega consigo uma lógica moralizante para quem lê: se pensarmos em uma obra que visa demonstrar que uma determinada região teve uma relevância considerável no desenvolvimento do país, é fundamental que o passado atue como ponto de “esclarecimento” dessa posição. O passado, nessa abordagem, ganha uma centralidade notória e é carregado

com uma série de informações que devem ser utilizadas para uma funcionalidade presente, no caso o reconhecimento do valor que o Cariri possui. Refletindo a partir desse aspecto, o que pode se compreender é a continuidade do *topos* da *magistra vitae*, percebendo-a como o uso do passado com a finalidade de moralizar ou ensinar sujeitos do tempo presente com as ferramentas – ou não – da repetição e do exemplo, na cultura historiográfica brasileira do século XX, mesmo depois do seu enfraquecimento, como apontado por Reinhart Koselleck (2006). Uma escrita moralizante e pedagógica, também um passado conformado e homogêneo: a história, enquanto forma de narrativa e reflexão sobre temporalidades, vai ganhando contornos que legitimam uma determinada ordem social e estabelecem um modelo de Cariri, ou seja, a região da tradição, do progresso, do desenvolvimento, dos grandes homens e guerras, uma terra que, aos poucos, vai se mostrando mítica, histórica e, sobretudo, brasileira. Deve ser notado que a operacionalização do passado depende de estruturas internas e externas: escrever uma história para o sul do Estado implica construções nas mais diversas ordens (política, econômica, cultural, identitária e temporal). O estabelecimento de um determinado tipo de relação com o passado, o presente e o futuro, uma noção delimitada do papel da história (ou do modelo narrativo escolhido) nesse projeto, definições sobre que aspectos são “dignos” de comporem a grande narrativa e o que deverá ser esquecido, são alguns dos pontos a ser destacados para compreender como espaços são inventados pela história.

A legitimidade do Cariri se daria por meio dos estudos e das obras realizados pelos intelectuais, sobretudo do ICC. Espaço esse que estava sendo construído a partir de um determinado tempo: um passado apresentado como glorioso, repleto de heróis e grandes marcos. As publicações, por sua vez, teriam a função de mostrar/ensinar o que estaria “oculto” e seria desvelado pelos estudos científicos. O valor atribuído a esses sujeitos e às suas criações pode ser percebido a partir da valoração de um determinado tipo de modelo para a divulgação acerca do que se passou nessas terras: os estudos científicos oriundos da instituição de maior envergadura local possuíam o estatuto de verdade. A instituição é vista como lugar produtor de conhecimento sério e fortemente embasado em preceitos modernos.

Um dos primeiros aspectos apontados no primeiro volume da obra do professor da Faculdade de Filosofia do Crato dizia respeito às características básicas do sujeito caririense. Percebe-se, aí, que o início de sua obra não é pautado exclusivamente por busca pelas origens, e o passado é tomado a partir de outros parâmetros que seriam considerados mais adequados

para os objetivos que o historiador desejava<sup>5</sup>. Um dos grandes desejos desses intelectuais era demonstrar a singularidade do caririense em relação ao resto do Estado. Para tal fim, inúmeros elementos serão utilizados em suas narrativas (físicos, geográficos, humanos). Essa escolha não está desvinculada do tempo presente: caracterizando os nativos da região, o que se percebeu foi uma tentativa de fundamentar uma lógica de continuidade entre passado e presente, alertando para uma perspectiva de longa duração que envolveria até as gerações futuras. As qualidades já apresentadas antes do período colonizador, pertencentes aos grupos que lá residiam antes da chegada dos portugueses, são postas em diálogo com um *horizonte de expectativas* (KOSELLECK, 2006) de como deve ser o brasileiro, tendo como referência de índole o caririense. Os *Kariris* detinham elementos necessários para o progresso e desenvolvimento da nação: o apego à terra, a coragem e o conhecimento do lugar onde viviam.

Basicamente, o nativo<sup>6</sup> é utilizado como base da população da região, pois o mesmo já possuía características que seriam fundamentais para o desenvolvimento da localidade e a formação de grandes líderes. Segundo o autor, o “indígena, que vivia aqui, como em outras importantes regiões nordestinas, era de bravura inexcedível e a significação de seu nome que alguém diz ser covarde, apelido que lhe fora dado pelos tupis, não passa de mentira indigna de registro” (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.10). A bravura apontada com fixidez demonstra, já de início, um posicionamento político que será dado em relação ao Cariri: a defesa do mesmo diante de outras informações que venham a colocar sua terra natal em segundo plano. Eis que, nas primeiras páginas de seu “projeto enciclopédico”, surge a postura que marcou toda sua produção: a defesa da sua terra natal, diante de pretensas injustiças realizadas por outras pessoas, e do caráter bravio do *Kariri*, buscando manter imaculadas as origens de seu povo. Interessante notar que determinadas polêmicas serão apresentadas ao longo de sua obra como forma de legitimar seu conhecimento: apresentando o que se tem dito sobre um

---

<sup>5</sup> Podemos perceber, com isso, que os usos do tempo pretérito não possuem uma estrutura pré-definida. O estabelecimento de uma imagem sobre determinado ponto de vista, pode partir de diversos pontos de partida, o que gera diversas possibilidades de representações a serem construídas, cada uma diretamente relacionada com o aspecto escolhido e a forma de abordagem. A busca pelas origens, a centralidade em aspectos naturais, a definição de uma “essência” para o caririense são alguns exemplos de usos do passado realizados para iniciar a narrativa sobre o Cariri. Neste momento, o que interessa para a reflexão proposta é compreender de que maneira o tipo de abordagem escolhida por Figueiredo Filho, que teve como foco as características gerais para os caririenses, estruturou uma perspectiva educadora/pedagógica acerca do passado. Importante destacar que o passado vai ter esse caráter não somente nas primeiras páginas de sua obra, mas vai perpassar toda sua concepção epistemológica da história.

<sup>6</sup> Classificando o indígena que deu origem ao nome da região, Figueiredo Filho (2010a, p.6) aponta que “Procede a sua denominação de um dos ramos indígenas do Brasil, classificados pelo grande historiador cearense – Capistrano de Abreu, nesses oito grupos: TUPIS, GUARANIS, GUAICURUS, NUARUAQUES, CARIRIS, GÊS ou TAPUIAS, CARAÍBAS, PANOS e BETÓIAS”.

determinado fato, Figueiredo Filho procura demonstrar que possui total conhecimento sobre o que está falando, como no exemplo abaixo, onde traz um debate com o historiador Joaquim Catunda acerca das comunidades que residiam no país antes do processo colonizador europeu:

O historiador cearense Catunda achava os Cariris de inteligência inferior e incapazes de receber o menor grau de cultura. Também os considerava mais antropófagos do que os outros índios e sem qualquer noção de propriedade. O padre Mamiani que foi grande estudioso do Cariri afirma que ele não praticava a antropofagia e Beton que era habil na tecelagem de algodão. (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.11).

Os grupos nativos são tratados pelos dois autores como receptores do modelo de vida do colonizador e perpetuador de uma visão de mundo, visto que seu papel seria receber uma educação civilizadora e disseminar um modelo de vida que fosse pautado na lógica desenvolvida pelo europeu. Apesar de posicionar esses sujeitos em uma escala de menor poder na hierarquia colonial, o farmacêutico cratense destaca as capacidades de alguma civilidade (não praticar antropofagia) e de conhecimento (práticas de tecelagem de algodão). Em Catunda, existem inúmeras afirmativas que legitimariam a tese da incapacidade do progresso chegar ao sul do Ceará, porquanto sua escrita vai procurar refutar toda e qualquer possibilidade da formação de uma “genealogia do progresso” que percorre o caráter do Cariri. Seu crítico vai tomar fôlego em destacar a coragem, disposição e hombridade, como tópicos pertencentes à nação dos nativos, sendo estas utilizadas como a base da formação subjetiva dos habitantes que ali desenvolveriam uma civilização.

Após o índio, percebemos a presença da figura do mestiço. O destaque se dá em sua ampla atuação nos mais diversos movimentos que deram significado e valor histórico ao passado nacional. É através desse “tipo” que o Cariri cearense vai se inserindo nas grandes lutas que definiram os rumos do país. A historiografia desenvolvida pelos intelectuais da região privilegia os nomes que estavam no topo da hierarquia de poder político na época. Porém, o que se percebe em Figueiredo Filho é uma abertura, mesmo que diminuta, para esses sujeitos que até então não possuíam muito espaço de valoração e reconhecimento. O que pode se inferir, em sua escritura, é a percepção da região como fruto de esforços integrados: desde o pobre mestiço, anterior aos guerreiros nativos que foram colonizados, até os mais altos detentores do poderio político e econômico, todos eles lutaram bravamente pela nação, mostrando o real valor regional que possuíam:

O mestiço do Cariri, pela sua afoiteza em lutas individuais, de cacete ou de facas, com o nó na camisa, ou nos movimentos épicos da guerra da Independência, dos campos do Paraguai, do desbravamento da Amazônia, nos embates contra a natureza

hostil, é autêntico herói nacional. É digno de ser amparado pelos poderes públicos para que tanta energia indomável não venha a soçobrar, pela miséria coletiva. (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.9).

Ao realizar uma leitura mais detalhada do excerto acima, dois elementos são destacados: a perspectiva de continuidade das características positivas do sujeito que vive no sul do Ceará e sua inserção nas grandes narrativas nacionais. A “afoiteza”, o caráter “desbravador” e o título de “autêntico herói nacional” são diretamente atribuídos ao mestiço caririense, que esteve presente nos grandes momentos da trajetória de construção nacional e merece ser amparado pelo poder público diante de um cenário de abandono e miséria na qual ele vive. Ao longo de toda sua obra, é recorrente a tentativa de inserir os fatos ocorridos no Cariri, em especial na cidade do Crato, dentro do que se considerava uma narrativa nacional. Era uma forma de “provar” que os ocorridos em sua terra tinham total interferência nos rumos do país. Um exemplo diz respeito ao modo como a independência política do Brasil em relação a Portugal foi abordada: para além de um abrandamento em relação à Coroa Portuguesa, era frequente a comparação do Brasil, por via do Cariri, em relação a outros processos de emancipação política.

O Ceará sempre foi pedaço bem nacionalizado do Brasil. Fizera parte, no princípio de sua história, do ESTADO DO MARANHÃO e depois para o ESTADO DO BRASIL. Constituíam-se o elo natural entre as duas partes da colônia portuguesa da América. Nas lutas da independência, entre 1822 e 1824, passou a ser factor decisivo que contribuiu para a emancipação do Piauí e do Maranhão. É o papel que tem desenvolvido bem em todo o Brasil, de Norte a Sul. Com seu sangue de brasileiro já formado, contribuiu para que a Amazônia não se tornasse inteiramente indígena a ainda hoje dá imensa contribuição para que elementos estrangeiros não prodominem totalmente, em certas regiões do sul. Foi o cearense que fez sua independência, em 1822, do centro para a periferia e que deu a maior contribuição de fora para que não se repetisse no jovem império o fenômeno do Canadá, em relação à União Americana. (FIGUEIREDO FILHO, 2010b, p.29).

A escrita do passado, para Figueiredo Filho, atua também como uma forma de denúncia e cobrança de reconhecimento aos que tanto contribuíram para o desenvolvimento e progresso da nação. A tônica pedagógica do passado se alarga e abraça uma perspectiva mais voltada para a denúncia ou o posicionamento político. Uma estrutura discursiva que tem como um dos principais elementos o estabelecimento de uma continuidade – ou, pelo menos, a tentativa de constituir uma narrativa que elabore essa imagem – entre presente e passado, sendo que o segundo legitima o primeiro e o auxilia a ser compreendido.

A natureza é apontada como um dos fatores positivos que estão no rol de explicações acerca do sucesso do Cariri como uma terra fadada ao progresso e ao desenvolvimento. Desde

os tempos remotos já se nota uma facilidade em utilizar os recursos oriundos do meio natural para suprimir as necessidades básicas de alimentação de quem habitava aquela localidade: “[...] os recursos naturais da terra, com suas fontes a jorrarem perenemente, foram convite eficaz ao invasor aborígene a fixar-se na terra, de acordo com as primitivas condições de vida selvagem” (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.7). O nomadismo é fruto da inexistência de recursos que possam manter um povo instalado em um determinado lugar. O aborígene, que então chegava ao que viria ser o sul da capitania do Siará Grande, obteve, segundo o autor, condições necessárias para sua efetiva instalação e desenvolvimento de um estilo de vida. Isso mostra uma perenidade no que tange aos suprimentos necessários para o estabelecimento de um povo, quer dizer, existe, no caso, uma continuidade quase ininterrupta de fatos e circunstâncias que favoreceram a marcha progressista do Cariri cearense. Como é apontado, no primeiro volume de *História do Cariri* (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.8):

[...] diz a maioria dos historiadores, a própria Missão do Brejo de Miranda criou-se e cresceu à sombra de casa de farinha, em seu sistema mais rudimentar. [...] No Cariri, tudo corria à vida fácil e primitiva, com a natureza a fornecer, em abundância, a macaúba, babaçú, piqui, arará e outras frutas silvestres, além da cala farta das matas, tudo isso nessa espécie de paraíso terreal, com dezenas de córregos, riachos e extensos brejos.

A narrativa proposta para as origens da região é carregada de otimismo e positividade. Não foi algo aleatório ou sem propósito definido: a propositura de Figueiredo Filho, ao iniciar as primeiras páginas de seu compêndio, foi dar um ponto de partida que esteja intimamente ligado com o principal objetivo de sua vida intelectual, qual seja, apontar para os aspectos positivos contidos no passado cratense e sua continuidade no processo de construção de bases para o progresso local. A natureza, aspecto até então apontado como “natural” ou “plano de fundo” para os fatos históricos, foi carregada de positivities e da facilidade em produzir diversos alimentos, são aspectos utilizados para justificar uma gênese que, por mais que não seja datada de forma incisiva pelo autor, possui uma essência definida e essencial para os dias que virão.

Partindo de alguns elementos já levantados, o que se percebe são escolhas tradicionais para a construção de sua narrativa: por mais que não seja a pretensão encontrar o exato início da região, a temática serve de premissa para suas reflexões iniciais. Ao utilizar-se de um recuo temporal alargado, o autor justifica/legitima alguns elementos característicos da região e de seus habitantes por meio do valor atribuído ao passado enquanto uma dada ordem de verdade. Com essas informações, encontramos a base dos ideais que estruturarão toda a

obra: a repetida vontade de afirmação do Cariri enquanto um espaço que produziu grandes feitos e vultos para a história local e nacional, o que o torna um lugar privilegiado e digno de ser incorporado nas grandes narrativas.

São usos constantes do tempo pretérito. O que reforça a questão apontada no início desse tópico: a permanência do *topos* da *historia magistra vitae* na escrita de José Alves de Figueiredo Filho. Contudo, vale ressaltar que essa continuidade não representa uma imobilidade total no sentido ou no léxico. Como nos alerta Araújo (2011, p.139):

O que a categoria parece sugerir é que ao longo desse processo acontece uma espécie de fragmentação de uma totalidade de experiência da história que havia sido produzida ao longo de 2 mil anos. Elementos dessa totalidade continuam, no entanto, vigentes como fragmentos e possibilidades de significação de parcelas da realidade [...].

Ao pensar a produção historiográfica sobre o Cariri como fruto das experiências produzidas por quem desejava imprimir um sentido de continuidade com o passado e uma ligação direta com um futuro positivado que estava sendo construído por essa mesma operação, toma-se a história a partir de suas duas acepções (narração do vivido e o vivido em si) como totalidade, destacando as permanências existentes nessas duas formas de se pensar o que se tornou uma das grandes formas de se representar o sul cearense. Tantos modos de viver e relacionar-se com o espaço caririense, como formas de se pensar a história da região, foram interrompidos e continuados com o passar do tempo.

A historiografia presente nos membros do ICC ainda possuía inúmeros vestígios da cultura oitocentista. A própria instituição a qual estes pertenciam possuía uma ligação e uma inspiração direta da maior referência de história no século XIX, no Brasil: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Não é de se surpreender que a formação dos membros da agremiação cearense, aliado à perspectiva de história ainda presente em diversos espaços institucionais, reforce o caráter pedagógico e moralizador dado ao passado, em sua operacionalização no presente. Pontuar a existência da *historia magistra vitae* na composição da operação historiográfica do autor de *História do Cariri* não é somente uma simples constatação, mas sim: dialogar com as perspectivas epistemológicas e metodológicas no ofício do historiador. Campos que historicamente foram tomados como opostos pela historiografia, mas que pensados juntos contribuem de forma significativa para a compreensão da cultura historiográfica de um período e proporcionam maior entendimento acerca dos meandros que envolvem a tessitura dos tempos.

#### 4.2.2 O documento e o fato.

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. (CERTEAU, 2011, p.69).

Uma das grandes questões que o ofício do historiador enfrenta diz respeito à legitimidade de sua prática. Diante de inúmeras fontes de informação sobre um passado, o que respalda seus escritos é o compromisso com a verdade, desde que ancorado em uma série de elementos que envolvem um aparato teórico que auxilie na análise de uma documentação (evidência do passado), que por sua vez deve ser guiada por uma metodologia apropriada. Para tal fim, determinadas ferramentas e escolhas são realizadas com o intuito de pautar seu trabalho como legítimo em relação aos demais existentes, sejam eles ou não de áreas diferenciadas. Segundo Antonie Prost (2008, p.55), o “historiador não exige que as pessoas acreditem em sua palavra, sob o pretexto de ser um profissional conhecedor de seu ofício – embora esse seja o caso em geral –, mas fornece ao leitor a possibilidade de verificar suas afirmações”. A partir de Prost, pode-se refletir acerca das práticas historiográficas que são utilizadas para referenciar o trabalho historiador que é apresentado após o término da operação. A historiografia não é a única forma de representação do passado, o historiador não possui exclusividade ou hegemonia deste. São questões que tornam seu trabalho conflituoso, partindo de duas disputas por legitimidade: uma interna, que é delimitada por quais fontes são confiáveis, que abordagens teóricas são tomadas como fortes, qual a metodologia mais apropriada a ser utilizada; e outra externa, que diz respeito ao estabelecimento de um lugar de destaque para a fala dos historiadores, em relação aos demais intelectuais, quando se trata de falar do passado, e até do presente.

Ao realizar o processo de leitura das fontes e perceber a heterogeneidade da atuação do autor de *Meu mundo é uma farmácia*, algumas questões tornaram-se latentes: qual é o poder da palavra do historiador diante das demais ciências ou campos do conhecimento que se propõem a pensar as sociedades? Qual o peso da leitura histórica de Figueiredo Filho, se comparada com suas demais produções, que são de outra abordagem? A história venceu a batalha das representações do Cariri? Já adianto que essas indagações não foram respondidas de maneira completa, pois a crença na vitória de um modelo específico de escrita é ingênua e irresponsável. Mas já se pode inferir certa relevância de alguns tipos de olhares que foram sendo credenciados como porta-vozes do Cariri. São aspectos que foram sendo levantados

durante a etapa de pesquisa que, para um trabalho dessa natureza, merecem ser postos em relevo para uma maior nitidez de compreensão.

Diante de tais questões, serão apresentadas algumas perspectivas de Figueiredo Filho que dialogam com esse conjunto de elementos: o uso exacerbado de documentos como prova e a centralidade no fato em suas narrativas nos apontam para uma concepção de história e de verdade basicamente factual e documental, no sentido mais restrito possível. Cabe, então, atentar para o que vai sendo considerado documento e quais momentos são escolhidos como “fatos históricos”. A concepção construída pelo autor do que seria documento, qual o seu papel na construção da narrativa histórica e que processos são “dignos” de inscrição nas páginas que constituirão a história local, devem ser aspectos abordados e tratados com bastante cautela se o interesse é descortinar o que vai sendo construído enquanto conhecimento histórico no período abordado. Ao realizar uma abordagem dessa natureza, a noção de evidência torna-se elementar na compreensão do olhar de Figueiredo Filho sobre o passado caririense e as formas de representá-lo a partir da escrita da história. François Hartog, em sua obra *Evidência da história: o que os historiadores vêem*, traz-nos alguns elementos para pensar acerca dessas questões. Para o historiador francês, três concepções de evidência podem ser destacadas: a primeira é atribuída à René Descartes, e a trata como uma visão completa, algo que fornece uma certeza ou um conhecimento; a segunda noção é tomada a partir de Homero, e vê a evidência já de maneira mais abrangente, visto ser um aspecto que daria inteligibilidade e/ou daria visibilidade a determinados elementos; a terceira concepção é a mais utilizada na contemporaneidade, e atribui à evidência a noção de prova.<sup>7</sup>

Procurando ir além da constatação de que a evidência não é somente a fonte/documento, mas sim a maneira como o historiador percebe o mundo (o que, nos estudos de historiografia, é fundamental para a compreensão da historicidade do autor, da obra e do fato analisado), Hartog nos sugere um exame mais cuidadoso acerca do próprio olhar do historiador sobre seu ofício e os elementos que o constituem – nesse caso, dando enfoque ao documento.

Pensar a história restritamente a partir de fatos (que possuem uma tônica específica para o Cariri: política/administrativa/institucional) e de documentos (oficiais ou fruto de pesquisas de sujeitos tidos como “gabaritados” para tal função) aponta para uma ótica muito limitada acerca do passado caririense. Isso demonstra que o processo de construção do

---

<sup>7</sup> Para Hartog (2013, pp.13-16), a evidência “adquirida pelo investigador às próprias custas, mistura de vista e de ouvido, ela é, com efeito, forçosamente incompleta e sempre precária”. Ainda segundo o historiador: “A evidência é, aqui, o fio condutor e um motivo que atravessa, trabalha, reúne estas páginas ao abri-las para o mesmo questionamento: ver e dizer, verdade e visão, dizer e fazer, ver”.

passado dessa localidade passou por um crivo muito rígido e deixou inúmeros elementos de fora, quebrando com a falsa perspectiva e projeto oitocentista de que a escrita da história tem pretensões universais. A pretensão, aqui, é refletir de maneira mais apurada acerca da necessidade de um método, de ferramentas que construíram um grau de respeito pautado na inteligibilidade do passado, a partir da narrativa do historiador.

Logo no primeiro volume de *História do Cariri*, ainda na sessão “Explicando”, Figueiredo Filho fez questão de apontar que suas afirmações não saíram de sua imaginação ou de conversas informais. O rigor do método e a existência de documentos sobre fatos relevantes são apresentados no seu “cartão de visita”: “Bebi ensinamentos em muitas fontes puras, entre as quais, as dos pesquisadores eméritos – Irineu Pinheiro, já falecido e o Padre Antônio Gomes de Araújo, incansável e inteligente investigador de nosso passado” (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, s/p). Dois aspectos são tomados como relevantes: o uso do termo “fontes puras”, para referenciar de onde as informações que serão apresentadas a seguir foram tiradas, e o uso de outros nomes da historiografia/pesquisa histórica, para sustentar seus escritos. Identificando sua concepção e prática historiadora com o século XIX e alguns dos seus pressupostos (cientificismo, *historia magistra vitae*, culto ao documento/fato), o filho de Zuza da Botica reiterou com veemência que as fontes das quais as informações que estão no seu livro foram retiradas são verdadeiras. A noção de “fonte pura” remete a uma inviolabilidade da informação, incapacidade de existência de algum tipo de fraude e, conseqüentemente, de uma mínima margem de possibilidade de existência de mentiras ou inverdades.

O segundo elemento, diretamente relacionado com o primeiro, é o uso de outros historiadores para legitimar seus escritos. No caso da citação acima, ele atrela o acesso às “fontes puras” a Irineu Pinheiro e Padre Antônio Gomes de Araújo, este último conhecido como um incansável pesquisador dos arquivos. Em diversos momentos de sua obra, ele agradece o acesso a determinadas documentações que lhe foram cedidas por colegas de profissão, o que lhe isenta de total responsabilidade sobre o que está escrito, por um lado, e legitima sua pesquisa, pois mais de uma pessoa corrobora com as assertivas que estão contidas ali, por outro. O uso recorrente dessas expressões indica o grande cuidado que Figueiredo Filho possuía ao afirmar determinadas questões: “Mostramos já, com abundância de argumentos e provas límpidas [...]” (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.14). Para além das provas, a questão do argumento foi fundamental na construção de uma narrativa inteligível da história, em *História do Cariri*.

As primeiras ponderações realizadas sobre a história caririense por Figueiredo Filho são marcadas pela necessidade de estabelecer alguns marcos. Apesar de não procurar delimitar uma origem específica para determinadas questões relativas aos primórdios do sul cearense, o autor posiciona-se diante de questões consideradas polêmicas, sempre tendo como base a existência de documentos que comprovem as informações que estejam sendo apresentadas. Sobre a influência baiana na região, afirma o historiador: “É mais uma prova da versão vitoriosa, defendida pelo historiador Pe. Antônio Gomes de Araújo, que demonstrou matematicamente, tal influência, com a presença, no Cariri, de mais de quatrocentas famílias de origem baiana e duzentas e tantas sergipanas” (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.23). Interessante notar que logo de início é apresentada a noção de “versão vitoriosa”. Isso porque é comum em sua narrativa a apresentação de divergências historiográficas sobre variados assuntos. Presume-se que essa prática seja uma ferramenta de legitimação, pois apresentando as mais variadas afirmativas acerca de um fato, o sujeito se legitima enquanto um grande conhecedor do assunto – legitimação essa que é respaldada ainda mais pela escolha daquela versão que possua provas/documentos legítimas. A demonstração, atribuída ao sacerdote Gomes de Araújo, foi realizada pela documentação encontrada por ele, o que é uma prática recorrente desse pesquisador, a busca em arquivos por informações.

A fundação do Crato também é objeto de análise em *História do Cariri*. A cidade, que fora desenvolvida a partir da Missão do Miranda, é o centro dos fatos apresentados e o lugar de fala do autor. A centralidade da cidade, em relação às demais no projeto de construção de uma temporalidade para o Cariri, é vista a partir da constante presença desta nas páginas da história da região, e é notória a desigualdade de tempo dedicado aos movimentos ocorridos em Crato, se compararmos com Jardim, Milagres, Santana do Cariri ou Barbalha, por exemplo. Seguindo a perspectiva de não assumir posições definidas em casos de inexatidão, Figueiredo Filho (2010a, pp.33-34) aponta que

Não se sabe, como aconteceu com a Missão do Miranda, a data exata de sua fundação. Os documentos, entretanto, dão-lhe notícias precisas em tempos anteriores aos que apareceram em torno do aldeamento dos Cariús, às margens do Granjeiro.

Devido à delicadeza da questão (afinal, trata-se de precisar a exata data de fundação da cidade que, segundo Figueiredo Filho, era a vanguarda do Cariri), não seria saudável entrar em maiores embates historiográficos. De modo a sair-se de maneira mais privilegiada, sua proposta foi de apresentar apenas o que a documentação permitia. Contudo, não é de forma totalizante e homogênea que o documento foi tomado. Em um determinado caso, a

documentação foi levada a prova diante de outras circunstâncias: “Até agora, diante dos fatos, podemos ligá-lo ao sesmeiro Gil de Miranda, que aparece nas primeiras datas do Cariri, embora a região pelos documentos, fôsse entregue primitivamente a Ariosa e aos Lobatos” (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.33). Tomando para análise a frase acima, o que se percebe é um posicionamento mais crítico em relação a um determinado documento que não deveria ser visto de forma isolada, e sim avaliado com outros aspectos, levando, assim, a uma conclusão contrária ao que estava disposto na fonte. Apesar de não estabelecer uma datação efetiva para o processo de colonização da região sul do Ceará, alguns parâmetros foram estabelecidos como forma de sistematizar o que já fora apresentado pelas fontes encontradas durante as pesquisas existentes:

Diante de tais dados, bebidos em fontes autênticas, podemos concluir que o povoamento do Vale do Cariri se iniciou pelo caminho do riacho dos Porcos e seus tributários. [...] O fato comprovado é que ninguém requeria a posse de uma data de terras sem que esta não fôsse já conhecida e palmilhada por qualquer dos exploradores do passado. (FIGUEIREDO FILHO, 2010c, p.140).

O estabelecimento de uma origem baiana e uma rota da colonização foram postos como balizas da gênese caririense, assim os documentos foram utilizados como elementos norteadores e de legitimação de um passado. Os fatos são comprovados através da análise de fontes que confirmem as informações desejadas, tendo em vista o caráter oficial dessa documentação, oriunda das instituições ligadas à Coroa, à Igreja e aos próprios colonizadores, não abrir precedentes para dúvidas quanto à sua integridade e veracidade.

Partindo do que já foi apresentado, podemos identificar em Figueiredo Filho um “culto ao fato e ao documento”, onde ambos são tomados como as balizas da construção de uma narrativa heróica sobre o passado caririense. Contudo, não se deve tomar essa escolha como natural, mas historicizá-la, de modo a compreender suas características específicas e sua função dentro do próprio relato: ambientado em uma cultura oitocentista, o ex-presidente do ICC percebia que a legitimidade de seus escritos deveria ser pautada em elementos considerados convincentes. Apelando para a tradição historiográfica então vigente, o que se percebeu foi a delimitação de um cânone teórico-metodológico que privilegiava a história factual político/administrativa/institucional, onde diversos sujeitos e diversas perspectivas de análise sobre as experiências temporais eram colocadas de lado. Por mais que fosse realizado o discurso de uma grande narrativa totalizante, inúmeros sujeitos históricos foram deixados de lado para homogeneizar o que, em muitos casos, era algo particular. A documentação era a baliza desse processo, mas não qualquer tipo de documentação: o crivo dos grandes

pesquisadores/historiadores entrava em cena para delimitar o que seria uma “fonte histórica”, o que acaba corroborando com a já mencionada tradição historiográfica oitocentista, que era devota da documentação oficial produzida pelas grandes instituições vinculadas ao Estado.

O grande contato e a referência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com sua instância estadual, servirão de molde para a escrita da história no e do Cariri. Sendo assim, o passado caririense vai sendo forjado de maneira factual e homogênea a partir de um conjunto de perspectivas que visavam uma totalidade para uma miscelânea de experiências que formavam o sul das terras cearenses<sup>8</sup>.

#### 4.3. O FATO E A NARRATIVA: AS OBRAS HISTORIOGRÁFICAS DE J. DE FIGUEIREDO FILHO.

O que implica o fazer história e, em primeiro lugar, de que e de quem depende tal operação? (HARTOG, 2013, p.11).

François Hartog nos convida a refletir acerca do fazer história pelas vias propostas por Michel de Certeau. Ao propor pensar o sujeito que opera com as dimensões temporais e atribui-lhes uma inteligibilidade com base em um aparato metodológico e opções teóricas, consegue-se perceber a obra (o “produto final”) com mais afinco. Compreender a historiografia de Figueiredo Filho implica compreender a posição do mesmo enquanto historiador e os elementos que o constituíram como tal. Suas obras possuem uma funcionalidade, assim como toda narrativa histórica. São ensejos, demandas, inquietações, posicionamentos político-sociais que devem ser levados em consideração para compreender a obra como um todo. De antemão, deve-se tratar a “narrativa histórica como algo que constrói um sentido moral para o mundo, já que ao criarem um passado, se está invariavelmente abrindo um espaço para o projetar de um certo futuro, desejado ou não” (AVILA, 2010, p.144). Tal proposição articula a escrita da história diretamente com as categorias temporais, tendo em vista que essas estão intrinsecamente ligadas com aquelas, seja enquanto influência na construção escriturária ou como objeto da narrativa.

Toma-se, neste momento, a ideia levantada por Hayden White, onde a narrativa historiográfica possui uma finalidade de moralizar os acontecimentos que retrata. A

---

<sup>8</sup> A formação acadêmica e o convívio com os círculos intelectuais do período também corroboraram com uma aproximação em relação ao modelo de conhecimento hegemônico durante o século XIX. Vale ressaltar que o caráter polígrafo desses intelectuais, mas também sua inspiração nas comunidades europeias que veneravam o conhecimento científico, influenciou de forma direta na construção de um discurso e uma prática intelectual no Ceará do século XX.

moralização, para o historiador norte-americano, deve ser vista como a inserção de um significado, de um ordenamento do fato narrado dentro de uma ordem social delimitada. A inteligibilidade do acontecimento, mediante a construção de padrões de orientação política e epistemológica sobre qual seja o papel do passado, bem como de sua escrita, é o que torna a historiografia uma escrita moralizadora na sociedade ocidental. Esse modelo narrativo necessita de coerência, integridade, plenitude e uma imagem completa, já que é diante dessa demanda que se coloca a narrativa como algo pertencente à história. Como nos aponta White (1992, p.37): “Los acontecimientos realmente registrados em la narrativa parecen ser reales precisamente en la medida en que pertenecen a una orden de existencia moral, igual que obtienen su significación a partir de la posición en este orden.”

A partir do que já foi apresentado até este momento, já se pode iniciar um amadurecimento acerca do que seria a moralização do passado caririense: a construção de uma lógica que seja pautada no reconhecimento dos grandes feitos realizados naquela região, assim como a valorização dos nomes ali forjados, a partir de uma estrutura de inevitabilidade teleológica do progresso e desenvolvimento local. Moralizar o passado regional é estabelecer para este um lugar no jogo de temporalidades que a escrita da história e os escritos sobre o passado realizam. Forjar um lugar é estabelecer um tempo para este, mas não somente um tempo vazio, pois é necessário significar os parâmetros de localização (espaço e tempo) para alcançar os objetivos traçados.

Os escritos historiográficos de Figueiredo Filho serão abordados desta forma: a *Cidade do Crato* e as publicações da ANPUH devem ser compreendidas para além da sua materialidade ou pelos conteúdos, isoladamente. O contexto de produção da obra, a função da escrita como elemento de inteligibilidade do mundo e as escolhas realizadas durante a construção da mesma serão destacados nesta etapa da reflexão. Como bem afirma Michel de Certeau (2011, p.89):

A representação – *mise-en-scène* literária – não é ‘histórica’ senão quando articulada com um *lugar social* de operação científica e quando institucional e tecnicamente ligada a *uma prática do desvio*, com relação aos modelos culturais ou teóricos contemporâneos.

O relato histórico possui alguns elementos que o constituem como tal. Dentre estes, podemos destacar o “corpo social” e a “instituição de saber”. Aspectos que nos auxiliam a compreender a formação e legitimação da obra. No caso de Figueiredo Filho, a Faculdade de Filosofia do Crato, o Instituto Cultural do Cariri e a ANPUH atuam nesse papel de

instituições de saber que possuem em si um paradoxo: legitimam uma escrita ao excluir inúmeras<sup>9</sup>. Existem limitações que são inerentes e impostas a estes espaços, seja pela própria condição que a narrativa possui de não conseguir delimitar determinadas questões, seja pela própria estrutura na qual o estudo será lançado (livro, artigo, publicação em jornais), seja pelos interesses que movem tais grupos e que, inevitavelmente, acabam por realizar um processo de ocultamento de diversas perspectivas que também fazem parte do Cariri.

Alguns aspectos já levantados no primeiro capítulo serão de grande valia para a compreensão da historicidade das obras/estudos publicados por Figueiredo Filho. Afinal, esse sujeito não estava isolado de uma série de iniciativas que se propunham a pensar o Cariri de modo a colocá-lo no lugar merecido e demonstrar sua grande relevância e atuação no desenvolvimento e progresso do país. Por mais que a escrita da história tenha sido cronologicamente a última forma de apresentar sua região, sua trajetória de obras anteriores aponta diversas questões que foram sendo amadurecidas e apresentadas, da mesma forma ou modificadas, em *História do Cariri, Cidade do Crato* e nas publicações da ANPUH. A veia regionalista e o desejo de colocar o Crato como vanguarda estadual estão presentes em suas publicações como duas balizas centrais pelas quais ele pensou a apresentação de seus objetos de estudo.

Seguindo uma tradição intelectual que era fortalecida pelo desejo de continuar sob um projeto civilizador, os escritores caririenses apontavam a necessidade de um passado para o Cariri/Crato, visto que era inconcebível uma localidade de tamanha envergadura “não possuir uma história”. Fora sendo construído um tempo pretérito com bases em posições laudatórias e de culto às letras e à civilidade. Pode-se afirmar que o regime de escrita se assemelhava aos escritos que projetavam a construção de uma nação. Partindo dos pressupostos apontados por Otonite Cortez (2000, p.93), identificam-se algumas características da produção historiográfica no Cariri: uma primeira que expressa uma dimensão memorialística, na qual imperava o ato de contar os costumes, pautando-se em uma lógica de civilidade, e uma dimensão ensaística, que procurava estabelecer determinadas análises sobre cenas narradas, utilizando a crítica de fontes e publicidade de dados comprobatórios de suas teses.

---

<sup>9</sup> Estamos diante, neste caso, de uma dupla função: o possível e o impossível tornam-se constitutivos de uma linha tênue no campo da escrita e da divulgação histórica, devendo ser pensados em constante diálogo. Promovendo essa possibilidade de pensar os limites entre a permissão e a interdição, chegamos ao chamado “ponto cego da pesquisa histórica” (CERTEAU, 2011, p.63). São questões que não estão diretamente explícitas na narrativa e, conseqüentemente, não são visíveis a olho nu. É nesse ponto que os estudos historiográficos entram e possibilitam pensar as relações e dinâmicas que proporcionaram determinado tema ser escolhido como objeto de estudo, e outros não. Uma abordagem dessa natureza amplia de modo considerável a percepção sobre as formas e os conteúdos que a história possui.

Deste modo, vale ressaltar que Figueiredo Filho, assim como Irineu Pinheiro e o Padre Antonio Gomes de Araújo, compactua da mesma tradição historiográfica: os três, por mais que tenham suas especificidades no fazer história, estavam unidos pelo desejo de expor as grandiosidades do sul do Ceará, dando sua contribuição a partir de sua cidade, Crato. Como nos aponta Cortez (2000, p.93):

Os historiadores, apresentam-se como continuadores desse discurso, transfigurando-o e inscrevendo-o como comprovações do adiantamento econômico, político e cultural do Crato na região e, em alguns casos, no Estado. Desta forma, **capitalizaram aquele discurso em favor da construção da ‘cidade da cultura’**. Sistematizaram-no, e somaram dados etnográficos levantados em fontes primárias e bibliográficas, compondo o conteúdo dos seus escritos. Lutaram pela editoração daqueles escritos, protegendo-o em suportes materiais mais duráveis – os livros – e dando-lhes publicidade. (Grifo meu).

É perceptível, em diversos trechos de sua obra, a centralidade dada à cidade do Crato: Figueiredo Filho coloca a “Princesa do Cariri” como centro irradiador dos grandes feitos e dos grandes sujeitos que promoveram o desenvolvimento da nação.

#### 4.3.1 Cidade do Crato.

Publicado em 1953, em ação conjunta de José Alves de Figueiredo Filho e Irineu Pinheiro, *Cidade do Crato* possui uma característica que a situa de modo ímpar em relação às demais obras analisadas por este estudo: fora escrita “sob encomenda”, para a realização da efeméride de centenário da cidade do Crato. Ambos acreditavam que sua cidade era um lugar privilegiado no interior nordestino e que, por meio desse estudo e sua publicação, seria dado o devido espaço e valor às suas características. A obra foi dividida da seguinte forma: Figueiredo Filho realizou os apontamentos sobre os eventos recentes e Irineu Pinheiro tratou de abordar aspectos anteriores, ou o que eles consideravam o “passado histórico” do Crato. A obra foi publicada com apoio do Ministério da Educação e Cultura, obtendo apoio do deputado federal Antonio de Alencar Araripe, pertencente à família de Bárbara de Alencar (VIANA, 2011, p.85).

Vale ressaltar que as comemorações centenárias realizaram um grande papel na constituição de uma memória para o Crato ao corroborar com a ideia vanguardista que os cratenses foram construindo ao longo de sua trajetória<sup>10</sup>. O grande mote do discurso realizado

---

<sup>10</sup> Segundo o historiador Ítalo Viana (2011, p.15), “o que se dizia pelas ruas do Crato era que o momento celebrava um passado ‘coroadado de êxitos’, que perpetuava a herança de progresso e ‘adiantamento’ cultural e material daquela que, supostamente, seria uma das mais importantes e de ‘mais relevante progresso’ entre todas

nesse período, década de 1950 era demonstrar a “inerência” ou “naturalidade” que a cidade tinha para desenvolver-se e tornar-se próspera<sup>11</sup>. Tomado como algo inevitável, o desenvolvimento e a liderança da região são inscritos na história antes mesmo da emancipação da cidade.

A efeméride do centenário cratense buscou construir um sentimento de identidade coletiva entre os habitantes locais. Para tal finalidade, a valorização do passado e das manifestações populares desenvolvidas na cidade foi amplamente utilizada para corroborar com a ideia de tradição e vanguarda da cidade, em relação às demais da região. Essa alternativa faz jus ao imperativo que caracterizou a década de 1950: a valorização do folclore e a busca pela “essência nacional”, que estava – segundo os folcloristas – situada no povo sertanejo. Os estudos e projetos folclóricos terão grande espaço, tendo os festejos de 1953 como grande vitrine. Bandas cabaçais e diversas outras manifestações culturais tiveram espaço no momento de exaltação do passado e da “essência” cratense:

Desde outubro de 1953, por ocasião das empolgantes festividades, em comemoração ao centenário de elevação do Crato à categoria de cidade, que o folclore caririense apareceu, com toda sua pujança. Para figurar naqueles festejos, foi preciso muito esforço do grupo intelectual, que depois fundou o Instituto Cultural do Cariri. Ainda existia certo ranço de prevenção contra os folguedos que nasceram da vida anônima do povo simples, dos brejos e pés-de-serra. Mas, tudo foi contornado e vencido pela gente que lia e escrevia, na tradicional e progressista cidade do Crato. O efeito das exhibições folclóricas no recinto da Feira de Amostras, maior centro da atração das festividades centenárias, foi dos mais brilhantes e surpreendeu os próprios filhos da terra. O folclore regional assim criou alento e não ficou mais escondido nos sítios caririenses. (FIGUEIREDO FILHO, 1960, p.7).

Três aspectos, de antemão, já podem ser assinalados nessa obra conjunta: a) a crença que a emancipação do Crato iria levá-los a um novo patamar de desenvolvimento; b) o desejo de mostrar que a cidade teria feito “história na história do Brasil”; e c) a tentativa de construir um elo entre o passado cratense, a “inevitável” lógica do desenvolvimento e do progresso e o presente dos moradores do centenário município.

---

as cidades cearenses”. Partindo do excerto acima, a inferência realizada é que o centenário realizou um grande trabalho no sentido de envolver a população no discurso de superioridade cratense em relação às demais cidades do Cariri. Elementos característicos da modernidade, como progresso, adiantamento, cultura, foram utilizados para justificar a posição superior da chamada “Princesa do Cariri”. Foi com esse intuito que a obra *Cidade do Crato* fora forjada.

<sup>11</sup> Destacam-se, neste ponto, alguns aspectos tomados como indícios de progresso no século XIX: casas de comércio, mercado público, imprensa local, cemitério, casarões. Dentro dessa lógica, a modernidade e o progresso são modelos importados. O que se projeta enquanto desenvolvimento local, nesse período, não são o desenvolvimento das potencialidades da terra ou a integração com outras cidades/regiões: os dirigentes locais propuseram seguir o que estava sendo pautado nos grandes centros do país e da Europa, tomando aquilo como modelo a ser copiado. Uma “roupa estranha” vai vestindo a “princesa do Cariri”, adornando-a com “adereços” que ela nunca viu.

[...] foi no bojo das comemorações do primeiro centenário da cidade do Crato que houve um maior esforço de se debruçar sobre o seu passado, convocando os “grandes homens” e seus “feitos gloriosos” a integrarem o quadro de referências simbólicas capazes de construir uma identidade cratense. (VIANA, 2011, p.16).

As comemorações do centenário da cidade do Crato trouxeram uma tônica para a historiografia cratense, que estava justificada na legitimação de um caráter heróico do sujeito dessa terra, quer dizer, um herói que contribuiu na construção da nação brasileira a partir de atitudes patrióticas. Formava-se, deste modo, uma concepção de história que visava congrega toda a sociedade, por meio de valores que promovessem a unidade social e o progresso local (VIANA, 2011, p.16). Nas primeiras palavras dos autores, no início da obra feita a quatro mãos, já é possível identificar alguns aspectos presentes na concepção e na construção da obra/efeméride, onde se apresenta o sentido que será dado ao Crato e de que modo o estudo publicado pode contribuir nesse momento:

No decurso da primeira centúria lutou o Crato, venceu algumas vèzes, em outras provou o sabor amargo do pó da derrota. Tem sido lento, mas continuado e seguro seu progresso sob o ponto de vista físico, intelectual e moral. Oportuno lançamos, hoje, um curioso e rápido olhar retrospectivo sôbre a história dèsses cem anos e compararmos, embora sumariamente, o passado com o presente, chamando a atenção do leitor para fatos e homens. (FIGUEIREDO FILHO; PINHEIRO, 2010a, p.10).

Percebendo, de imediato, a centralidade que o Crato possuía devido às comemorações em torno de sua elevação à condição de cidade, fazia-se necessário estabelecer marcos para legitimar esse espaço como acolhedor e irradiador de grandes feitos e homens. Deste modo, o foco do estudo de Pinheiro e Figueiredo Filho são os fatos e os sujeitos. A carga heróica que a cidade possui visa, na construção da narrativa, trazer para o Crato uma personificação, transformando o lugar em sujeito de ação.

O progresso é um elemento constantemente apontado pelos pesquisadores como inerente à cidade, pois este é um dos objetivos da obra: demonstrar a característica nata que a cidade sede do ICC possuía para o progresso e desenvolvimento. Uma justificativa que se ancora no passado como elemento legitimador e que, em meio às efemérides, ganha uma carga simbólica mais sintomática.

O progresso, para os autores, é parte de um processo. Não é visto como adquirido de forma simples e sem esforço: “tem sido lento, mas continuado e seguro seu progresso sob o ponto de vista físico, intelectual e moral” (FIGUEIREDO FILHO; PINHEIRO, 2010, p.10). A construção de uma lógica narrativa que demonstre o esforço e as intempéries de uma trajetória

distinta, porém que dialoga com a realidade do país, é uma das ferramentas utilizadas para legitimar ou criar uma ideia de esforço contínuo rumo ao desenvolvimento:

Em seus vinte lustros de vida, ultrapassou nossa cidade ao Aracati e Icó, mas sob certos aspectos continua Sobral em plena vanguarda. No decurso de sua primeira centúria lutou o Crato, venceu algumas vezes, em outras provou o amargo pó da derrota. (FIGUEIREDO FILHO; PINHEIRO, 2010, p.10).

No trecho acima, percebemos uma das raras citações que envolvem outras cidades que não fazem parte da região. A taxaço de regionalista, do ponto de vista pejorativo, também se deve ao pouco diálogo estabelecido, dentro das produções dos pesquisadores, entre as cidades cearenses. O que não elimina a percepção de que o discurso da vanguarda, da excepcionalidade, do regionalismo construtor seja exclusivo do Cariri. Outras regiões do estado também tiveram movimentos semelhantes ou com tônicas parecidas. Vale ressaltar, que o ICC não era homogêneo: as cidades de Crato, Juazeiro e Barbalha – por serem as mais desenvolvidas estruturalmente e de forte poder político –, batalhavam para ocupar o maior espaço possível na produção de memórias sobre a região. Como aponta Cortez (2000), os cratenses tomaram a dianteira desse processo.

Colocando o Crato em diálogo com Aracati e Icó, cidades que no período colonial estiveram no centro das atividades políticas e econômicas do chamado “Siará Grande”, juntamente com Sobral, cidade localizada no norte do Estado, que obteve grande desenvolvimento local no século XX, os autores inserem o Crato dentro de uma narrativa integradora entre as cidades cearenses, bem como afirmam, de forma categórica, a não exclusão dos cratenses em relação às dinâmicas externas à sua região. Colocando-se apenas atrás de Sobral, a narrativa em questão realiza um inventário de elementos que justificam a chegada do progresso na cidade, o que nos possibilita delinear as perspectivas de *urbe* almeçadas pelos intelectuais do período. Uma cidade interiorana que conseguiu suplantar as barreiras impostas pela localização geográfica e tornar-se destaque e referência no Estado e no país. A defesa do interior, em comparação ao litoral é frequente, pois a obra tem essa função, de certa forma. A escrita de um passado que busca legitimar um lugar no presente, bem como um futuro que é construído a partir desse movimento. A escrita tece tempos e se forja neles: “[...] Crato já evoluiu bastante. É a prova viva de que as localidades do interior brasileiro podem assimilar bem o progresso e a civilização do litoral. Passou o período anuviado das lutas políticas e do mandonismo de aldeia” (FIGUEIREDO FILHO; PINHEIRO, 2010, p.51).

Pensar a construção dos argumentos que foram utilizados para a confecção de um discurso oficial, concebido diante de uma efeméride de centenário, é um exercício que vai

para além da compreensão sobre conceitos de civilização ou progresso, mas de projetos de cidade:

Nos anos de 50 do século XIX, prestes a ser cidade ou após sê-lo, organizou o Crato vários serviços necessários à sua vida coletiva. Recordemos alguns que lhe foram, realmente, utilíssimos: a construção do mercado e do cemitério, uma elementar tentativa de abastecimento de água à cidade, a edição de seu primeiro jornal, que indicou, naqueles anos já tão distantes, lhe interessarem à *elite*, muito reduzida, é certo, coisas da inteligência e do espírito. (FIGUEIREDO FILHO; PINHEIRO, 2010, p.11).

A inferioridade e a incapacidade para viver de forma “civilizada” é justificada pelos autores pela falta de instituições educacionais. Já se percebe, de antemão, o papel do conhecimento e da valorização das letras como vetor de crescimento social. O Seminário São José é apontado como “divisor de águas” na edificação de uma política educacional e na remodelação dos costumes e das mentalidades locais. A inserção da Igreja Católica, como provedora da educação dos cidadãos cratenses e de um modelo de vida regrado pelos preceitos religiosos, é apresentada como positiva e necessária para a melhoria do carácter dos cidadãos:

Era inferior o nível intelectual da sociedade cratense naquele alongado ano de 1853. Em nosso município, na sede ou fora dela cantavam o a b c e a taboada sentados em bancos de pau d’arco ou em cadeiras de couro meninos e meninas em poucas escolas públicas e particulares. Só vinte e dois anos depois viria o ensino secundário administrado pelo Seminário de São José, construído em nossa cidade pelo benemérito D. Luiz Antônio dos Santos. (FIGUEIREDO FILHO; PINHEIRO, 2010, p.18).

*Cidade do Crato* procura demonstrar a evolução material e cultural da cidade que leva o nome da obra. Para tal fim, é preciso reconhecer que houve, em um determinado período, “barbárie”. A forma como esse “estágio” é apresentado e aponta para a abordagem teleológica e inevitável que é dada para a trajetória da cidade. Os argumentos trilham a lógica da narrativa, transformando uma constatação ou análise sobre um período em amplas justificativas sobre momentos outros: é necessário situar os tempos remotos, porém explicar o motivo de termos aspectos que, posteriormente, são considerados indesejados e que não podem ser esquecidos, sob pena de dúvida da qualidade do trabalho de pesquisa. Segue abaixo a forma como essa questão é materializada:

Antigamente, eram os sertões quase bárbaros. À orla do Atlântico, em sua grande maioria, floresciam as capitais das Províncias, lugares de civilização e conforto, em contacto mais direto com a Europa de onde nos vinham pelos paquetes livros de ciência e de arte, jornais e revistas, objetos de utilidade e de luxo, costumes e modas,

segundo as quais nos vestíamos e ornávamos nossas casas. (FIGUEIREDO FILHO; PINHEIRO, 2010, p.19).

Uma narrativa que seja comprometida com a verdade e os procedimentos que legitimam o conhecimento e a prática científica não poderia omitir questões centrais como o estado de origem de uma determinada sociedade. Deste modo, o caminho utilizado foi inserir esse momento como um estágio de um processo evolutivo, quer dizer, um momento que estava fadado ao fim, devido à chegada de instituições de ensino que cedo ou tarde se instalariam nas localidades. A bondade dos membros da Igreja e o desejo de expandir a fé cristã são levados em consideração na análise. Ainda nesse tópico, o uso de um escrito realizado pelo médico e botânico George Gardner, é realizado para aprofundar o posicionamento dos autores sobre a questão da barbárie existente no Crato:

Lamentável, inegavelmente, o aspecto moral da sociedade cratense, há dez décadas passadas. Acreditamos, como devemos acreditar, em Gardner, homem veraz e sisudo, era o Crato, aí pelos anos de 1838 e 39, “esconderijo de assassinos e vagabundos de toda a espécie”, em cujas ruas passeavam “criminosos de morte, livremente, à luz do dia”. (FIGUEIREDO FILHO; PINHEIRO, 2010, p.20).

A viagem de Gardner ao sertão cearense rendeu uma impressão não muito positiva. Contudo, o britânico não é refutado em *Cidade do Crato*. É reconhecido o “grau inferior de civilidade” dos moradores, porém com algumas ressalvas. Como mencionado anteriormente, esse período é tomado como um estágio. Logo após identificar no botânico uma caracterização negativa sobre a cidade, os autores logo a inserem dentro de uma lógica que permita estabelecer um espectro positivo daquele “lugar repleto de bandidos e assassinos”:

É desolador o quadro descrito pelo viajante inglês em 1838, mas devemos registrar que daquela data em diante evoluiu o Crato, aperfeiçoando-se moralmente. [...] Modificou, a fundo, o moral da sociedade a imigração de famílias, especialmente do Icó. Enfim, concorreu a criação do Bispado do Ceará para o desaparecimento de muitas irregularidades e abusos de Vigários e fiéis. (FIGUEIREDO FILHO; PINHEIRO, 2010, pp.20-21).

Ao desenvolvimento da cidade é atribuído um conjunto de dois fatores: a vinda de famílias abastadas e, conseqüentemente, detentoras de qualidades positivas e civilizadas, da cidade de Icó, e a criação do Bispado do Ceará, que deu conta da formação do caráter religioso/moral dos clérigos e dos habitantes como um todo. O papel destacado aos membros oficiais do catolicismo está presente, seja na construção do Seminário São José, para formação de clérigos e educação formal, ou na delimitação de uma linha teológica delimitada que sirva de horizonte para as ações cotidianas. Padres bem formados e em sintonia com o

Vaticano poderiam garantir fiéis orientados sob preceitos que levassem à ordem e ao progresso.

Ao futuro, muitas expectativas são colocadas. A certeza de que o período de barbárie e incivilidade passou e o fato de diariamente chegarem diversos sinais do progresso (instituições de educação, companhias de energia, construção de estradas de ferro, melhoria das formas de comunicação com outras localidades etc.), faz com que aos tempos vindouros seja colocada uma carga de positividade e desenvolvimento maior do que já tinha sido presenciado anteriormente:

Progredimos, sem dúvida, na esfera moral, intelectual e física. Maior será nosso adiantamento de hoje em diante, porque à proporção que os dias passarem, mais célebre e enérgico será, também, o impulso que nos arrebatará sempre para frente. Somos uma bela cidade, com bonitos prédios, com lindos jardins, com estabelecimentos de ensino secundário e primário que nos honram e ao Ceará, com vigorosas associações de classe, sede de florescente Bispado que tantos serviços tem prestado ao Cariri e aos sertões que nos circundam. (FIGUEIREDO FILHO; PINHEIRO, 2010, p.28).

O progresso cratense ocorreu nos mais diversos campos: no caráter, na estrutura da cidade e na capacidade de compreensão de mundo. O futuro é tomado como positivo e melhor que o passado, pois as bases estão construídas a partir de preceitos considerados sólidos e de sucesso, pois já foram “testados” e têm “resultados positivos”, como nas grandes metrópoles brasileiras e cidades europeias. A cidade, além de desenvolver-se, tem prestado serviços de extrema relevância para sua região: é com base nessa assertiva que os autores apontam para o pioneirismo e para a liderança de Crato no Cariri cearense.

#### 4.3.2 Publicações nos Anais da ANPUH.

Publicados entre os anos de 1967 e 1971, os Anais do Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História foram de grande valia na compreensão de como a ideia de história e de Cariri fora sendo conformada e estruturada por Figueiredo Filho. Não se deve esquecer que essa documentação se refere a um campo especializado, visto trata-se de uma revista de publicações da associação que reúne os historiadores de ofício e formação, e que possui abrangência nacional. A participação do autor de “História do Cariri” se deu em dois encontros realizados nas cidades de Porto Alegre/RS e Campinas/SP.

Como um grande articulista, Figueiredo Filho foi eleito para o Conselho Consultivo da diretoria nacional, permanecendo no cargo até a proximidade de seu falecimento. Tomando

a discussão realizada no capítulo anterior (vide tópico 2.3), o diálogo e a afirmação do historiador cratense entre os demais pares se deram por sua capacidade de colocar-se a disposição, assim como por seus inúmeros esforços para divulgar sua região. Não se retira, no caso, o mérito de suas obras ou a qualidade existente na execução de seu ofício. Contudo, afirmar cegamente que apenas esses fatores foram preponderantes para seu reconhecimento enquanto referência historiográfica do Estado é ignorar o papel e o peso das relações pessoais na construção de lugares no meio intelectual. O autor de *História do Cariri* foi uma peça relevante na construção de uma cultura historiográfica na região, mas também construiu sua imagem como alguém central a partir de esforços pessoais e estabelecimento de contatos político-institucionais.

Não se esquecendo do que motivava a produção e os projetos desenvolvidos pelos escritores do sul do Estado, o principal, se não o único, assunto encontrado nos três artigos publicados era a região do Cariri Cearense. De diferentes formas, o ensejo do autor fora divulgar, agora presencialmente em outras cidades e Estados, o valor que acreditava que sua terra detinha. A primeira participação no Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História culminou em sua eleição para a diretoria da associação que representava a classe historiadora. Enquanto professor da disciplina de História do Ceará e do Cariri, suas preocupações/reflexões estavam voltadas para a compreensão dos aspectos formadores da região e sua relação com o desenvolvimento estadual e nacional. As comunicações apresentadas nos três encontros em que participou, demonstram o caminho utilizado para pensar e construir um Cariri para quem não o conhecia.

Procurando apresentar sua terra natal sem deixá-la deslocada das “discussões nacionais” que estavam sendo realizadas em Porto Alegre, cidade que sediava o encontro da ANPUH, foi realizada uma comunicação acerca da influência portuguesa no cariri cearense. O posicionamento identificado no texto é de reverência e proximidade com a nação colonizadora. Desde as reflexões realizadas em *História do Cariri*, quando tratou do processo de independência política do Brasil em relação a Portugal (FIGUEIREDO FILHO, 2010b), nota-se uma postura conciliadora com o passado colonial e com as práticas exploratórias aqui realizadas pela Coroa Portuguesa:

A presença de Portugal no Cariri cearense é bem acentuada, ainda nos dias atuais. Essa grande nação, apesar de confinada em estreita faixa de terra da Europa, foi quem realmente forjou este imenso Brasil de hoje, Deu-nos esta unidade inigualável, de língua, religião, costumes, que nos dá lugar de destaque na comunhão de nacionalidades modernas, do momento. De uma amálgama de raças, edificou um povo indivisível, identificado pelo mesmo ideal de progresso e de patriotismo. O

Cariri, região encravada no sul do Ceará, em pleno centro geográfico do Nordeste brasileiro, recebeu também os influxos benéficos de Portugal. Tal influência, graças a Deus, ainda sobrevive e não perecerá. (FIGUEIREDO FILHO, 1967, p.311).

A tônica desse discurso, à primeira vista, pode ser interpretada como um eurocentrismo ou incapacidade de reconhecer as mazelas que forjaram a sociedade brasileira. Contudo, a proposta é realizar uma estrutura discursiva que integre a região caririense às grandes narrativas globais. Pensar e construir uma história nacional, um passado glorioso, que seja digno de ser lembrado e possa servir como amálgama identitário, passa por construir um sentido para a escrita que concentre aspectos positivos e que contribuam para um sentimento de valorização e ufanismo. A ação lusitana é apresentada como civilizadora, e a ela é tributada uma série de elementos que acabaram por enraizar-se e fazer parte do processo de formação da identidade regional. A unidade de língua, religião e costumes deixada pelo colonizador aproxima o país das grandes nações modernas; mesmo com a diversidade existente no país, o patriotismo e o desejo de progresso conseguiram unir o que, aparentemente estava disperso. O que se nota é uma proposta de se pensar a continuidade temporal e espacial<sup>12</sup> que o encontro entre os europeus e o “Novo Mundo” proporcionou: o passado colonial possui aspectos que devem ser lembrados, estabelecendo, assim, uma continuidade e uma ligação com os tempos de outrora. Mesmo com oceanos de distância, a relação com a “pátria-fundadora” ainda é forte, pois fora estabelecida a partir de elementos culturais.

Existe uma relação direta entre o desenvolvimento nacional e a chegada dos portugueses, para Figueiredo Filho. A civilização, composta de costumes, práticas e perspectivas de organização social, foi sendo erigida a partir do contato entre os dois povos. A consciência e o modo de pensar “civilizado” foram atribuídos à ação portuguesa: “Graças à colonização lusa, o Brasil não tem discriminação racial, mostrando assim grau de civilização superior a muitas nações de progresso material estonteante, mas primitivismo bárbaro na complicada questão de raças, tão insegura para o futuro” (FIGUEIREDO FILHO, 1967, p.366). A produção historiográfica do período já havia passado por um revisionismo acerca do processo de formação da sociedade brasileira. Caio Prado Jr., Gilberto Freyre e Sérgio

---

<sup>12</sup> O passado evocado não é apenas o referente ao contato inicial entre a “nação moderna” e o “novo mundo”. É realizado um recuo na própria formação do povo português, objetivando criar um mito de origem que sustente o legado positivo e o intrínseco diálogo entre portugueses e caririenses: “Portugal foi sempre heróico, desde o seu berço. Nasceu acalentado por essa figura ciclópica - Viriato, que soube deter, enquanto vivo, tôda a onipotência de Roma. Venceu orgulhosos generais romanos, estrategistas experimentados, sendo abatido por Pompeu, rival de César, unicamente pelo punhal de traidores. A maior epopéia lusa, já como nacionalidade formada, foi a descoberta de novas terras e novos oceanos, a dilatar ‘Fé e o Império’. O Brasil nascera daqueles gloriosos feitos de desvendar o segrêdo multi-secular dos mares igmotos pela tenacidade e inteligência dos lusitanos” (FIGUEIREDO FILHO, 1967, pp.311-312).

Buarque de Holanda lançaram novas bases interpretativas para se pensar o país<sup>13</sup>. Pode-se afirmar que existiu um diálogo entre Gilberto Freyre e o historiador cratense, seja pela defesa de um novo modelo regionalista, como já apontado anteriormente, ou pela forma como a matriz lusa foi assimilada no processo de construção do Brasil. Afirma Figueiredo Filho:

Além de devotado admirador de Gilberto Freyre e de meu grande amigo Luís da Câmara Cascudo, já tive a feliz oportunidade de conversar pessoalmente com os dois proeminentes intelectuais brasileiros, de renome internacional. Ambos são unânimes em proclamar que Portugal, no além-mar, primou em construir novas nacionalidades, com personalidade própria. (FIGUEIREDO FILHO, 1967, p.316).

Não partidário de uma análise mais crítica sobre o modelo colonizador português, como Sérgio Buarque e Caio Prado Jr., Figueiredo Filho realizou um diálogo mais próximo ao que Gilberto Freyre apresentou nas suas reflexões sobre a relação entre o povo luso e os que aqui residiam. Mesmo atentando para algumas contradições existentes em processos como esse, sua postura foi de defender o legado de um modelo de sociedade “moderna”:

A colonização lusa pode apresentar defeitos, tão peculiares à humanidade, em geral, mas foi assaz benéfica, criando nova e pujante nacionalidade no lado de cá do Atlântico. Muíttimas vêzes o aborígine era melhor tratado pelo reinól legítimo do que pelo seu descendente mestiço e já nacionalizado. (FIGUEIREDO FILHO, 1967, p.325).

A presença de Portugal que nos trouxe a verdadeira e perdurável civilização é inapagável, nestes rincões nordestinos. A levada, a bica, as romarias ruidosas, as retumbantes festas de Igreja, com novenário, a Semana Santa, com a Procissão de Passos, vieram-nos de lá, do outro lado do Atlântico. Mesmo com a aculturação acentuada do ameríndio, ou do africano, a marca lusitana aflora, pujante de seiva, de quando em quando. (FIGUEIREDO FILHO, 1967, p.314).

Fora estabelecida uma narrativa pautada na legitimação de um passado nacional. O Cariri cearense e Portugal foram postos como pertencentes a um tempo e a um espaço contínuo e correlato. A herança portuguesa que ainda resiste na língua, nos costumes, na religião, na forma de organizar-se socialmente são provas, para o autor, dos inúmeros benefícios que foram deixadas pelo contato com o povo colonizador. A divulgação do Cariri como uma região detentora de um passado glorioso e de um povo civilizado passa pelo enquadramento de suas origens dentro de uma lógica que constituiu as nações que despontavam, no século XVI, como modernas e vanguardistas:

---

<sup>13</sup> A referência aos três intelectuais é pautada na elaboração de suas obras, que se tornaram marco no pensamento social brasileiro: FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global Editora, 1933; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Editora José Olympio, 1936; JÚNIOR, Caio Prado. **Evolução política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1933.

Portugal não desapareceu e nem desaparecerá do cenário cariense. Sua presença é imorredoura. E avultará com o progresso que nos bate à porta. Vive na tradição. Em cada um de nós há uma saudade inestinguível da mãe-pátria no subconsciente. De vez em quando, aflora, com a leitura, com a música ou com a história. Há uma nostalgia em todos nós. Temos vontade de ver suas praias, seus tesouros históricos, suas aldeias, vinhedos, cidade, montes e quintais pitorescos. (FIGUEIREDO FILHO, 1967, p.338).

O excerto acima destacado apresenta uma tentativa de criar um cenário de identificação entre os dois povos: Brasil e Portugal. O lugar de fala do texto, ou seja, a região sul do Ceará, estabelece-se como ponte para pensar o país no cenário mundial. O progresso oriundo de uma “nação desenvolvida”, aliado à tradição que sustenta e molda uma identidade nacional/regional, apontam para uma relação entre passado, presente e futuro que legitima a estrutura social estabelecida pelos colonizadores e justifica um lugar de destaque do Cariri na história nacional.

Acerca da comunicação realizada na cidade de Campinas, destaca-se novamente o uso de elementos que transbordam as barreiras estaduais e possam ser consideradas nacionais ao construir narrativas sobre o Cariri. O rio São Francisco é o centro das questões levantadas em “Influência civilizadora do São Francisco no Cariri Cearense”. O uso de um elemento do meio natural – um rio – pode ser percebido como um alargamento das possibilidades vislumbradas para a consecução do intento. Pensar uma conexão entre a parte e o todo, dentro de uma tradição historiográfica que valoriza determinadas localidades, exige a elaboração de abordagens que consigam chamar a atenção daqueles que estão nos lugares de fala que instituem as concepções que moldam um determinado modelo de historiografia tomado como “oficial”. Segundo Figueiredo Filho:

O São Francisco foi o rio da civilização e da unidade nacional. Antes conduziu indígenas para o Cariri, depois povoadores da Bahia e de Sergipe, mais tarde, o gado zebú e o holandês. Últimamente tivemos outra valiosa dádiva - a energia brotada da Cachoeira de Paulo Afonso. Sua missão é eminentemente redentora, não só para a minha zona, como para importante trecho deste nosso Brasil. (FIGUEIREDO FILHO, 1969, p.447).

As questões da civilização e da unidade nacional são utilizadas como elo entre o São Francisco e a região sul do Ceará. Diversos grupos sociais foram beneficiados pelo rio (baianos, sergipanos, holandeses etc.), o que reforça sua centralidade na construção da nação brasileira, realizando-se, assim, a significação de um espaço de encontro que possibilita o desenvolvimento nacional. Passado, presente e futuro são inseridos dentro de uma narrativa que vai das mais simples utilizações dos recursos naturais até a projeção de novos empreendimentos tecnológicos, como a Cachoeira de Paulo Afonso, e os *horizontes de*

*expectativas* (KOSELLECK, 2006) que os novos usos e significações que serão feitos da natureza trarão consigo.

A utilização da natureza na historiografia caririense possui uma função específica: situar os primeiros momentos, as origens das localidades. A narrativa sobre o processo colonizador e suas especificidades toma esse elemento como fundamental na construção de uma inteligibilidade de um período onde a relação entre grupos só se deu, ou teve diálogo direto, com o meio físico/natural:

Foram aqueles silvícolas que os colonizadores, também vindos das bandas do São Francisco, encontraram como donos dessas terras dadas, parecendo mais outra Canaã dos tempos bíblicos. Verdadeira ilha de vegetação exuberante, perenemente verde, no meio da caatinga bravia. Aliás, era velho costume do indígena cariri, das oito grandes nações classificadas por Capistrano de Abreu, apossar-se dos trechos mais férteis do Nordeste. (FIGUEIREDO FILHO, 1969, p.440).

O rio São Francisco, para o autor, é apresentado como o caminho percorrido em todos os momentos da formação espacial da região: desde a instalação dos primeiros povos até o processo colonizador português. Ambos utilizaram esse caminho para chegar às localidades até então pouco exploradas. A singularidade da natureza local já é apresentada como fator de escolha para a instalação dos grupos, o que é conferido aos índios Cariris como uma qualidade: identificar e apossar-se de terras férteis. Os aspectos positivos, nesse caso, não se encontram apenas no meio natural, mas no sujeito que se relaciona com ele.

No que tange ao processo de contato entre o índio Cariri ali instalado e o colonizador português, o que se apresenta é uma leitura mais branda acerca dessa relação, onde o agente da Coroa é dotado de características que possibilitaram um diálogo e eximiram os enfrentamentos que o norte do país presenciou durante o período colonial. Trazendo consigo a civilização e o modelo de vida do “homem branco”, o português, supostamente detentor de uma bondade, em especial os membros da Igreja Católica<sup>14</sup>, proporcionou outra forma de relação com os índios cariris, se comparado com as que já vinham se estabelecendo nas demais partes do país:

Não houve choques profundos, imediatos, com a chegada do conquistador, portador da civilização do Branco. É que veio a interferência bemfazeja do capuchinho,

---

<sup>14</sup> Católico declarado, Figueiredo Filho possuía uma proximidade visível com a religião cristã e a Igreja. Em seus escritos, as críticas às práticas realizadas pela instituição que rege o catolicismo são escassas, se não, inexistentes. Corroborando com a tradicional perspectiva historiográfica que atribuía aos portugueses e ao projeto colonizador a tentativa de trazer aos trópicos um modelo de nação civilizada, o que se nota é a ausência de críticas ou o estabelecimento de elogios às ações empreendidas pelos padres nesse período. Cf. FIGUEIREDO FILHO, 1996.

notadamente do fundador da Missão do Miranda, que deu origem a Crato, Frei Carlos Maria de Ferrara. Conseguiu terras cultiváveis e fixou o indígena. O cariri não tomou parte na chamada guerra dos bárbaros, espécie de confederação bélica dos índios cariris, que impedia o esforço colonizador lusitano, no interior cearense e adjacências. (FIGUEIREDO FILHO, 1969, p.440).

O fundador da Missão do Miranda, aldeamento que deu origem ao que tornou-se, posteriormente, a cidade do Crato, Frei Carlos, representa a cristalização de um processo que foi repleto de embates e contradições. A ação de estabelecer um conjunto de práticas regulares de produção com a terra, bem como a mudança na lógica social do índio (do nomadismo para o sedentarismo, forçado pelo aldeamento), são apontados como elementos que proporcionaram o desenvolvimento da povoação e impediram os cariris de participarem de levantes ou movimentos que geravam mortes e desordem, como a Guerra dos Bárbaros.<sup>15</sup>

O último artigo encontrado intitula-se “O Ceará antecipa-se à abolição no país. A sêca ainda faz escravos no Nordeste”. De antemão, dois aspectos são destacados: a relação estabelecida entre presente e passado, no trato com a questão da escravidão no Brasil, e o discurso do pioneirismo cearense no movimento abolicionista, posição forjada no Instituto do Ceará e corroborada pela intelectualidade do ICC. A proposta dessa reflexão foi legitimar um lugar para o Cariri no movimento que representou o avanço das ideias sociais no país rumo ao progresso e a um modelo de sociedade civilizada. Segundo o discurso empreendido pelo Instituto do Ceará, antes mesmo do movimento abolicionista nacional conseguir seus objetivos, a província cearense já apontava para o que seria o grande feito realizado em 1888:

[...] o instinto cearense, em geral, foi sempre abolicionista. Já em 1850, o representante do Ceará, Pedro Pereira da Silva Guimarães, na Câmara Geral, apresentava decreto a fim de facilitar a abolição total, a curto prazo. Propunha a lei do ventre livre, a libertação dos sexagenários e a proibição da venda, em separado, de cativos casados. (FIGUEIREDO FILHO, 1971, p.821).

O caráter vanguardista apresentado aqui é reiterado e particularizado nas narrativas do ICC. A produção historiográfica de Figueiredo Filho é permeada por essa lógica: deseja-se, com a história, apontar para o papel relevante que o sul do Ceará teve nas grandes mudanças estruturais que o país passou, dando destaque para as especificidades existente nos processos locais. A mudança do regime de trabalho no país passa por uma discussão ética: uma sociedade que deseje intitular-se desenvolvida não pode ter como principal regime de produção o escravismo. As “luzes” do conhecimento e da ciência já apontavam para a

---

<sup>15</sup> Ocorrida entre os anos de 1650 e 1720, a Guerra dos Bárbaros foi um conjunto de conflitos entre nativos e colonizadores durante o processo de instalação do modelo exploratório imposto pela Coroa Portuguesa no sertão brasileiro. Para mais informações sobre a “Guerra dos Bárbaros”, ver PUNTONI, 2002.

inserção do trabalho livre e assalariado como forma de construção de uma nação justa e com oportunidades. Um caso em específico é apresentado, no intuito de reforçar o discurso já edificado pelos membros associados do Instituto do Ceará:

Antes de 25 de março de 1884, municípios, particulares e entidades associativas, emanciparam seus cativos. Senhoras vendiam suas próprias alianças para tão alta finalidade. A comuna pioneira foi Acarape, que recebeu o novo topônimo de Redenção, em homenagem ao grande feito. O abolicionista José do Patrocínio e o herói cearense na guerra do Paraguai, intelectual, General Tibúrcio, assinaram o grande ato, que teve a participação e regozijo de toda a população da vila, além dos principais anti-escravagistas, de Fortaleza. (FIGUEIREDO FILHO, 1971, p.825).

A data considerada marco para o movimento abolicionista cearense é o 25 de março de 1884, momento em que é assinado o decreto que liberta os escravos existentes na província. Mesmo antes, segundo o trecho acima, já existia intensa movimentação em torno do processo de libertação dos escravos. O desejo do grupo local era construir uma imagem para a posteridade que passasse a impressão de que toda a sociedade cearense estava unida pelo fim do trabalho escravo, desde as senhoras da alta sociedade, que vendiam os seus pertences para a compra de alforrias, até os barqueiros que realizavam o traslado dos escravos, que realizaram greves e paralisação de suas atividades. No caso desse segundo grupo, as iniciativas foram lideradas por Francisco José do Nascimento, que, após ser protagonista na greve dos barqueiros, ficou conhecido como “Dragão do Mar”, e tornou-se símbolo do Estado.<sup>16</sup> A construção de uma narrativa que firmasse um imaginário específico sobre o processo abolicionista na província cearense, que era pautado na ampla participação de diversos setores da sociedade, foi corroborado por Figueiredo Filho, destacando o papel dos jangadeiros nesse momento tido como histórico na formação da identidade e da memória local: “Foi o grito de simples jangadeiros, até com prejuízo em seus ganhos, comandados por Nascimento, filho do povo, a demonstração mais viva e mais heróica do abolicionismo, em terras cearenses” (FIGUEIREDO FILHO, 1971, p.822).

O Cariri representou, de forma a construir uma homogeneidade de cenários entre a capital e as demais cidades, a vanguarda na luta pelo trabalho livre e contra a lógica escravista. O exemplo dado é de José Martiniano de Alencar, que possuía direta conexão com os momentos instituídos como gloriosos para a história regional: a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador. Deste modo, cria-se uma linha de inteligibilidade e continuidade entre as diversas temporalidades que possui o sul do Estado, o que legitima a região dentro

---

<sup>16</sup> Para mais informações sobre o “Dragão do Mar”, ver o trabalho da historiadora Patrícia Pereira Xavier, oriundo de sua dissertação de mestrado, posteriormente publicado pelo Museu do Ceará: XAVIER, Patrícia Pereira. **Dragão do Mar**: a construção do herói Jangadeiro. 1. ed. Fortaleza: Museu do Ceará - Secult, 2011.

das grandes narrativas. Pois existem fartas e numerosas provas de que, nos maiores e decisivos eventos que deram novas configurações para a nação brasileira, o Cariri esteve presente e atuando de forma destacada:

No Ceará houve trabalho livre, bem difundido, antes de 1884. José Martiniano de Alencar, herói da revolução de 1817, proclamando em Crato a independência e a república, a 3 de maio daquele mesmo ano, sofrendo com a família e amigos, longa prisão em Fortaleza e na Bahia, ocupou, entre 1834 e 1837, a Presidência do Ceará. Tentou êle a introdução de colonos estrangeiros na província, então em grande interregno do fenômeno das sêcas. Nos homens aliciados para a defesa da efêmera república pernambucana de 17, a defendê-la em minha cidade, não havia um único escravo, entre os moradores da opulenta família Alencar. (FIGUEIREDO FILHO, 1971, p.826).

Pensando na possibilidade de estabelecer conexões entre os movimentos revolucionários da primeira metade do século XIX, constituídos como símbolo dos ideais mais avançados e que projetaram a nação brasileira para “os trilhos da modernidade”, e a grande mudança estrutural que o final do século vai trazer, isto é, a mudança no regime de trabalho e nas relações de produção que estavam até então sendo estabelecidas, Figueiredo Filho instituiu, para José Martiniano de Alencar e para a espacialidade que ele defende, um lugar na história e na memória nacional. Realizando esse debate em uma esfera pública, de âmbito nacional, e que reúne profissionais que, naquele período, representavam a legitimação institucional do “fazer história no Brasil”, o objetivo do historiador cratense foi de legitimar uma visão historiográfica sobre um determinado assunto, bem como de consolidar uma imagem que já vinha sendo trabalhada anteriormente, não só pela historiografia, mas por outras formas de relacionar-se e instituir sentidos para o tempo pretérito.

A escravidão, no entanto, segue sendo praticada, mesmo que em outras circunstâncias. Nesse caso, a escrita da história possui também um caráter de denúncia. Pensando o estudo das ações humanas no tempo, o autor atribuiu ao seu ofício um caráter de intervenção na realidade em que ele estava inserido, o que o distancia de algumas perspectivas pautadas no século XIX, que orientavam a imparcialidade e o distanciamento temporal entre o historiador e sua prática (objeto de pesquisa, em especial):

Os senhores de engenho, com exceções, mantiveram por muito tempo, outro gênero de escravidão, fora da lei, assenhoreando-se de toda a vida do morador, dando-lhes o mínimo de direitos. Na zona da mata pernambucana e nos brejos da Paraíba, conforme denúncias de intelectuais do porte de Gilberto Freyre, ou de José Américo de Almeida, sucedia o mesmo, com a agravante de não darem os senhores, nem uma nesga de terra para outras culturas, fora cana-de-açúcar. (FIGUEIREDO FILHO, 1971, p.827).

O caso do cearense, em específico, é tratado de forma mais detalhada. A seca é apontada como a nova “produtora de escravos” na província. As circunstâncias de penúria que a população interiorana estava submetida corroboravam para um fenômeno característico no país durante o século XX: as ondas migratórias. Divididas em dois momentos: um momento em que a região Norte do país é o foco, e em outro momento a região Sudeste é o local onde mais se recebem nordestinos. Mesmo com todos os supostos benefícios que a Lei Áurea tenha trazido, o país ainda se encontrava com pessoas tendo que submeter sua vida às condições de trabalho e existência que a impediam de exercer suas subjetividades e, por consequência, continuavam a ser comparadas aos africanos que aqui foram escravizados durante o período colonial:

Infelizmente, a sêca periódica no Ceará, como aliás em todo o Nordeste, tem sido a causa de muitas condições nefastas para fazer de suas vítimas novos escravos, até nos tempos atuais. Nos seringais da Amazônia, até há bem pouco, isolados do mundo, os pobres homens, fugidos da calamidade climática nordestina, em condições adversas, ilhavam-se a tirar borracha, dependendo exclusivamente do patrão. Êste, cercado de capangas armados, tinha o direito de vida e de morte sobre aqueles infelizes, isso quando os ingleses não haviam eliminado pela concorrência aquele produto extrativo brasileiro. Após a queda da borracha, foi a debandada geral daqueles confins, sem dinheiro, parte daquela gente retornando ao Ceará e a outra ali permanecendo sob mil agruras, como verdadeiros párias, em pleno século XX. (FIGUEIREDO FILHO, 1971, p.828).

O contexto do trabalho nos seringais, originário de uma crescente procura pela borracha no período em que o país iniciava mais um surto de industrialização, fez com que a mão de obra nordestina, que se apresentava em grande número, fugida das grandes secas que assolavam a região, fosse subvalorizada e tratada de forma precária. A denúncia parte do presente, tomando o passado como referência. Apesar de, legalmente, o país não aceitar que pessoas trabalhem sem receber remuneração, ainda se identificavam casos em que há o pagamento do honorário, mas as condições de trabalho nada mudaram, ou muito pouco, se comparado ao século XIX.

Um dos aspectos que conclui o pensamento do autor em relação à essa temática, diz respeito ao diálogo que é estabelecido entre o passado e o presente. A escrita dos intelectuais carienses não é isolada temporalmente. O passado é instrumentalizado no presente, visando perspectivas futuras. A construção de uma imagem positiva e destacada de sua terra passa pelos usos públicos do passado. Contudo, não é um trabalho que terá resultados a curto prazo. As expectativas e os desejos de melhoria são situados nos tempos que virão, o que fica visível nas palavras do autor, ao analisar a situação do cearense na atualidade:

Não há maior contraste e nem fato entristecedor, do que escravizar-se a mesma gente que se tornou a pioneira da emancipação do elemento cativo em todo o Brasil. [...] Mas acredito em Deus que tudo tende a transformar-se. As vias de comunicação aceleram-se e estão a ligar o Brasil de norte a sul, leste a oeste. Os novos planos do govêrno são animadores em todos os setores da vida nacional. Já se pode respirar o otimismo. O trabalhador, em breve, terá promissoras condições de vida. O trabalhador livre, bem compensador, prevalecerá no país, destruindo por completo, todo resquício de escravidão, desta opulenta nação brasileira. (FIGUEIREDO FILHO, 1971, p.829).

Segundo o autor, o país não pode dar ao povo que primeiro libertou os brasileiros da condição de escravizados a mesma condição. É contraditório e sinônimo de tristeza ver quem mais batalhou pela igualdade entre os povos ser vítima de exploração e desmandos. A figura divina é evocada junto à perspectiva de que o futuro traz consigo melhorias. Afirmar que “os novos planos do govêrno são animadores em todos os setores da vida nacional. Já se pode respirar o otimismo. O trabalhador, em breve, terá promissas condições de vida” (FIGUEIREDO FILHO, 1971, p.829), não quer dizer que o regime civil-militar, instalado através de um golpe de Estado em 1964, seja um modelo de gerência da nação apoiado pelo historiador em questão. Apenas, seguindo a perspectiva de história e de tempo na análise historiográfica adotada, o futuro é considerado detentor do progresso e da civilidade.

O Cariri é mostrado e construído nas páginas e nos espaços públicos que a ANPUH possui. Uma interlocução direta entre o regional e o nacional, a parte e o todo, sendo construídos numa relação mútua que procurou justificar a relevância de uma determinada região para a nação. “O Cariri fez história na história do Brasil” (VIANA, 2011). É desta maneira que as publicações aqui analisadas procuram ser compreendidas. O entrelaçamento entre o tempo do Cariri e o tempo nacional é realizado na tessitura de narrativas que procuram dar inteligibilidade a uma relação que, para Figueiredo Filho, gerou frutos positivos: uma sociedade desenvolvida, civilizada, com costumes tradicionais e oriundos das sociedades mais afamadas mundo afora, um sentimento pátrio que foi endossado pelos movimentos liberais do século XIX, e um sentimento humanitário que não permite que outros seres humanos sejam transformados em mercadorias ou estejam submetidos às condições de trabalho precárias. O Brasil e o Cariri cearense são um todo, mas procurou-se, com a atuação cratense na associação nacional, alertar aos demais historiadores a necessidade de dar maior espaço para os acontecimentos e sujeitos que não estão recebendo “a devida atenção”. Pode-se afirmar, então, que o esforço realizado nas pesquisas e na sua divulgação contribui no processo de legitimação e conquista de espaço da historiografia caririense nos espaços de produção e divulgação da historiografia nacional.

## **“TUDO ISSO PARA A GRANDEZA DO CRATO E DO CARIRI”: O SUL DO CEARÁ SOB OS OLHARES DE CLIO**

Todo texto histórico é, em última instância, uma narrativa instauradora de um sentido. Ela dota um passado e um presente de algo que não está dado a priori. (AVILA, 2006, p.11).

O texto histórico possui uma forma narrativa. Michel de Certeau e Hayden White, cada um à sua maneira, apontam para a necessidade de pensar a construção textual no processo *operatório*.<sup>1</sup> Destaca-se, neste caso, o ponto de convergência entre os dois historiadores: a capacidade de sistematizar o processo de reflexão, pesquisa e crítica acerca da forma de tornar esse processo público, por meio da narrativa, através de uma prática que institui sentido ao objeto em questão, ou seja, o passado. Reflexões em torno de forma e conteúdo das escritas sobre o(s) tempo(s) entram no bojo do olhar sobre os constructos sociais realizados pelos historiadores. Elementos de caracterização e legitimação do estatuto do texto histórico são postos em evidência quando se deseja empreender um debate acerca dessa temática. Nesta dissertação, a posição que se toma é que “tanto o ficcional quanto o mítico não apenas se incorporam à história, e fazem parte dos regimes de verdade de uma sociedade, como são passíveis de serem reconstruídos, ordenados e expostos em um texto marcado” (FÉLIX; ELMIR, 1998, p.13). O regime de escrita para o passado do Cariri, aqui identificado, é tomado como mitificado, em duplo sentido: evidenciou-se, a partir da leitura das fontes, a fabricação de heróis e marcos para o passado local, bem como o projeto de tornar essa escrita carregada de um sentido canônico. A história e o objeto são mitificados. Criador e criatura de uma operação intelectual que tece tramas sobre temporalidades. Perceber o jogo de poderes envolto nos meandros e artimanhas da escrita é fundamental para a compreensão da historicidade de uma região. Mito e ficção também possuem sua temporalidade específica, pois são processos historicamente construídos por grupos sociais ou indivíduos que possuem intenções e estão inseridos em um contexto. Como toda ação humana no tempo, o exercício a ser realizado neste capítulo é o mesmo dos demais: perceber, na leitura das fontes, a formação

---

<sup>1</sup> O primeiro apresenta uma proposta que visa pensar, a partir do conceito de “operação historiográfica”, a escrita como uma ação constitutiva do ofício dos historiadores. Para Certeau (2011), o historiador se faz na própria ação reflexiva sobre o passado. O texto, nesse caso, ganha centralidade, tendo em vista a perspectiva adotada, que visa empreender um esforço reflexivo sobre as etapas de concepção, construção e apresentação da pesquisa histórica. O historiador norte-americano procurou estabelecer críticas mais contundentes acerca das formas de exposição existentes dentro do conhecimento histórico. Alertando para a necessidade de se tomar a narrativa como objeto de estudo e da prática historiadora, Hayden White (1992) faz aproximações entre a História e a Literatura, proporcionando novos olhares epistemológicos acerca do fazer e publicizar historiográfico.

de uma imagem para o passado e para a região sul do Ceará. O mito, no caso em estudo, está sendo construído a partir de égides que se proclamam cientificistas, quer dizer, o culto ao documento, a busca pela verdade e a necessidade de estabelecer as origens, que convivem, nem sempre harmoniosamente, com a prática de cristalização de um determinado tipo de imagem para um lugar. Neste capítulo, procurou-se identificar os sujeitos que foram destacados como heróis, também os fatos que ganharam maior notoriedade nos escritos historiográficos de Figueiredo Filho. Compreender que contornos o sul do Ceará vai tomar, a partir de *História do Cariri*, passa por identificar quais são os marcos e personagens que caracterizarão essa região.

O herói serve a uma causa. Sua formulação é um constructo social historicamente situado. A historiografia e a literatura constroem essas personagens, cada uma com suas ferramentas específicas. Em grande medida, a ficção está presente nesses momentos. Tomando como base as informações já apreendidas acerca do contexto de produção da historiografia do/sobre o Cariri cearense, os sujeitos envolvidos nesse processo, as intenções e os projetos por detrás da formação de uma produção historiográfica voltada para esse espaço, bem como as especificidades desse processo, algumas inferências já podem ser apontadas acerca das “mitificações” que foram produzidas pela intelectualidade do ICC e, em especial, por Figueiredo Filho. Como afirma o sociólogo Odaci Luiz Coradini (1998, p.210):

[...] os processos de lutas e os valores de classificações sociais “mitificantes e/ou heroizantes” têm como princípios algo que vai muito além das “figuras”, “vultos” ou “gigantes”, que se constituem nos casos mais visíveis e, portanto, à primeira vista, mais evidentes.

As relações que implicam a gênese de figuras destacadas devem ser postas em evidência durante análises desta ordem. Quando se apresenta uma pessoa como imagem ou reflexo de um período, um momento, um grupo social ou uma ideia, uma série de elementos está sustentando a imagética unitária apresentada. Ao historiador, cabe descortinar esse processo. Um dos aspectos que Coradini (1998, pp.210-211) alerta, aos pesquisarmos essas “figuras históricas”, é que “o que está em pauta, tanto na geração como nas lutas pela ‘desmistificação’ dos heróis, são os princípios de aferição da excelência humana e, portanto, de hierarquização social”. As sacralizações de homens, mulheres ou grupos sociais carrega consigo a estruturação da sociedade que fora destacada, e a tipificação de um modelo a ser seguido. O profano e o sagrado são faces opostas de uma visão de mundo que quer ser construído, já que o herói pertence ao mundo do sagrado e o líder, ou personagem com destaque, está ligado ao mundo do profano. Uma história sagrada. Um Cariri mitificado. Uma

historiografia cristalizadora. Revolução Pernambucana, Confederação do Equador, família Alencar, Pereira Filgueiras e Padre Ibiapina fazem parte do “lugar ideal”. O Cariri cearense, um espaço sagrado pela História.

Fernando Seffner (1998) realiza um exercício de pensar o herói e o mito em sala de aula. Segundo suas análises, quatro tipos de definições podem ser encontradas no *Dicionário Aurélio* para a palavra “herói”: homem extraordinário por seus feitos guerreiros; pessoa que se torna o centro das atenções por algum motivo; protagonista de uma obra literária; semideus. As duas últimas trazem o aspecto ficcional e mitológico para o centro do debate. Construir heróis é apresentar narrativas que cristalizem perspectivas por meio de elementos que, em diversos aspectos, não são estritamente do campo da realidade *in loco*. As fronteiras entre história e literatura, para o autor, não são tão nítidas como comumente se apresenta:

A história trabalha com a convenção de veracidade; enquanto a literatura trabalha com a convecção de ficcionalidade. Essa diferenciação de propósitos e metodologia não implica dizer que o historiador diz “verdades absolutas”, enquanto o escritor só trata de ficção. Voltamos a insistir que os caminhos nessa fronteira são mais sutis. Uma boa ficção pode nos dizer mais da história do que muitas “verdades oficiais” dos historiadores. (SEFFNER, 1998, p.197).

De antemão, Temístocles Cezar contribui de forma efetiva para melhor refletirmos acerca das relações entre mito, escrita e história. Para ele, o discurso histórico, particularmente a partir do século XIX, articulou-se a partir de uma narrativa antagonica: o real, científico e verdadeiro como sendo pertencente aos historiadores, e o falso, o ideológico e o mentiroso como sendo inato aos construtores de mito. A divisão proposta pode ser situada no momento em que se construía um projeto de disciplinarização do conhecimento histórico, o que exigia o afastamento de outros campos do conhecimento com que os “seguidores de Clio” dialogavam: a literatura pode ser exemplificada com destaque por sua relação mais próxima com a lógica ficcional/subjetiva. Cezar (1998, p.164) afirma que “esta ‘isenção’ da história, do historiador, da escrita, foi vivida como um mito, muito parecido com aquele que se queria negar”.

A proposta a ser executada neste capítulo baseia-se na ideia acima apresentada: pensando a escrita da história como materialização de uma perspectiva adotada pelos historiadores, o que se procura é compreender os mitos em torno da objetividade dessa escrita e dos seus objetos de estudo. Como os escritos de Figueiredo Filho sobre o passado cariense construíram uma imagem mitificada desse local? Que elementos são apresentados para alcançar esse objetivo? Como, além da escrita, heróis e mitos foram forjados pela *operação*

*historiográfica* do referido autor? São algumas das indagações que nortearam o processo de construção do último capítulo desta dissertação; as escolhas realizadas nesse momento convergem para uma preocupação com as práticas.

O ofício do historiador não está deslocado do período em que ele está inserido, o que nos traz a dimensão do tempo presente, o tempo da pesquisa, da reflexão, das escolhas metodológicas, do trato com as fontes, da confecção do texto, das formas de sua publicidade, como um elemento intrinsecamente ligado aos tópicos abordados pelos “profissionais do tempo”: passado e presente entram em um jogo de tessitura narrativa que conformam a inteligibilidade da história, isso sem entrar nos pormenores do lugar do futuro, dos anseios, das expectativas que pautam os posicionamentos e as atitudes.

As percepções sobre o tempo da escrita e o tempo do escrito não são naturais, como já se destacou: são percepções, pontos de vista, opiniões embasadas metodologicamente ou não. São formas de ver e relacionar-se com as categorias de existência e orientação no mundo que não estão dadas, mas são construídas continuamente a cada leitura, novas problematizações, achado de novas fontes, discordância de abordagens. Toma-se, portanto, a historiografia como construtora de sentidos sobre os tempos: o que se escreve e sobre o qual se escreve. A realidade é constantemente transformada pela narrativa dos historiadores. Diante disso, resta-nos compreender: Que escrita é essa? Como ela é conformada? De que forma se apresenta? Quais seus interesses?

### 5.1. MARCOS DA HISTÓRIA DO CARIRI: A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA (1817) E A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR (1824).

Aquêles oito dias de vitória e conseqüente preparo para o martírio dos promotores da revolta, foram decisivos para o futuro de Crato. Tornaram-no o condutor natural de todos os movimentos em prol da emancipação política do Ceará, com repercussão no Piauí e no Maranhão, como também da monfedeiração do Equador, já inteiramente de caráter republicano. (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, pp.61-62).

Ocorrida no ano de 1817, a Revolução Pernambucana representou um dos grandes movimentos de contestação ao poderio português na colônia americana. Tendo como foco inicial na província de Pernambuco, o levante recebeu adesões de outras localidades, como, por exemplo, a região sul do Ceará, por meio da família Alencar. A insatisfação dos colonos com a chegada da Corte Portuguesa, que ocasionou a elevação da cobrança de tributos para a manutenção do luxo real, o crescimento do número de portugueses nos cargos públicos, a crise econômica que atingia a região e a situação de fome e miséria, são alguns dos pontos

levantados como ocasionadores do conflito. Tradicionalmente caracterizado como separatista, o levante pernambucano possui outra interpretação pela historiografia do Cariri, a partir de Figueiredo Filho (2010a, pp.65-66):

Um dos ataques prediletos, assestados contra a revolução de 1817, é que tinha ela caráter separatista e o Brasil seria mutilado, em parte importante de seu território, caso fôsse vencedora. É grande inverdade. A própria carta de Frei Amador de Santa Teresa prova-o bem e o preparo do movimento, feito com antecedência, estendia-se a várias províncias e nunca deixaram seus documentos, mais em evidência, de falar em nome do Brasil em peso.

Para o historiador cratense, existia uma injustiça que fora cometida também por diversos historiadores ao caracterizarem 1817 como um movimento separatista. A imagem que vai ser apresentada, a partir de *História do Cariri*, é de um posicionamento de defesa dos direitos do país, frente aos abusos realizados pela Coroa Portuguesa. A historiografia de Figueiredo Filho, de modo geral, procura construir uma lógica de integração entre as partes da nação; o destaque dado ao Cariri é uma ferramenta de legitimação e conquista de espaço. A delimitação do espaço regional/local, para eles, é realizada para melhor “esclarecimento” por parte do resto do país acerca “das grandezas dos locais que são regularmente esquecidos”. A própria integração entre Recife e Ceará é utilizada amplamente para justificar o movimento, na tentativa de descaracterizar o discurso que é apregoado em torno de 1817 e 1824: o separatismo vindo do norte do país, desestabilizando o governo central. O sentimento de liberdade e a valorização da nação serão apontados como os motivadores dos grupos que contestavam contra a lógica vigente; a valorização desses momentos e sujeitos foi constituída a partir de um objetivo: criar uma memória sobre esses movimentos contestatórios enquanto legítimos, pois se buscava a inserção de um povo que historicamente estava sendo excluído e impedido de contribuir com o desenvolvimento da nação. O povo brasileiro, segundo esse discurso, desejava liberdade, e a busca por esse “estado de vida” seguiu os moldes realizados em outros países:

O exemplo de liberdade, soprando do norte, contaminara a França, já convulsionada pelo enciclopedismo e pela crise econômica prolongada, tudo isso vindo a influir, em cheio, em tôda a América Latina. É verdade que, desde 1815, o Brasil passara a ter pé de igualdade com Portugal, após a instituição do Reino de Portugal, Brasil e Algarve, mas essa união nunca veio satisfazer nosso sentimento nativista. (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, pp.62-63).

Durante boa parte dos capítulos que trataram dos movimentos de contestação política ocorridos no Cariri, percebe-se a tentativa de estabelecer diálogos com a história europeia.

Seja como uma forma de demonstrar o não isolamento das regiões interioranas dos grandes centros mundiais ou como forma de legitimar uma narrativa, recorrendo a modelos explicativos que envolvam acontecimentos parecidos, Figueiredo Filho acaba por inserir o Cariri não somente na História do Brasil, mas na História do mundo. São caminhos escolhidos pelo autor para tornar sua obra aceita e constituir em torno dela uma memória oficial e legitimada socialmente sobre sua região.

Segundo a narrativa apresentada, a movimentação que partiu de Recife não poderia ser encarada de maneira negativa, do ponto de vista da construção de uma identidade nacional. Antes de tudo, a Revolução Pernambucana é tratada como fruto de anseios do povo “brasileiro”, quer dizer, utiliza-se o adjetivo pátrio no intuito de unificar um processo tido como provinciano. A relevância de um movimento dessa envergadura se dá por sua capacidade de evidenciar as melhores características que o brasileiro possui, construindo sobre este uma memória nacional:

[...], a rebelião que teve origem em Recife e que foi a mais pujante prova da ânsia de liberdade do povo brasileiro. Foi a ante-véspera da vitória de 1822 e a maior contribuição de sangue e de heroísmo que o brasileiro deu, desde os primeiros albores da ideia de emancipação política, em terras de Santa Cruz. Também foi a rebelião de amplitude maior, não circunscrita à única capitania ou província. (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.62).

A discussão em torno do processo de independência política do Brasil em relação à Portugal ganha destaque, a partir do trecho acima destacado. Inicialmente, o que se aponta é uma ligação direta entre os dois movimentos, tomando um como efetivador do segundo. Colocando de outra forma: para Figueiredo Filho, a Independência do Brasil, realizada no ano de 1822, teve suas bases construídas no movimento de 1817<sup>2</sup>. O que caracteriza este como um processo de nível nacional, não somente pelas províncias que participaram efetivamente do motim, mas pelos efeitos causados a partir das contestações deste momento. O caráter heroico e altruísta do brasileiro é destacado na “ante-véspera da vitória de 1822”, uma das maiores contribuições de sangue, aspecto apresentado como exemplo da capacidade de doação pela terra natal, característica necessária para a existência de um panteão de heróis e mártires nacionais:

---

<sup>2</sup> É a partir desse argumento que será realizada a defesa de 1817: “Não podemos, todavia, condenar a rebelião de 17 que demonstrou estar a nação preparada para gozar sua autonomia política, ao mesmo tempo que precipitou o 7 de setembro de 1822” (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.66). A contribuição dada ao âmbito nacional, por parte dos revoltosos do norte do país, é uma das prerrogativas para a sua valorização enquanto episódio marcante da história nacional. O desenvolvimento da índole de um povo guerreiro, altruísta, capaz de dar a vida pelo seu território, são argumentos apresentados para combater os discursos contrários ao ocorrido nas províncias que reivindicavam uma nova ordem político-social nas primeiras décadas do século XIX.

Creio que devemos ficar inteiramente com a opinião abalizada de João Ribeiro. 1817 foi o prelúdio de 1822. Sem aquela revolta, D. João VI, que foi sempre homem providente, não encaminharia o filho para ficar à frente do movimento de independência do Brasil, antes que “algum aventureiro” assim o fizesse. O sacrifício dos mártires provou que o brasileiro se preparava, com seu próprio sangue, para lutar decisivamente pela sua liberdade. (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.80).

No que se refere ao processo emancipatório da colônia portuguesa em si, é nítida a tentativa de narrar de forma conciliatória a relação entre a metrópole e seu território no continente americano. A via escolhida foi a inevitabilidade do evento, algo inerente ao desenvolvimento dos grandes povos: “A evolução nacional chegou ao ponto de não mais podermos ficar ligados à mãe pátria” (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.80). Cada personagem cumpriu seu papel no cenário acima apresentado. A “mãe pátria” teve sua relevância na construção das bases culturais e estruturais de um povo novo que estava sendo gestado. Por isso, a forma como ela vai ser retratada deve condizer com sua contribuição. Críticas ao modelo colonizador português são escassas. Quando realizada a identificação de possíveis atritos entre colonizadores e colonizados, essa relação é permeada por uma lógica que justifica as tentativas de ruptura com a ordem vigente:

Desde tempos passados, que havia sintomas de rebeldia do nacional contra o lusitano. E isso era mais acentuado em Pernambuco, que desde a sua libertação do jugo holandês, sem a ajuda oficial de Portugal, demonstrara que o brasileiro seria capaz de agir ou mesmo de governar-se por conta própria. (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.64).

A necessidade de emancipar-se da civilização que “trouxe o desenvolvimento e o progresso” se deu pela compreensão de que os brasileiros tomaram consciência de sua capacidade de “governar-se por conta própria”. Não é destacado algum tipo de crítica ou denúncia contra o modo de contato estabelecido a partir de 1500. O que vai ser notado durante toda a análise das fontes é a tentativa de estabelecer uma continuidade entre o passado lusitano, o momento da colonização e os desdobramentos que a administração lusitana trouxe para o crescimento do país. O papel da província pernambucana é destacado, devido a seu papel protagonista nas contestações por melhorias para a região. Aos recifenses era creditado um rol de características que os legitimavam como sujeitos que possuíam boas influências e contatos diretos com os centros revolucionários que estavam espalhados pelo mundo: “Recife, desde o começo do século XIX, sofria a influência dos princípios da Revolução Francesa e dos movimentos de independência dos países americanos, inaugurados na América do Norte,

em 1776” (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.65). Justificando o papel dos pernambucanos na construção de um sentimento nacional e de fatos históricos que conformaram o passado nacional, qual o lugar do Cariri nessa narrativa? Nas palavras do então presidente do ICC:

Em vila do interior qualquer do Brasil de então não poderia haver, relativamente à população, ambiente melhor do que o da antiga Missão do Miranda. O contacto com a forja natural do espírito de rebelião do Nordeste – Recife, era permanente, através do clero, estudantes de Olinda e ligações de família. São injustos os historiadores que menosprezam o movimento do Cariri, só porque não medrou em capital litorânea. (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.68).

A legitimidade do sul do Ceará em tomar parte em um dos momentos “mais grandiosos na história nacional” se deu pelo contato permanente estabelecido com o lugar que mais representava o anseio regional por liberdade: Recife. A dívida à província vizinha é explicitada sem nenhum receio, dando a ambas as localidades seu protagonismo na construção de vias alternativas de organização social. O Seminário de Olinda e o contato entre as famílias, muitas vezes comerciantes, são os lugares de diálogo entre cearenses e pernambucanos; um diálogo que rendeu frutos revolucionários. A condição litorânea da capital pernambucana proporcionou, de certa forma, uma visibilidade maior dos acontecimentos ali detectados, o que incita a crítica de Figueiredo Filho: os que ocorre dado fora da orla marítima são postos em esquecimento, algo inaceitável para os historiadores do sul do Ceará. A crítica vai no sentido de construir análises históricas que envolvam cidades interioranas que participaram do conflito, o que, por consequência, evidencia a cidade do Crato. Prosseguindo sua argumentação, o que se nota é o esforço em afirmar a existência de uma movimentação intensa em 1817 em terras cratenses, bem como seus desdobramentos no sul cearense, já que, para o autor, é um imperativo associar sua região a um dos acontecimentos marcantes do início do século:

A rebelião de Crato, que durou apenas uma semana, teve, todavia, repercussão extraordinária no tempo e no espaço. A vila tornou-se a cabeça natural das lutas em prol da independência, no Ceará, e seu raio estendeu-se até pelo Maranhão e Piauí. Entre 1817 e 1824, Crato, por si, ou seus filhos natos e adotivos, esteve à testa de tudo que se fez pela emancipação política na província e muitas vezes, até fora dela. (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.68).

A “cabeça natural das lutas em prol da independência” possuiu uma relevância não somente a nível local. Outras províncias, como Piauí e Maranhão, foram influenciadas pelos cratenses naquele período e posteriormente. Passado, presente e futuro são postos em uma linha de diálogo e sucessão evolutiva. Um legado cratense que atravessa o tempo e o espaço,

de forma que fronteiras espaciais e temporais são rompidas pela forte atuação em busca da libertação nacional.

A emancipação política está conectada por um desejo maior: o desenvolvimento e o progresso nacional, que é visto como inevitável. O relato abaixo aponta para a centralidade da família Alencar no estopim revolucionário. O lugar e as condições de instauração da República do Crato, em 1817, fornecem subsídios para compreender o processo de construção de uma memória gloriosa para a cidade, diante de movimentações que procuraram legitimar-se como pertencentes a uma cultura política evoluída e com pretensões positivas no que diz respeito ao território e ao sentimento identitário nacional:

Na matriz de Nossa Senhora da Penha achavam-se mais de duzentos homens, além da parte feminina comum ao ato, avultando entre eles moradores, ou cabras dos sítios LAMEIRO E PONTAL, pertencentes aos Alencares. Ao terminar a Missa, o sub-diácono José Martiniano de Alencar assomou à porta principal da Igreja, fazendo-se arrodar do seu cortejo. Em suas vestes, batina e roquete, como por contraste, só explicável pelo seu ardor patriótico e pouca idade, exibia faca à cintura. Entre aclamações dos assistentes, proclamou a independência e a república em sintonia com o movimento recifense. (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.70).

José Martiniano de Alencar aparece como a representação da liderança exercida pela família Alencar na região. Subdiácono, detentor da palavra e da ordem institucional eclesiástica, o pai do célebre romancista brasileiro contrasta sua pacificidade de membro de instituição religiosa com o ardor liberal materializado em uma faca disposta em sua cintura. Se necessário fosse, iria para o campo de batalha. Porém não o foi, visto que o sentimento da população local corroborou com o desejo proclamado em terras recifenses, sendo assim proclamada a república cratense em sintonia com os vizinhos. A diversidade de personagens com a qual se inicia o relato acima, centenas de homens, mulheres, moradores, cabras de sítio, fora apresentada como ferramenta discursiva que procurou estabelecer uma imagem popular de adesão, se não total, mas majoritária, aos projetos encampados por Martiniano de Alencar e seus familiares.

A construção de uma memória heroica para a Revolução Pernambucana de 1817 foi realizada a partir de algumas escolhas e estratégias argumentativas. Dentre elas, podemos destacar a atribuição de um caráter “pacífico” ao movimento. A liberdade estava sendo reivindicada sem a retirada de vidas. Para os defensores do legado de 1817, o movimento procurou instigar nos brasileiros um sentimento de autonomia que se desenvolveria posteriormente, em 1822. Contudo, a repressão ao movimento não foi, segundo pode ser visto abaixo, proporcional ao uso da força pelos contestadores:

Durante o curto período em que dominaram os revoltosos, em Crato, da mesma forma que seus correligionários, de Recife, não praticaram qualquer ato de vandalismo, nem provocaram a morte de sequer um realista. [...] Entretanto, nunca nenhum ato de rebeldia, em terras do Brasil, foi castigando com tanto sangue e perversidade, como a Revolução Pernambucana de 1817. (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.77).

Como se vinha defendendo uma libertação do poderio português de forma “inevitável” e “inerente ao processo histórico de desenvolvimento de uma nação”, não foram realizados atos de vandalismo ou violência, o que legitima ainda mais um discurso positivado em torno das práticas e dos ideais defendidos por pernambucanos e cratenses, pois se tratava de um movimento pacífico, idealista e, sobretudo, nacionalista. A cidade do Crato foi profundamente marcada pela associação com os descontentamentos da região vizinha. Reitera-se que já existia uma relação intensa entre as duas localidades: até 1799, os cearenses estavam submetidos à administração pernambucana, a distância entre o Cariri e a Fortaleza era muito maior que entre o sul cearense e as outras cidades pernambucanas, o Seminário de Olinda e a Faculdade de Direito do Recife eram lugares de intensas trocas entre as localidades. Vai sendo forjada uma relação que produz legados fortes para a construção de uma memória sobre o papel de cada um nos processos de 1817 e 1824. Para Figueiredo Filho (2010a, p.80),

A rebelião de 1817 deixou marcas bem profundas em Crato. Criou-lhe o espírito de pioneirismo, no decorrer dos tempos futuros: Quase todo o empreendimento benéfico, nascido na vila ou na cidade, que nasceu da Missão do Miranda, tendo a derramar-se noutras regiões. [...] Não foram vãos, por conseguinte, os dias de glória e de martírio da jornada de maio, quando a Vila Real de Crato formou ao lado da Revolução Pernambucana, repetindo a velha ligação histórica com a vizinha capitania, depois província, oriunda desde a alvorada do povoamento da fecunda terra caririense.

Partindo de um conjunto de argumentos que possuem o passado como fio condutor, a Revolução Pernambucana vai sendo construída e legitimada como um dos grandes eventos históricos da região do Cariri. Um momento em que passado, presente e futuro se entrelaçaram e constituíram um tempo maior: o tempo nacional. A inserção da região do ICC nas “páginas da história do Brasil” corrobora com os ideais projetados desde as primeiras formulações de histórias para essa região.

O 9º capítulo de *História do Cariri*, vol. II é o maior em extensão de toda a obra. Sua temática central é a Confederação do Equador, ocorrida em 1824<sup>3</sup>. Nele, percebemos o estabelecimento dos heróis e mártires da causa republicana<sup>4</sup>, atitude que delimita para a Confederação do Equador a importância de um dos fatos mais importantes da história do Cariri, segundo Figueiredo Filho. Interessante notar que o regime que os confederados queriam instaurar é colocado de modo incipiente pelo autor. Por mais que eles sejam chamados de republicanos, não se tem com nitidez o ideário que eles apregoavam, visto que o que se vê é a classificação da revolta como uma “semente republicana”, algo que não é feito de modo inédito. Percebe-se, desta maneira, a lógica evolutiva e linear dos fatos: desencadeados numa lógica de causa e consequência, a revolta que fora liderada por Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves é mais uma etapa da gloriosa trajetória caririense pela liberdade do país do jugo lusitano.

O diálogo estabelecido com os idos de 1817 é constante. A participação da família Alencar, a relação entre Pernambuco e o Cariri, os ideais republicanos e a contestação ao governo central são apontadas como elos entre dois processos que tiveram forte presença dos cratenses e confirmaram a inserção destes na construção dos rumos do país, tendo em vista a legitimidade e a relevância desses levantes para o progresso e o desenvolvimento nacional. O “ardor republicano” não se exauriu com a represália imperial, e 1824 é percebido como continuidade de 1817. A inevitabilidade da transformação da nação brasileira em republicana foi sustentada na estruturação de uma narrativa que estabeleceu conexões diretas, procurando demonstrar que existiram, de fato, momentos que tinham em sua formulação aspectos que

---

<sup>3</sup> Um dos movimentos de maior expressão no reinado de D. Pedro I, a Confederação do Equador teve início na província de Pernambuco, no ano de 1824, ganhando a adesão de outras: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba. De caráter emancipacionista e republicano, o levante dos confederados adotou a posição geográfica próxima a Linha do Equador como identificação. A centralização política do imperador, a influência portuguesa na administração do país e a imposição do Presidente da Província pernambucana, por parte de D. Pedro I, podem ser considerados algumas das principais questões que levaram ao conflito. Com forte influência dos ideais propagados durante a Revolução Pernambucana, em 1817, a Confederação do Equador teve como epicentro Pernambuco.

<sup>4</sup> Para Figueiredo Filho, a Confederação de 1824 não teve um caráter separatista. Assim como defendido para 1817, o desenvolvimento de um ideal republicano é apontado como principal legado desses fatos. Nas palavras do intelectual cratense: “A Confederação do Equador foi o primeiro germe que eclodira a 7 de abril de 1831. Poderia ter gerado a República, no tempo da Abdicação, mas fatores adversos, incluindo o perigo da fragmentação nacional, impediram que isso se concretizasse” (FIGUEIREDO FILHO, 2010b, pp.62-63). Nota-se o cuidado em não associar uma prática contestatória ao governo imperial de Pedro I a qualquer tipo de ruptura com a questão nacional. Ao insinuar que a proclamação de um regime republicano fora “adiada” para a manutenção da identidade e do território nacional, o trecho acima procura deixar uma imagem de percepção apurada por parte dos revoltosos de 1824 da inevitabilidade de um regime republicano no país. Seguindo essa lógica, o autor procura reforçar a perspectiva de que não tardaria o momento em que a monarquia deixaria de ser o modelo estrutural brasileiro. Devido às características desenvolvidas pelos brasileiros, juntamente com a necessidade de o país somar-se às grandes nações desenvolvidas, o modelo republicano tornava-se um imperativo que chegaria com o tempo. Assim, nação e República tornam-se quase sinônimos para Figueiredo Filho.

comprovavam o contínuo desejo de um determinado grupo de pessoas em transformar sua realidade. Figueiredo Filho, deste modo, procurou dar aos feitos dos confederados um caráter de heroísmo e de martírio.

Um dos aspectos que foi bastante abordado durante as análises sobre 1824 foi a forma como o movimento fora interpretado *a posteriori*. O que se notou foi a tentativa de realizar uma defesa e “regeneração”, procurando refutar uma memória já estabelecida acerca do referido movimento, memória esta que não agradava ou satisfazia as necessidades de quem estava procurando realizar uma releitura. A escolha de um processo tão controverso como esse estava permeada de interesses que devem ser descortinados. Esse intento em legitimar o movimento pode ser percebido através da seguinte assertiva: “A Confederação do Equador não foi apenas aventura, sem expressão, como muitos querem apresentar, a fim de diminuí-la. Pela primeira vez, um movimento de liberdade cogitou do problema da escravidão” (FIGUEIREDO FILHO, 2010b, p.62). O caráter vanguardista, apresentado acima, dá-se em torno de uma temática de caráter delicado para o período: a escravidão. Para os que desejavam construir um novo modelo de nação e alterar as estruturas vigentes, tendo em vista as críticas que embasavam os processos de contestação, o modelo de sociedade estava em jogo. Um modelo de sociedade que estava estruturado a partir das relações de trabalho, diga-se de passagem. Propor alterar as formas como o trabalho estava organizado é construir perspectivas até então pouco vislumbradas sobre uma nova sociedade brasileira. Em Figueiredo Filho, percebe-se que sua forma de abordar a Confederação do Equador possuía esse escopo. As seguidas frases e análises realizadas possuem um forte caráter de defesa em torno de uma suposta memória esquecida acerca do fato.

O historiador, nesse caso, possuía a missão de revelar elementos ocultos ou esquecidos, uma prática que poderia causar a impressão de “estar fazendo justiça”. Reiterar a participação efetiva do Ceará no movimento, bem como destacar os sujeitos que construíram as batalhas, corrobora com esse objetivo<sup>5</sup>. Os esforços empreendidos pelos cearenses, a partir de sua adesão à causa revolucionária, não poderiam ser esquecidos ou minimizados. Realizar essas práticas seria macular uma imagem construída a custo de muito sangue e que tiveram um peso de grande valor no desenvolvimento do país. O Ceará teve papel protagonista nos

---

<sup>5</sup> A História, nesse sentido, era pautada pelo ímpeto da memória. Para que não se esquecesse dos grandes feitos realizados nessa região, que contribuíram para a formação da nação, a História deveria ser escrita, de modo a destacar os grandes nomes e momentos. A posteridade se encarregaria de reconhecer os heróis e dar lugar de relevância a estes: “Mais tarde, os nomes de Pereira Filgueiras e de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, foram inscritos no PANTEON do Museu Ipiranga, de S. Paulo, entre os grandes vultos que fizeram a independência no Norte. Hoje a memória dos dois, cada vez mais, avulta na história, enquanto a de seus algozes passou a ser execrada pelos tempos afora” (FIGUEIREDO FILHO, 2010b, p.84).

combates, para o autor: “A contribuição de sangue do Ceará foi vultosa e seus mártires se sacrificaram em lutas, assassínios, fusilamentos, em Picada, Jardim, Icó e Fortaleza. Nunca no Ceará, até então, houve, movimento para exigir tanto sacrifício e vidas humanas, quanto aquele” (FIGUEIREDO FILHO, 2010b, p.57). Mesmo tendo sido um movimento de crítica ao exercício em demasia do poder, por parte de D. Pedro I, as denúncias acerca do caráter autoritário e centralizador do monarca são realizadas de forma velada. Afinal, o líder da nação era de origem portuguesa, pertencente ao povo que realizou o processo de civilização do Brasil. Sua posição era confortável, o que também é reiterado por sua pretensa liderança no processo de emancipação política do Brasil em relação à metrópole. Segue a análise do líder da monarquia brasileira:

O impulsivo Pedro I, que incontestavelmente teve o mérito de unificar o Brasil, em torno da Casa de Bragança, uma vez no poder, de pouco a pouco, passou a proteger ostensivamente o partido português, em detrimento do elemento genuinamente nacional. [...] D. Pedro, apesar de algumas atitudes cavalheirescas e contar com certa popularidade, notadamente no início de seu governo, tinha tendência absorvente e despótica, que feriram logo os sentimentos liberais do elemento independista do país em formação. (FIGUEIREDO FILHO, 2010b, p.50).

A dissolução da Constituinte de 1823 e a outorga da Carta Magna de 1824 são apontadas como dois dos principais tensionamentos que desdobraram no movimento confederado. Ressaltando a liderança da província de Pernambuco no levante, associa-se a essa conjuntura os resquícios da Revolução Pernambucana. Formando, desse modo, um cenário de contestação ao modelo conservador e autoritário desenvolvido pelo imperador estava a falta de autonomia ou distribuição igualitária de poderes entre as províncias, bem como os anseios que os sentimentos liberais afluíam nos habitantes do norte do país. No que diz respeito ao Ceará, a forma como foram tratados os combatentes da batalha contra os grupos contrários ao processo de independência política do país foi um dos motivos que corroboraram com a insatisfação do governo da casa de Bragança:

O Ceará também agitava-se. José Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, ao entrarem em território cearense sabem das ocorrências do Rio e, em Crato, no dia 9 de Janeiro de 1924, comunicaram o fato às diversas câmaras da província. Vinham êles desiludidos do tratamento que receberam em Caxias e contra a atitude não lisonjeira que lhes dispensou o pseudo-libertador do Maranhão – Lord Cochrane. Alencar já fizera idêntica comunicação. (FIGUEIREDO FILHO, 2010b, p.52).

A sintonia dos cearenses com o movimento iniciado em Pernambuco se dá a partir de uma trajetória de diálogo já estabelecido anteriormente entre as duas províncias. O sentimento

de injustiça oriundo de 1817 manteve a família Alencar e os pernambucanos com a mesma visão. A perspectiva liberal e republicana compartilhada por ambos também é apresentada como um dos fatores de compreensão do diálogo aqui apontado. A ação capitaneada por Tristão é apresentada como extrapolando as fronteiras de sua terra. Para Figueiredo Filho, a contribuição dada pelo Ceará não se restringiu às ações realizadas propriamente dentro do seu território. Com uma experiência externa já comprovada, por exemplo, como as batalhas no Maranhão em defesa da independência do país, os defensores da Confederação ganham um *status* mais consolidado de propagadores dos ideais republicanos. O caso do Piauí é citado com o objetivo de provar e contestar a historiografia até então produzida: “No Piauí, embora ignorado pela história oficial, houve movimento em consonância com a Confederação do Equador. Tudo ali foi trabalho procedente do Ceará e muito especialmente de seu dinâmico e idealista presidente – a figura insigne de Tristão [...]” (FIGUEIREDO FILHO, 2010b, p.55).

De modo geral, o movimento é caracterizado de forma positiva, pois carrega o ímpeto vanguardista e heroico do caririense, e também por ter sido realizado com amplo apoio da sociedade, o que denota uma referência dos ideais republicanos materializados nos líderes políticos confederados. O final do capítulo demonstra o posicionamento do autor no que diz respeito ao julgamento dos revoltosos: tomado como “injusto”, os atos contra os confederados não apagaram sua memória e seus feitos. Muito pelo contrário, os colocaram no panteão dos grandes vultos da história nacional, enquanto seus algozes caíram nas malhas do esquecimento. Realizando uma crítica ao historiador João Ribeiro, o desejo expresso abaixo é o de defesa de uma memória acerca da Confederação do Equador, tomando por centralidade a participação exitosa e protagonista dos caririenses, representando a província inteira. A defesa dos ideais republicanos e liberais demonstra a sintonia dos sul cearense com as perspectivas “mais desenvolvidas” de formas de organização social. Alertando para uma injustiça cometida por Ribeiro, o autor de *Cidade do Crato* aponta:

O historiador João Ribeiro, cometendo grande injustiça e demonstrando desconhecer os pormenores da história, nas províncias, disse que “as adesões (A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR) foram mais palavrosas que efetivas desde Alagoas ao Ceará”. O ilustre historiógrafo, dos maiores vultos da inteligência brasileira, cometeu flagrante injustiça aos heróis e mártires do Ceará, e de outros pontos do Nordeste. (FIGUEIREDO FILHO, 2010b, p.57).

A Confederação do Equador, para Figueiredo Filho, constitui um dos grandes momentos de protagonismo do povo de sua terra nos grandes eventos políticos do país. Sua narrativa procurou instituir uma visão acerca do evento que privilegiava a família Alencar e

Pereira Filgueiras como os grandes líderes do movimento. A luta era pautada por características que os caririenses já conservavam consigo, e foram fundamentais para a construção de um sentimento unitário e republicano dentro da nação. A valorização da terra, a coragem, o desprendimento e a capacidade de dar a vida pela causa podem ser alguns dos elementos destacados. A identificação de que as revoltas ocorridas em 1817 e 1824 foram construídas como os grandes momentos da história do Cariri e o fato de a família Alencar, junto com Filgueiras, serem apresentados como os personagens principais desse enredo, possibilita uma compreensão mais nítida acerca da forma que o passado do sul do Ceará vai tomando: a perspectiva de História de J. de Figueiredo Filho destaca os grandes eventos políticos que tiveram repercussão para além das fronteiras regionais e que possibilitaram estabelecer conexões com as narrativas tradicionalmente apontadas como nacionais. A estratégia realizada pelo autor foi a de significar esses momentos como portadores de uma dita vanguarda em torno dos movimentos que iriam alterar as estruturas do país: a substituição da monarquia pelo regime republicano.

Imbuído de um discurso embasado em ideais como progresso e desenvolvimento, o intelectual cratense procurou justificar/significar o passado de sua terra sob o argumento de que ali se preservou e desenvolveu, também para outras localidades, o sentimento nacional e republicano, assim como as características que particularizavam o Brasil como um país diferenciado, em relação aos demais. A construção de grandes fatos históricos e a mitificação de alguns sujeitos serviu ao propósito que norteou sua militância e atuação intelectual: a construção de uma imagem gloriosa e de relevância para o Cariri dentro do cenário nacional.

## 5.2. HERÓIS PARA UMA GRANDE REGIÃO.

Em *História do Cariri*, um grupo familiar ganha destaque durante as páginas que tecem um sentido acerca do passado regional: os Alencar. Apontados como os principais atores dos momentos que definiram a trajetória vitoriosa dos caririenses, estes são dotados de características que definem um modelo de cidadão a ser seguido<sup>6</sup>. Um dos nomes mais evocados é o de José Martiniano de Alencar<sup>7</sup>:

---

<sup>6</sup> Traçando uma reflexão inicial acerca da família chefiada por Dona Bárbara, diante das primeiras movimentações de 1817, sentença Figueiredo Filho (2010a, p.67): “Estaria a vila Real de Crato, perdida no interior, a centena de léguas do litoral, preparada para tal evento? [...] havia elite que se formava girando em torno da família Alencar, que já dava os primeiros rebentos a assumirem o papel de liderança na região, demonstrando que, mais tarde, pela inteligência de escol e pelo trabalho, projetar-se-iam pujantes, pelo Brasil afora”. Percebamos que, a partir de uma relação direta entre a família e os movimentos tidos como revolucionários, vai sendo construída uma memória conjunta: sujeitos e eventos se entrelaçam e suas trajetórias

José Martiniano de Alencar. Moço, ardente, pertencendo a uma família de incontestável prestígio, [...] freqüentador dos conciliábulos em que se ensinavam as mais adiantadas doutrinas e mais livres teorias, ninguém melhor do que êle estava no caso de pregar [tá escrito dessa forma] no Ceará o Evangelho de uma idéia. (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.66).

Membro de uma das famílias mais abastadas da região<sup>8</sup>, em constante diálogo com os espaços institucionais onde estavam sendo forjados os ideais que posteriormente iriam dar um novo rosto ao país (a referência aqui é a Faculdade de Direito do Recife e o Seminário de Olinda), José Martiniano vai sendo construído pela historiografia de Figueiredo Filho como um dos pilares do liberalismo político do Estado, um nome que alcança o cargo de maior poder político durante a Regência, Presidente da Província:

A Regência foi feliz em nomeá-lo presidente da Província do Ceará. E foi o melhor administrador que tivemos até os presentes dias, incluindo vasto período da monarquia e da República. Sua administração ainda hoje pode ser copiada, com proveito público, desde que seja adaptada aos momentos presentes. E foi êle quem acabou, pela sua energia, o cangaceirismo político e fascínora que encontrou na província. (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.61).

É construída uma memória positivada em torno do político Alencar. Tomado como um bom gestor, sua administração é apresentada como eficaz no combate aos elementos que não contribuíram para a construção de uma sociedade embasada na moral, no progresso e na civilização: o cangaceirismo. Por esse motivo, tem um destaque diante dos outros governantes da província e, posteriormente, do Estado. Veja que, segundo o excerto destacado, não houve melhor pessoa que geriu o Ceará, levando-se em consideração os períodos do Reinado de D. Pedro II e o período republicano que o país já havia vivenciado, cerca de 70 anos. Uma questão que se associa ao debate em torno do “dom” na construção dos heróis, levantado por Coradini (1998, p.215):

---

se confundem diante de um processo de cristalização de tempos e trajetórias, ambos dignos e necessariamente obrigatórios de serem rememorados.

<sup>7</sup> Nascido em 27 de outubro de 1798, filho de Bárbara de Alencar, José Martiniano de Alencar exerceu cargo de deputado pela província do Ceará entre 1830 e 1833. Foi deputado constituinte na Assembleia Geral e deputado pela mesma província perante as Cortes Portuguesas. Foi nomeado senador, tomando posse no ano de 1832. Pai do escritor romancista José de Alencar, José Martiniano de Alencar estudou no Seminário de Olinda, posteriormente participando da chamada Revolução Pernambucana, em 1817, e da Confederação do Equador, em 1824. Na década de 1840, assumiu a presidência de sua província natal, vindo a falecer em 1860. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/jose\\_alencar\\_pai.html](http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/jose_alencar_pai.html) Acesso em: 16/05/2017.

<sup>8</sup> Segundo Figueiredo Filho (2010a, p.61): “Na vila, que surgira da Missão do Miranda, a 21 de junho de 1764, havia, porém, elite que estava representada notadamente pela família Alencar. Muito de seus membros estudaram no Seminário de Olinda, ninho conhecido de idéias nitidamente revolucionárias e outros tinham contacto direto com os mentores do movimento que surgiria, em 1817, em Pernambuco”.

[...] uma espécie de consagração e naturalização de determinadas qualidades socialmente adquiridas, como é o caso do meritocratism, com sua associação à idéia de “dom”, portanto, com base em princípios de legitimação carismáticos, em substituição à antiga ideologia da antiguidade e da consanguinidade como princípio de legitimação.

Contudo, a trajetória pública do Alencar aqui tratado não se restringiu aos espaços de governança institucional. Os movimentos de 1817 e 1824 tiveram a presença forte do diácono:

José Martiniano de Alencar que nascera para a vida pública, através do movimento republicano, de 1817, após sua libertação da Bahia, revelou-se sempre homem de suma prudência, encarando, com bom senso, a realidade das coisas, mesmo ao abraçar causa nitidamente revolucionária. (FIGUEIREDO FILHO, 2010c, p.15).

O movimento de 1817 traz consigo a alcunha de republicano, uma característica que por si só já possui uma positividade, na forma como é apresentada. As características de prudência e bom senso extrapolam a formação do caráter pessoal de Martiniano, chegando ao revolucionário Alencar como alguém que tem posicionamentos baseados em uma leitura séria da realidade social que o circunda. O autor procura positivar a adesão de um determinado sujeito à um movimento de contestação da ordem vigente. Tendo em vista os movimentos de deslegitimação dos revoltosos de diversos casos, tidos como bárbaros, incultos, movidos pelo sentimento, sem razão, o que se procurou foi justificar a entrada em um processo revolucionário, a partir de aspectos tidos como racionais e benéficos. Do ponto de vista da inserção do ex-presidente da província cearense nos acontecimentos tidos como nacionais, vemos que:

Na Côrte, José Martiniano de Alencar tomara parte ativa no movimento que forçara o Imperador Pedro I a abdicar. Fazia parte da linha de frente liberal, ao lado do Padre Diogo Feijó, seu colega de idéias e de sacerdotício, de Evaristo da Veiga e de tantos outros que se cansaram da inclinação, sempre acentuada, de Pedro I para o lado português. (FIGUEIREDO FILHO, 2010c, p.15).

O relato acima apresentado aponta a identificação do filho da família Alencar com os ideais liberais. O diálogo com o então colega de seminário Diogo Feijó, assim como sua atuação em prol de um país mais próximo de um modelo autônomo, o que se daria com a deposição do autoritário Pedro I, apontam para a construção de um liberal cariense. O conservadorismo político já não vigorava como uma perspectiva de sociedade a ser almejada. A obra historiográfica de Figueiredo Filho procurou imprimir uma relação amistosa com a Coroa Portuguesa e sua administração, em que pese os aspectos retrógrados que o modelo colonial de exploração estabeleceu na colônia americana, contudo não deixou de posicionar-

se a favor de um modelo que beneficiasse o país e trouxesse o mesmo patamar, ou algo semelhante, ao que vinha sendo construído nos países considerados “civilizados”. A autonomia nacional e a possibilidade de efetivação de uma estrutura social que elevasse o Brasil à condição de “povo evoluído” perpassava pela efetivação de uma narrativa embasada em movimentos que lutassem por igualdade, melhores condições de vida para toda a população, e projetos de sociedade que buscassem o desenvolvimento dos povos. O passado que é construído a partir de José Martiniano de Alencar é um tempo positivado, uma categoria temporal de experiências que merecem ser lembradas, pois nelas é que estão contidas as bases da identidade nacional. Um país que se julgasse “moderno”, “culto” e “civilizado” deveria possuir um histórico que demonstrasse que, por mais que existisse uma perspectiva conservadora vigente, em um determinado momento da história, um grupo de pessoas mudaria essa situação através de ideias que buscariam uma determinada evolução social. A mudança nos rumos da história se dá através da noção de melhoria: um passado superado é sinal de uma nação em desenvolvimento, mas o que passou ainda possui a finalidade de servir de exemplo e inspiração para as novas gerações. Partindo dessa lógica, a construção de modelos é fundamental, ou melhor, pessoas com grandes trajetórias que possam ser tomadas como espelho. Eis José Martiniano de Alencar:

Já que falamos no presidente José Martiniano de Alencar, nascido em Barbalha, revolucionário, em Crato, grande estadista do Império, temos que demorar um pouco diante de sua imponente figura, no ponto de vista intelectual. Foi o poeta e não muito bom. Na qualidade de orador parlamentar, epistológrafo e prosador, é digno de registro. A vida literária do Cariri, cronologicamente, pode-se dizer que começou com êle. Estudou no conhecido Seminário de Olinda, ninho do liberalismo de então e freqüentou a sociedade secreta ACADEMIA DO PARAÍSO, clube literário e político, forjador da Revolução Pernambucana de 1817. [...] Aperfeiçoou seus conhecimentos, conforme a opinião de vários cronistas, no cárcere da Bahia, depois da revolução de 1817, com as lições dos companheiros de desdita – Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e o futuro mártir de 24 – Frei Caneca. (FIGUEIREDO FILHO, 2010d, p.06).

O 12º capítulo do terceiro volume de *História do Cariri* tem como foco inicial a administração de José Martiniano de Alencar. É construído, por parte do autor, um rol de argumentos que procuravam instituir uma memória acerca da boa gestão de Alencar. Não somente isso, mas a necessidade de reconhecer a singularidade do governante em comparação aos demais. Nenhum outro presidente de província tinha alcançado tamanho êxito em meio a diversas crises:

Vulto de destaque nos movimentos que levaram o imperador Pedro I a abdicar e na campanha da Maioridade, José Martiniano de Alencar ocupou o mais alto posto administrativo do Ceará. E saiu-se galhardamente, apontando programa de governo,

com respectivas realizações, que ainda hoje pode servir de roteiro a toda e qualquer boa administração, com a devida adaptação do tempo. Provou realmente ser dos maiores estadistas de sua época, estando a sua importante figura a exigir biógrafo que o coloque no verdadeiro pedestal, ao lado de Feijó, Evaristo da Veiga e tantos outros. (FIGUEIREDO FILHO, 2010c, p.73).

A construção de um banco provincial, a abertura de estradas para facilitar as transações comerciais, o trato cuidadoso com as finanças, o zelo com a instrução pública e o combate ao cangaceirismo, que, na ótica de Figueiredo Filho, era algo abominável para o desenvolvimento de uma cidade, são aspectos que tornaram a gestão de Martiniano digna de ser lembrada, transformando o político em um dos grandes nomes do Cariri. Interessante destacar que a questão do cangaço será retomada em alguns momentos da narrativa acerca das ações provinciais cearenses. Tendo em vista o período em que o filho de Bárbara de Alencar ocupou o maior cargo político da província, entre 1837 e 1841, as inúmeras revoltas regenciais e o clima de instabilidade política instaurado no país exigiram fortes posicionamentos para enfrentar tamanha dificuldade:

Só um homem do pulso a maneira de Martiniano de Alencar conseguiu êsse êxito invulgar contras os malfeitores de todos os quilates, notadamente, quando tinham a alimentá-los os chefes políticos ligados de corpo e alma à vida do cangaço. Mais adiante, o banditismo ressurgiria, penetraria no período republicano, para só extinguir-se no reinado do caminhão, do ônibus e do jipe, quando as estradas vinculariam intimamente o sertão e o litoral. (FIGUEIREDO FILHO, 2010c, p.74).

O que se nota é que a trajetória política iniciada nos movimentos contestatórios de 1817 e 1824, a filiação a uma família abastada (Alencar) e uma trajetória político-institucional (Presidente de Província, Senador, Deputado Constituinte), pautada por características positivas, como coragem, perseverança, liderança, organização, pulso firme, preocupação com o próximo, zelo com a educação, comprometimento com a melhoria de vida da província, construirão uma imagem mitificada em torno de José Martiniano de Alencar. O “resgate” do passado cearense, através das pesquisas e da narrativa historiográfica de Figueiredo Filho, vai instituir sua figura como um dos baluartes da história do Cariri.<sup>9</sup>

Também muito atrelado aos movimentos políticos do século XIX acima citados, está a construção de memórias em torno de Tristão Gonçalves<sup>10</sup> e Pereira Filgueiras<sup>11</sup>. O quinto

<sup>9</sup> A memória em torno de um dos grandes nomes do sul cearense não está apenas em seus feitos pessoais. Sua descendência também é carregada de simbologia e força: seu filho é José de Alencar, o romancista autor de *Iracema*, *O Guarani*, dentre outras obras conhecidas nacionalmente. Para Figueiredo Filho (2010c, p.07): “O maior legado, porém, do Senador Martiniano de Alencar, no campo das letras, foi o filho que é dos maiores romancistas e escritores do país – José de Alencar, o imortal criador de ‘IRACEMA’”.

<sup>10</sup> Nascido em 1790, em Salamanca, pertencente ao Crato, e falecido em outubro de 1825, Tristão é filho de Bárbara de Alencar e irmão de José Martiniano de Alencar. Participou, juntamente com a mãe e o irmão, da

capítulo do primeiro volume de *História do Cariri* apresenta, logo no seu início, uma visão positivada de Pereira Filgueiras:

Não podemos analisar os fatos de um ângulo apenas. Se olharmos os acontecimentos de Crato e Jardim, pelos dias agitados de maio de 1817, teremos a visão errada dos fatos. PEREIRA FILGUEIRAS surgirá como figura débil, vacilando entre a revolução e os restauradores da ordem, até que se decide pelo mais provável a vencer no momento. Sua figura, entretanto, agiganta-se para tornar-se um dos mais eminentes da história cearense e nordestina, se prolongarmos a análise das coisas, pelos anos de 1822, a 23 e 1824. (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.62).

Na condição de capitão-mor da Vila Real do Crato, Filgueiras deveria combater os manifestantes de 1817, mas optou por, inicialmente, não se envolver no conflito, algo que se tornou irremediável com o prosseguimento dos embates. Esse posicionamento dúbio do chefe político local é minimizado no excerto acima, pois não era desejo do autor em criar dúvidas sobre o caráter do capitão-mor do Crato. Isso o colocaria em uma posição distinta dos demais heróis republicanos, já que seu posicionamento não teria sido igual ao dos demais. O apeço pela liberdade, o senso de justiça e a forte presença nas batalhas que construíram a trajetória do Cariri na história do Brasil, são os pontos que Filgueiras tem a seu favor:

Foi José Pereira Filgueiras homem de fôrça agigantada e de imenso prestígio pessoal, só superado, década após, pelo do Padre Cícero Romão Batista, filho do Crato. A superioridade do padre cearense sôbre o caudilho baiano ocorreu, especialmente, de seu caráter sacerdotal. (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.89).

Um destaque, nesse trecho, diz respeito a menção do Padre Cícero. Pouco citado durante as narrativas tomadas como épicas da história local, o sacerdote responsável pelo desenvolvimento da cidade de Juazeiro do Norte possui um lugar secundário nos escritos de Figueiredo Filho. Duas teses são levantadas sobre esse ponto: por mais que o excerto acima reivindique a naturalidade cratense do sacerdote, Romão Batista é a figura central da outra cidade. A já referida disputa entre os municípios também é articulada no campo intelectual, vide o peso que os cratenses possuem na direção do ICC e nas narrativas que compõem a história oficial do Cariri. Pouco aparecem as demais cidades da região. O segundo caminho a

---

Revolução Pernambucana (1817) e da Confederação do Equador (1824). Compôs a expedição que prendeu o Major Fidié, em Caxias/MA, na batalha que configurou a efetivação da independência política do Brasil do poderio de Portugal.

<sup>11</sup> Nascido na Bahia, no ano de 1758, Pereira Filgueiras foi um militar combatente em diversos conflitos brasileiros, também foi capitão-mor da Vila Real do Crato. Durante a Revolução Pernambucana, conheceu José Martiniano de Alencar e não interferiu no processo revolucionário que chegava da província de Pernambuco. Junto com Tristão Gonçalves, participou da afamada “Expedição de Fidié”, conquistando prestígio por defender a nação e representar o Cariri nas grandes batalhas.

ser tomado diz respeito ao caráter religioso que o clérigo possuía, de maneira mais efetiva após o chamado “milagre da hóstia”. Como a construção do passado local estava sendo pautado em grandes narrativas político-institucionais, questões referentes à religiosidade popular, aos costumes e às tradições não tinham espaço ou sequer eram mencionadas. O caráter de fanatismo atribuído aos juazeirenses que acreditavam nos acontecidos com a beata Maria do Araújo afastava a possibilidade de Padre Cícero ser inserido com mais força na escrita da história do Cariri, sob a ótica de Figueiredo Filho.

O prestígio de Filgueiras foi alimentado por lendas e pelo reconhecimento popular. O autor de *Renovação* apresenta algumas estórias sobre seu cavalo que voava até as torres das igrejas, o tinir da sua espada ao chegar perto de inimigos, a incapacidade de receber tiros de chumbo por conta de um suposto pacto com o diabo. São elementos do imaginário popular que são utilizados como argumentos para legitimar o apelo popular e a significação que a população, de modo geral, tinha pelo político gestor da vila cratense:

A lenda em torno de Pereira Filgueiras perdurou até muitos anos após sua morte. João Brígido dos Santos, historiador que teve o mérito de viver no Cariri, ainda no tempo de conviver com muitas testemunhas dos acontecimentos das lutas de 1817, 1822, 1823 e 1824, escreveu no <<UNITÁRIO>>, quando o dirigia em sua primeira fase, crônica em torno das notícias mirabolantes que cercaram o assamento do herói Pereira Filgueiras. João Brígido dos Santos, agora condenado por muitos que não teriam a coragem de aparecer, quando empunhava denodadamente sua destemerosa pena, ainda é e será a maior autoridade do século pretérito. (FIGUEIREDO FILHO, 2010b, p.90).

Ao jornalista e historiador João Brígido é atribuída uma centralidade no processo de formação de uma historiografia para o Cariri. Ao utilizar o autor de *Apontamentos para a História do Cariri* como voz de autoridade para legitimar a forte presença de Pereira Filgueiras no imaginário dos cidadãos cratenses, Figueiredo Filho o coloca como “a maior autoridade do século pretérito”. O seguimento da linhagem intelectual iniciada por Brígido, que estava pautada na elaboração de uma narrativa síntese para sua região, é realizado pelo então presidente do ICC, demonstrando clara ligação entre os dois, uma vez que o projeto de “elevar o Cariri à sua digna condição” perdurou o século XIX, chegando até a segunda metade do século XX. A narrativa historiográfica vai sendo encarada como construtora de heróis e visões sobre um determinado assunto, o que é percebido ao associar duas figuras de grande importância para o passado local: o historiador e seu objeto de pesquisa. João Brígido e Pereira Filgueiras são postos como nomes que, cada um ao seu modo, contribuíram para a elevação moral e intelectual da região. Criador e criatura que se retroalimentam a partir da revisitação dos tempos passados e sua reconstrução a partir da escrita da história.

A figura de Tristão Gonçalves, posteriormente Tristão de Alencar Araripe, possui um destaque maior em comparação ao capitão-mor da Vila Real do Crato. Uma das citações que ajuda a perceber esse aspecto revela que “Sua figura é hoje reverenciada, com nome em ruas e instituições do Ceará, além de estar inscrito no Panteon de Museu Ipiranga, em S. Paulo” (FIGUEIREDO FILHO, 2010b, p.87). A construção da memória do filho de Bárbara de Alencar se mostra na presença de seu nome em ruas e instituições, bem como sua presença no Museu do Ipiranga. Suas ações foram consideradas relevantes e ele teve seu reconhecimento posterior garantido, o que pode ser atestado, segundo o autor, pelo trabalho de memória realizado na busca por perpetuar sua imagem nos mais diversos lugares do Estado e do país. O capítulo que se refere à Confederação do Equador (9º capítulo do segundo volume de *História do Cariri*) possui um tópico específico para Tristão e Pereira. Os primeiros passos do movimento contestatário ao reinado de Pedro I possuem a forte presença dos dois revolucionários:

O Ceará também agitava-se. José Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, ao entrarem em território cearense sabem das ocorrências do Rio e, em Crato, no dia 9 de Janeiro de 1924, comunicaram o fato às diversas câmaras da província. Vinham eles desiludidos do tratamento que receberam em Caxias e contra a atitude não lisonjeira que lhes dispensou o pseudo-libertador do Maranhão – Lord Cochrane. Alencar já fizera idêntica comunicação. (FIGUEIREDO FILHO, 2010b, p.52).

A atuação dos dois personagens em questão no crescimento do levante é tomada como fundamental. Sempre postos lado a lado, como companheiros de batalha, que tinham se tornado na expedição ao Maranhão, os caririenses são apontados como um posto de liderança na propagação do ideal libertário, em alguns momentos ganhando maior relevância que os pernambucanos, considerados os idealizadores do movimento de 1824:

Ambos destinavam-se a ter o máximo de influência naquela revolução partida de Pernambuco, mas a que o Ceará deu a maior contribuição de sangue e de que se tornou, na pessoa do antigo Capitão-Mor de Crato, a última esperança de sobrevivência. Tristão atingira o ponto culminante de sua vida na história do Nordeste. Não se contentou em agir exclusivamente dentro das fronteiras da província. Procurou disseminar os seus ideais republicanos nas províncias de Paraíba, R. Grande do Norte e Piauí. Sua atuação foi mais decisiva e enérgica do que mesmo a do presidente de Pernambuco – Paes de Andrade. (FIGUEIREDO FILHO, 2010b, p.55).

Tristão de Alencar Araripe é construído como o grande líder dos campos de batalha. José Martiniano de Alencar é tomado como o propagador ideológico dos ideais liberais que semearam o sentimento republicano no país. Já a matriarca Bárbara de Alencar possuía a

grandeza de ter construído uma família orientada por pressupostos civilizados e desenvolvidos, bem como ter sido uma grande liderança política local. Filgueiras, por outro lado, é tomado com menos entusiasmo que os Alencar, mas ainda possui grande prestígio pela historiografia tradicional, por conta do apelo popular que sua imagem possuía. Utilizando uma biografia escrita por Barão de Studart<sup>12</sup>, extensas páginas são dedicadas para a construção de uma memória que legitimasse a relação e o forte papel de Tristão nos processos políticos que o país vivenciou nas primeiras décadas dos anos 1800:

Com seu irmão José Martiniano de Alencar tomou parte na revolução de 1817 e padeceu nos cárceres da Bahia; com Filgueiras fez a expedição de Caxias, que aniquilou o poderio de Fidié; **foi a alma da Revolução do Equador no Ceará e, por isso, aclamado seu presidente.** (FIGUEIREDO FILHO, 2010b, p.84). (Grifo meu).

Características pessoais do líder revolucionário são destacadas na construção de um modelo de homem a ser seguido. Pautando sua narrativa no desejo de construir o caririense como o tipo ideal de brasileiro e ser humano, o filho de Zuza da Botica se utiliza largamente de citações laudatórias que procurassem explorar o máximo de qualidades que o Alencar Araripe tivesse: “Todos os contemporâneos de Tristão o apontam como figura viril, apolínea, de trato fino e de bondade extrema. O amor de sua devotada mulher, correspondido por êle, poderia servir de tema a romance histórico, destinado a êxito de vendas pelo Brasil afora” (FIGUEIREDO FILHO, 2010b, p.86). Procurando criar uma estrutura de pensamento que convergisse com o olhar cristalizado em torno dos membros da Confederação do Equador, diversas estratégias eram utilizadas. No caso do caririense que estamos tratando por hora, as questões familiares podem ser utilizadas como exemplo. Casado com Ana Porfíria Lima, mais conhecida como Ana Triste, Tristão teve na esposa um grande apoio na formação de uma família e na tentativa de mudar os rumos do país, como se pode ver no trecho abaixo, fruto de um artigo publicado originalmente na revista *Itaytera*, posteriormente reproduzido na obra historiográfica de Figueiredo Filho:

[...] o seu ideal de patriotismo, de nativismo, de democracia, ela a superpunha a tudo – e marchava léguas a pé, sozinha, por ínvios e desertos caminhos, durante dias e noites, entre a Fortaleza e os locais onde se achavam as falanges republicanas. E não

---

<sup>12</sup> De nome Guilherme Chambly Studart, o Barão nasceu em Fortaleza, no ano de 1856, vindo a falecer na mesma cidade em 1938. Médico, historiador e vice-cônsul do Reino Unido no Ceará, Guilherme Studart participou ativamente da vida política e intelectual da província do Ceará: fez parte do movimento abolicionista, construiu ações filantrópicas junto à Igreja Católica e foi membro de inúmeras agremiações intelectuais, como o Instituto do Ceará, Academia Cearense de Letras, Centro Médico Cearense, Centro Literário. Dentre suas principais obras podemos destacar *Datas e factos para a História do Ceará*, lançado em 1924.

regressava sem que houvesse cumprido plena e eficazmente a sua missão. (FIGUEIREDO FILHO, 2010b, p.87).

Diante do material já apresentado e discutido, algumas questões se apresentam de forma mais sistematizada: para a historiografia do Cariri produzida no século XX, as figuras de Pereira Filgueiras e Tristão de Alencar Araripe foram fundamentais no processo de levante realizado em 1824, tendo em vista que, em 1817, Filgueiras adotou uma postura menos incisiva a favor das mudanças nos rumos do país, a Confederação do Equador é apresentada como o momento de consagração de um projeto político de país, por mais que tenha sido destituída pouco tempo depois, e de homens e mulheres (no caso, a matriarca Alencar) que viriam a tornar-se símbolos de resistência e personalidades a serem cultuadas por seus feitos. Para o autor de *Engenhos de Rapadura no Cariri*:

Só dois homens poderiam salvar a situação caótica do Ceará. Não tiveram tempo a perder. Eram eles Tristão e Pereira Filgueiras. Outro cooperou eficientemente mas teve o cuidado de agir através dos bastidores. Já estava devidamente experimentado, em contacto prolongado com os políticos da Côte – José Martiniano de Alencar. (FIGUEIREDO FILHO, 2010b, p.54).

A narrativa em *História do Cariri*, em especial nos momentos que se referem à participação dos sul cearenses nos momentos tomados como fortes na vida política do país, é carregada de elogios e adjetivações aos seus participantes. As conexões realizadas entre os dois eventos (Revolução Pernambucana e Confederação do Equador), apontam para uma análise que pressupõe a persistência de determinados grupos políticos em manter viva a “chama da liberdade” e a conexão entre dois fatos históricos, interligados pelo desejo de mudança na estrutura política do país. O contato com novas ideias e as características pessoais, oriundas da família detentora de grande notabilidade local, vão construindo os heróis da região:

Nesse discurso conciso o presidente do Ceará na efêmera Confederação do Equador mostrou todo o seu espírito sem jaça. Nascido de tronco frondoso da família Alencar, tendo por genitora a heroína Bárbara de Alencar, iniciado nas lides revolucionárias pela independência, em 1817, no Crato, era naquela ocasião o homem talhado para o momento. Nunca por um instante sequer esmorecera em seu idealismo. [...]. Na prisão teve o contacto salutar, para as suas idéias, de vultos esclarecidos do quilate de Antônio Carlos Ribeiro de Andrade e de Frei Caneca, companheiros então de infortúnio. Suas convicções ficaram mais arraigadas e pôde guiar, com pulso firme e inteligência realizadora, os acontecimentos que fizeram a independência no Ceará e também a marcha vencedora sobre Caxias, através dos ínvios caminhos sertanejos, desde Fortaleza até o Maranhão. [...]. Tristão Gonçalves de Alencar Araripe é dos maiores vultos da história do Nordeste Brasileiro. (FIGUEIREDO FILHO, 2010b, p.62).

Assim como José Martiniano de Alencar, Tristão Gonçalves deixou um legado para o povo cearense que está para além de seus feitos memoráveis que, segundo os historiadores locais, mudaram os rumos do país: “Tristão Gonçalves de Alencar Araripe que participou das aulas na prisão, com seu irmão José Martiniano, igualmente, doou ao Brasil o historiador e o político – Conselheiro Tristão e o neto Araripe Júnior, dos maiores críticos literários nacionais” (FIGUEIREDO FILHO, 2010c, p.07). A herança é de caráter imaterial, majoritariamente: para além de deixar o exemplo de cidadão correto e de caráter, esses homens realizaram ações que deixaram diversos ensinamentos que devem ser reconhecidos como legítimos e seguidos. A possibilidade de tornar os participantes desses episódios heróis parte desse pressuposto, o que pode ser realizado através da escrita do passado sob os moldes da história.

O quarto volume da obra historiográfica de Figueiredo Filho apresenta um novo nome para o panteão de grandes nomes da região: o missionário Padre Ibiapina<sup>13</sup>. Apontado como um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento estrutural das pequenas vilas e cidades interioranas do Nordeste, o missionário Ibiapina ganhou forte relevância para a intelectualidade cariense por seu trabalho de propagação da fé cristã e valorização do trabalho e do progresso material das cidades. Sua intensa peregrinação estava sustentada pela égide da fé e o desenvolvimento espiritual:

Quem seria aquele homem providencial? ‘É o nome de um grande sacerdote que durante vinte anos, na última metade do século XIX, chamou sobre si as atenções de grande parte do Nordeste, onde exerceu a sua missão apostólica. Há sobre ele uma predestinação divina a que não podemos ficar indiferentes. (FIGUEIREDO FILHO, 2010c, p.57).

A relação que Pe. Ibiapina tinha com as cidades mais afastadas dos grandes centros urbanos proporcionou o desenvolvimento material das mesmas. Pautando-se na expansão da fé cristã e na arregimentação de novos seguidores para as práticas cristãs, o sacerdote tornou-se uma figura eminentemente recordada no que diz respeito às práticas e aos projetos de

---

<sup>13</sup> Registrado com o nome de José Antônio Pereira Ibiapina, o missionário nasceu em 1806 na cidade de Sobral. Mudou-se para a cidade de Icó em 1816, realizando nessa localidade seus primeiros estudos. Ingressou no Seminário de Olinda no ano de 1823, aos 17 anos de idade. Seu pai participou da Confederação do Equador, sendo condenado a morte e fuzilado em maio de 1825. Formado em Direito, no ano de 1832, Ibiapina também foi eleito Deputado Geral pela província do Ceará. Ordenado sacerdote em 1853, realizou diversas ações nas cidades interioranas do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí e Pernambuco. Construiu capelas, organizou missões, contribuiu na materialização de açudes, cemitérios, poços de água, cacimbas, hospitais. Foi um grande benfeitor, chegando a fundar mais de 20 casas de caridade para educar meninas na doutrina cristã. Faleceu no ano de 1883, na Paraíba. Disponível em: [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=852%3Apadre-ibiapina&catid=50%3Aletra-p&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=852%3Apadre-ibiapina&catid=50%3Aletra-p&Itemid=1) Acesso em 15/05/2017.

desenvolvimento local. Seu trabalho itinerante consistia na organização de núcleos que pudessem, com o passar do tempo, sustentar as instituições que estavam ali sendo construídas (casas de caridades, igrejas), o que demonstra uma visão mais ampliada das ações empreendidas pelo ex-deputado geral. A atenção e o fôlego nas ações eram concentradas nas regiões mais afastadas do litoral. Mesmo tendo convivido nos grandes centros urbanos, sua atuação se deu nos rincões mais inóspitos do Nordeste, o que o legitimou como alguém que olhava pelos pobres e esquecidos:

Padre Ibiapina, incontestavelmente foi das maiores figuras que apareceram no século passado para a renovação dos sertões, inteiramente esquecidos do litoral. Não fez o milagre dessa transformação em poucos dias, como construía uma igreja, ou um açude. Deixou a semente plantada para medrar mais adiante, com tóda a pujança. (FIGUEIREDO FILHO, 2010c, p.62).

A filiação católica cristã de Figueiredo Filho possibilitou a proximidade e o trato privilegiado com o missionário. Este possuía as filiações necessárias para a construção de um personagem digno de figurar no panteão dos heróis regionais: um homem íntegro, de fé cristã professada, imbuído dos ideais progressistas e liberais, defensor do país e valorizador das localidades tradicionalmente esquecidas pelo poder público. O desejo de mudar essa realidade e seu constante trabalho para atingir tal feito também devem ser arrolados como aspectos positivos que fizeram com que seu nome fosse tomado com destaque nas páginas que canonizariam uma narrativa oficial sobre o Cariri. O exemplo de alguém que olha pelos “menores” e dedica sua vida toda para melhorar a alma humana com base em preceitos religiosos de valor são algumas das características que são exaltadas pelo autor, em referência ao sujeito em destaque:

O Padre Ibiapina, ao desprezar tudo que a política e a carreira jurídica poderiam lhe dar, mostrou seu desapêgo às causas do mundo para trabalhar unicamente pelo Reino de Cristo, no momento mais crítico da Cristandade, em terras de Santa Cruz. Herdou do genitor essa abnegação pela causa que abraçou, esquecendo a si. Foi o que revelou sempre em seu apostolado, através das asperezas do Nordeste. Foi um pioneiro, pois antecedeu-se igualmente às obras sociais de Igreja, que medrariam, no presente século. Um reformador de costumes, que renovou o espírito religioso nas massas. Deu exemplo de autoridade ao clero secular e regular. (FIGUEIREDO FILHO, 2010c, p.61).

José Antônio Pereira Ibiapina, ou simplesmente Pe. Ibiapina, foi configurado como um dos grandes nomes da região no período posterior aos maiores acontecimentos políticos que o local presenciou. Sua capacidade de construção, literalmente falando, de uma sociedade pautada nos pressupostos que a intelectualidade do ICC acreditava ser o ideal, o fez ser legitimado nas grandes narrativas dos seus associados. Sua relação com a região Nordeste

como um todo também é tratada com louvor, pois, sem nenhuma restrição, sua ação foi expandindo-se conforme a necessidade, o que configura o caráter de contribuição para além do Cariri, por parte de seus “filhos”. O desejo de servir ao país e contribuir com outros locais é um dos aspectos que perpassa cada um dos personagens aqui relatados como “heróis”. Diante de um cenário de complicações políticas, sociais e econômicas,

O Nordeste descristianizado precisava dêle. Seu chamado fôra fôrça irresistível. Vivera numa época que o clero se tornara desleixado. Entrara num seminário de renome e encontrara apenas indisciplina e desleixo, em todos os sentidos. Por fôrça das circunstâncias, desviara-se da carreira para outra brilhante, caminho natural da política e de outras posições de relêvo. Tudo enjeitou. Herdara assim noutro sentido, o idealismo do pai. Francisco Miguel Pereira, destinado pelos genitores a ser sacerdote, preferiu casar-se e encaminhar-se numa profissão civil. Mas, não foi homem para viver exclusivamente para si. Teve um ideal. Por êle combateu, sofreu no cárcere e foi martirizado. (FIGUEIREDO FILHO, 2010c, p.61).

A memória do pai de Ibiapina, Francisco Miguel Pereira, participante da Confederação do Equador, é nitidamente utilizada para justificar o senso de justiça e a forma do filho encarar a realidade. O idealismo do pai fora herdado pelo filho que se tornou sacerdote para ajudar os menos favorecidos. A conjuntura de uma igreja com padres que não seguiam fielmente a doutrina, um país que não oferecia boas condições para seus habitantes, fez com que sua vida fosse voltada para o outro. “Não foi homem para viver exclusivamente para si”. A entrada no sacerdócio e a escolha de uma vida itinerante e missionária são tratadas com louvor e tidas como provas de desprendimento e entrega para o outro.

Padre, presidente de província, capitão-mor, deputado geral, revolucionário: esse é o perfil do panteão de heróis que construíram um passado glorioso para o sul do Ceará. As relações que estes estabeleceram com sua região e a entrega de tempo e vida que realizaram para o desenvolvimento e o progresso local são apontados como elementos formadores de uma terra onde os “filhos” defendem e constroem legados para a posteridade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] a escrita da História como atividade, que para além de seus compromissos com a produção de um conhecimento objetivo, produz também imagens, valores, e significados a respeito do passado capazes de produzir orientação para os homens no seu presente e futuro. (GUIMARÃES, 1998, p.20)

[...] a escrita da história não pode esquecer sua condição fundamental de historicidade, o seu lugar no tempo e entre os homens, sua contingência. (GUIMARÃES, 1998, p.07).

Ao entrar em contato com *A invenção do Nordeste e outras artes*, de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2000), percebi a força existente nas práticas discursivas em um processo de *invenção*, como ele mesmo coloca. O contato com a bibliografia produzida sobre os intelectuais do Cariri e o projeto de construção de um passado para aquela região, fizeram-me refletir de maneira mais apurada acerca do papel dos intelectuais na formação de imagens e narrativas sobre espaços (CORTEZ, 2000; DIAS, 2014; SEMEÃO, 2014; VIANA, 2011). J. de Figueiredo Filho, dentre os personagens que encontrei durante a investigação, foi o que mais chamou minha atenção. O primeiro contato que tive com ele foi na sala de pesquisas do Instituto do Ceará, ainda na graduação. Desde então, realizei um processo de intensa reflexão acerca dos motivos que levaram um farmacêutico de uma cidade do interior do Ceará a produzir de maneira exaustiva sobre sua terra. Sua intensa movimentação em torno das agremiações intelectuais do Estado e do restante do país era vista com curiosidade. O que levou essa pessoa a realizar um esforço em demasia para propagar as belezas e as qualidades de seu torrão natal? Questão que foi sendo descortinada durante a leitura de suas obras, da revista *Itaytera* e, posteriormente, durante o período em que realizei as pesquisas empíricas, que teve como fruto esta dissertação de mestrado.

Mesmo após mais de dois anos realizando contato direto com essa documentação, tendo ido algumas vezes ao Cariri, visitando a própria instituição que Figueiredo Filho presidiu, o Instituto Cultural do Cariri, diversas dúvidas ainda estão presentes, o que vejo de forma positiva, pois é sintoma de que já surgem alguns desdobramentos acerca do que consegui realizar nesse tempo. Contudo, alguns aspectos se tornaram mais inteligíveis e creio ser esse o momento para explicitá-los. No que diz respeito ao recorte para os escritos de história do autor, Manoel Luiz Salgado Guimarães foi de um auxílio fundamental. Para ele, a história também constrói imagens, valores e uma significação para o passado. Ao elaborar uma coletânea que visava narrar toda a trajetória do sul do Ceará, Figueiredo Filho estava forjando um Cariri a partir de um campo do conhecimento que se mostrava legítimo para seu objetivo. Sua atuação nas instituições que construíram, ao longo do tempo, um discurso

oficial para a história do Estado e do país, o Instituto do Ceará e a Associação dos Professores Universitários de História, ajudou-me a pensar a necessidade de estar junto dos espaços institucionais que carregam consigo um valor de verdade nos seus discursos. Figueiredo Filho foi um intelectual que possuía relação com as maiores instituições de seu campo de atuação e foi tomado como referência ou, no mínimo, legitimado. Não somente a produção e o contato com as fontes tornam o homem das letras alguém com respaldo, mas as relações com os pares e os lugares de fala cumprem um papel fundamental nesse processo. Como aponta Ângela de Castro Gomes (1996), a escrita da história era o último gênero desenvolvido pelos intelectuais polígrafos do começo da República. Vista como uma forma que exigia maturidade intelectual e anos de estudo, a historiografia tinha uma centralidade nos escritos sobre a nação. Essa era uma prática presente no sul do Ceará na segunda metade do século XX: Irineu Pinheiro, Padre Antônio Gomes de Araújo e Figueiredo Filho, por exemplo, tiveram nos escritos historiográficos suas últimas reflexões, bem como foram as de maior destaque. No caso do terceiro, a produção em torno do folclore também obteve grande envergadura, tendo em vista sua atuação na Comissão Estadual do Folclore e na Comissão Nacional do Folclore. De toda forma, o Cariri cearense foi construído, também, pela historiografia. Uma assertiva muitas vezes deixada em segundo plano, por conta de uma visão que atribui aos estudos históricos um caráter problematizador e desconstrutor.

A construção de um discurso legitimador de uma ordem e de um *status* para o sul do Ceará foi empreendida por diversas formas: folclore, etnografia, geografia, botânica, etnologia etc. Apesar da diversidade de formas com as quais esta região estava sendo narrada, existia um elemento de unificação: a defesa intransigente da terra desses autores, como vemos no seguinte trecho de Figueiredo Filho: “O Cariri, povoado anteriormente por silvícolas de igual nome, atingido pelo sertanista chegado pelo sul, foi devassado, com cêrca de duzentos anos de atraso do descobrimento do Brasil, e cem do povoamento da faixa litorânea do Ceará” (FIGUEIREDO FILHO, 1969, pp. 439-440). O tom das práticas e dos discursos dos membros do ICC, e em especial do seu presidente, era de denúncia: o esquecimento não era somente das grandezas existentes naquela terra, era também da assistência por parte do poder público em garantir as necessidades básicas para o desenvolvimento e o progresso das pequenas cidades. Eram constantes as notícias que tinham como foco as críticas ao descaso realizado pelo governo central e pelas grandes metrópoles. A distância física entre Fortaleza e o Cariri dificultava a chegada do progresso. Por isso, era necessário reivindicar um lugar no cenário nacional. O recorte regional, para eles, era uma estratégia de sobrevivência. A justificativa empreendida pelos associados ao ICC era de que existia um “regionalismo construtor”. Diante

de um histórico de esquecimento e revelias por parte das metrópoles e dos operadores do discurso nacional, fazia-se necessário pleitear um lugar através do discurso regionalista. A valorização das manifestações populares e do desenvolvimento dos estudos folclóricos cumpriram esse papel de maneira exitosa. Como não tive como objetivo analisar a produção folclórica de Figueiredo Filho e dos demais caririenses, as análises não se desenvolveram por esse caminho, mas fica o destaque para a relevância da prática folclorista no processo de caracterização do Cariri como o “celeiro da cultura”, onde reisados, bandas cabaçais e outras manifestações foram utilizados em demasia para caracterizar essa região. Mesmo com um discurso de integração e cooperação com o “todo”, a “parte Cariri” demonstrou insatisfações e propôs alternativas que geravam um contrassenso com o discurso hegemônico preconizado até então: fora identificado a existência de um desejo, materializado em projeto de lei, que buscava a emancipação do Cariri, sendo este transformado em uma unidade da federação. Desde o período monárquico algumas manifestações dessa ordem são realizadas. A postura do ICC foi de tentar mediar esse debate, tendo em vista a trajetória de caracterização da Confederação do Equador (1824) enquanto uma revolta separatista, o que é motivo de discordância por parte do autor de *História do Cariri*. A revista *Itaytera* deu espaço para algumas manifestações dessa ordem, o que denota a diversidade, mesmo que pequena, de ideias em torno de qual deveria ser o lugar da região no país. Esta seria uma possibilidade de desdobramento da pesquisa, a ser desenvolvido posteriormente.

Em relação ao contexto de produção das narrativas sobre o passado caririense, vale destacar que a construção do movimento intelectual nesse espaço possuiu como fator de desenvolvimento a disputa entre as cidades de Crato e Juazeiro do Norte. Como já assinalado pela historiadora Otonite Cortez (2000), o processo de desenvolvimento econômico e emancipação política de Juazeiro, que até 1911 pertencia ao município do Crato, ocasionado, em grande medida, pela ação de Padre Cícero Romão Batista, causou fortes ressentimentos nos cratenses. Considerados então, a segunda cidade, construiu-se uma pauta de reivindicação, por parte da elite política e intelectual local, da vanguarda do Crato no desenvolvimento regional, desde sua colonização. Construiu-se, então, a noção de “cidade da cultura”, uma perspectiva pautada pelos valores da civilidade, ordem, moral e culto ao conhecimento. Nas palavras de Otonite Cortez (2000, p.22):

O adiantamento cultural do Crato é exemplificado em eventos culturais ou na criação de instituições em caráter pioneiro na região (imprensa, hospital, escolas, ações políticas de cunho liberal, espaços públicos, associações literárias e culturais, faculdade etc.), e também no plano dos ideais a serem conquistados, e, ainda, na prescrição de modelos de condutas para homens e mulheres.

Essas seriam características pertencentes aos cidadãos cratenses, o que seria o oposto dos cidadãos juazeirenses. Estes eram taxados de fanáticos, atrasados e representantes de tudo que pudesse ser taxado de negativo para o desenvolvimento humano. Esse é um fator que não pode ser deixado de lado quando se analisa a historicidade do movimento intelectual caririense. Sendo Figueiredo Filho cratense, e tendo formação acadêmica em Farmácia na Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, essas noções terão continuidade e seus escritos, embora que de uma forma mais refinada. As diferenças entre as duas cidades com maior número de habitantes e maior poder político da região serão postas de lado em defesa do caráter regional do movimento. Apesar disso, alguns elementos ainda tornam essas disputas visíveis, como, por exemplo, a eleição da primeira diretoria do ICC: dois cratenses e um nascido em Brejo Santo<sup>1</sup>.

Os elementos que construíram o cenário onde se desenvolveu a produção historiográfica de Figueiredo Filho, como a disputa entre Crato e Juazeiro do Norte, a formação pessoal e profissional do autor, o projeto identitário do ICC, a denúncia de abandono realizada pelos caririenses, em relação ao litoral e as grandes metrópoles, influenciaram a forma como ele concebeu, operacionalizou e sistematizou seus escritos sobre o passado local. As narrativas sobre o Cariri cearense, a partir do ex-presidente do ICC, privilegiaram uma história de caráter institucional, onde a ação colonizadora da Coroa Portuguesa e da Igreja Católica tiveram amplo espaço. No que se refere aos colonizadores, o autor não realizou críticas ao processo de construção da nação brasileira. Segundo ele, os portugueses cumpriram um papel fundamental e necessário no desenvolvimento do país. É dado um caráter de inevitabilidade para a emancipação política do Brasil, deixando em segundo plano qualquer posicionamento mais reflexivo acerca dos resultados que o modelo português proporcionou ao instalar o sistema colonial na América. O caráter conciliador dado à formação da sociedade brasileira, bem como a relação estabelecida com um regionalismo não separatista desenvolvido no Cariri, aproxima essa proposta dos ideais desenvolvidos por Gilberto Freyre, seja no *Manifesto Regionalista*, seja, em alguma medida, no *Casa Grande & Senzala*. A proximidade entre o sul do Ceará e Pernambuco foi rotineiramente destacada nos escritos analisados nesta dissertação, o que se torna mais evidente nos principais eventos da região apontados por Figueiredo Filho: a Revolução Pernambucana (1817) e a Confederação do Equador (1824).

---

<sup>1</sup> Respectivamente Irineu Pinheiro, Figueiredo Filho e Padre Antônio Gomes de Araújo.

A construção de um passado glorioso e digno de ser lembrado para a terra do autor de *Cidade do Crato* passou por algumas escolhas. Uma seletividade que deu forma e conteúdo à terra que, segundo ele, contribuiu efetivamente para o desenvolvimento da nação. Os principais marcos analisados, 1817 e 1824, foram narrados com o objetivo de constituir uma relação de continuidade entre passado e presente. As revoltas ocorridas no período imperial e que, em tese, abalaram a unidade nacional, foram apresentadas como responsáveis pelo desenvolvimento do sentimento nacional e republicano dos brasileiros. É no Cariri, e a partir da família Alencar, que se desenvolveram os sentimentos que justificam a centralidade do Crato na região, e desta no país. A ideia central desses escritos é que existe uma necessidade de reconhecimento dos grandes feitos realizados naquela localidade e por seus moradores. A história assume essa função: dar visibilidade ao que estava sendo esquecido. Heróis foram apresentados como a materialização de um modelo de cidadão: Tristão Gonçalves, Pereira Filgueiras, José Martiniano de Alencar, Padre Ibiapina e Bárbara de Alencar foram alguns dos “ilustres filhos da terra” que contribuíram para o seu desenvolvimento e mostraram a grandiosidade daquele lugar.

Por fim, ter escolhido a linha de Teoria da história e historiografia para desenvolver este trabalho, possibilitou-me aprofundar algumas inquietações, existentes já no período da graduação, acerca do que realizamos enquanto historiadores. Questões de cunho epistemológico e metodológico surgiram de forma constante durante a elaboração deste trabalho. O contato com o caso de J. de Figueiredo Filho e a análise de seus escritos, com base nas perspectivas apontadas por Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2000), Francisco Régis Lopes Ramos (2012), Manoel Luiz Salgado Guimarães (1998), Michel de Certeau (2011) e Hayden White (1992), proporcionaram uma compreensão diferenciada acerca das formas e dos conteúdos que compõem o “fazer história”. A percepção da diversidade de elementos que constituem a escrita da história e as permanências e as rupturas nas formas de narrar o passado, alertam para a necessidade de uma contínua imersão dos historiadores sobre suas práticas. Em tempos de retirada de diretos e disputas de narrativas em torno do passado, do presente e, do futuro, reflexões como a de Michel de Certeau (2012, pp.63-64) possibilitam pensar outras formas de fazer história:

Atualmente, convém, portanto, “politizar de novo” as ciências. Eis o que entendo por essa expressão: rearticular seu aparato técnico a partir dos campos de forças no interior e em função dos quais ele produz operações e discursos. [...] Do ponto de vista técnico, essa “nova politização” consiste em “historicizar” a própria historiografia.

## FONTES

- **Atas e estatutos.**

ATA DA SESSÃO DE FUNDAÇÃO DA ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS. In: AMORA, Manoel Albano. **A Academia Cearense de Letras: síntese histórica (1894-1956)**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1957.

ESTATUTO DO INSTITUTO DO CEARÁ. In: **Revista do Instituto do Ceará**, ano LXXXVII. Fortaleza, 1973.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH). Disponível em: <http://anpuh.org/estatuto>. Acesso em 02/03/17, 13h22min.

- **Livros e artigos.**

AMORA, Manoel Albano. **A Academia Cearense de Letras: síntese histórica (1894-1956)**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1957.

FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. Discurso. In: GIRÃO, Raimundo (Org.). **Falas acadêmicas**. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1976. pp.459-480.

\_\_\_\_\_. **Engenhos de rapadura do Cariri**. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Informação Agrícola, 1958.

\_\_\_\_\_. **Folgedos Infantis Caririenses**. Fortaleza: Edições UFC, 2010e. [fac-símile].

\_\_\_\_\_. **História do Cariri**. v.I. Fortaleza: Edições UFC, 2010a. [fac-símile].

\_\_\_\_\_. **História do Cariri**. v.II. Fortaleza: Edições UFC, 2010b. [fac-símile].

\_\_\_\_\_. **História do Cariri**. v.III. Fortaleza: Edições UFC, 2010c. [fac-símile].

- \_\_\_\_\_. **História do Cariri.** v.IV. Fortaleza: Edições UFC, 2010d. [fac-símile].
- \_\_\_\_\_. História do ensino no Ceará. In: **Revista do Instituto do Ceará.** Ano LXXXIV. Fortaleza, 1970
- \_\_\_\_\_. Influência civilizadora do São Francisco no Cariri Cearense. In: **Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História.** Campinas, 1969.
- \_\_\_\_\_. **Meu mundo é uma farmácia.** 2ª Ed. Fortaleza: Casa José de Alencar/Programa Editorial, 1996.
- \_\_\_\_\_. O Ceará antecipa-se à abolição no país. A seca ainda faz escravos no Nordeste. In: **Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História.** Goiânia, 1971.
- \_\_\_\_\_. **O Folclore no Cariri.** Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- \_\_\_\_\_. **Renovação:** romance de aspectos sociais do nordeste brasileiro. São Paulo: Livraria Editora Odeon, 1937.
- \_\_\_\_\_. Sobrevivência portuguesa no Cariri Cearense. In: **Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História.** Porto Alegre, 1967.
- GIRÃO, Raimundo (Org.). **Falas acadêmicas.** Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1976.
- MARTINS, José Murilo. **Academia Cearense de Letras: história e acadêmicos.** Fortaleza: Edições ACL, 2013.
- MARTINS FILHO, Antônio. Discurso. In: GIRÃO, Raimundo (Org.). **Falas acadêmicas.** Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1976. pp.448-458.
- PINHEIRO, Irineu; FIGUEIREDO FILHO, J. de. **Cidade do Crato.** Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile].

- **Revista Itaytera.**

### **Itaytera nº1**

FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. Explicando... In: **Itaytera**. Nº1. Crato: Tipografia Imperial, 1955.

FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. Bandas Cabaçais do Cariri. In: **Itaytera**. Nº1. Crato: Tipografia Imperial, 1955b.

ATA DA SESSÃO DE FUNDAÇÃO E INSTALAÇÃO DO INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI E ELEIÇÃO DE SUA PRIMEIRA DIRETORIA. In: **Itaytera**. Nº1. Crato: Tipografia Imperial, 1955.

ESTATUTOS DO INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI. In: **Itaytera**. Nº1. Crato: Tipografia Imperial, 1955.

### **Itaytera nº2**

FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. A jornada prossegue, incentivada pelas primeiras vitórias. In: **Itaytera**. Nº2. Crato: Tipografia Imperial, 1956.

DEPOIMENTOS SOBRE A PRIMEIRA EDIÇÃO DE “ITAYTERA”. In: **Itaytera**. Nº2. Crato: Tipografia Imperial, 1956.

### **Itaytera nº 4**

CARVALHO, Teles de. Novo livro de José de Figueiredo Filho. In: **Itaytera**. Nº4. Crato: Tipografia Imperial, 1958.

S. L. Regionalismo construtor. In: **Itaytera**. Nº4. Crato: Tipografia Imperial, 1958.

MATOS, J. Jaguaribe de. Cidade do Crato. In: **Itaytera**. Nº4. Crato: Tipografia Imperial, 1958.

FIGUEIREDO FILHO, José Alves. O folclore no Cariri. In: **Itaytera**. Nº4. Crato: Tipografia Imperial, 1958.

### **Itaytera nº 15**

FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. 15 anos de luta. In: **Itaytera**. Nº15. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971.

SOUSA, José Newton Alves de. Contribuição do Cariri Cearense à Historiografia do Nordeste. In: **Itaytera**. Nº15. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971.

### **Itaytera nº18**

DADOS BIOGRÁFICOS DO ESCRITOR J. DE FIGUEIREDO FILHO. In: **Itaytera**. Nº18. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1974.

BARROSO, Gustavo. Texto da capa da revista Itaytera. In: **Itaytera**. Nº18. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1974.

- **Prefácios e textos de aberturas.**

BARROSO, Gustavo. Prefácio. In: FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. **Renovação**: romance de aspectos sociais do nordeste brasileiro. São Paulo: Livraria Odeon, 1937.

MARTINS FILHO, Antônio. “Orelha do livro”. In: FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. **Meu mundo é uma farmácia**. 2ª Ed. Fortaleza: Casa José de Alencar/Programa Editorial, 1996.

VIEIRA, José Anastácio. Apresentação. In: FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. **Engenhos de rapadura do Cariri**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1958.

- **Sites**

- **A vida de J. de Figueiredo Filho.**

Disponível em:

<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=983147>.

Acesso em: 02/02/2016.

- **Cariri, a nação das utopias.**

Disponível em:

<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/caderno-3/cariri-a-nacao-das-utopias-1.503134>.

Acesso em: 11/09/2015.

- **João de Castro Osório de Oliveira.**

Disponível em:

[http://acpc.bnportugal.pt/espolios\\_autores/e43\\_osorio\\_joao\\_castro.html](http://acpc.bnportugal.pt/espolios_autores/e43_osorio_joao_castro.html).

Acesso em: 15/06/2017.

- **José Martiniano de Alencar.**

Disponível em:

[http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/jose\\_alencar\\_pai.html](http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/jose_alencar_pai.html).

Acesso em: 16/05/2017.

- **Padre Ibiapina**, por Lúcia Gaspar.

Disponível em:

[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=852%3Apadre-ibiapina&catid=50%3Aletra-p&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=852%3Apadre-ibiapina&catid=50%3Aletra-p&Itemid=1).

Acesso em: 15/05/2017.

- **Raimundo Girão.**

Disponível em:

<http://edicoesdemocritorocha.com.br/autores/raimundo-girao/>.

Acesso em: 05/05/2016.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **Livros, teses, dissertações e artigos**

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez editora, 2000.

\_\_\_\_\_. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. In: **Revista Fronteiras**, Dourados/MS, v.10, n.17, jan/jun. 2008, pp.55-67.

ALENCAR, José de. **Iracema**. Rio de Janeiro: Typ. de Viana & Filhos, 1865.

AUGUSTO MOREIRA, Afonsina Maria. **No norte da saudade**: memória e esquecimento em Gustavo Barroso. Tese de Doutorado em História Social (PUC-SP). São Paulo, 2006.

ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: ARAUJO, Valdei L. de; MOLLO, Helena Miranda; NICOLAZZI, Fernando (Orgs.). **Aprender com a História?** O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2011. pp.131-147.

AVILA, Arthur Lima de. **E da Fronteira veio um Pioneiro...: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932)**. Dissertação de Mestrado em História (UFRGS). Porto Alegre, 2006.

\_\_\_\_\_. **Território Contestado**: a reescrita da história no Oeste norte-americano (c.1985-c.1995). Tese de Doutorado em História (UFRGS). Porto Alegre, 2010.

BOBBIO, Noberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. pp.107-132.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

\_\_\_\_\_. A história, ciência e ficção. In: \_\_\_\_\_. **História e psicanálise: entre a ciência e a ficção**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. pp.45-70.

CEZAR, Temístocles. Sob o firmamento da História: o “mito” do texto como representação objetiva do passado. In: FÉLIX, Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs). **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. pp. 163-177.

CORADINI, Odaci Luiz. Panteões, iconoclastas e as ciências sociais. In: FÉLIX, Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs). **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. pp. 209-236.

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”**: Crato (1889-1960). Dissertação de Mestrado em História (PUC-RJ). Rio de Janeiro: 2000.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal, 1902.

D’ANDREA, Moema Selma. **A tradição (re)descoberta: o pensamento de Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e literárias nordestinas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

DIAS, Carlos Rafael. **Da flor da terra aos guerreiros cariris: representações e identidades do Cariri cearense (1855-1980)**. Dissertação de Mestrado em História (UFCG). Campina Grande, 2014.

FÉLIX, Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs) **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

FIGUEIREDO, José Alves de. **O Beato José Lourenço e sua ação no Cariri**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global Editora, 1933.

\_\_\_\_\_. **Manifesto Regionalista**. 4ª Ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais/ MEC, 1967.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº1, 1998, pp. 5-27.

\_\_\_\_\_. Repensando os domínios de Clio: as angústias e ansiedades de uma disciplina. In: **Revista Catarinense de História**. Florianópolis, nº5, 1998, pp. 5-20.

HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

\_\_\_\_\_. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Editora José Olympio, 1936.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid y Buenos Aires: Siglo XXI Editores. 2002.

JÚNIOR, Caio Prado. **Evolução política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1933.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-RIO, 2006.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: **Revista Projeto História**, São Paulo, nº 17, 1998, pp. 63-201.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, nº34, 1992, pp.9-24.

NEVES, Frederico de Castro. Prefácio. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Edições Bagaço, 2008. pp.9-16.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**, São Paulo, nº 10, 1993, pp. 71-92.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: memória, representações e pensamento social (1887-1914)**. Tese de Doutorado em História Social (PUC-SP). São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2011.

PROST, Antonie. **Doze lições sobre história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil (1650-1720)**. São Paulo: Fapesp, 2002.

QUEIROZ, Rachel de. **O quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1930.

RAGO, Margareth. O historiador e o tempo. In: ZAMBONI, Ernesta (Org.). **Quanto tempo o tempo tem!** Campinas/SP: Editora Alinea, 2005.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e a fábula: o Ceará na escrita da História**. Fortaleza, Expressão Gráfica e Editora, 2012.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

RIOS, Renato de Mesquita. **João Brígido e sua escrita de uma história para o Ceará:** narrativa, identidade e estilo (1855-1919). Dissertação de Mestrado em História (UECE). Fortaleza, 2013.

RODOLFO, Renato Mesquita. **A Universidade (Federal) do Ceará entre o Benfica e a Gentilândia:** espaços, lugares e memórias (1956-1967). Dissertação de Mestrado em História Social (UFC), 2015.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado:** cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras/Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. In: **Revista História**, São Paulo, v. 33, 2014, pp. 124-144.

SEFFNER, Fernando. O herói e o mito no espaço da sala de aula de História: algumas impressões. In: FÉLIX, Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs). **Mitos e heróis:** construção de imaginários. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. pp.195-205.

SEMEÃO, Jane. Regionalismo e “Itaytera”. O Cariri a partir de sentimentos de alteridade e pertencimento (1955-1970). In: **8º Seminário Brasileiro de História da Historiografia**. Ouro Preto: EDUFOP, 2014.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **Quem precisa de região?** O espaço (dividido) em disputa. Rio de Janeiro, Editora Consequência, 2015.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. In: **História da Historiografia**, nº2, março/2009. pp.12-28.

VIANA, José Ítalo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato:** memória, escrita da história e representações da cidade. Dissertação de Mestrado em História Social (UFC). Fortaleza, 2011.

WHITE, Hayden. **El contenido de la forma:** narrativa, discurso y representación histórica. Barcelona: Ediciones Paidós, 1992.

\_\_\_\_\_. El pasado práctico. In: TOZZI, Verónica; LAVAGNINO, Nicolás (orgs.). **Hayden White, la escritura del pasado y el futuro de la historiografía**. Buenos Aires: EDUNTREF, 2012, pp. 19-39.

XAVIER, Patrícia Pereira. **Dragão do Mar: a construção do herói jangadeiro**. Fortaleza: Museu do Ceará - Secult, 2011.

ZEITLER, Tomás Elías. Cuarenta años de La escritura de la Historia. Reflexiones en torno a la operación historiográfica, de Michel de Certeau a Paul Ricoeur. In: **Historiografías**, 9 (enero-junio, 2015), pp. 65-80.

- **Imagens**

Irineu Pinheiro. 1 imagem em preto e branco. Disponível em: [http://1.bp.blogspot.com/-npm2MK1xR4/TarXpXEHNbI/AAAAAAAAAGes/Ur2J2mQ8qY/s1600/DSC01267\\_Irineu\\_Pinheiro\\_Editado.jpg](http://1.bp.blogspot.com/-npm2MK1xR4/TarXpXEHNbI/AAAAAAAAAGes/Ur2J2mQ8qY/s1600/DSC01267_Irineu_Pinheiro_Editado.jpg) Acesso em 15/06/17 Acesso em 15/06/2017.

J. de Figueiredo Filho. 1 imagem em preto e branco. Disponível em: [http://1.bp.blogspot.com/D\\_8KLXd5QVU/TUrbgop0HJI/AAAAAAAAAQ2o/KIiz0PM5o24/s1600/Jos%25C3%25A9+de+Figueiredo+Filho.jpg](http://1.bp.blogspot.com/D_8KLXd5QVU/TUrbgop0HJI/AAAAAAAAAQ2o/KIiz0PM5o24/s1600/Jos%25C3%25A9+de+Figueiredo+Filho.jpg) Acesso em 15/06/2017.

Logo do ICC. 1 imagem em preto e branco. Disponível em: [https://1.bp.blogspot.com/RktANCI2\\_vY/WKjLxmAs4kI/AAAAAAAAABS8/cQ2ZwtybIo8p\\_mv6sw8BPR2E6dyU4m8UegCEw/s1600/Logo.jpg](https://1.bp.blogspot.com/RktANCI2_vY/WKjLxmAs4kI/AAAAAAAAABS8/cQ2ZwtybIo8p_mv6sw8BPR2E6dyU4m8UegCEw/s1600/Logo.jpg) Acesso em 15/06/17

Padre Antônio Gomes de Araújo. 1 imagem em preto e branco. Disponível em: [http://1.bp.blogspot.com/9fHcPQ0aWIw/TCXWiTR80rI/AAAAAAAAADx4/I\\_AM3pEijII/s1600/Padre\\_Gomes.jpg](http://1.bp.blogspot.com/9fHcPQ0aWIw/TCXWiTR80rI/AAAAAAAAADx4/I_AM3pEijII/s1600/Padre_Gomes.jpg) Acesso em 15/06/17 Acesso em 15/06/2017.

- **Mapas**

MAPA Geral do Estado do Ceará. 1 mapa em preto e branco. Escala indeterminável. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/111x.htm> Acesso em: 01/06/2017.

MUNICÍPIOS do Estado do Ceará. 1 mapa colorido. Escala 1:25. Disponível em: <http://www.ceara-turismo.com/mapas/mapa-politico.htm> Acesso em: 01/09/2017.

MUNICÍPIOS do Cariri Cearense. 1 mapa em preto e branco. Escala 1:10. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/155x.htm> Acesso em: 01/06/2017.

REGIÃO Metropolitana do Cariri cearense. 1 mapa colorido. Escala 1:25. Disponível em: <http://www.ceara-turismo.com/mapas/imagens/regiao-metropolitana-cariri.jpg> Acesso em: 01/09/2017.

ANEXO I

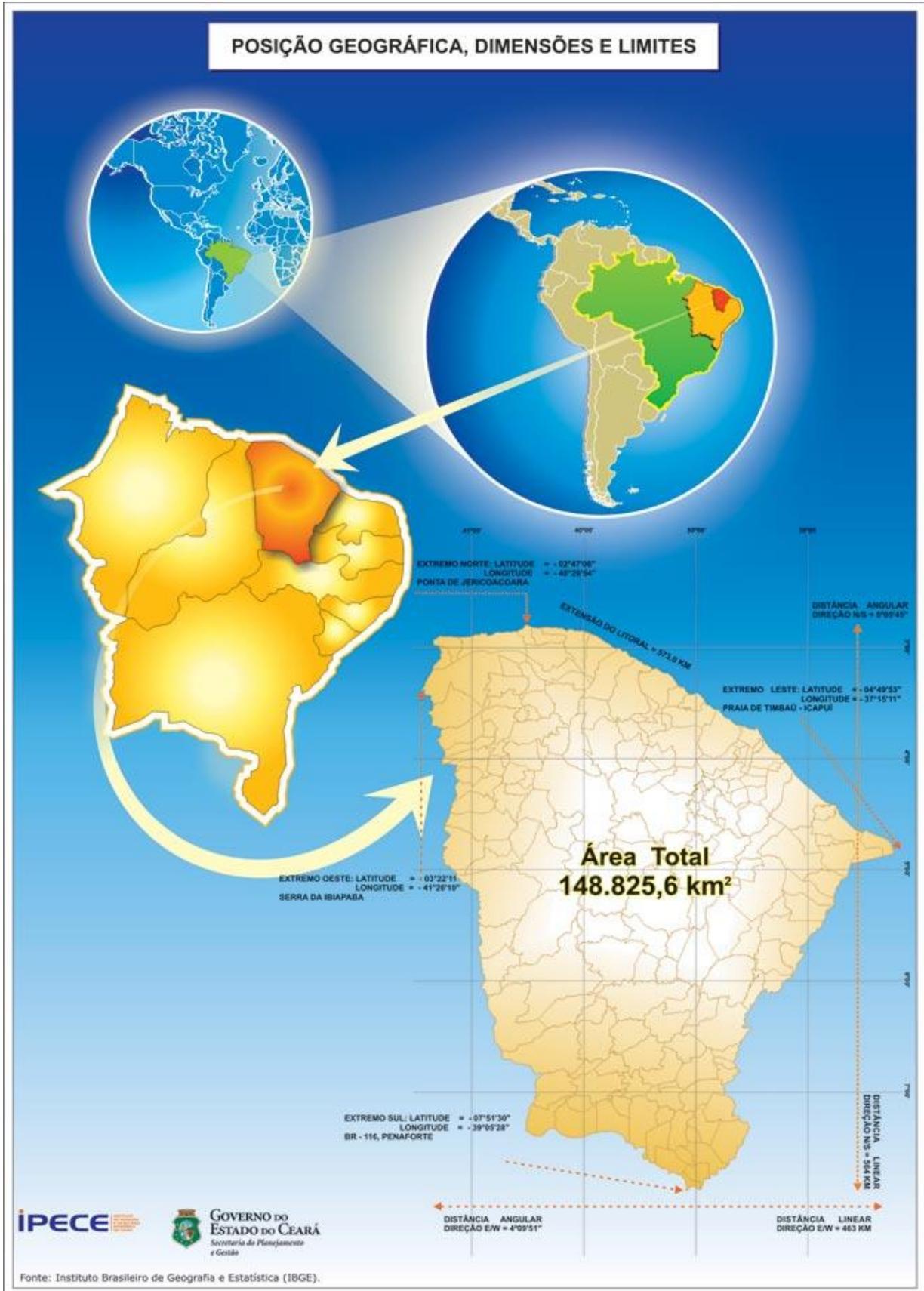


Imagem I:  
Mapa Geral do Estado do Ceará

### ANEXO II

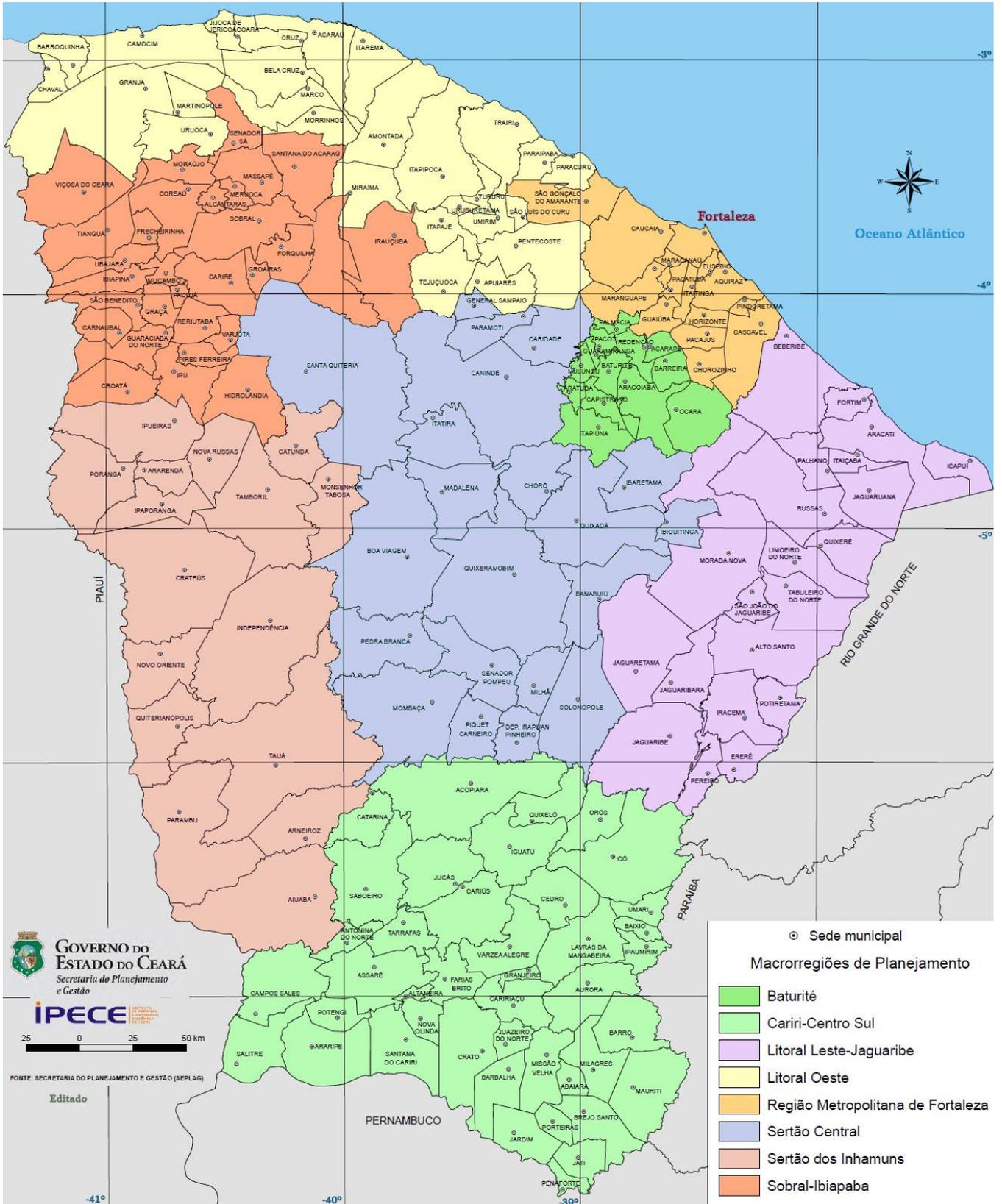


Imagem II:  
Municípios do Estado do Ceará

## ANEXO III



Imagem III:  
Região Metropolitana do Cariri cearense

## ANEXO IV



Imagem IV:  
Legenda: Logo do Instituto Cultural  
do Cariri



Imagem V:  
Legenda: J. de Figueiredo Filho



Imagem VI:  
Legenda: Irineu Pinheiro

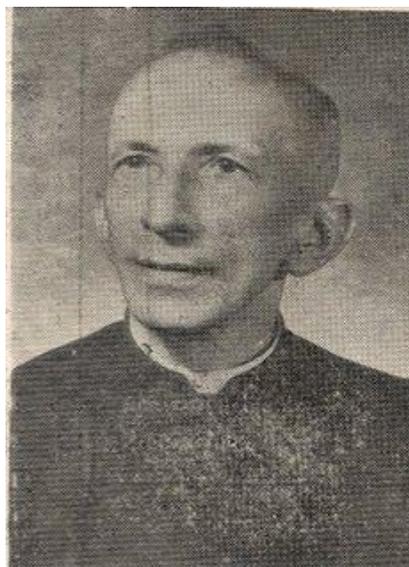


Imagem VII:  
Legenda: Padre Antonio Gomes de  
Araújo

## CRONOLOGIA DA VIDA DE J. DE FIGUEIREDO FILHO

- 1904** – Nascimento na cidade do Crato
- 1919** – Mudança para Fortaleza para concluir os estudos secundários
- 1925** – Formatura no curso de Farmácia
- 1926** – Torna-se Inspetor Regional de Ensino do Cariri
- 1937** – Publica o romance *Renovação*
- 1940** – Publica a autobiografia *Meu mundo é uma farmácia*
- 1948** – Associa-se à Comissão Cearense de Folclore
- 1953** – Publica o livro *Cidade do Crato*
- 1953** – Funda o Instituto Cultural do Cariri
- 1954** – Assume a presidência do Instituto Cultural do Cariri
- 1958** – Publica o livro *Engenhos de Rapadura no Cariri*
- 1962** – Publica *O folclore no Cariri*
- 1966** – Publica *Folgedos Infantis Caririenses*
- 1964** – Publica o primeiro volume de *História do Cariri*
- 1962** – Inicia as atividades como professor de História do Ceará e do Cariri na Faculdade de Filosofia do Crato
- 1967** – É eleito para o conselho consultivo da Associação dos Professores Universitários de História
- 1968** – Assume a cadeira de nº34 da Academia Cearense de Letras
- 1968** – Publica o quarto volume de *História do Cariri*, o último lançado antes de sua morte.
- 1973** – Falecimento